

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
NÍVEL MESTRADO

SOFIA MARIA VALENTE SIMÕES DOS SANTOS

SÃO MATEUS: DO LUGAR À VILA.

VITÓRIA

Março/2017

SOFIA MARIA VALENTE SIMÕES DOS SANTOS

SÃO MATEUS: DO LUGAR À VILA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Nélon Pôrto Ribeiro.

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S237s Santos, Sofia Maria Valente Simões dos, 1970-
São Mateus : do lugar à vila / Sofia Maria Valente Simões
dos Santos. – 2017.
205 f. : il.

Orientador: Nelson Pôrto Ribeiro.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Planejamento urbano – São Mateus (ES) – História. 2.
Cidades e vilas. 3. Urbanização – São Mateus (ES). 4. Brasil –
História – Período colonial, 1500-1822. I. Ribeiro, Nelson Pôrto.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III.
Título.

CDU: 72

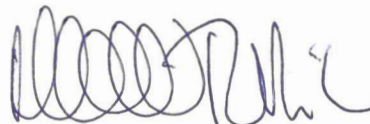
SOFIA MARIA VALENTE SIMÕES DOS SANTOS

“SÃO MATEUS: DO LUGAR À VILA”

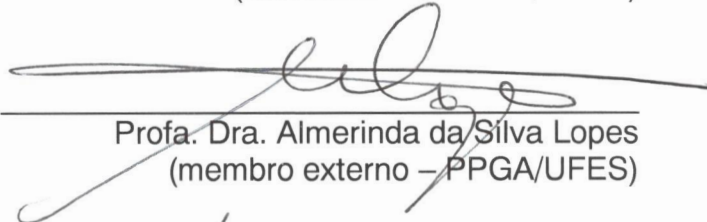
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 10 de março de 2017.

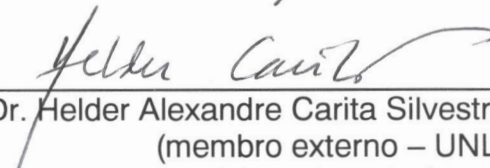
Comissão Examinadora



Prof. Dr. Nelson Pôrto Ribeiro
(orientador – PPGAU/UFES)



Profa. Dra. Almerinda da Silva Lopes
(membro externo – PPGA/UFES)



Prof. Dr. Helder Alexandre Carita Silvestre
(membro externo – UNL)
(via webconferência)

A minha família que me motiva, ampara e acredita todos os dias.

Agradeço à mão superiora que me faz acreditar.

À minha família nuclear e família maior composta por todos que acreditam em mim.

A todos os professores, funcionários de arquivos, bibliotecas, brasileiros e portugueses, que me permitiram fazer o percurso até aqui.

À CAPES que financiou esta pesquisa.

RESUMO

A pesquisa de mestrado - *São Mateus: do Lugar à Vila* - é do âmbito da História do Urbanismo Colonial no Brasil, trata do povoamento do rio Cricaré/ São Mateus sob a hipótese de que seja de longa duração, caracterizado por alguns (des)povoamentos, e provavelmente resultante da necessidade de aproximação de núcleos de um complexo urbano mais vasto, como Bahia, Espírito Santo, ou mesmo Rio de Janeiro. O rio Cricaré faz parte da historiografia colonial brasileira desde o primeiro século, tendo sido divulgado em Lisboa como um meio de se chegar às minas, através do *Tratado da Terra do Brasil*, de Pêro de Magalhães Gândavo, ca 1568; mais tarde em Madrid, em 1587, no *Tratado descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa e no início do século XVII no *Livro que dá Rezão do Estado do Brasil* com ilustrações de Teixeira Albernaz I. Tem por objetivo identificar momentos de povoamento da região de São Mateus, entre o século XVI e XIX, para que concretamente possa chegar a um entendimento de evolução urbana de S. Mateus. A metodologia utilizada é própria, de pesquisa e recolha documental arquivista, e parte do pressuposto teórico-metodológico proposto por Reis Filho, na obra *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil- 1500/1720*, com base na sociologia e geografia. É essencial o contributo dos estudos de Beatriz Siqueira Bueno, quanto ao “*conceito de território e suas vinculações com a cartografia*,” assim como, de Pedro Almeida Vasconcelos, quanto à geografia urbana histórica e a cartografia. Os registros iconográficos, quando existentes, podem comprovar a materialização das estratégias ou ações dos agentes envolvidos, mas será a confrontação dos vários tipos de documentos de fonte primária que permitirá avaliar a continuidade, e/ou eficácia de princípios determinantes e reguladores do território. A partir da análise destes dados, obtêm-se os resultados que permitem construir mapas conjecturais, representativos de momentos específicos de consolidação e evolução urbana da Vila de S. Mateus. Assim, a pesquisa apresenta-se organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, faz-se a análise do reconhecimento geográfico-histórico, através da iconografia cartográfica, identificam-se as continuidades e/ou mudanças na apropriação do espaço, materializadas no território. No segundo capítulo, dedicado ao povoamento, identificam-se momentos de povoamento do território. No terceiro capítulo, com os resultados obtidos da análise da pesquisa documental,

apresentados nos dois capítulos precedentes, elaboram-se três mapas conjecturais, que compreendem o intervalo de quase 100 anos de São Mateus como Vila, visando o entendimento da sua evolução urbana. Conclusivamente este estudo dá a conhecer momentos de povoamento da região de São Mateus, entre o século XVI e XIX, e concretamente, o entendimento da evolução urbana da povoação de S. Mateus, elevada a Vila, em 1764 e Cidade, em 1848.

Palavras chave: Planejamento urbano. Urbanismo. São Mateus (ES). História. Período Colonial Brasileiro.

ABSTRACT

The master's research - *São Mateus: do Lugar à Vila* - is part of the History of Colonial Urbanism in Brazil, it aims the settlement of the Cricaré / São Mateus river under the hypothesis that it is long-lived, characterized by some. Settlement/non settlement, and probably resulting from the need to approximate urban centers of a larger urban complex, such as Bahia, Espírito Santo, or even Rio de Janeiro. The Cricaré river has been part of the Brazilian colonial historiography since the first century, having been divulged in Lisbon as a mean of arriving at the mines, through the *Tratado da Terra do Brasil*, de Pêro de Magalhães Gândavo, ca 1568; later in Madrid in 1587, in *Tratado descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa and in the beginning of the seventeenth century in the *Livro que dá Rezão do Estado do Brasil*, com ilustrações de Teixeira Albernaz I. Its purpose is to identify moments of settlement in the region of São Mateus, between the sixteenth and nineteenth centuries, so that concretely it can arrive at an understanding of urban evolution of S. Mateus. The methodology used is archivist research and collection, and it sustains on the theoretical-methodological assumption proposed by Reis Filho, in the work *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil- 1500/1720*, based on sociology and geography. The contribution of studies by Beatriz Siqueira Bueno on the "concept of territory and its links to cartography", as well as by Pedro Almeida Vasconcelos, on historical urban geography and cartography is essential. The iconographic records, when they exist, can prove the materialization of the strategies or actions of the agents involved, but will be the confrontation of the different kind of documents of primary source that will allow to evaluate the continuity, and / or effectiveness efficiency of regulating principles of the territory. From the analysis of these data, the obtained results allows to construct conjecturative maps, representative of specific moments of consolidation and urban evolution of the Vila de S. Mateus. Thus, the research is organized in three chapters. In the first chapter, the analysis of the geographic-historical recognition, through the cartographic iconography, it identifies the continuities and / or changes in the appropriation of the space, materialized in the territory. In the second chapter, dedicated to the settlement, it identifies moments of settlement of the territory. In the third chapter, with the results obtained from the analysis of documentary research, presented in the two previous chapters, three conjectural maps are elaborated, which comprise the interval of almost 100 years of São Mateus as Vila, aiming at the understanding of its urban evolution. In conclusion, this study reveals moments of settlement in the region of São Mateus, between the sixteenth and nineteenth centuries, and concretely, the understanding of the urban evolution of S. Mateus, elevated to "Vila", in 1764 and "Cidade", in 1848.

Key words: Urban planning. Urbanism. History. Brazilian colonial period. São Mateus (ES).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – São Mateus e a costa atlântica desde o Porto Seguro até o Rio de Janeiro.....	31
Figura 2 - Identificação do relevo e zona envolvente do Rio São Mateus. Recorte da “ <i>Carta Geographica S. D. Technica</i> ”, de 1922.....	33
Figura 3 – Demonstração da foz, barra e braços do rio São Mateus. Localização de São Mateus e da Barra de São Mateus, atuais cidades de São Mateus e Conceição da Barra.....	36
Figura 4 - Distribuição dos depósitos terciários da Formação Barreiras ao longo do litoral.....	38
Figura 5 - Síntese dos limites territoriais do norte do Espírito Santo e sul de Porto Seguro (BA), nos séculos XVII, XVIII e XIX, respectivamente.....	48
Figura 6 – Relação entre os “ <i>períodos densos</i> ” de povoamento do Brasil colonial e a cartografia selecionada para esta pesquisa:.....	54
Figura 7 – Recorte do mapa geral do Brasil, ca 1586 do “ <i>Roteiro de todos os sinaes,...</i> ”, ca 1586.....	76
Figura 8 - Recorte do mapa geral do Brasil, da “ <i>Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612</i> ”, ca 1616	76
Figura 9 – Recorte do Mapa “ <i>Demonstração da Capitania do Spirito Santo atte...</i> ”; da “ <i>Rezão do estado do Brasil...</i> ”, ca 1616	77
Figura 10 – Recorte do Mapa “ <i>Diligentíssima demonstração da sonda dos abrolhos...até o Rio das caravelas</i> ”, da “ <i>Rezão do estado do Brasil...</i> ”, ca 1616.....	77

Figura 11 – Recorte do mapa geral do Brasil, da “ <i>Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz Chamado vulgarmente o brazil</i> ”, de 1640.....	78
Figura 12 – Recorte do mapa, da “ <i>Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz Chamado vulgarmente o brazil</i> ”, de 1640.....	78
Figura 13 – Recorte do Mapa “ <i>DEMOSTRAÇÃO DA PONTA DE AGASVIPE AO RIO DOSE</i> ”, ca 1666.....	79
Figura 14 – Recorte do mapa “ <i>A Descriptionis Ptolemaicae augmentum</i> ”, de Cornelis Van WYtfliet, de 1597.....	79
Figura 15 – Recorte do Mapa “ <i>Novus Brasiliae Typus</i> ”, de Willem Janszoon Blaeu, Amsterdam, Holanda, ca. 1631.....	80
Figura 16 – Recorte do mapa “ <i>Brazil</i> ”, de Antonio Sanches, ca. 1633.....	80
Figura 17 – Recorte do mapa “ <i>Accuratissima Brasiliae tabula</i> ”, de Willem Hondius, de 1635.....	81
Figura 18 – Recorte do mapa “ <i>Le Bresil dont la coste est possedée par les portugais et divisée en quatorze capitanières le milieu du pays es habité par un très grand nombre de peuples presque tous incogneus</i> ”, de Nicolas Sanson. Paris, França, de 1656.....	81
Figura 19 – Recorte do mapa “ <i>Nova et accuratissima totius orbis tabula</i> ”, de Joan Blaeu, Amsterdam, Holanda, de 1659.....	82
Figura 20 – Recorte do mapa “ <i>Brasilia: generis nobilitate armerum et litterarum...</i> ”, de Joan Blaeu, Amsterdam, Holanda, de 1665.....	82
Figura 21 – Recorte do “ <i>Mapa da Capitania do Espírito Santo</i> ”, do século XVIII.....	83
Figura 22 – Recorte da “ <i>Planta geográfica do continente, que corre da Bahia de Todos os Santos athe a Capitania do Espírito Santo...</i> ”, ca. 1801.....	83
Figura 23 – Recorte do mapa “ <i>República dos Estados Unidos do Brasil</i> ”, [18--].....	84

Figura 24 – Recorte da “ <i>Carta da província de Minas Geraes: com indicação das actuaes estradas e das despesas com ellas feitas durante o decennio de 1855 e 1865. Eng. Henrique Gerber</i> ”, de 1867.....	84
Figura 25 - Recorte do mapa “ <i>Coast of Brasil: from San Mateo to Benevente</i> ” Capt. Mouchez. Estados Unidos. Hydrographic Office, de 1873.....	85
Figura 26 – Recorte do mapa “ <i>Colombia Prima or South America</i> ”, de Louis De la Rochette. London: William Faden, de 1807.....	85
Figura 27 – Recorte do “ <i>Atlas zur Reise in Brasilien</i> ”, de Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius, de 1823-1831.....	86
Figura 28 – Recorte do mapa da “ <i>Carta chorographica da provincia do Espírito Santo</i> ” de E. la MARTINIÈRE, [S.I.]: Rio de Janeiro: Lith. Impl. de Ed. Rensbury, de 1861.....	86
Figura 29 – Indicação de algumas das primeiras sesmarias do rio S. Mateus, segundo os alvarás de atribuição de sesmarias, apresentados por Felisbello Freire.....	104
Figura 30 - Mapeamento do rio S. Mateus com identificação das paragens referidas no relatório de reconhecimento do rio, feito pelo Ouvidor Tomé Couceiro, em 1764.....	121
Figura 31 – Indicação de todos os lugares citados pelo bispo José Caetano Coutinho, aquando da visita ao rio S. Mateus, em 1819.....	137
Figura 32 – Mapa conjectural M I – 1764.....	160
Figura 33 – Mapa conjectural M II – 1819.....	165
Figura 34 – Mapa conjectural M III –. fim do século XIX.....	171

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Rua Direita (Rua Barão de Aymorés). São Mateus. Autoria de Eutychio d'Oliver. 1908.....173

Fotografia 2 - Rua de Baixo. São Mateus. Autoria de Eutychio d'Oliver. 1908.....173

Fotografia 3 - Rua do Comércio. São Mateus. Autoria de Eutychio d'Oliver. 1908..174

Fotografia 4 - Vista do Porto e Cidade de S. Mateus. São Mateus. Autoria de Eutychio d'Oliver. 1908.....174

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
2.	CAPÍTULO 1: Reconhecimento do Lugar – Cricaré / São Mateus	30
2.1.	Reconhecimento pela geomorfologia do Lugar	31
2.2.	Reconhecimento pela historiografia do Lugar	41
2.3.	Reconhecimento pela iconografia / cartografia do Lugar	49
	ANEXO A - Mapas.....	75
3.	CAPÍTULO 2: Povoamento do rio Cricaré / São Mateus	87
3.1.	A origem do povoamento entre os séculos XVI e XVIII	88
3.2.	O povoamento entre o século XVIII e meados do XIX	103
4.	CAPÍTULO 3: Evolução urbana da Vila Nova de São Mateus	151
4.1.	Mapa conjectural M I -1764	160
4.2.	Mapa Conjectural M II – 1819	165
4.3.	Mapa M III – fim do século XIX	171
	ANEXO B - Fotografias.....	172
5.	Considerações finais	175
	REFERÊNCIAS.....	184
	APÊNDICE.....	201

1. INTRODUÇÃO:

Renata Malcher Araújo no texto intitulado *Património de Origem Portuguesa na América do Sul: Arquitetura e Urbanismo*.¹, organiza o discurso assente nas palavras “*descobrimientos, identidades e patrimônio*”, com a explicação de como era fundamental para Portugal, os registros de quem via e presenciava o que acontecia e existia deste lado do Novo Mundo, para que o outro lado do mundo descobrisse a nova realidade. Concretamente a Corte precisava que se descrevesse, listasse e relatasse todo o processo, de conhecimento e usufruto do e no além-mar, para garantia do seu património.

Agora esses registos sobreviventes são as fontes primárias da historiografia do “*lugar*”, mas também a fonte para as tantas descobertas que se possam fazer a partir dos mesmos, sem deixar de ser em si mesmo Património/Patrimônio.

Foi de um destes lugares, entre tantos da História da América Portuguesa e do Brasil, que este trabalho de pesquisa de Mestrado se ocupou, no âmbito da História do Urbanismo Colonial da atual região norte do estado do Espírito Santo, com enfoque no povoamento do rio Cricaré ou São Mateus, entre os séculos XVI e XIX.

Na historiografia de finais do século XVI, encontramos *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*², de autoria de Pêro de Magalhães Gândavo, impresso em 1576, como também o *Tratado da Terra do Brasil*,³ que aparece em 1826, no quarto volume da *Collecção de noticias para a historia e geografia nas nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são visinhas*, publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa⁴. Segundo estudos de Capistrano de Abreu o *Tratado* terá sido escrito antes da

¹ARAÚJO, Renata Malcher de. *Património de Origem Portuguesa na América do Sul: Arquitetura e Urbanismo*. In: _____. (Org.). **América do Sul. Património de Origem Portuguesa no Mundo - Arquitetura e Urbanismo**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p.20-45.

²GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. *História da Província de Santa Cruz / Tratado da Terra do Brasil*. In: BANDECCHI, Brasil (Org.). **CADERNOS DE HISTORIA**, v.1, n. 2. São Paulo: Ed. Parma, 1979, p. 3-95.

³Ibidem, p.3-95.

⁴ABREU, Capistrano. *Introdução de História*. In: BANDECCHI, Brasil (Org.). **CADERNOS DE HISTORIA**, v.1, n. 2. São Paulo: Ed. Parma, 1979, p. 11-14, p. 11.

História, “por 1568”⁵ e possivelmente o autor e amigo de Camões, terá estado no Brasil, em tempos do governador Mém de Sá⁶. Abreu caracteriza a sua obra como “notícias [que] em geral são excelentes, e revelam instinto geográfico.”⁷

Para o estudo que nos propomos fazer interessa particularmente por ser do primeiro século, ter sido conhecido em Portugal, e referir especificamente o objeto do nosso estudo - o rio Cricaré.

Ainda faz parte da historiografia do século XVI, o *Roteiro Geral*, ou *Tratado descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, escrito em 1587⁸, mas só publicado no século XIX⁹, e os *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*¹⁰, do padre jesuíta Fernão Cardim, das últimas duas décadas deste século. Gabriel Soares de Sousa refere a região compreendida entre o Porto Seguro e o Espírito Santo, da qual fala dos rios e de sua grande fertilidade, mencionando o Cricaré, sem referir onde se considera ser o limite destas capitanias. O padre Fernão Cardim refere a expectativa da ida à festa na aldeia de São Mateus, mas sem precisar o lugar e sem mencionar se é do padre Anchieta que se fará acompanhar à festa. É a Anchieta que a historiografia capixaba atribui a alteração do nome do rio de Cricaré para S. Mateus.

No início do século XVII, encontram-se os relatórios de Diogo de Campos Moreno e os textos que lhe foram atribuídos¹¹ do *Livro que dá Rezão do Estado do Brasil*¹²,

⁵ ABREU. Capistrano. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Livraria Brigueiet. 1930, p.159.

⁶ ABREU. Capistrano. Introdução de História. In: BANDECCHI, Brasil (Org.). **CADERNOS DE HISTORIA**, v.1, n. 2. São Paulo: Ed. Parma, 1979, p. 11-14.

⁷ Ibidem, p. 12.

⁸ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado do Descritivo do Brasil de 1587*. In: VARNHAGEN, F. Adolpho. (Org). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 14, p.11-355, 1851.

⁹ A Academia de Lisboa publica em 1825; F. A. Varnhagem publica pelo Instituto Histórico Brasileiro em 1851. Varnhagem afirma ter sido o *Tratado* utilizado como fonte para os seguintes escritores: Padre Aires Casal, Southey, Martius e Denis.

¹⁰ CARDIM, Fernão SJ. **Tratados da Terra e da Gente do Brasil**. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia. 2. ed. Brasileira, n. 168. São Paulo/ Rio/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

¹¹ “[...] teria chegado à Portugal, Diogo de Campos Moreno, munido com as informações necessárias para escrevê-lo, o que provavelmente fez, entre 1612 e 1613, antes de regressar para o Brasil no ano seguinte, onde foi participar das guerras de conquista do Maranhão. Varnhagen e Hélio Viana, atribuem a autoria ao Sargento-mor Diogo de Campos Moreno”. MOURA FILHA, Maria Berthilde. O Livro que dá “Rezão do Estado do Brasil” e o Povoamento do Território Brasileiro nos Séculos XVI e XVII. **CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÔNIO**, Porto, 2003, v. 2, p. 592.

¹² Este livro é o códice intitulado “*Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete así como o teve dō Diogo de Meneses até o anno de 1612*”, (MORENO, Diogo de Campos. **Razão do Estado do Brasil**. Biblioteca Pública Municipal do Porto. 1616. Porto). Existe mais do que um exemplar manuscrito deste *Livro que dá Rezão do Estado do Brasil*. Produzido durante a União Ibérica, integrado nas *Relações Topográficas de Castilla y Geográficas de las Índias*. (ARAÚJO, Renata Malcher de. Património de Origem Portuguesa na América do Sul: Arquitetura e Urbanismo. In: ____.

ilustrado pelo cartógrafo João Teixeira Albernaz¹³, que constituem importantes fontes primárias documentais e iconográficas, porque revelam conhecimento da região em estudo, seus agentes e interesses.

Considera Renata Araújo que “O texto mais importante da produção histórica do século XVII é a *História do Brasil*¹⁴ de Frei Vicente de Salvador,”¹⁵ escrito antes de 1627, conhecido pelos escritores do século XVIII, mas só publicado no século XIX¹⁶.

Capistrano de Abreu analisando esta obra escreve:

A sua Historia não repousa sobre estudos archivaes. [...] Dahi certa laxidão do seu livro: muitos factos omitidos que hoje conhecemos e que ele com mais facilidade e mais completamente poderia ter apurado [...] A Historia possui um tom popular, quasi *folk lórico* [...]. Com seus efeitos e suas lacunas, o livro de Fr. Vicente é ainda um testemunho de primeira ordem. Que seria si o tivéssemos completo!¹⁷ (Grifo do autor).

Frei Vicente Salvador apenas menciona o “*rio Bricaré*” relatando a batalha que implica a morte de Fernão de Sá, filho do terceiro governador geral do Brasil, Mém de Sá.¹⁸

No século XVIII, a única obra editada em português é do baiano Sebastião da Rocha Pitta, a *História da América Portuguesa, desde o ano mil quinhentos do seu descobrimento, até o final de 1724, no ano de 1730*¹⁹. Descreve fauna, flora e os índios brasileiros, mas detém-se pouco sobre a história da ocupação do território.

(Org.). **América do Sul. Património de Origem Portuguesa no Mundo - Arquitetura e Urbanismo**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p.26).

¹³ Cf. CORTESÃO, Jaime. **Cabral e as origens do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1944. Tomo I; _____. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965. Tomo I; MOTA, Avelino Teixeira; CORTESÃO, Armando. **Portugaliae monumenta cartographica**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1960.

¹⁴ SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil*. In: **Anais da Biblioteca nacional do Rio de Janeiro**, v.13, 1885-1886. Rio de Janeiro, 1889.

¹⁵ ARAÚJO, Renata Malcher de. Património de Origem Portuguesa na América do Sul: Arquitetura e Urbanismo. In: _____. (Org.). **América do Sul. Património de Origem Portuguesa no Mundo - Arquitetura e Urbanismo**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p.20.

¹⁶ ABREU. Capistrano. Introdução de *História do Brasil*. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, v.13.1885-1886. Rio de Janeiro, 1889, p. I-XIX.

¹⁷ Ibidem, p. XVII-XVIII.

¹⁸ SALVADOR, op.cit., p. 67-68, nota 14.

¹⁹ ROCHA PITTA, Sebastião. **História da América Portuguesa, desde o ano mil quinhentos, do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro**. Lisboa: Officina Joseph Antonio da Silva, 1730.

No século XIX, a primeira publicação no Brasil, em 1817, é a *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, do padre Manuel Aires do Casal.²⁰ Em 1819, é editada em Londres a *History of Brazil*, de Robert Southey²¹, traduzida em 1862 por Luiz Joaquim de Oliveira e Castro, com anotações do cônego Fernandes Pinheiro.²² Ao contrário da obra de Aires do Casal, que menciona o rio Cricaré ou São Mateus, por várias vezes, esta última só refere o “rio Quiricaré” e a batalha na qual morreu Fernão de Sá, na sequência dos episódios de confronto entre os índios e os portugueses, nas capitanias do Porto Seguro e Espírito Santo²³.

Em 1820 é publicado pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, as *Memorias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, do Monsenhor Pizarro e Araújo²⁴. Esta obra dedica três páginas à freguesia de S. Mateus. Sendo obra bastante completa e abrangente provoca estranheza que em relação ao objeto deste estudo não cite fontes. No entanto, parece ser desta que Basílio Daemon²⁵, o bispo Nery²⁶, Mário Aristides Freire²⁷ e Eliezer Nardoto²⁸, se baseiam quando abordam a história de São Mateus.

No que concerne à historiografia do período colonial do Espírito Santo, Gabriel Bittencourt, no artigo *A pesquisa de fontes primárias e a produção historiográfica do*

²⁰ AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brasílica**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Biblioteca Digital.

²¹ SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. London, Longman, Hurst, Rees, Ormne and Brown, 1819. 3v.

²² SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria B. L. Garnier, 1862. 6 v.

²³ Ibidem, p.403-404.

²⁴ PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memorias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 8 v. 1820. Biblioteca digital do Senado.

²⁵ DAEMON, Basílio Carvalho. **PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. 1. ed. 1879.

²⁶ NERY, João Batista Correia. **Carta pastoral despedindo-se da diocese do Espírito Santo seguida de algumas notícias sobre a mesma diocese**. Campinas: Tipografia a vapor Livro Azul, 1901.

²⁷ FREIRE, Mário Aristides. **A capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535/1822**. 2.ed. Vitória: Cultural-ES; Flor & Cultura, 2006.

²⁸ NARDOTO, Eliezer Ortolani e LIMA, Herinéa. **História de São Mateus**. 2.ed. São Mateus: Edal Editora, 2001.

*Espírito Santo*²⁹, caracteriza-a pelo “autodidatismo e técnicas de pesquisa e investigação superadas, calcados quase sempre nas mesmas fontes e temas.” Refere como pioneiras a *Memória para servir a história da Capitania do Espírito Santo*, atribuída a Francisco Alberto Rubim, entre 1616-1618 e publicada em Lisboa, em 1840³⁰ e *Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a capitania do Espírito Santo, 1811*³¹. Francisco Alberto Rubim refere fatos do povoamento do rio São Mateus, ao contrário desta última que não refere São Mateus.

Getúlio Neves é da opinião que é “o primeiro texto da historiografia espírito-santense a *Informação do capitão-mor Inácio João Mongiardino ao Governador da Bahia sobre a Capitania do Espírito Santo*³² [...] texto datado de 1790.”³³ Nesta *Informação* é bem claro que os dados apresentados referem-se à capitania do Espírito Santo, cujos limites com o Porto Seguro se fazem pelo rio Doce. Portanto não trata da região de S. Mateus.³⁴

Acrescentam-se os *Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*, publicados apenas

²⁹BITTENCOURT, Gabriel A. de Mello. A pesquisa de fontes primárias e a produção historiográfica do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 332, p. 5-13, 1981, p.6-7.

³⁰RUBIM, Francisco Alberto, **Memórias Para Servir à História até o Anno de 1817 e Breve Notícia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção do Reino do Brasil, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba**. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003. Afirma Getúlio Neves que: “Deve-se a Brás da Costa Rubim o ter dado à publicação, em 1840, a *Memórias para servir à história até o ano de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino Unido do Brasil, escrita em 1818 e publicada em 1840 por um capixaba, na Imprensa Nevesiana, de Lisboa, texto de autoria de seu pai, o governador Francisco Alberto Rubim. Este texto foi também publicado no n.º XIX da Revista do IHGB, de 1856, sob o título Memória Estatística da Província do Espírito Santo no anno de 1817, por Francisco Alberto Rubim, seguido por Notas, Apontamentos e Notícias para a História da Província do Espírito Santo, conjunto de documentos coletados por José Joaquim Machado de Oliveira, [...]*. Esse trabalho de Francisco Alberto Rubim foi, por muito tempo, tido como o primeiro texto de caráter historiográfico sobre a capitania do Espírito Santo.” (NEVES, Getúlio Marcus Pereira. Brás da Costa Rubim e a historiografia do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, a. 173, n. 457, p.99-107, 1981, p.99.).

³¹CUNHA, Francisco Manoel da. Ofício dirigido em 1811 por Francisco Manoel da Cunha ao conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, V.12, p.511-518, 1849.

³²INFORMAÇÃO do capitão-mor Inácio João Mongiardino ao governador da Bahia sobre a capitania do Espírito Santo. AHU_ACL_CU_005. Cx.72, D.13.858. Vitória, 1790.

³³NEVES, Getúlio Marcus Pereira. Brás da Costa Rubim e a historiografia do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, a. 173, n. 457, p.99-107, 1981, p.99.

³⁴**INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES**. Documentos Capixabas. V.1. (Org.) LEAL, João Eurípedes Franklin. Vitória: FJSN, 1978, p.45.

em 2002³⁵. Trata-se dos apontamentos pessoais do então bispo do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Porto Seguro, D. José Caetano da Silva Coutinho. Bastante ricos de observação, poder de análise sobre os povos e terras por onde passou, com a capacidade de relacionar o que via com as realidades circunvizinhas. É a primeira fonte que com detalhe descreve a Vila de S. Mateus e outras localidades adjacentes, quanto aos aspectos pertinentes ao urbanismo. E ainda duas obras de Braz da Costa Rubim, a *NOTICIA chronologica dos factos mais notaveis da historia da provincia do Espirito Sancto desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisorio*, publicada em 1856,³⁶ e o Dicionário topográfico da província do Espírito Santo, de 1862,³⁷ ambos publicados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A relação de Gabriel Bittencourt continua com a *Memória Statistica da Província do Espírito Santo Escrita no anno de 1828*³⁸, de Ignácio Accioli de Vasconcellos, publicada em 1978³⁹; *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo*⁴⁰, de José Marcelino Pereira Vasconcelos, de 1858. Ainda no século XIX, publica-se no Rio de Janeiro, *História da Província do Espírito Santo*, de Misael Pena⁴¹, e Cezar Augusto Marques, publica o seu *Dicionário histórico geográfico e estatístico da Província do Espírito Santo*⁴², ambos no mesmo ano de 1878, e no ano a seguir, Basílio de Carvalho Daemon, a *Província do Espírito Santo – sua*

³⁵COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX.**

Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002.

³⁶RUBIM, Braz da Costa. *NOTICIA chronologica dos factos mais notaveis da historia da provincia do Espirito Sancto desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisorio*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo XIX, n. 22, 1856, p. 336-348.

³⁷RUBIM, Braz da Costa. *Dicionário topográfico da província do Espírito Santo*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 1862, tomo XXV, p. 597-648.

³⁸VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital, 1978.

³⁹ACHIAMÉ, Fernando. O sistema colonial e a "boa tradição". In FREIRE, Mário Aristides. **A capitania do Espírito Santo: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535-1822**. 2.ed. Vitória: Cultural-ES; Flor e Cultura, 2006, p. 15-17, p.15.

⁴⁰VASCONCELOS, José Marcelino Pereira, **Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória, Tip. de P. A. d'Azeredo, 1858.

⁴¹PENA, Misael Ferreira. **História da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia. de Moreira, Maximo &C., 1878.

⁴²MARQUES, César Augusto, **Diccionario Historico, Geografico e Estatistico da Provincia do Espirito Santo**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878, Vitória, Arquivo Público Estadual, 2003, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital.

*descoberta, história cronológica e sinopse e estatística*⁴³. Todos estes de interesse para melhor entender os contextos e políticas da Província do Espírito Santo.

No século XX, as revistas publicadas da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, entre 1916 e 1966; Levy Rocha, *A Viagem de D. Pedro II no Espírito Santo*⁴⁴, de 1960, mas, sobretudo, a *História do Estado do Espírito Santo*⁴⁵, de José Teixeira de Oliveira, publicada em 1951, no Rio de Janeiro e em 1975, pela Fundação cultural do Espírito Santo, destacando-se esta obra por apresentar volume significativo de citações de fontes primárias. De 1945, a publicação de *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535/1822*⁴⁶, de Mário Aristides Freire, que esteve esgotada por muitos anos, tendo sido republicada após o trabalho da década de 70, de Fernando Achiamé e do Arquivo Público do Estado⁴⁷, apresenta também número significativo de fontes primárias, no entanto é escassa quanto à história de São Mateus.

Bittencourt apresenta como o “*verdadeiro despertar [...] capixaba para as fontes primárias*”, o I SIMPOSIO DE HISTÓRIA de 1972⁴⁸, promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, com a comunicação *Em defesa da Memória Capixaba* do professor Guilherme dos Santos Neves, onde lança também a campanha *para que se salve e preserve o pouco do nosso espólio cultural, que só por milagre ainda nos resta*, provocando motivação para o levantamento e catalogação de documentos e monumentos. A partir de 1975 com a pós-graduação de alguns professores da UFES surgem trabalhos monográficos com base em fontes primárias, “dos Arquivos do Rio de Janeiro e São Paulo, o Arquivo Público Estadual, arquivos particulares, paroquiais, municipais e judiciários do

⁴³DAEMON, Basílio Carvalho. **PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. (Coord.) NEVES, Maria Clara Medeiros Santos. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. 1. ed. 1879.

⁴⁴ROCHA Levy. **Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo**. 3ª ed. Col. Canaã. n. 7. Vitória: Secretaria da Educação, Secretaria da Cultura, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (1. ed. 1960, Rio de Janeiro).

⁴⁵OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro Geografia e Estatística, 1951.

⁴⁶FREIRE, Mário Aristides. **A capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535/1822**. 2.ed. Vitória: Cultural-ES; Flor & Cultura, 2006.

⁴⁷ACHIAMÉ, Fernando. O sistema colonial e a “boa tradição”. In FREIRE, Mário Aristides. **A capitania do Espírito Santo: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535-1822**. 2.ed. Vitória: Cultural-ES; Flor e Cultura, 2006, p. 15-17.

⁴⁸Também no ano de 1972 muitos países assinam *A convenção acerca da proteção do patrimônio cultural da Humanidade*, por iniciativa da UNESCO.

Espírito Santo”⁴⁹, tendo resultado destas pesquisas algumas dissertações de mestrado e alguns textos, entre outros: *Os primeiros anos: conflitos nas colônias agrícolas espírito - santenses (1847-1882)*, de Renato José Costa Pacheco e *O café na formação da infra-estrutura capixaba (1870/1889)* de Gabriel Augusto de Mello Bittencourt do ano de 1978.⁵⁰ Portanto, trabalhos que contemplam o fim do século XIX.

Serão os escritores baianos que publicarão no início do século XX, significativa informação sobre as questões do povoamento e da história de São Mateus, com base em documentos coloniais, dos arquivos brasileiros e portugueses: em 1906, Felisbello Freire publica a *História territorial do Brasil*⁵¹ e Braz do Amaral, em 1917, *Limites do Estado da Bahia: Bahia-Espírito Santo*⁵². Estas obras são de grande contributo para esta pesquisa.

A partir de 1992, com o *Projeto Resgate*, financiado pelo Ministério da Cultura e coordenação de Esther Caldas Bertoletti - que tornou muito mais operacional o acesso aos documentos do Brasil colonial existentes em Portugal - novas pesquisas acadêmicas, passaram a ter diferentes subsídios de fontes primárias. Resultante disso, algumas reedições de monografias, engrossaram as publicações com textos de introdução, prefácios, mas, sobretudo com notas de rodapé. Exemplo bastante significativo é a segunda e última edição da *Província do Espírito Santo*, de Basílio Daemon, coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves, de 2010.⁵³

Contudo, a pesquisa de assuntos que extrapolem os pertinentes à capital do estado do Espírito Santo são poucos, e quando existem, nos capítulos de enquadramento

⁴⁹ BITTENCOURT, Gabriel A. de Mello. A pesquisa de fontes primárias e a produção historiográfica do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 332, p. 5-13, 1981, p. 9.

⁵⁰ PACHECO, Renato José Costa. Os primeiros anos: conflitos nas colônias agrícolas espírito - santenses. 1847-1882). In: **Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978, p123-148; BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. O café na formação da infra-estrutura capixaba (1870/1889). In: **O café no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro Café, 1978, p.151-180.

⁵¹ FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil: Bahia, Sergipe e Espírito Santo**. Rio de Janeiro Typ. do Jornal do Comércio, 1906.

⁵² AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia: Bahia-Espírito Santo**. v. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1927.

⁵³ DAEMON, Basílio Carvalho. **PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. 1. ed. 1879.

histórico ou semelhantes, persistem em utilizar as mesmas monografias do anterior milênio.

O pesquisador Luiz Cláudio Moisés Ribeiro expressa desta maneira:

Estudar o passado de uma capitania como o Espírito Santo é assunto complexo e agravado pela perda de fontes e pela inexistência de produção historiográfica crítica e vigorosa. [...] Além disso, muito da documentação de interesse do Espírito Santo pode ainda estar em outros arquivos públicos brasileiros aguardando identificação e transcrição paleográfica. Portanto, as investigações de história do Espírito Santo *português*, isto é, colonial, ainda demandarão muito esforço e investimento permanente.⁵⁴ (Grifo do autor).

Relativamente à historiografia do norte do estado, especificamente à região de São Mateus, nos últimos dez anos, encontram-se duas pesquisas nos programas de pós-graduação da Universidade de São Paulo: *História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus*, de 2007, de Anna Lúcia Côgo⁵⁵ e *A Escravidão em São Mateus: economia e demografia (1848-1888)*, de 2011, de Maria do Carmo de Oliveira Russo⁵⁶. Estas pesquisas embora se sirvam de outras fontes para o cerne das questões estudadas, recorreram, para os respectivos enquadramentos históricos, obrigatoriamente à única historiografia local existente, a *História de São Mateus*⁵⁷, caracterizada pelos mesmos problemas já apontados por Gabriel Bittencourt ou Luiz Ribeiro. De referir também, a tese de doutorado *De Projeto a Processo Colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)*, de 2012, de Francisco Cancela do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, que apresenta a historiografia da nova capitania, criada por D. José I, por meio de instruções régias claras e precisas de ocupação do território, e que inclui a região de São Mateus. Esta tese apresenta um conjunto significativo de manuscritos coloniais,

⁵⁴RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo Brasil - SEC.XVI-XVIII. **30º ENCONTRO da Associação Portuguesa de História Económica e Social**: crises sociais, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010. p.2.

⁵⁵CÔGO, Anna Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus**. 2007. Tese (Doutorado em História Económica) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

⁵⁶RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A escravidão em São Mateus: Economia e Democracia (1848-1888)**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

⁵⁷NARDOTO, Eliezer Ortolani e LIMA, Herinéa. **História de São Mateus**. 2.ed. São Mateus: Edal Editora, 2001.

apresenta o projeto pombalino da América portuguesa na capitania de Porto Seguro, no qual se insere a Vila Nova de São Mateus, elevada em 1764.⁵⁸

Da História do urbanismo especificamente, é de destacar o trabalho de Aroldo de Azevedo, *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*⁵⁹, de 1956, com forte influência de Jaime Cortesão. Em 1959, Tito Lívio Ferreira e Manuel Rodrigues Ferreira apresentam o capítulo *Urbanismo no Brasil Província*, na *História da Civilização Brasileira*, onde apresentam cartas régias de fundação de algumas vilas do Brasil colônia. Em 1968, de Paulo Santos, o texto *Formação de Cidades no Brasil Colonial*⁶⁰, apresentado no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Coimbra. No mesmo ano é publicado o trabalho de Nestor Goulart Reis Filho, *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil- 1500/1720*⁶¹, com base na sociologia, geografia e economia defende o conceito de urbanização como materialização de processos sociais, apresentando a formação urbana do Brasil como um sistema de núcleos urbanos e resultante de uma política urbanizadora. Em 1979, nos Estados Unidos, Roberta Marx Delson edita *New Towns for Colonial Brazil*, onde analisa o urbanismo pombalino no Brasil, publicado em português, em 1997, como *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*.⁶²

São de referir em Portugal, de 1956, Luís da Silveira, *Ensaio da Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*⁶³, e *A Cidade Ideal do Renascimento e as Cidades Portuguesas da Índia*⁶⁴, de Mário Tavares Chicó. Na década de 1960, os estudos orientados pelo geógrafo Orlando Ribeiro sobre a cidade em Portugal

⁵⁸ CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De Projeto a Processo Colonial**: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

⁵⁹ AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e Cidades do Brasil Colonial**: ensaio de geografia urbana retrospectiva. Boletim nº 208. São Paulo. 1956.

⁶⁰ SANTOS, Paulo. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro. 2001.

⁶¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil- 1500/1720**. São Paulo: Livraria Pioneira. Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

⁶² DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**: Planejamento Espacial e social no século XVIII. Editora Alva-Ciord, Brasília. 1997.

⁶³ SILVEIRA, Luís da. **Ensaio da Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar**. Lisboa: Ministério do Ultramar. 4v.

⁶⁴ CHICÓ, Mário Tavares. *A Cidade Ideal do Renascimento e as Cidades Portuguesas da Índia*. **Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar**, Número especial. Lisboa. 1956.

continental e no ultramar⁶⁵, viria a influenciar largo número de pesquisadores geógrafos e arquitetos. Destaca-se o trabalho de 1985, de Bernardo José Ferrão, *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almas – 1758/1813*⁶⁶, como também, os estudos de José Manuel Correia Fernandes, centrados na continuidade da cidade medieval portuguesa nos estabelecimentos insulares de Expansão, destacando-se *A cidade portuguesa: um modo característico de espaço urbano*,⁶⁷ de 1991.

Paralelamente, em 1984, José Eduardo Horta Correia com *Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina*⁶⁸ dá continuidade ao estudo de José-Augusto França, lançando, sobretudo, o conceito de “Escola Portuguesa de Arquitetura e Urbanismo”.

Também nesta década o arquiteto brasileiro, Paulo Ormino de Azevedo realiza estudos sobre o urbanismo ibero-americano entre os séculos XVI e XVIII, que reúne numa coletânea publicada em Sevilha, em 1990, intitulada *Urbanismo de trazado regular en los primeros siglos de la colonización brasileña*⁶⁹, que é reeditada em Portugal, em 1998⁷⁰, sob a coordenação de Helder Carita e Renata Malcher Araújo, no âmbito do projeto *A Cidade como Civilização: Universo Urbanístico Português 1415-1822*, promovido pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que tem como terceiro comissário o pesquisador Walter Rossa. Deste último pesquisador destaca-se, entre outros, *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*⁷¹, que reúne em 2002, vários textos produzidos ao longo da sua carreira, centrando suas reflexões no que designa

⁶⁵ RIBEIRO, Orlando. “Cidade”, **Dicionário de História de Portugal**. v.2. Livraria Figueirinhas, Porto. 1985, p.60-66, e Opúsculos **Geográficos**. v.5: Temas urbanos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1994.

⁶⁶ FERRÃO, Bernardo José. **Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almas – 1758/1813**. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1997.

⁶⁷ FERNANDES, José Manuel. *A cidade portuguesa: um modo característico de espaço urbano*. In: **A arquitetura**. Lisboa: Imprensa Nacional; Comissariado para a Europália 91, 1991.

⁶⁸ HORTA CORREIA, José Eduardo. **Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina**. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1997.

⁶⁹ AZEVEDO, Paulo Ormino de. **Urbanismo de trazado regular en los primeros siglos de la colonización brasileña**. Estudos sobre o urbanismo Iberoamericano: siglos XVI al XVIII. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 1990.

⁷⁰ AZEVEDO, Paulo Ormino de. *Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos de colonização brasileira: origens*. In: CARITA, Helder e ARAÚJO, Renata Malcher de. (Coord.). **Universo Urbanístico Português 1415-1822: Coletânea de Estudos**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p.39-70.

⁷¹ ROSSA, Walter. **A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português**. Coimbra: Almedina, 2002.

por “*urbanismo regulado*” ou praxis urbanística da *Escola Portuguesa de Urbanismo*. Também o comissário e pesquisador Helder Carita apresenta o entendimento de práticas urbanísticas de continuidade entre a idade média e a modernidade, na investigação apresentada em 1998, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época moderna (1495-1521)*⁷². Da pesquisadora arquiteta brasileira Renata Araújo é de destacar a tese de mestrado orientada pelo professor português, José Eduardo Horta Correia, que resultou na publicação de *As Cidades da Amazónia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*⁷³, em 1998.

De referir também os estudos coordenados pelo arquiteto português Manuel Teixeira sobre morfologias urbanas de cidades de origem portuguesa, com publicação em 1999, com o título *O urbanismo português, séculos XIII-XVIII: Portugal-Brasil*⁷⁴.

No que concerne especificamente a esta pesquisa de mestrado - *São Mateus: do Lugar à Vila* - é do âmbito da História do Urbanismo Colonial no Brasil, tem por **hipótese** que o povoamento da região de S. Mateus seja de longa duração, tendo sido iniciado no século XVI, caracterizado por alguns (des)povoamentos, e provavelmente resultante da necessidade de aproximação de núcleos de um complexo urbano mais vasto, como Bahia e Rio de Janeiro.

O **objeto** da pesquisa é o território das adjacências do rio Cricaré / S. Mateus. Uma vasta região que se encontra entre o território de Porto Seguro e do Espírito Santo, e por isso, ao longo da sua história entre os interesses político-administrativos, mas também religiosos e sociais, quer do poder do norte – Bahia e Porto Seguro, quer do sul - Espírito Santo e Rio de Janeiro. O território de São Mateus, até 1823, esteve sob as mais diversas jurisdições, ora da Bahia, ora do Rio de Janeiro, ou mesmo simultaneamente, sendo que só por alguns momentos, vinculado ao Espírito Santo.

O estudo compreende o entendimento histórico do *Lugar*, enquanto sítio que se nomeia, que se desbrava, onde se inicia uma pequena povoação, mas que também

⁷² CARITA, Helder. **Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época moderna (1495-1521)**. Lisboa: Livros Horizonte. 1999.

⁷³ ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazónia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.

⁷⁴ TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. **O urbanismo português, séculos XIII-XVIII**. Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte. 1999.

não deixa de ser um sítio mais vasto, num sentido mais abrangente e que diz respeito à região das margens do rio Cricaré/São Mateus, de forma a identificar as ações, que direta ou indiretamente, tenham promovido o conhecimento e exploração de todo este território. Estas ações levaram, em algum(s) momento(s), à ocupação do território, em um ou mais núcleos, e à elevação da *Vila Nova de S. Mateus*, em 1764.

Este estudo estende-se até ao século XIX, de forma a entender as estratégias e ações que levaram a vila, enquanto centro urbano de extensa região rural, ao seu apogeu económico e consolidação como núcleo urbano.

Por outras palavras, procura-se entender a origem e evolução da formação da povoação do rio S. Mateus, ao norte do estado do Espírito Santo, que se sabe que a partir 1826, apresenta uma economia de exportação de farinha de mandioca, que constitui o sustentáculo da balança comercial do Espírito Santo⁷⁵.

Objetiva-se identificar momentos de povoamento da região de São Mateus, entre o século XVI e XIX, para que concretamente se possa chegar a um entendimento de evolução urbana da povoação de S. Mateus, que uma vez com o seu centro urbano consolidado é elevada a Vila, tornando-se núcleo urbano e por isso elevada a Cidade, em 1848.

Para isso, parte-se do pressuposto **teórico-metodológico** proposto por Reis Filho, na obra *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil- 1500/1720*, com base na sociologia e geografia, como também nos fatores económicos e politico-administrativos⁷⁶, por se entender que se trata de analisar um processo dinâmico de urbanização de longa duração, com mecanismos, ações e estratégias, que permitiram a evolução deste núcleo menor dentro da rede urbana que constitui a história do urbanismo colonial da América Portuguesa.

A **metodologia** utilizada é própria, de pesquisa e recolha documental arquivista, de forma a reunir informação de fonte primária, ou secundária, referente à região em análise. Faz parte desta recolha documental a iconografia histórica da região. Para a

⁷⁵ VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital, 1978.s/p.

⁷⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil- 1500/1720**. São Paulo: Livraria Pioneira. Editora da Universidade de São Paulo, 1968, p. 15-24.

análise destes documentos é essencial o contributo dos estudos de Beatriz Siqueira Bueno⁷⁷, quanto ao “*conceito de território e suas vinculações com a cartografia*”,⁷⁸ assim como, de Pedro Almeida Vasconcelos que sintetiza a importância da geografia urbana histórica e, por conseguinte, da cartografia:

Para a geografia urbana histórica, a cartografia de cada época tem uma importância fundamental – apesar das imprecisões, das impossibilidades de uma mensuração correta, das diferenças de escala etc. – **porque os próprios mapas são marcos definitivos de etapas das transformações [...]**, nos dando uma informação precisa (em diferentes graus) do que já existia, do que estava consolidado, e do que tinha importância em ser registrado e mapeado (desde a superfície documentada, até o que é representado ou colocado em destaque).⁷⁹ (Grifo nosso).

Para um melhor entendimento dos registros cartográficos e dos processos de ocupação do lugar, faz-se necessário o entendimento da morfologia geofísica marítima e da costa da região.

Para registro destas pesquisas que se desenvolvem paralelamente e independentemente, elaboram-se grelhas cronológicas - linhas do tempo - em suporte informático – onde se reúne toda a informação recolhida. Estas grelhas permitem organizar dados que dizem respeito tanto à dimensão tempo como espaço. Estas também ajudam no entendimento dos intervalos temporais e dos fatores constantes ou não, do processo espacial. Consequentemente, ajudam na seleção dos períodos a analisar, como também, permitem uma leitura mais orientada da análise cartográfica em relação a dados ou suposições históricas.

A partir destas grelhas, também se pode verificar agentes envolvidos, princípios, estratégias e ações destes agentes no espaço territorial. A materialização, destas

⁷⁷BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)**. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.17.n.2. p.251-294. jul-dez.2009; Beatriz Bueno. **Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia**. Ensaio parte da Tese de Doutorado, intitulada: **Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2001.

⁷⁸Beatriz Bueno. **Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia**. Ensaio parte da Tese de Doutorado, intitulada: **Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2001, p. 195;

⁷⁹VASCONCELOS. Pedro Almeida. **Questões metodológicas na geografia urbana histórica**. **GeoTextos**, vol. 5, n. 2, p.147-157, dez. 2009, p.147.

estratégias e ações, pode ser observada, comprovada ou não, nos registros iconográficos, quando existentes. Será a confrontação dos vários tipos de documentos de fonte primária que permitirá avaliar a continuidade, e/ou eficácia destes princípios determinantes e reguladores deste território. A partir destes dados, obtêm-se os resultados que permitem construir mapas conjecturais, representativos de momentos específicos de consolidação e evolução urbana da vila de S. Mateus.

Assim, a pesquisa apresenta-se organizada em três capítulos, para além das considerações finais. No capítulo1, intitulado *Reconhecimento do Lugar – Cricaré / São Mateus*, faz-se a análise do reconhecimento geográfico-histórico, através da iconografia cartográfica, com o objetivo de identificar as continuidades e/ou mudanças na apropriação do espaço, que possam ter sido materializadas no território. No capítulo 2, dedicado ao povoamento, identificam-se momentos de povoamento do território, segundo a hipótese de que o reconhecimento do rio Cricaré/S. Mateus tenha resultado do interesse nas riquezas naturais, que desde o primeiro século de colonização do Brasil já se dissera e promovera. No capítulo 3, *Evolução Urbana da Vila de S. Mateus*, com os resultados obtidos da análise da pesquisa documental, apresentados nos dois capítulos precedentes, elaboram-se três mapas conjecturais, que compreendem o intervalo de 100 anos de São Mateus como Vila, visando o entendimento da sua evolução urbana.

Conclusivamente este estudo dá a conhecer momentos de povoamento da região de São Mateus, entre o século XVI e XIX, e concretamente, o entendimento da evolução urbana da povoação de S. Mateus, elevada a Vila, em 1764 e Cidade, em 1848.

A **relevância** desta pesquisa é a de reunir informação relativa a um território com cinco séculos de história, referido pela primeira historiografia colonial do Brasil, do século XVI, mas que por circunstâncias diversas e alheias a grande parte dos historiadores do Estado, ao qual o território pertence a menos de dois séculos, se manteve pouco estudado, divulgado e consequentemente pouco conhecido. Uma vez reunida esta informação e representada no tecido urbano consolidado em mapas conjecturais, passa a constituir importante contributo para a História do Urbanismo do norte do Estado do Espírito Santo, da qual o Sítio Histórico do Porto

de S. Mateus, em 1976, passou a fazer parte por ter sido reconhecido com o primeiro Tombamento da Secretaria da Cultura do Estado do Espírito Santo, como Patrimônio Histórico e Arquitetônico.

2. CAPÍTULO 1: **Reconhecimento do Lugar – Cricaré / São Mateus:**

Estudar um lugar passa por entender o seu território, resultante da sua própria constituição geomorfológica, que determina os seus acidentes geográficos, acessibilidades, fronteiras naturais. A estes se conjugam contextos e vários agentes, que articuladamente acabam por determinar, ou não, o povoamento do *Lugar*.

Neste capítulo objetiva-se identificar continuidades e/ou mudanças na apropriação do espaço, que possam ter sido materializadas no território. Analisa-se o contexto geográfico - como promotor ou dificultador de acessibilidades – mas também o contexto histórico - em que momento este *Lugar* possa ter estado enquadrado nas políticas de povoamento do território colonial brasileiro.

O reconhecimento pela iconografia cartográfica é essencial neste tipo de análise, geográfico-histórica, por permitir analisar continuidades e mudanças na apropriação do espaço, como também de que forma e em que momentos as políticas se materializaram no espaço territorial, que não deixa de ser temporal.

A acrescentar que a paisagem que o observador viu, ao longo destes quatro séculos, não é tão estanque, nem inerte, quanto as palavras ou iconografia que possa ter registrado, mas que estas solidificaram e também caracterizaram para sempre o lugar. Assim, os relatos de viagem também fazem parte da análise que se apresenta neste capítulo.

2.1. Reconhecimento pela geomorfologia do Lugar.

Analisando a posição geográfica da região onde se insere o rio S. Mateus (Figura 1), relativamente ao oceano atlântico e aos recifes dos Abrolhos nas suas proximidades, podem-se antever as inúmeras dificuldades para se navegar nesta costa.

Figura 1- São Mateus e a costa atlântica desde o Porto Seguro até o Rio de Janeiro.



Fonte: Recorte de mapa, elaborado pelo autor a partir do Google Earth, 2016.

A historiografia, no entanto, nem sempre considera esta dificuldade quando aborda o pouco desenvolvimento ou isolamento da capitania do Espírito Santo, optando por justificar pela presença do índio ou pela muralha natural que a coroa portuguesa teria promovido em prol da defesa das Minas Gerais.

Da leitura dos vários documentos coloniais, manuscritos, relatórios de governo da Província, relatos de viagem e até mesmo cartografia, é flagrante as consequências da difícil acessibilidade à região situada entre o Rio Doce e Caravelas.

Alguns especialistas – geógrafos, geólogos e biólogos visitaram o Espírito Santo, no século XIX, com o objetivo de conhecer o novo mundo. Produziram desenhos, relatos, esquemas e histórias sobre cada lugar. Mas poucos foram os que passaram do rio Doce para o norte.

Por essa razão, também poucos se dedicaram a conhecer a região, que é objeto deste estudo. Sobretudo porque viajavam da Bahia para vitória, pelo alto mar contornando os Abrolhos, como o inverso também, pelas razões acima apontadas, podendo-se observar em parte pela Figura 1.

Os relatos de atravessamento passando pela barra do rio São Mateus, por terra, mais precisamente pelas praias, utilizando a “*Estrada do mar*”, são dos padres jesuítas¹, do século XVIII; do príncipe Wied-Neuwied², de 1816; do bispo José Caetano Coutinho³, de 1819, como também do geógrafo Hartt⁴, de 1865. Somente a partir do diário do bispo e dos estudos do geógrafo Hartt, ambos publicados muitos anos depois, é que se obtêm informações sobre as povoações da região de São Mateus.

Pelo mapa da viagem ao Brasil do príncipe Wied-Neuwied fica-se a saber que o seu percurso foi para norte, pela sofrida “*Estrada do Mar*”, que a passagem pela “*P. da B. de S. Matthaeus*” - povoação da Barra de São Mateus - foi em janeiro de 1816 e que não visitou a “*P. de S. Matthaeus*” – povoação de São Mateus. Wied-Neuwied nem mesmo apresenta a indicação do lugar desta povoação, escrevendo o seu nome sobre a linha que representa o rio. Através do levantamento cartográfico que acompanha a edição analisada, pode-se saber como era conhecida a hidrografia da região, no sertão junto às Minas Gerais, mas não junto à costa, pois para além do grafismo que indica os rios principais, é inexistente qualquer outra informação de todas as bacias hidrográficas junto à costa. No caso da bacia do rio S. Mateus não existe qualquer informação sobre a morfologia da sua foz e sobre a extensão até à

¹ LEITE, Serafim, S.J. Aldeia dos Reis Magos. In: **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 8. p. 189-210. 1944.

² WIED-NEUWIED. **Viagem ao Brasil**. Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1989.

³ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819**. [Vitória]: Estação Capixaba e Cultural, 2002.

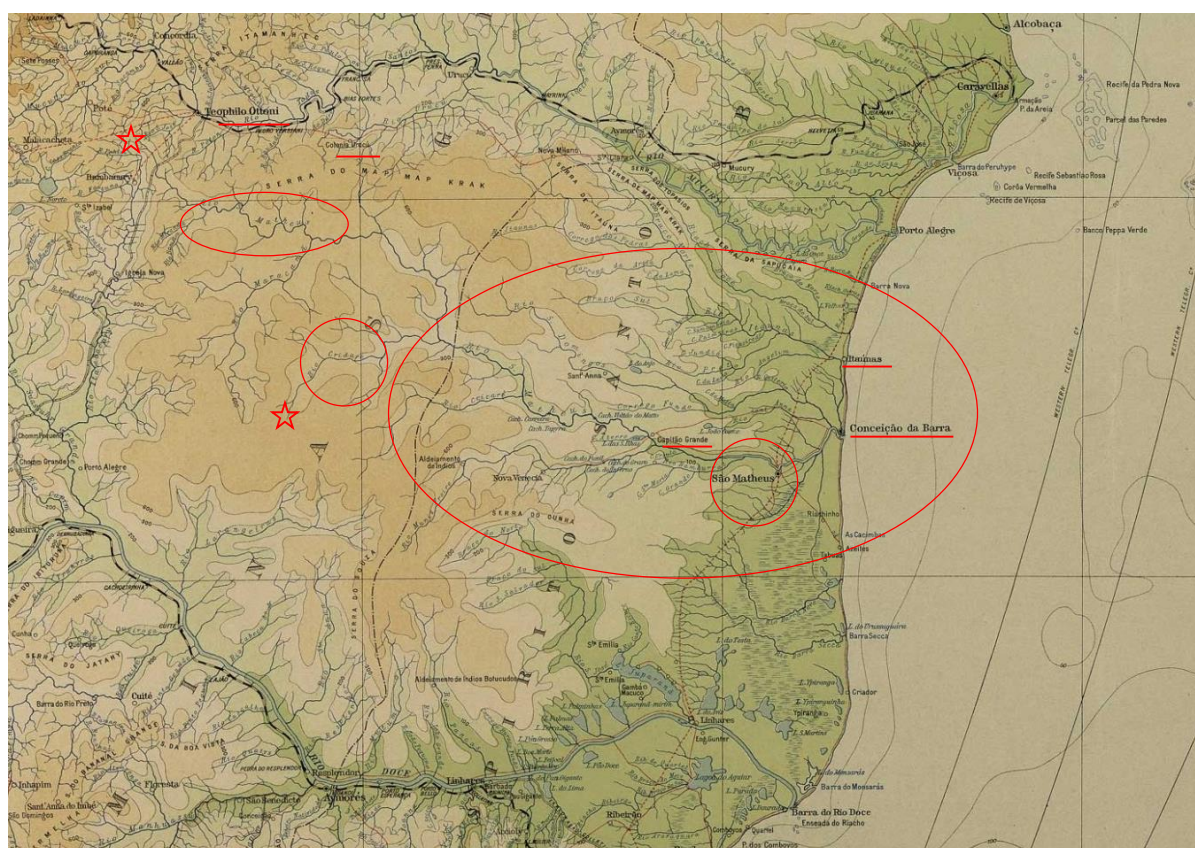
⁴ HARTT, Charles Frederick. **Geografia e geologia física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 1. ed. 1870.

bifurcação do rio nos braços do norte e sul, nem mesmo a descrição de zonas de manguezais ou qualquer afluente.

Morfologicamente será somente pelo geógrafo Charles Hartt, com *Geografia e Geologia do Brasil*⁵, de 1865, que se tomará conhecimento da caracterização da região, com bastante detalhe e critério.

Utiliza-se, nesta pesquisa, a *Carta Geographica S. D. Technica*, de 1922⁶, para ajudar na leitura da descrição do geólogo (Figura 2).

Figura 2 - Identificação do relevo e zona envolvente do Rio São Mateus:



LEGENDA: ★ cabeceiras dos braços norte e sul do rio S. Mateus; — identificação de localidades referidas pelo geólogo Hartt. Fonte: Carta Geographica S. D. Technica – Carta internacional do mundo: quadro de união das folhas brasileiras, carta nº41. Clube de Engenharia (Rio de Janeiro, RJ), 1922.

Relativamente à costa e o percurso que fez entre o rio Doce e São Mateus, Hartt informa:

⁵ HARTT, Charles Frederick. **Geografia e geologia física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 1. ed. 1870.

⁶ Carta Geographica S. D. Technica – **Carta internacional do mundo**: quadro de união das folhas brasileiras, carta nº41. Clube de Engenharia (Rio de Janeiro, RJ), 1922.

[...] estende-se uma praia de areia, interrompida unicamente por uma ou duas barras do rio, tendo por trás, entre a praia e as costas alcantiladas terciárias, uma área larga de pântanos e lagoas, — **região quase intransitável, e ainda não figurada nos mapas**, justamente ao norte do Doce e próximo à costa, está uma grande lagoa, chamada Monserras. Durante a estação seca é separada do mar por uma praia de areia, mas quando vem a chuva, abre por si própria um canal para o mar, que permanece aberto até a volta da estação seca.⁷ (Grifo nosso).

Continua com o relato do percurso pela “*Estrada do mar*” manifestando que “*Difícilmente se pode imaginar uma região mais devastada e deserta do que a costa entre o Doce e São Mateus, **mas é a via principal**, e deve ser seguida indo-se para São Mateus*”, apesar de “*excessivamente fatigante*” e “*sujeito a sofrer penosamente de sede*”⁸:

Uma linha de monótonos montões de areia, como uma grande massa rodante pronta para arrebentar nas terras baixas que lhe ficam por trás, corre paralela à praia, lisa, ou escassamente coberta por moitas de gramíneas, palmeiras anãs, etc.; — sem sombra, nem água. A estrada é um trecho tirado do Saara. De um lado está o mar, do outro um contagiante e intransitável pântano.⁹

Descreve a extensão do rio pelo braço norte que nasce no estado de Minas Gerais, e que foi o único que teve a oportunidade de percorrer¹⁰, informando do desconhecimento existente em relação às suas cabeceiras e existência de índios:

O rio São Mateus nasce na província de Minas, na floresta, ao sul da Colônia de Urucu; mas não estou informado quanto ao ponto exato, pois a **região de suas cabeceiras é uma floresta habitada por selvagens e muito inexplorada** [...]. É formado, a uma distância de sessenta milhas acima da foz, pela união de dois braços chamados, respetivamente, Braço do Norte e Braço do Sul.¹¹ (Grifo nosso).

A descrição continua com olhar apurado de geógrafo:

⁷ HARTT, Charles Frederick. **Geografia e geologia física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 1. ed. 1870, p.134.

⁸ Ibidem, p.134-135.

⁹ Ibidem, p.134.

¹⁰ Hoje, sabe-se que o braço do Norte ou rio Cotaxé, tem 224 km de extensão, com nascente no município de Ouro Verde, no estado de Minas Gerais, e o rio Cricaré ou braço sul do rio São Mateus tem 188 km, com nascente no município de Itajubinha, também em Minas Gerais

¹¹HARTT, op.cit., p.135, nota 7.

No lado oposto do rio as escarpas correm para leste por algumas milhas, e em seguida se dirigem para o norte até Itaúnas, decrescendo em altura quando se aproxima do mar. Este decréscimo em altura, estou inclinado a atribuí-lo, em parte, aos declives do antigo fundo do mar, sobre o qual as camadas terciárias foram depositadas.

Fora da costa, em frente à cidade de Itaúnas, há uns pequenos rochedos lavados pelas ondas. [...]. As escarpas margeiam a costa, exatamente ao norte de um pequeno riacho, chamado Doce, [...],formam ao longo da costa, por uma distância de várias milhas, uma linha de baixos recifes, que, pela sua brancura, receberam o nome de **Os Lençóis**. Estes recifes não tem em nenhum trecho mais do que trinta a quarenta pés de altura, sendo esta a espessura da formação exposta acima do mar.¹² (Grifo nosso).

Em relação à outra margem direita, onde se encontra a cidade, Hartt refere:

A altura das escarpas decresce ao aproximar-se a costa, e, **na cidade, não medem mais de oitenta a cem pés**. São Mateus, [...] **é construída parte na borda das escarpas, parte no sopé da mesma, do lado do rio**, no ponto onde essas escarpas deixam o rio e correm para o sul em direção ao [Rio] Doce. (Grifo nosso).

Abaixo da cidade, o rio torna-se mais largo, mais raso e é obstruído por bancos de areia. As margens são baixas, **apenas com plantações esparsas, e são, pela maior parte, cobertas por densa floresta; mas**, entre os terrenos terciários e o mar pelo menos do lado do norte, veem-se planícies arenosas, bem extensas, acompanhada da sua esparsa vegetação característica. As margens do rio são geralmente lodosas e [...] plantas de água salobra, crescem nelas abundantemente.¹³ (Grifo nosso).

De ambos os lados do rio, porém especialmente do lado sul, há extensos pântanos de mangue, que fornecem interessantíssimos campos de coleta para os naturalistas.

As escarpas que limitam a planície têm apenas trinta ou quarenta pés de altura, mas tornam-se mais altas quando nos dirigimos para oeste, e, a uma distância de duas léguas de Itaúnas, têm pelo menos cem pés de altura. Tem [...] declives escarpados, e, em parte pelo menos, são cobertas por um solo muito fértil.¹⁴

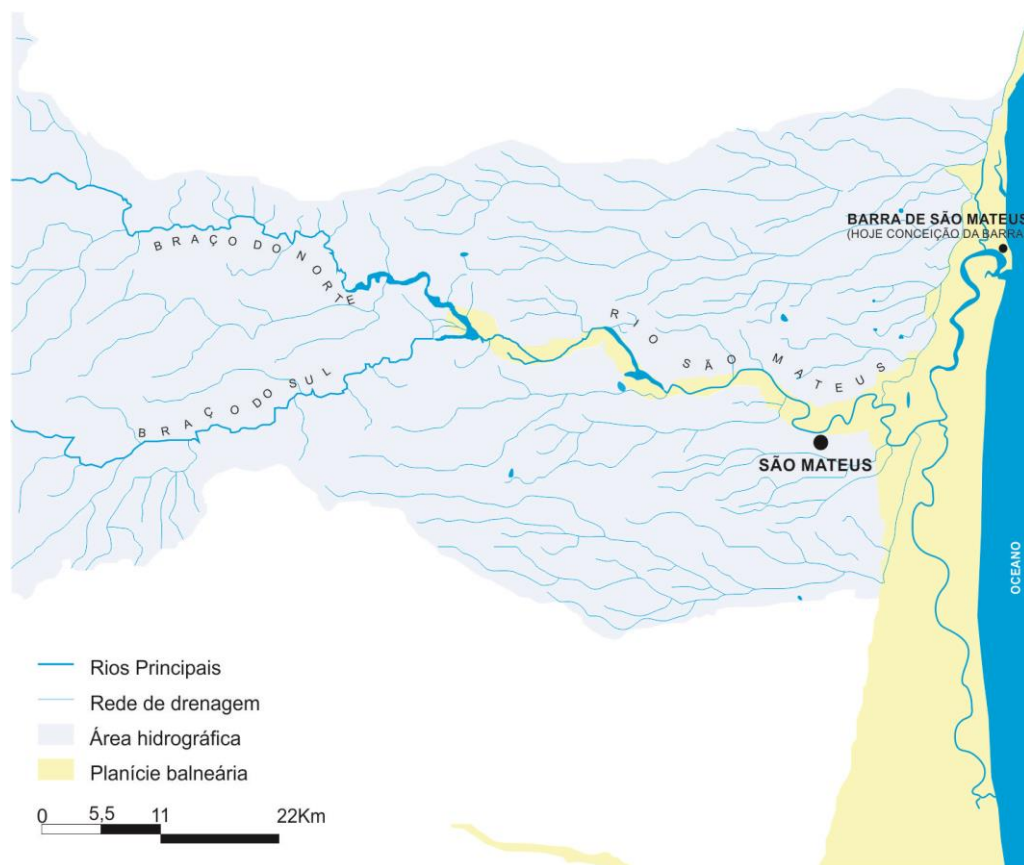
Pode-se identificar na Figura 3, as zonas de planície arenosa e mangues, descritas analiticamente por Hartt, como também a predominância da formação quaternária a sul da barra do rio S. Mateus em relação à presença da formação terciária que estreita a praia a norte da mesma barra.

¹²HARTT, Charles Frederick. **Geografia e geologia física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 1. ed. 1870, p.150

¹³ Ibidem, p.149.

¹⁴ Ibidem, p.150.

Figura 3 – Demonstração da foz, barra e braços do rio São Mateus. Localização de São Mateus e da Barra de São Mateus, atuais cidades de São Mateus e Conceição da Barra.



Fonte: Recorte da bacia hidrográfica do rio S. Mateus, elaborado pelo autor, a partir da imagem obtida em http://www.cesan.com.br/wp-content/uploads/2013/04/rio_so_mateus_mapa.jpg. 2016.

Para caracterizar a restante extensão até à foz, Hartt diz que a cidade de São Mateus “*não pode estar a mais de sete ou oito milhas em linha reta do mar, e é muito incorretamente localizada nos mapas*”. Afirma que está posicionada “*a oeste-sudoeste da barra*”, uma vez que o rio, neste ponto, desce para sul e logo a seguir ao encontro com o rio Maricú, dirige-se para o norte, ligeiramente para leste, e “*acima da barra, dá uma volta e entra no mar vindo de noroeste*.”¹⁵

Por último, caracteriza a foz, a sua barra situando a Vila de mesmo nome:

A **Vila da Barra do São Mateus** está situada numa elevação arenosa, apenas à distância de uma pedra até o mar, mas está

¹⁵ HARTT, Charles Frederick. **Geografia e geologia física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 1. ed. 1870, p.149.

aproximadamente a duas milhas da foz, pois o rio corre para o sul, por detrás da linha da praia, antes de atingir o mar.¹⁶ (Grifo nosso).

Relativamente aos ventos, diz que as barras estão constantemente em mudança “*pelo amontoar-se das areias, devido à ação do vento e das ondas*”, exemplificando com o caso da Barra Seca que se situa entre o rio São Mateus e Doce: “*Com um vento nordeste, muda-se para o sul, com um vento sudeste, para o norte, podendo mesmo, a uma tempestade de leste, fechar-se inteiramente.*”¹⁷

Assim, através da análise deste relato de viagem, feito pelo visitante Hartt, com conhecimento geológico e apurada descrição, conclui-se que no século XIX ainda eram muitas as dificuldades de acessibilidade à região, quer fosse à sua costa pelo exaustivo e árido percurso da “*Estrada do mar*”, quer por mar, devido aos recifes, às zonas de baixios mutáveis, como também pelos fortes ventos que implicam mutabilidade nas barras em determinadas alturas do ano. Permite também inferir que estas dificuldades desencorajavam o conhecimento do território, o que provavelmente justifica também a escassez de dados sobre o mesmo.

De destacar que a presente pesquisa apresenta recorte temporal de quatro séculos, inevitavelmente associado a uma dimensão espacial considerável, abrangendo grande diversidade geográfica e uma foz - barra fluvial mutável, adjacente a uma plataforma continental não menos rica de diversidade. Portanto, torna-se necessário um conhecimento mais científico da geomorfologia da região.

Assim, com o objetivo de entender melhor as informações que se retiram das fontes, para que a análise não fique apenas pelas inúmeras e hipotéticas suposições apresenta-se, a seguir, uma síntese das características geomorfológicas da região, com base no estudo da equipa da pesquisadora Jacqueline Albino.¹⁸

No litoral do Espírito Santo reconhecem-se três unidades geomorfológicas, com características distintas: “*os tabuleiros terciários da Formação Barreiras, os*

¹⁶ HARTT, Charles Frederick. **Geografia e geologia física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 1. ed. 1870, p.150.

¹⁷ Ibidem, p.135.

¹⁸ ALBINO, J. et al. Erosão e Progradação do litoral do Espírito Santo. In: Dieter Muehe. (org.). **Erosão e Progradação do Litoral do Brasil**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, v. 1, p.226 – 264, 2006.

afloramentos e promontórios cristalinos pré-cambrianos e as planícies flúvio-marinhas quaternárias.”¹⁹ (ver Figura 4).

Figura 4 - Distribuição dos depósitos terciários da Formação Barreiras ao longo do litoral:



Fonte: elaborado pelo autor a partir de ALBINO, J. et al. modificado de Amador & Dias, 1978²⁰.

As planícies quaternárias no litoral capixaba apresentam-se pouco desenvolvidas, sua evolução geológica está associada tanto às flutuações do nível do mar como à deposição de sedimentos fluviais. A desembocadura do rio Doce é onde se verifica o maior desenvolvimento deste tipo de planícies sedimentares, seguido dos vales entalhados dos rios São Mateus, e outros a sul do estado.²¹

A porção continental que se encontra em frente à região do Cricaré - que se estende de Belmonte, Porto Seguro até Regência, Linhares - *“é caracterizada por uma*

¹⁹ ALBINO, J. et al. Erosão e Progradação do litoral do Espírito Santo. In: Dieter Muehe. (org.). **Erosão e Progradação do Litoral do Brasil**. Brasília: ministério de Meio Ambiente. , v. 1, p.226 – 264, 2006, p.229.

²⁰ Ibidem, p.229.

²¹ Ibidem, p.229.

*plataforma com largura média de 230 km, como resultado de atividades vulcânicas ocorridas entre o Cretáceo superior e Eoceno médio*²².

Martin e sua equipe²³, relativamente à distribuição e o contato entre os depósitos da Formação Barreiras, os afloramentos cristalinos e as planícies costeiras, propôs a subdivisão fisiográfica da costa do Espírito Santo em cinco setores. A região em análise compreende dois setores: o setor 1 – da foz do rio S. Mateus para norte caracterizado por planícies costeiras estreitas, associadas às desembocaduras dos rios Itaúnas e São Mateus, ao sopé das falésias da Formação Barreiras; e o setor 2 - que é a planície costeira da foz do rio Doce, que se estende de Conceição da Barra para o sul. Nesta porção “os depósitos quaternários atingem o seu máximo desenvolvimento, cerca de 38 km transversalmente entre as falésias mortas da Formação Barreiras, no interior, e a linha de costa.”²⁴

No estudo que aqui se refere, Albino comparando a compartimentação proposta por Martin e a delimitação das bacias hidrográficas que desaguam no litoral capixaba, conclui que é “*grande a influência da carga e descarga dos rios Doce e São Mateus na determinação geomorfológica do litoral.*”²⁵

Relativamente à tipologia das praias e sua mobilidade, informa Albino que:

Nos Setores 1 e 2, onde o desenvolvimento das planícies costeiras está associado às desembocaduras fluviais, observa-se a complexa morfodinâmica de regiões costeiras com desembocadura fluvial. Na evolução geológica da planície deltaica do rio Doce, e ainda atualmente, destaca-se, além do volumoso aporte sedimentar, a atuação do fluxo do rio no bloqueio e sedimentação dos sedimentos transportados pela corrente longitudinal. Desta forma, as praias apresentam-se extensas, associadas a dunas frontais, compostas

²² ASMUS, H.E., GOMES, J.B. e PEREIRA, A.C.B., Integração geológica regional da bacia do Espírito Santo. **Anais do XXV Cong. bras. Geol.** 3. p.235-254, 1971; apud ALBINO, J. et al. Erosão e Progradação do litoral do Espírito Santo. In: Dieter Muehe. (org.). **Erosão e Progradação do Litoral do Brasil**. Brasília: ministério de Meio Ambiente, v. 1, p.226 – 264, 2006, p.230.

²³ MARTIN, L., SUGUIO, K., FLEXOR, J.M., ARCHANJO, J.D. Coastal Quaternary formations of the southern part of the State of Espírito Santo. **Anais Academia Brasileira Ciencias** 68(3). 1996. p. 389-404; MARTIN, L., SUGUIO, K., DOMINGUEZ, J.M.L, FLEXOR, J.M. **Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo**. Serviço Geológico do Brasil e Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo. São Paulo, 1997, apud ALBINO, J. et al. Erosão e Progradação do litoral do Espírito Santo. In: Dieter Muehe. (org.). **Erosão e Progradação do Litoral do Brasil**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, v. 1, p.226 – 264, 2006.

²⁴ ALBINO, J. et al. Erosão e Progradação do litoral do Espírito Santo. In: Dieter Muehe. (org.). Erosão e Progradação do Litoral do Brasil. Brasília: ministério de Meio Ambiente. , v. 1, p.226 – 264, 2006, p.230.

²⁵ Ibidem, p.231.

por areias litoclásticas grossas e médias provenientes dos rios Doce, São Mateus e Itaúnas.²⁶

Conclusivamente explica com objetividade, a grande influência dos ventos neste processo, que sendo sazonais, alteram com frequência o desenho da costa pela consequente corrente marítima longitudinal, que interfere conjuntamente com os fluxos dos rios:

O litoral Nordeste, que se estende do sul do estado da Bahia a Vitória, corresponde ao setor onde os maiores graus de desenvolvimento das planícies costeiras estão associados às inúmeras desembocaduras fluviais, sendo a planície mais extensa verificada nas adjacências do rio Doce.

As inversões sazonais na direção e intensidade da corrente longitudinal, em função do sistema dos ventos e das ondas no litoral capixaba, são responsáveis pelos eventos erosivos nas praias situadas ora ao sul, ora ao norte das desembocaduras. O incremento recente das freqüentes frentes frias, que trazem ventos de sudoeste e aumentam os índices pluviométricos, direcionam a corrente longitudinal de sul para norte e aumentam a descarga do rio, que bloqueia o trânsito de sedimentos, desencadeando um processo erosivo duradouro.²⁷ (Grifo nosso).

As informações recolhidas do trabalho de Hartt, assim como, a caracterização geomorfológica apresentada acima, permitiu um melhor entendimento das condições morfológicas que tanto possam ter permitido, como dificultado, a acessibilidade à região.

As várias considerações também permitiram a esta pesquisa uma melhor interpretação dos dados cartográficos e suas respectivas descrições.

²⁶ ALBINO, J. & SUGUIO, K. Distribuição, composição e granulometria das areias bioclásticas da plataforma continental interna adjacente ao litoral centro-norte do Espírito Santo. **Anais em CD do VII Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário e Reunião sobre o Quaternário da América do Sul**. Porto Seguro, BA, 1999, p.233.

²⁷ ALBINO, J. et al. Geomorfologia, tipologia, vulnerabilidade erosiva e ocupação urbana das praias do litoral do Espírito Santo, Brasil. In: **Geografares**, Vitória, n. 2, p.63-69, jun. 2001, p.65.

2.2. Reconhecimento pela historiografia do Lugar.

A primeira estratégia de povoamento do solo brasileiro foi a implantação do sistema de capitanias hereditárias, que apesar da primeira ter sido doada, em 1504 - a Ilha de São João, mais tarde chamada de Fernão de Noronha - só entre 1534 e 1536 é que efetivamente o solo da colônia foi distribuído pelos respectivos donatários.

A capitania de Porto Seguro foi doada a Pero de Campo Tourinho, por foral de 27 de maio de 1534, e passados quatro dias a capitania do Espírito Santo, a Vasco Fernandes Coutinho, por foral de 1 de junho de 1534, tendo o seu donatário recebido a carta de foral no dia 7 de Outubro do mesmo ano.

Decorridos cerca de quatorze anos, em 1548, perante um cenário de sucessivos assaltos estrangeiros ao pau-brasil e diversas dificuldades de grande número de capitanias, sobretudo de fixação de povoações, é instituído o governo geral no Brasil, com sede em Salvador, agora cidade régia, com o intuito de maior intervenção, principalmente na questão da defesa e administração da coroa portuguesa. Perdura, no entanto, o sistema de capitanias hereditárias, até ao século XVIII, que paulatinamente vai sendo substituído pelas capitanias régias.

Podem-se identificar os objetivos que a coroa portuguesa tem em relação à nova forma de governo e, sobretudo à defesa e ocupação efetiva do solo, pelo Regimento passado ao primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa, em 1548:

[...] é conservar e enobrecer as Capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, [...], ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e a bem das partes.²⁸

Em 1580 Portugal passa ao domínio espanhol, como resultado da morte do rei D. Sebastião, que não deixa sucessores diretos. É o período da Coroa ou União Ibérica, com a Dinastia Filipina, que perdurou até à Restauração da Coroa Portuguesa, em 1640. Contudo o período de guerras prolonga-se até 1665.

²⁸ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. Doações e forais das capitanias do Brasil 1534-1536. [Apresentação, transcrição paleográfica e notas de Maria José Mexia Bigote Chorão]. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1999. p.7. Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil. AHU_ código 112, fls. 1-9. Lisboa, de 17 de dezembro de 1548.

O processo de povoamento da capitania do Espírito Santo está diretamente relacionado com a grande falta de mão-de-obra para a lavoura, assim como, a dificuldade em conter os sucessivos ataques dos indígenas. Os historiadores são unânimes em afirmar que estas são as causas da transferência da sede da capitania para a ilha de Duarte Lemos, mais tarde chamada de Vitória.

No foral de doação da capitania a Vasco Fernandes Coutinho, é claro o objetivo da coroa de povoar o espaço da colônia portuguesa:

[...] e ser ha minha costa e terra do Brazyll mais povoada do que hathe gora foy (...) cinquenta legoas de terra na dita costa do Brazyll as quaes se começaram na parte onde acabarem as cinquenta legoas de que tenho feito merce a Pero do Campo Tourinho e correram pera a bamda do Sull tanto quanto couber nas ditas cinquenta legoas entrando nesta capitania quaisquer ilhas que houver athé dez legoas ao mar na frontaria e demarcação das ditas cinquenta legoas [...] e seram de larguo ao lomguo da costa e entraram na mesma largura pelo sertam e terra fyrme adentro tanto quanto poderem emtrar.²⁹ (Grifo nosso).

Também é claro que a fronteira a norte seria onde acabassem as cinquenta léguas de Pero do Campo Tourinho, donatário da capitania de Porto Seguro, que por sua vez, tinha por limite a norte o fim das cinquenta léguas da capitania de Ilhéus.

No entanto, quer pelas dificuldades de povoamento na sede da capitania do Espírito Santo, quer pela dificuldade de deslocação por terra e por mar (como comprovado com a análise apresentada no ponto 2.1 desta pesquisa), por falta de meios económicos ou por ser território com forte presença indígena, ou outra razão ainda desconhecida, a verdade é que não existe registro de que esta fronteira norte do Espírito Santo tenha sido fixada ou esclarecida durante o século XVI.

Assim, apenas pela leitura do foral não é permitido afirmar com clareza que as terras do Cricaré, no século XVI, pertencessem à capitania do Espírito Santo, ou à do Porto Seguro.

No século XIX ainda paira a dúvida. Em 1801, Antonio Silva Pontes, governador da capitania do Espírito Santo, explica esta questão desta forma:

Tenho a honra de fazer presente a V. Exc^a, que o descuido dos Cabos, e Ministros, que tinham o Governo desta Capitania, deixarão, prederelicto, toda a Terra do Norte do Rio Doce, que pertence ao Destricto d'ella, com a mais provada evidencia, porque começando a Capitania dos Ilheos da Ponta dos Coqueiros da Barra de Jaguaripe,

²⁹ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. Doações e forais das capitanias do Brasil 1534-1536. [Apresentação, transcrição paleográfica e notas de Maria José Mexia Bigote Chorão]. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1999, p. 74. Foral de doação da capitania a Vasco Fernandes Coutinho.

no Reconcovo da Bahia, se estende por cincoenta légoas, até o rio Grande, que hoje chamão de Belmonte, pella Villa daquelle nome existente na sua foz, e que hé o Rio Diamantino do Serro Frio, ou Giquitinhonha. Dali começa a Capitania de Porto Seguro, com outras cincoenta legoas, que findão pelo Norte do Rio Mucuri, donde começa a terceira Capitania, que hé esta do Espírito Santo, achando-se mais a sul e portanto muito mais proxima desta Capital a Villa de S. Matheos [...].³⁰

A história da capitania do Espírito Santo, assim como de Porto Seguro é uma sucessão de narrativas de dificuldades, mas também de expectativas quanto à descoberta das pedras preciosas, mais especificamente das esmeraldas. Vasco Fernandes Coutinho teve por herdeiro seu filho bastardo, homônimo, que em 1573, assume a herança. Com sua morte deixa a capitania à sua esposa Luiza Grimaldi, que regressa a Portugal e delega a administração da capitania a capitães-mores, assim permanecendo com outros herdeiros até ser vendida por Antonio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho³¹, em 1674, ao rico proprietário de terras da Bahia, Francisco Gil de Araujo, como consta na carta régia de 18 de março de 1675³². Com a sua morte em 1685, a capitania é herdada pelo seu filho Manuel Garcia Pimentel³³, que não assumiu a sua administração, optando pelas suas posses ao norte da Bahia, no Sergipe. Esta capitania voltou a ser governada por capitães-mores, e com a morte do seu proprietário e sem herdeiros diretos, em 1711, a coroa portuguesa que já assumira a defesa da costa e do território, passa a nomear os seus governadores, até que a Relação da Bahia decide por legítimo herdeiro o primo de Manuel Garcia Pimentel, Cosme Rolim de Moura, que a vende à coroa portuguesa em 06 de abril de 1718³⁴.

Faltava apenas a capitania do Porto Seguro ser adquirida pela Coroa, o que veio finalmente a acontecer em 1759. Neste período de tempo quer a defesa militar, quer

³⁰ CARTA do governador da capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, ao secretário interino de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar da necessidade de anexar a Vila de São Mateus à Capitania do Espírito Santo. AHU_ACL_CU_007, Cx.06, D.460, de 02 de março de 1801.

³¹ Descendente da família do primeiro donatário da capitania do Espírito Santo, foi Almotace Môr do Reino, Governador e Capitão Geral do Estado do Brasil e Vice-Rey da India, segundo ROCHA PITTA, 1730, p.86.

³² RUBIM, Brás da Costa. **Notícia cronológica dos fatos mais notáveis da província do Espírito Santo desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório**, in RIHGB, XI, p.340.

³³ RUBIM, Francisco Alberto. **Memorias Para Servir à Historia até o Anno de 1817 e Breve Noticia Estatística da Capitania do Espírito Santo**, Porção do Reino do Brasil, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840, p.9.

³⁴ Ibidem, p.9.

a administração destas capitanias, dependiam do governo geral da Bahia, como também o judiciário até 1722, quando a Provisão do Conselho Ultramarino de 19 de Abril de 1722³⁵, determinou que o Espírito Santo passasse à jurisdição da ouvidoria do Rio de Janeiro no foro judicial. No entanto, não alterou nada em relação a S. Mateus, que como Porto Seguro, permaneceu vinculado à Bahia, e mais tarde, em 1763³⁶, claramente à nova ouvidoria de Porto Seguro. Relativamente a esta questão, o governador do Espírito Santo, Antonio Silva Pontes justifica assim:

[...] pelos Documentos juntos [...], e justificação, Nº B feita a requerimento do Procurador do Conselho desta Villa se conhece, que a dificuldade, que havia naquella tempo de se ir por terra, á passagem do Rio Doce, e o receio que havia de andar por mar, contra as correntes, em seis mezes do anno, que durão os NordEstes, dêo motivo aos Capitaens Mores, e Ouvidores deixarem de prover aquella Villa [S. Mateus], e mais Póvos do Norte, que se extendem athé a sitio do Páo fincado, duas léguas ao Septentrião do dito Mocuri, pela Ponta dos Abrolhos.³⁷

Antonio Silva Pontes, em 1801 informa que S. Mateus continua efetivamente desligado da capitania do Espírito Santo, revelando também o interesse para que a situação se reverta:

Portanto creio ser muito conveniente ao Real serviço unir-se a Villa de S. Matheos, como hé de sua origem pertencente a esta Capitania, e extenderse o Districto ao Rio Mocuri por Norte da Margem delle, ou Ponta dos Abrolhos.

Na historiografia colonial da região, dos três séculos, é possível constatar por vários momentos, a sobreposição de poderes – administrativo / militar, eclesiástico e judiciário - que sofriam alteração nos seus limites, consoante as dificuldades ou os interesses da coroa, dos governos ou das próprias localidades.

Em 1818, Saint-Hilaire, na sua viagem ao Espírito Santo, expressa bem esta complexidade e dificuldade de entendimento da questão, quando pretende em

³⁵ RUBIM, Francisco Alberto. **Memorias Para Servir à Historia até o Anno de 1817 e Breve Noticia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção do Reino do Brasil, Escritas em 1818**, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840, p.10.

³⁶ AVISO do [secretário de estado dos Negócios do Reino, ...] aos governadores do Estado do Brasil, referente à criação da Ouvidoria do Porto Seguro, nomeando para ela, o bacharel Tomé Couceiro de Abreu. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 150, D. 11523. Lisboa, de 28 de abril de 1763.

³⁷ CARTA do governador da capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, ao secretário interino de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar da necessidade de anexar a Vila de São Mateus à Capitania do Espírito Santo. AHU_ACL_CU_007, Cx.06, D.460, de 02 de março de 1801.

poucas palavras comunicar o limite norte da província: “*A actual provincia do Espírito Santo [...] prolonga-se ao norte, até o território de Porto Seguro do qual a separa o Rio Doce, ou melhor, a ribeira menos meridional de São Matheus*”³⁸. Contudo, para um melhor entendimento desta questão, a edição de 1936 da sua viagem ao Espírito Santo, acrescenta esta extensa nota:

É conveniente repetir que o Rio Doce é o limite da provincia do Espírito Santo; mas, não se observa assim na região; é incontestavel que Linhares, situada sobre margem esquerda do rio, pertence ainda a esta provincia; Pizzarro disse, positivamente (“Mem.”, II,29) que o Rio S. Matheus que serve de limite á jurisdição da junta da fazenda do sul (junta do Thesouro publico) do Espírito Santo; emfim, a autoridade dita se estende ainda sobre o littoral, p’ra lá do Rio Doce, numa distancia de algumas leguas até o porto militar da Barra Secca.³⁹

Accioli Vasconcellos, no relatório de Presidência da Provincia do Espírito Santo, de 1828, refere que: “*Por Portaria de 10 de Abril de 1823 da Secretaria dos Negocios do imperio ficou pertencendo S. Matheus a esta Provincia té a decisão d’Assemblea, [...]*”.⁴⁰

Ainda no século XX pode-se verificar a falta de esclarecimento sobre esta questão, quando Felisbello Freire, na sua *Historia Territorial do Brasil*, por várias vezes refere que se desconhece o auto e data de criação da Vila de S. Mateus⁴¹, justificando ser esta a razão porque não se sabe, até 1906, quais são os verdadeiros limites entre os estados do Espírito Santo e Bahia⁴².

Na tentativa de melhor compreensão desta questão, que implica concretamente esta pesquisa, elaborou-se ao longo da pesquisa o Quadro 1, abaixo, a partir da informação da historiografia estudada, como também de pesquisa de fontes primárias, para a região do rio Cricaré / S. Mateus, até o ano de 1823, quando S.

³⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem ao interior do Brasil, Espírito Santo**. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1936, p.28.

³⁹ Ibidem, p.28.

⁴⁰ VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Estatística da Provincia do Espírito Santo escrita no anno de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – biblioteca Digital, 1978. s/p.

⁴¹ O Auto de demarcação é de setembro de 1764, conforme o relatório do ouvidor Tomé Couceiro.

⁴² FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil** : Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1906, p.432-434.

Mateus, com a independência do Brasil, passa a pertencer à Província do Espírito Santo.

Quadro 1 - Resumo das várias jurisdições no território de São Mateus, entre 1534 e 1823.

Ano	Fonte	Administrativo/ Militar	Eclesiástico	Judicial/ OUVIDORIA
1534	Foral de doação do ES ⁴³	a)	(BA) a)	a)
1558	Instrumento Serviço de Mén de Sá ⁴⁴	ES	(BA) a)	ES
1618	Ms Arquivo Histórico Ultramarino ⁴⁵	ES	(BA) a)	RJ
1666	Ms Arquivo Histórico Ultramarino ⁴⁶	ES	(BA) a)	ES
1676	Bula Romani Pontificis pastoralis solicitude de 1676. ⁴⁷	b)	RJ	b)
1675 /1685	RUBIM, 1856. p.340. ⁴⁸	ES	RJ	ES
1711	OLIVEIRA, 1951. ⁴⁹	BA	RJ	BA (presume-se)
1716	RUBIM, 1840, p.10	ES	RJ	BA (presume-se)
1716	Carta de Marques Angeja a Domingos Antunes, capitão moradores S. Mateus ⁵⁰	ES	RJ	BA (presume-se)
1718	Rubim, 1840, p.9 ⁵¹	ES subordinado BA	RJ	BA (presume-se)
1721	RUBIM, 1840, p.10 ⁵²	ES subordinado BA	RJ	BA
1722	Provisão do Conselho Ultramarino de 19. Abril de 1722. ⁵³	ES subordinado BA	RJ	BA (S. Mateus, provavelmente) RJ (ES)
1732	Resolução Real - criação da	a)	RJ	BA

⁴³ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. Doações e forais das capitanias do Brasil 1534-1536. [Apresentação, transcrição paleográfica e notas de Maria José Mexia Bigote Chorão]. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1999, p. 74. Foral de doação da capitania a Vasco Fernandes Coutinho.

⁴⁴ INSTRUMENTO DOS SERVIÇOS de Mém de Sá. In: DOCUMENTOS RELATIVOS A Mem de Sá Governador Geral do Brasil. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, v. 27. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Biblioteca Nacional, 1906, p.2

⁴⁵ Auto de deligência sobre o contrabando do pau-brasil no rio Cricaré. AHU_ACL_CU-007, Cx.01, D.06 – ant 1618, julho, 24, Espírito Santo.

⁴⁶ Proposta de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas pelo rio Doce ou São Mateus. AHU_ACL_CU_007, Cx.01, D. 67 - 1666, Abril, 28.

⁴⁷ OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro Geografia e Estatística, 1951.

⁴⁸ RUBIM, Brás da Costa. **Notícia cronológica dos fatos mais notáveis da província do Espírito Santo desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório**, in RIHGB, XIX, n. 22, 1856, p. 336-348, p.340.

⁴⁹ OLIVEIRA, op. cit., nota 47.

⁵⁰ Documentos Históricos, LXX, p.315-316.

⁵¹ RUBIM, Francisco Alberto. **Memorias Para Servir à Historia até o Anno de 1817** e Breve Noticia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção do Reino do Brasil, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital, p.9.

⁵² Ibidem, p.10.

⁵³ Ibidem, p.10.

	ouvidoria ES 15/01/1732. ⁵⁴			
1743	RUBIM, 1840, p.10. ⁵⁵	ES	RJ	ES
1758	Ms Arquivo Histórico Ultramarino. ⁵⁶	BA	RJ	BA
1764	Decreto de nomeação de Tomé Couceiro ⁵⁷	BA	RJ	PS
1817	RUBIM, 1840, p.10. ⁵⁸	BA	RJ	PS
1819	Bispo José Caetano Coutinho. ⁵⁹	BA	RJ	PS
1823	VASCONCELLOS, 1978. ⁶⁰	ES	BA	ES
a) Não existe fonte que possa assegurar qualquer informação, específica a S. Mateus.				
b) o documento não refere.				

Fonte: as apresentadas na segunda coluna deste quadro. Elaborado pelo autor. 2016.

Esta questão da sobreposição de jurisdições convida a um estudo mais aprofundado, no entanto, interessa para esta pesquisa os contornos máximos a norte e a sul da região de S. Mateus, de forma a relacionar o território com os princípios e estratégias mencionados nos documentos analisados.

Assim, representam-se, de forma sintetizada na Figura 5, os limites territoriais do norte do Espírito Santo e sul de Porto Seguro (BA). Apresentam-se três momentos, que correspondem às alterações máximas, tanto para norte como para sul destes territórios limítrofes. Este é o território diretamente vinculado à história do rio São Mateus.

⁵⁴ RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias Para Servir à Historia até o Anno de 1817** e Breve Notícia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção do Reino do Brasil, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital, p.246.

⁵⁵ Ibidem, p.10.

⁵⁶ CARTA do conselheiro Antonio de Azevedo Coutinho para Sebastião José de Carvalho dando informações sobre o andamento que iam tendo as execuções das dividas à Fazenda Real. AHU_ACL_CU_005, Cx. 21, D. 3855, de 16 de dezembro de 1758.

⁵⁷ DECRETO do rei [D. José], ao Conselho Ultramarino nomeando o corregedor da Comarca de Tomar o bacharel Tomé Couceiro de Abreu para ouvidor da nova Ouvidoria da capitania de Porto Seguro. AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11510. Lisboa, de 2 de abril de 1763.

⁵⁸ RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias Para Servir à Historia até o Anno de 1817** e Breve Notícia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção do Reino do Brasil, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital, p.10.

⁵⁹ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819.** [Vitória]: Estação Capixaba e Cultural, 2002.

⁶⁰ VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Estatística da Provincia do Espírito Santo escrita no anno de 1828.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – biblioteca Digital, 1978. s/p.

Estes momentos correspondem respectivamente, ao levantamento feito pela Dinastia Filipina ou União Ibérica entre 1612 e 1616; à constituição da ouvidoria da nova capitania de Porto Seguro em 1763; e por último, 1823, que corresponde ao momento em que São Mateus se desvinculou da Bahia, que resistia à independência do Brasil desde 1822.

Figura 5: Síntese dos limites territoriais do norte do Espírito Santo e sul de Porto Seguro (BA), nos séculos XVII, XVIII e XIX, respectivamente:



Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

Como se pode observar no século XVII seria o Rio Doce o limite natural entre as duas capitanias, no século XVIII, o rio São Mateus e no século XIX o rio Mucuri.

Conclui-se que esta sucessiva alteração de jurisdições esteja relacionada com diferentes interesses, que diretamente originaram a ocupação e desenvolvimento da região, mas também não se exclui que tenham sido os moradores da região quem mais tenha procurado despertar diversos interesses nas duas capitanias. De uma forma ou de outra, este aspecto influenciou certamente o seu território e será tratado no capítulo 2, dedicado ao povoamento.

2.3. Reconhecimento pela iconografia cartográfica do Lugar.

Parte-se da hipótese de que a cartografia acrescenta informação acerca de um tempo de escassas palavras, e por isso, também quando a historiografia é escassa de fontes primárias.

[...], a cartografia de cada época tem uma importância fundamental – [...] porque os próprios mapas são marcos definitivos de etapas das transformações [...], nos dando uma informação precisa (em diferentes graus) do que já existia, do que estava consolidado, **e do que tinha importância em ser registrado e mapeado** [...] ⁶¹ (Grifo nosso).

Tem por objetivo específico recolher informação a partir da cartografia e sua descrição, produzidas pelos cartógrafos da Coroa Portuguesa, entre 1574 e 1666, com enfoque na identificação de topônimos, de signos que caracterizem o entorno, e que nos possam dar informações sobre os limites territoriais, a acessibilidade e o povoamento da região do Cricaré / São Mateus, compreendida entre os rios Doce e Caravelas.

Apresenta-se inicialmente a cartografia e seus autores, segue-se a descrição e análise de topônimos, descrição e análise gráfica, descrição e análise dos textos que acompanham as obras, as conclusões de cada análise e por último a confrontação dos resultados com a informação cartográfica europeia, na qual consta os topônimos relativos a Cricaré ou São Mateus, até ao século XX.

A análise centra-se na cartografia de João Teixeira Albernaz I, **“Rezão do estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dō Diogo de Meneses até o anno de 1612”** ⁶², de ca 1616, e, **“Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz Chamado vylgarmente o brazil”** ⁶³, de 1640. Contudo, para a análise ser mais consistente, abrangeu-se um período anterior de cerca de 30 anos - mapa de ca

⁶¹ VASCONCELOS, Pedro Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, v. 5, n. 2, p.147-157, dez. 2009, p.147.

⁶² **“REZÃO DO ESTADO DO BRASIL NO GOVERNO DO NORTE SOMETE ASI COMO O TEVE DÕ DIOGO DE MENESES ATÉ O ANNO DE 1612”**. Ca 1616 - João Teixeira Albernás, o Velho.

⁶³ **“Descrição de todo o marítimo da terra de S. Crvz. Chamado vylgarmente o brazil”**, 1640 - João Teixeira Albernás, o Velho.

1586, de Luís Teixeira⁶⁴ - e um período posterior de 26 anos - mapa de ca 1666, de João Teixeira Albernaz II ⁶⁵.

Essa necessidade surge especificamente pela alteração do topônimo “*cricare*” ⁶⁶ e “*R. Cricare*”⁶⁷ nos mapas de ca 1616, para “*R. Cororuípe*”⁶⁸ e “*R. Coruroípe*”⁶⁹, no conjunto dos mapas de 1640, mas também por se verificar uma grande alteração na representação do espaço físico.

A opção de análise num período mais alargado dos registros cartográficos, enriquece a pesquisa uma vez que através do olhar e representação destes cartógrafos da corte, que reúnem cinco gerações da mesma família, pode-se verificar a presença e continuidade de topônimos, esclarecendo se corresponderia apenas a uma evolução toponímica ou ao registro mais fidedigno de um território ainda por ser conhecido.

Cartógrafos e cartografia analisada.

Os três autores do conjunto da cartografia analisada pertencem à mesma família Teixeira: Luís Teixeira, João Teixeira Albernaz I, também conhecido por “o Velho” e João Teixeira Albernaz II , “o Novo”. Todos apresentam vasta obra como cartógrafos da corte portuguesa, incluindo o período da União Ibérica.

Por razões de necessidade de reconhecimento de um território, agora sob novo domínio e sob o olhar de outros países, que efetivamente resultou nas ocupações francesas (entre 1555 e 1565, no Rio de Janeiro e 1613-1615, no Maranhão), e holandesas (1624 a 1625, de Salvador e Pernambuco entre 1630 e 1654), ou por ser “necessário oferecer aos novos soberanos o conhecimento dos territórios recém-adquiridos [...], a fim de demonstrar as suas possibilidades e vantagens frente às

⁶⁴ “*Roteiro de todos os sinaes, conheçim.tos, fundos, alturas e derrotas, que há costa do Brasil desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*” ou “O Roteiro-Atlas do Brasil”, ca 1586 - Luís Teixeira.

⁶⁵ “*Atlas do Brasil*”, 1666 - João Teixeira Albernaz, o Novo.

⁶⁶ No mapa geral do Brasil, da “*Rezão do estado do Brasil...*”.

⁶⁷ No mapa do setor em análise na obra “*Demonstração da Capitania do Spirito Santo atte...*”, da “*Rezão do estado do Brasil...*”.

⁶⁸ No mapa geral do Brasil, da “*Descrição de todo o marítimo... brasil*”.

⁶⁹ No mapa do setor em análise na obra “*Descrição de todo o marítimo ... brasil*”.

possessões do Oriente”⁷⁰, este período constitui-se como o de maior produção cartográfica portuguesa.

Muita desta produção se deve a Luís Teixeira que pelas palavras do historiador Fialho:

[...] será o mais ilustre representante desta família. Foi pai de João Teixeira Albernaz e de Pedro Teixeira Albernaz. Teve carta de ofício a 18 de Outubro de 1564 [...] Tem um estilo muito próprio e trabalhos de grande qualidade. [...] Podemos dizer que fundou uma nova Escola de fazer cartas, na segunda metade do século XVI. Talvez por estas razões tenha sido nomeado em 1569 para fornecer à Armada Real as cartas e instrumentos que esta necessitasse.⁷¹

Sobre a obra “**Roteiro de todos os sinaes, conheçim.tos, fundos, alturas e derrotas, que há costa do Brasil desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães**” ou “**O Roteiro-Atlas do Brasil**”, não datado, será de ca 1586, e Luís Teixeira, o autor desse atlas⁷². Existe a hipótese de que Luís Teixeira tenha vindo pessoalmente ao Brasil para recolher dados.⁷³ A obra faz parte do acervo da Biblioteca da Ajuda, Lisboa e apresenta 13 mapas para além do atlas. Representa as capitanias hereditárias da América portuguesa, do século XVI.

O período, entre a coleta dos dados e a sua elaboração, é coincidente com a integração de Portugal na União Ibérica, o que o torna veículo prioritário de informação ao rei Filipe II, para além de que apresenta um acréscimo significativo de conhecimento sobre o território do Brasil, como podemos perceber pelas palavras de CINTRA:

A toponímia é muito abundante: mais de 190 nomes ao longo da costa, cerca de 20 no Atlântico e mais de 30 rios nomeados no interior do continente. Isso representa mais que o dobro de

⁷⁰ MARANHO, Milena Fernandes. Retratos da colonização: Os mapas dos Teixeira Albernáz e a construção dos sentidos da América portuguesa seiscentista. **3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia**, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010, p.15.

⁷¹ FIALHO, João. G. Ramalho. TEIXEIRA, Família. In: DOMINGUES, Francisco Contento (Org.). **Navegações Portuguesas: Biografias**. Instituto Camões, 2002-2005. s/p.

⁷² CORTESÃO, Jaime. **Cabral e as origens do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1944. Tomo I; CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965. Tomo I; MOTA, Avelino Teixeira; CORTESÃO, Armando. **Portugaliae monumenta cartographica**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1960 apud CINTRA, Jorge Pimentel. **As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira** Anais Museu Paulista, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 11-42, Dec. 2015.

⁷³ CINTRA, Jorge Pimentel. **As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira** Anais Museu Paulista, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 11-42, Dec. 2015.

informação do mapa de Diogo Homem, de 1558; o que reflete o progressivo conhecimento da costa e do interior [...].⁷⁴

Decorridos cerca de vinte anos, D. Filipe II ordena a D. Diogo de Menezes, Governador do Brasil entre 1608 a 1612, para que organizasse um livro, onde constassem informações detalhadas sobre as capitanias do Brasil, onde declarasse as que são da coroa e as de donatários; as suas fortalezas, artilharia e oficiais; suas despesas e receitas; assim como, a ordem de atualização desse livro a cada ano.⁷⁵

Este livro é o códice intitulado “**Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete así como o teve dō Diogo de Meneses até o anno de 1612**”, de ca 1616, do qual uma cópia se encontra na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Portugal. Por intermédio da pesquisa de Moura Filha fica-se com a informação que:

Entre outros historiadores, Francisco de Adolfo Varnhagen e Hélio Viana, atribuíram a autoria do livro que dá ‘Rezão do Estado do Brasil’ ao Sargento-mor **Diogo de Campos Moreno**, tendo ele recolhido, provavelmente, também alguns elementos utilizados para execução da cartografia que faz parte da obra, a qual, segundo Jaime Cortesão, foi trabalho de João Teixeira.⁷⁶ (Grifo nosso).

Segundo Augusto Quirino Sousa:

A obra deste cartógrafo tem um acentuado interesse, tanto pela sua amplitude e variedade, como **pelo registo do progresso dos descobrimentos e explorações, quer marítimas, quer terrestres, mormente, no que respeita ao Brasil.**⁷⁷ (Grifo nosso).

É também de sua autoria, o Atlas do Brasil, de 1640, também objeto de análise desta pesquisa, que se encontra à guarda do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças Portuguesas, mas do qual existem sete cópias, das quais uma intitulada “**Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz Chamado vlvgarmente o brazil**”, que se encontra na Torre do Tombo em Lisboa.⁷⁸

Por último, o **Atlas** de ca 1666, que não está assinado, mas atribuído a João Teixeira Albernaz II, contém 29 cartas, fez parte do códice de Diogo Barbosa Machado, *Mappas do Reino de Portugal*, encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio

⁷⁴ CINTRA, Jorge Pimentel. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. An. mus. paul., São Paulo, v. 23, n. 2, p. 11-42, Dec. 2015..

⁷⁵ MOURA FILHA, Maria Berthilde. O Livro que dá "Rezão do Estado do Brasil" e o Povoamento do Território Brasileiro nos Séculos XVI e XVII. CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÔNIO, Porto, 2003, v. 2, p. 591-613, p.591.

⁷⁶ Ibidem, p.591.

⁷⁷ SOUSA, Augusto O. Quirino de. ALBERNAZ, Família. In: DOMINGUES, Francisco Contento (Org.). Navegações Portuguesas: Biografias. Instituto Camões, 2002. s/p.

⁷⁸ Ibidem, s/p.

de Janeiro. Sobre a obra deste cartógrafo, Augusto Quirino Sousa afirma que é bastante vasta, notando-se grande influência de seu avô e mestre, João Teixeira Albernaz I, mas o traçado da letra e iluminuras do neto são menos cuidados.⁷⁹

Análise da cartografia

a) Topônimos

Apresenta-se primeiramente, os topônimos de cada mapa, e estes por ordem cronológica. Isto para se avaliar a continuidade dos topônimos dentro da mesma obra, como também, de uma obra para a outra, no período total de 80 anos que os separa.

Mantêm-se os topônimos como registrados nos originais, estando limitada a análise ao espaço compreendido entre o povoado do Espírito Santo e a região de Caravelas.

Para permitir um melhor entendimento do contexto dos quatro conjuntos de mapas analisados e sequência da informação, apresenta-se na Figura 6, a grelha síntese com identificação dos mapas e “*períodos densos*” selecionados para esta pesquisa.

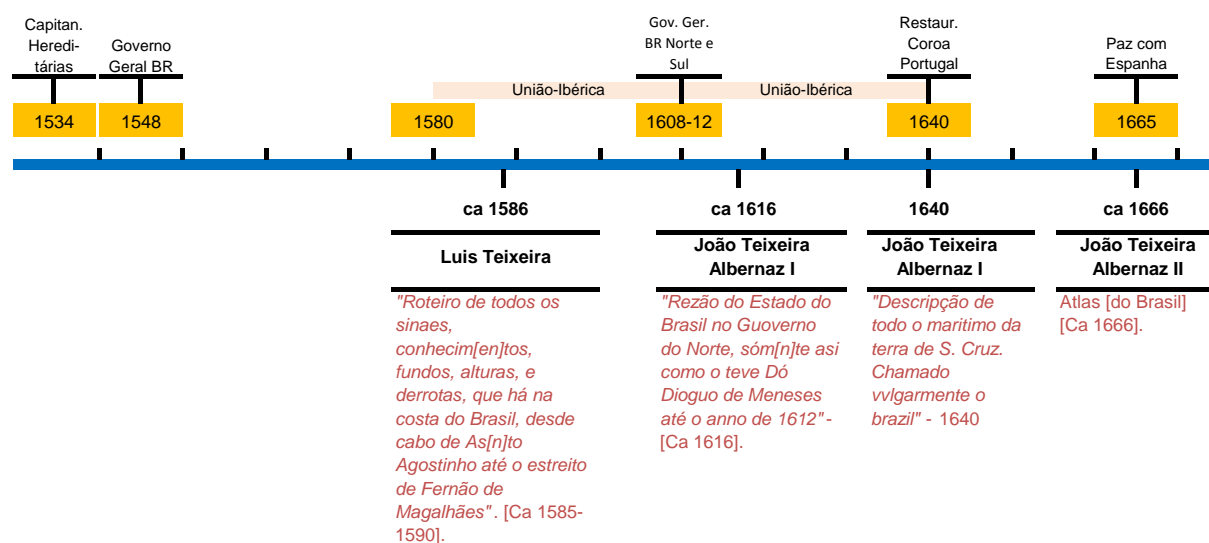
A denominação “*períodos densos*”, é usada pelo pesquisador Pedro de Almeida Vasconcelos e mais do que uma terminologia, faz parte do método de pesquisa que propõe para estudar a geografia urbana:

[...] representam momentos de grande intensidade, de importantes transformações que extrapolam o quotidiano, mas que não seriam ainda momentos de ruptura, que colocam a sociedade urbana (ou a mais ampla) diante de uma nova realidade ou de uma nova ordem. Alguns desses ‘períodos densos’ fornecem elementos factuais de grande riqueza, a partir de documentação da época, que registram as ocorrências extraordinárias.⁸⁰

⁷⁹ SOUSA, Augusto O. Quirino de. ALBERNAZ, Família. In: DOMINGUES, Francisco Contento (Org.). Navegações Portuguesas: Biografias. Instituto Camões, 2002. s/p.

⁸⁰ VASCONCELOS. Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. GeoTextos, v. 5, n. 2, p.147-157, dez. 2009, p.147.

Figura 6 – Relação entre os “períodos densos” de povoamento do Brasil colonial e a cartografia selecionada para esta pesquisa:



Fonte: elaborado pelo autor.2016.

Ca 1586 – “Roteiro de todos os sinaes ...”. (Figura 7)

Topônimos na capitania identificada por “Vasco Fez Coutinho”: *SpuSanto*; *Reys magos*; *Riacho*; *Rio doce*.

Topônimos na capitania identificada por “Duque daveiro”, portanto no território da capitania do Porto Seguro: *Rdecricare*; *R. demacoripe*; *R. deperuype*; *R das caravelas*.

Ver no anexo, Figura 7 – Recorte do mapa geral do Brasil, ca 1586 do “Roteiro de todos os sinaes...” - “Capitania de Vasco Fez Coutinho” e “Capitania do Duque daveiro”.

Ca 1616 - “Rezão do estado do Brasil...”. (Figuras 8, 9 e 10)

Topônimos do mapa geral: *Spivito Santo*; *Serras*; *Reys magos*; *R: doce*; *crícare*; “*antre abertas*”; *fraga suipe*; *sernaõ de bitibi*; *Pta de corinbabo*; *zanhaem*; *R. dos frades*.

Ver no anexo, Figura 8 - Recorte do mapa geral do Brasil, ca 1616 da “Rezão do estado do Brasil...”.

Topônimos no mapa parcial - “*Demonstração da Capitania do Spirito Santo atte...*”: Spirito Santo; P do Tubarão; R das barreiras; R. dos Reis magos; ORiacho; P do Rio doce; R. doce; R Cricare; R: Guaxinduba; R: Mocurípe.

Ver no anexo, Figura 9 – mapa “*Demonstração da Capitania do Spirito Santo atte...*”: ca 1616, da “*Rezão do estado do Brasil...*”.

Topônimos no mapa parcial - “*Diligentíssima demonstração da sonda dos abrolhos...*”: Peruip; Paranãobuco; R. das caravelas; R. dos mangues.

Ver no anexo, Figura 10 – mapa “*Diligentíssima demonstração da sonda dos abrolhos...*”, ca 1616, da “*Rezão do estado do Brasil...*”.

Interessa, para a análise, que o mapa parcial mantém 4 topônimos do mapa geral e que apresentam a mesma ordem e localização geográfica, apenas com pequenas alterações de grafia (*Spivito Santo* / *Spirito Santo*; *Reys magos* / *R. dos Reis magos*; *R: doce* / *R. doce*; *crícare* / *R Cricare*).

Estranhamente os topônimos “*antre abertas*” e “*fraga suipe*” encontram-se imediatamente a seguir a “*cricare*”, na região que geograficamente corresponde à margem esquerda deste rio e que corre para norte até à “*pta de corimbabo*”. Portanto, corresponde à região dos atuais rios Guaxindiba, também chamado Itaúnas, e do rio Mucurí, como também aos atuais rios Peruípe e Caravelas. Assim a “*fraga suipe*” (penhasco de nome “*suipe*”) corresponderá à parte que adentra o mar e que constitui a margem esquerda do Rio Caravelas, como à pequena ilha que nos mapas desta época se encontra à frente desta ponta.

1640 - “*Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz Chamado vulgarmente o brazil*”. (Figuras 11 e 12)

Topônimos no mapa geral: *Ponta do Rio doce*; *Rio doce*; *Reis magos*; *R. Cororuípe*; *R. Percuípe*; *R. das Caravelas*; *Ponta de corimbabo*.

Ver no anexo, Figura 11 – mapa geral do Brasil, 1640 da “*Descrição de todo o ...*”.

Topônimos no mapa parcial - *“Descrição de todo o ...”*: *Ponta do Rio doce*; *Rio doce, don de Acaba. a cápit....*; *rio dos Reís magos*; *R. Coruroípe*; *R.Peruípe*; *Rio Peçuípe*; *R.Das Caravelas*; *Ponta de Agasuype*.

Ver no anexo, Figura 12 – mapa, 1640 da *“Descrição de todo o ...”*.

Com exceção dos topônimos *“Ponta de corimbabo”* e *“Ponta de Agasuype”*, mantêm-se os topônimos no mapa geral e parcial, contudo com algumas diferenças na grafia (*“R. Cororuípe”*- *“R. Coruroípe”*; *“R.Percuípe”* – *“R.Peruípe”* – *“Rio Peçuípe”*, como no mapa parcial estão representados dois rios com grafias muito semelhantes, não se pode relacionar apenas uma destas grafias com a que se apresenta no mapa geral.

Os *“Reis magos”* tanto no mapa geral, como *“rio dos Reís magos”* no mapa parcial encontram-se situados a norte do rio Doce, quando sabemos hoje que a sua localização é a sul deste rio.

Este atlas não contém o topônimo *“cricaré”* ou semelhante. Introduz novo topônimo *“Cororuípe”* ou *“R. Coruroípe”*, que Albernaz não usara, no de 1616, nem Luís Teixeira, no de 1586.

Ca 1666 - “Atlas” do Brasil. (Figura 13)

Topônimos no Atlas do Brasil: *Rio dose*; *Ponta do Rio dose*; *Rio dos Reys*; *Rio Cororuype*; *Rio Peruype*; *Riopecuype*; *Rio das Caravellas*; *Ponta de Agasuype* [sic].

Ver no anexo, Figura 13 – mapa *“DEMOSTRAÇÃO DA PONTA DE AGASVIPE AO RIO DOSE”*, ca 1666, do *“Atlas”* do Brasil .

Mantém os mesmos topônimos que o mapa parcial de 1640, porém com algumas diferenças na grafia de *“doce”* para *“dose”*; *“rio dos reys”* perde *“magos”*; nova grafia para *“Riopecuype”*.

Tal como no mapa de 1640, também não contém o topônimo *“cricaré”* e mantém o *“Rio Cororuype”* mas com *“y”*.

Perante estes dados conclui-se que entre o mapa de 1616 e o de 1640, João Teixeira Albernaz I, obteve novos dados ou novas ordens respeitante à informação

que deveria ou poderia vincular no mapa de 1640, entre o Rio Doce e Caravelas. Primeiro, pelo desaparecimento do topônimo rio Cricaré, ou pela sua substituição pelo “*R. Coruroípe*”. Segundo pela posição geograficamente incorreta do Reis Magos, representando o rio ou a aldeia de índios com mesmo nome a norte do rio Doce.

A análise permite considerar também, que os topônimos registrados no mapa de 1586 por Luís Teixeira, e no mapa parcial de 1616, por João Teixeira Albernaz I, são mais ajustados aos topônimos da atual região norte do estado do Espírito Santo, do que os de 1640 ou 1666.

b) Análise gráfica e dos textos das descrições.

Ca 1586 - “*Roteiro de todos os sinaes ...*” (Figura 7)

Da descrição presente no lado esquerdo do mapa geral do Brasil, destaca-se de interesse para este estudo: a capitania da Baía de Todos os Santos ser da Coroa, onde está o Governo e bispado na cidade de Salvador; esta cidade e a do Rio de Janeiro são as únicas cidades; as capitanias mais prósperas são a da Coroa e a de Jorge de Albuquerque, que têm mais engenhos de acúcar e comércio; as capitanias são povoadas de portugueses na costa de mar e quando muito 15 ou 20 léguas pelo sertão; é muito povoada de gentio da terra.

Observa-se na informação do mapa que o rio Cricaré, ou “*R.decricare*” já é identificado e localizado geograficamente entre os rios Doce - “*R. doce*” e Mucurí - “*R.demacoripe*”, pertencendo às terras da Capitania de Porto Seguro.

Através das linhas que assinalam, neste mapa, os limites das capitanias hereditárias do século XVI, a margem norte do “*R. doce*” é o limite da capitania do Espírito Santo com a do Porto Seguro.

Pode-se observar também uma grande concentração de recifes junto de costa desde a indicação de “*Porto Seguro*” até “*SpuSanto*”; destacando-se pela cor e dimensão para sul do “*R.decricare*”, são vermelhos e em forma de círculos, para norte do “*R.decricare*” são pontos constantes pretos; presença de maiores entre

“*R.decricare*” e “*R. doce*”; precisamente à frente do “*R. doce*” uma mancha maior, contínua e mais clara, significará provavelmente a presença de baixios.

A faixa entre a Ilha de Santa Bárbara ou “*J de S: barbora*” e a linha de costa é estreita e a representação no mar de um caminho entre duas margens de pontilhados fazem parecer o “caminho de formigas”, ou “*agasuípe*”, no tupi-guarani, topônimo que constará no mapa de 1640, nesta região.

Uma grande concentração de pontos sinaliza extensa zona de baixios, com a marcação da profundidade em braças, unindo a “*J de S: barbora*” à “*J da Asõ...*”, querera dizer Ilha de Assunção, mas a palavra encontra-se cortada pela moldura do mapa.

Em frente à costa do “*SpuSanto*” a sul do “*R. doce*” se encontra “*J: scalvados*” e “*Baixosdosporgudes*” que ocupando grande extensão forma com as demais indicações dos Abrolhos e baixios, uma zona triangular, indicando ser de difícil navegabilidade.

Em síntese em 1586 é o “*R. doce*” que estabelece o limite entre as duas capitanias; o rio Cricaré / “*R.decricare*” já é identificado e localizado geograficamente entre os “*R. doce*” e “*R.demacoripe*”, na capitania de Porto Seguro e junto da área dos Abrolhos; estes recifes estendem-se por uma vasta área não especificamente definida, mas inicia pela latitude do rio das Caravelas a norte, estendendo-se até o limite sul da capitania do Espírito Santo, e expandindo-se no sentido do leste para além dos limites do próprio mapa que corta parte da indicação da Ilha de Assunção.

Ca 1616 - “*Rezão do estado do Brasil...*”. (Figuras 8, 9 e 10)

No mapa parcial da região identificado pela descrição:

Demonstração da Capitania do SpiritoSanto atte aponta da barra, do Rio doce no qual parte cõ porto Seguro mostraçe a aldeã dos Reys maguos q’ admenistrão os padres da companhia, e do dito Rio doce para o norte corre a costa como se vee ate o Rio Das Caravellas tudo espovoado cõ bõns portos pera navíos da Costa e cõ muitas matas de pao brasil. Mostraçe pello dito Rio Doçe, o caminho q’ se faz p.^a aSerra das Esmeraldas, pasando o Rio Guasisí e mais avante das cachoeiras o Rio guasisimiri e mais avante, como se entra no Rio Una, e delle caminhando pouca terra se entra na lagoa

do ponto, E da qual desembarcão e sobem a Serra das esmeraldas, tudo cõ forme ha jornada q' fez Marcos dazevedo.⁸¹

Destaca-se que o “*Rio doce*” encontra-se incluído na capitania de Porto Seguro; do “*R. doce*” até “*Rio Das Caravellas*” encontra-se tudo despovoado, com bons portos para navios de costa e com muitas matas de pau-brasil; destaque para a “*aldeã dos Reys maguos*” administrada pelos padres jesuítas, único local povoado desta região.

Graficamente a representação revela uma predominância das bacias dos “*R. doce*”, “*R Cricare*” e “*R: Mocurípe*”. Os “*R. doce*” e “*R Cricare*”, com bastantes afluentes (estando identificados alguns do “*R. doce*” na “*Demonstração da Capitania ...*” que encabeça este mapa informando o percurso para a Serra das Esmeraldas). Ambos os rios chegam à lagoa “E”, mas só o doce continua até a base da “*Serra das esmeraldas*”.

As águas dos rios são representadas por uma linha azul escura contínua até à foz. Observa-se as exceções nos troncos principais dos “*R doce*” e “*R Cricare*”, que pelo encontro das águas de seus afluentes, passam a ter um maior caudal até à foz. Precisamente nesta porção mais dilatada de ambos os rios, a linha azul contínua desmembra-se em pequenas e concentradas linhas onduladas, dando a entender que o rio formará ondulações. Esta representação é muito mais extensa, expressiva e intencional no “*R Cricare*” do que no “*R. doce*”. Poderá querer representar a influência da entrada das águas das marés altas, pelo rio adentro.

O grafismo utilizado na representação das águas do mar que chegam ao cordão de areia da costa é de linhas pequenas onduladas que se tornam mais evidentes, concentradas e fortes a norte da foz do “*R Cricare*” até o “*R: Guaxinduba*”, e para sul do “*R Cricare*”, numa porção a meio deste percurso até ao “*R doce*”. A representação permite identificar a corrente marítima que movimenta as águas do mar de sul para norte, nesta região e que embatem no cordão de areia da costa, que corre desde a ponta do “*R. doce*” até o “*R: Mocurípe*”. Este cordão é mais exuberante na ponta do “*R doce*”, estreita antes da foz do “*R Cricare*” e volta a engrossar ligeiramente até o “*R: Mocurípe*”.

⁸¹ MORENO, Diogo de Campos. *Razão do Estado do Brasil*. Biblioteca Pública Municipal do Porto. 1616. Porto. Biblioteca digital. s/p.

Outro aspecto a salientar é a existência de 7 ilhas ou pedras, com formas e dimensões variadas, com coloração entre os castanhos e verdes, representadas ao longo do tronco principal do “*R Cricare*”, com bastante detalhe na porção onde após sinuosas curvas se encontra a maior delas, parecendo ser uma ilhota, que para oeste torna o rio dividido em dois braços. O braço que se prolonga mais é o da direita (esquerda se considerarmos o sentido descendente do rio), que continua até ao limite norte da lagoa “*E*”.

Todas as margens de todos os rios deste mapa apresentam uma fila de árvores que pouco variam na dimensão e concentração. A alteração mais evidente é nos tons de verde que representam as suas copas que apresentam sombras próprias e projetadas no solo. Uma tipologia diferenciada é a que se pode observar nas singelas árvores que se encontram sobre o cordão litorâneo, em que são representadas numa única linha, dispersas umas das outras, em tons castanhos-esverdeados, que quase se confundem com o cordão de areia. São em maior número na costa que corre a norte do “*R Cricare*”, encontrando-se menos entre este rio e “*R. doce*” e dão lugar à tipologia predominante do mapa, a partir da foz do doce para sul. A última tipologia arbórea é a que se encontra nos grandes espaços entre os rios, confundindo-se com a representação do solo, mais ou menos montanhoso. São muito dispersas, castanhas e tornam-se azuladas à medida que se aproximam e sobem as encostas da Serra das esmeraldas.

A representação do solo junto à costa, por trás do cordão litorâneo, entre o “*R. doce*” e o “*R: Mocuripe*” e é de cor azul-esverdeada, com considerável extensão plana. Na porção a sul do “*R Cricare*” até “*R. doce*”, o terreno é plano, elevando-se gradualmente e discretamente até à Serra das Esmeraldas. Já para norte, entre o “*R Cricare*” e o “*R: Mocuripe*”, a primeira faixa plana, paralela à costa é mais abundante, mas logo de seguida, torna-se bastante mais acidentado.

Em síntese, a representação gráfica do “*R Cricare*”, pela sua sinuosidade; pelas 7 ilhas e a bifurcação em dois braços, revela a possibilidade de que em 1612 já tivesse sido realizado o seu reconhecimento até à sua bifurcação.

O grafismo das suas águas transmite um rio que corre com força em direção à foz.

O grafismo das águas do mar que correm no sentido sul-norte cuja expressão se diferencia na porção imediatamente a sul da foz do “*R Cricare*”, também são relevadoras de uma corrente fluvial com débito visível de água no mar.

Este fato associado ao grafismo do cordão litorâneo, muito mais grosso a norte da foz do que o que se encontra a sul, com certa inclinação da foz em direção ao norte, permite-nos identificar uma corrente marítima longitudinal sul-norte com depósito de sedimentos fluviais a norte, que consequentemente propiciam a acumulação e o engrossar do cordão.

Assim, o conhecimento do curso do rio, das características e particularidades morfológicas, quer da costa, quer do solo que adentra o espaço representado, permite inferir que o reconhecimento de toda esta faixa já se encontrava feito aquando do livro “*Rezão do estado do Brazil...*”.

Análise do texto do livro “*Rezão do estado do Brazil...*”.

Diogo Moreno inicia pela descrição geral das terras do Brasil; explica a repartição do território em capitanias entregues por doações a certos donatários e dá conhecimento dos domínios até à época: “*Corre a costa de seu districto desde o Rio, Mcari, ou maranha’o, atte a boca do Rio da prata ou para’na’ como na Carta Geral se mostra na fol³*”.

Acrescenta que estas se governam com dificuldades e em regime de separação entre elas; as mais prósperas são as que obtiveram ajuda da coroa, quando lhes faltou o donatário:

[...] a Bahia de todos os Santos, o Rio de Jan^{ro}, prahiba, o Rio grade, Todos oje de sua Mag^{de}, nas quaes pelo serem cada dia se aumenta’o povoação’es e cresem fazendas, Parana’buquo, e’ tamaraqua, podem entrar nesta Conta, por quanto as suas mayores nescsessidades a Cudio sua Mag^{de} com Capita’és, Prézidios e fortificaçoe’s que ate oie sustenta de sua Real fazenda.⁸²

Termina esta descrição geral explicando que se trata apenas do norte do Brasil ou do governo de Diogo Menezes; assegura da verossimilidade das informações que irá apresentar dizendo que foi visto e visitado por quem descreve o território.

⁸² MORENO, Diogo de Campos. ***Razão do Estado do Brasil***. Biblioteca Pública Municipal do Porto. 1616. Porto. Biblioteca digital. s/p.

Justifica que será descrito o que “val”, interessa saber, iniciando a descrição pelas terras de Porto Seguro, que é a porção em análise deste artigo.

Desta destaca-se para análise, os dados relativos aos limites, povoados e despovoados, portos e sondas da costa.

Moreno sugestiona que o limite entre as duas capitanias não seja tão bem definido como a cartografia poderia demonstrar:

A capitania de Porto seguro parte do ospirito S^{to} pello Rio doce em dezanove grao's, ou segundo outros querem pelo Rio Cricaree', mais ao norte que foi o ponto por donde se dividió este estado entre Dom fran^{co} desoussa, e' Dom Dioguo de menesses [...].⁸³

Esta questão é bastante pertinente visto que Francisco de Sousa já tinha sido Governador geral do Brasil entre 1592 e 1602, e agora por carta-patente torna-se o Capitão General das Minas do Brasil, que segundo Daemon⁸⁴, com maior autoridade que qualquer governador e capitão-mor para administrar as minas e pedras preciosas do Brasil. Tanto era o interesse na região do rio Doce e Cricaré que o governador-geral do sul e Marquês das Minas fez moradia por algum tempo na hoje cidade de Vitória e diligenciou entradas pelo rio Doce. É deste período as entradas de Marcos de Azevedo pelo rio Doce⁸⁵.

Diogo Moreno acrescenta:

[...] sam famosos estes Rios pelas terras, e' várzeas pera fazendas que nelles se descobrem, e' pelo muito que ao sertão se metem abundantes de cassas, e' pescarias, e' sobre tudo pelo muito pau Brazil fino q' entre os seus matos, e' madeiras se acha, e' pelas entradas q' com facilidade por qualquer deles se fazeão sertam pelo Rio doce particularmente pera aserra das esmeraldas.⁸⁶

Assim a questão do limite pelo rio Doce ou Cricaré não era indiferente na definição das jurisdições necessárias. A questão não seria tanto do limite entre capitanias hereditárias, mas sim de poder, entre o norte e o sul. Por outro lado, Moreno refere

⁸³ MORENO, Diogo de Campos. **Razão do Estado do Brasil**. Biblioteca Pública Municipal do Porto. 1616. Porto. Biblioteca digital. s/p.

⁸⁴ DAEMON, Basílio Carvalho. PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 160.

⁸⁵ FREIRE, Mário Aristides. A capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535/1822. 2.ed. Vitória: Cultural-ES; Flor & Cultura, 2006, p.107-110.

⁸⁶ MORENO, op. cit., s/p, nota 83.

que é uma região muito rica em madeiras e pau-brasil, que na época tinham “peso de ouro”, tanto na coroa como no comércio internacional.

A segunda informação destacada diz respeito ao povoamento:

[...] e do dito Rio doce para o norte corre a costa como se vee ate o Rio Das Caravellas tudo espovoado cõ bõns portos pera navíos da Costa e cõ muitas matas de pao brasil.⁸⁷

Aqui Moreno possibilita o entendimento de que a região em estudo é toda boa de portos, mas com a especificidade de que é para navios de costa, portanto excluem-se as caravelas, que têm maior porte. Afirma também que é região despovoada, o que permite entender que tais portos não sejam correntemente utilizados e portanto, que a sua riqueza, o pau-brasil, não seja regularmente ou oficialmente explorada. Contudo caracteriza muito bem a foz do rio Doce:

Suposto que a Barra deste Rio de nenhu’ modo pode ser acometida em nenhu’ tempo por ser Baixa, e’ de Ataques que se mudaõ, e’ por ter ordinárias auguagen’s q’ decem desima e’ lançaõ aáguaa doce pelo mar dentro mais de duas legoas, e’assi~ quando os do ‘spirito santo fazem a jornada as esmeraldas entraõ com as canoas pelo Riacho que na carta seguinte se ve no ponto.B. [...] por esta partes [Rio Doce] se faz mais fácil esta Viagem que pelo Cricaree’ o qual tem tanto gentio em suas Ribeiras a terra dentro que ate oie asido impossível penetrar porentre eles mais ao sertão.⁸⁸

Ou seja, diz que a barra deste rio é muito baixa e que o rio lança água doce até cerca de 11km mar a dentro, tal é a força das suas águas. Características que são bastante impeditivas para se iniciar o adentramento do rio Doce pela sua foz, com embarcações que têm de ser suficientemente pequenas para subir um rio com trecho de cachoeiras a serem percorridos, até à Serra das Esmeraldas, por essa razão fazem-no pelo “*Riacho*”.

Afirma também que era mais fácil pelo rio Doce do que pelo Cricaré, justificando não pelas condições positivas ou negativas de navegabilidade deste último, mas sim, pelo propósito que os exploradores tinham de minimizar o risco de encontro com os muitos índios que se acreditava existirem nas suas ribeiras e terra adentro. Assim, Moreno não esclarece se os índios habitavam ou não às margens do rio Cricaré, esclarece sim, que para os brancos, tem sido até hoje impossível penetrá-lo mais em direção ao sertão porque podem encontrar por essa região muitos índios.

⁸⁷ MORENO, Diogo de Campos. **Razão do Estado do Brasil**. Biblioteca Pública Municipal do Porto. 1616. Porto. Biblioteca digital. s/p.

⁸⁸ Ibidem, s/p.

Ainda relativamente ao norte do rio Cricaré até ao rio Caravelas, Diogo Moreno acrescenta:

Ao norte deste Rio [Cricaré] estão os Rios mocuripee, e' piruipe, e' o Rio das Caravelas, todos com Barras, e' todos despovoados, co' Pau Brazil, etantos comodoss pera oserem muito que podemos assegurar na' o lhes faltar nada avendo povoadores.

No Rio das Caravellas particularm^{te} donde compessão os Abrolhos [...] por sua disquirição e~ sítio forte e' fértil se podem fazer grandes povoaçoe's, e' Já nesta parte se principiara'o mostrando proveito tanto que se julgou ser este lugar muj apreposito para o fundamento da Capitania por sua fertilidade porem os Antigos fundara'o nas mais importantes Barras, e maiores portos tendo osentido no comercio, navegaç'ao, e' grandeza dos navios por que sem Comparação fazem diferença os de Sancta crus e' porto seguro a todos os outros que como vemos sa'o barras de caravellas , e' de Barquos.

Este Rio das Caravellas se despovoou por falta de quem lhes discesse missa [...].⁸⁹

Desta forma, enumera os rios de bons portos, suas riquezas, abundâncias naturais e o despovoamento desta longa extensão da costa desde os Reis Magos até ao rio Caravelas.

A descrição destes dados é pertinente, pois Diogo Moreno, ao mesmo tempo em que os relaciona, transmite quais as prioridades econômicas vigentes, de que forma estas influenciam na escolha e apropriação dos portos e consequentemente despovoação de tão vasta área. Concretamente afirma que os melhores portos, são os de Santa Cruz e Porto Seguro, por apresentarem boas barras, ou seja, por permitirem embarcações maiores - Caravelas e barcos - capazes de fazerem a navegação e o comércio pelo oceano atlântico; apesar das terras adjacentes a sul serem muitos férteis, aproveita para destacar a povoação de Caravelas por este motivo, mas também pela proximidade aos Abrolhos como fator positivo à sua povoação – “[...] *por sua disquirição e sítio forte e' fértil*”; mas também acrescenta a falta de vigário nesta povoação que provocou o seu despovoamento, com a deslocação dos moradores para Porto Seguro. Por outras palavras, pela ausência do vigário é transmitida a importância do poder religioso no processo de povoamento de Caravelas, tal como anteriormente com Reis Magos.

Na análise do registro cartográfico é clara a representatividade que a religião tem pela representação iconográfica das igrejas e casas anexas, que na extensão

⁸⁹ MORENO, Diogo de Campos. **Razão do Estado do Brasil**. Biblioteca Pública Municipal do Porto. 1616. Porto. Biblioteca digital. s/p.

territorial deste estudo só tem registo em Reis Magos e Porto Seguro, portanto as únicas povoações que este documento nos apresenta como existentes em 1612.

Com base nestes aspectos conclui-se que o rio Doce e o Cricaré são férteis e ricos de recursos naturais, mas pesa o fato de seus portos serem menores e, portanto, sem condições para o comércio e navegação exigíveis à época, para além de que se encontram ao meio de vasta região despovoada. Sendo o conceito de povoamento aplicado apenas aos portugueses, pois informa também da existência de índios em abundância pelas ribeiras e terras adentro do rio Cricaré.

1640 - “*Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz Chamado vulgarmente o brazil*”. (Figura 11 e 12)

A grafia do topônimo “ponta de *agasuipe*” na descrição, corresponde a de “*Ponta de Agasuype*” no mapa. Assim a opção neste texto foi repetir as grafias, consoante digam respeito a uma ou outra situação.

Análise do mapa parcial identificado pela descrição:

Do Rio dose ate a ponta de agasuipe que esta na altura dos abrolhos he terra despovoada e se~ proveito, so te~ algu~ pao brasil a Costa corresse ao Norte, 28 legoas em todas ellas naõ temos porto ne~ surgidouro algu~ tudo costa brava. mostraçe o principio do canal dos Abrolhos e Ilhas de Santa Barbora entre ellas podé surgir, em sinco braças.⁹⁰

Resumidamente afirma que a região entre o “*Rio dose*” e a “*ponta de agasuipe*” que está na mesma latitude é despovoada e sem proveito; só tem algum pau-brasil; não tem portos, nem surgidouro (baías), é tudo costa de mar bravo; mostrasse o princípio do canal dos Abrolhos e o conjunto de ilhas chamado de “*Santa Barbora*”, entre elas pode-se navegar em cinco braças.

O aspecto gráfico deste mapa é bastante sóbrio, com tons entre os castanhos e verdes. O mar é representado como uma plataforma de fundo sobre o qual se assenta toda a informação, que se destaca da base em alto relevo. Do afastamento das margens do rio surge o vazio que representa cada rio, não havendo afluentes. Está muito restrita a uma estreita faixa da costa, vindo buscar boa extensão ao mar

⁹⁰ ALBERNAZ I, João Teixeira. “*Do rio Doce até à Ilha de Santa Bárbara*”, 1640 - João Teixeira Albernás, o Velho.

para representar o conjunto dos Abrolhos, com informações náuticas para a navegação desta região.

Apresenta escala gráfica em “légoas”.

Estão identificados com topônimos a Ilha de “*Sta barbara*” e “*Abrolhos*”. Entre estes e a costa estão representadas algumas ilhotas, sendo que 3 se dispõe de forma alinhada com a “*Ponta de Agasuype*”. Entre estas e os Abrolhos está assinalado: “*Este canal te’ doze legoas, de largo*”.

Analisando a costa destaca-se um grande vazio na representação que vai desde o “*Rio dos Reis magos*” até o “*R. Coruroípe*”.

O rio Doce está situado a partir da baía representada por trás do cordão de areia chamado “*Pontal do Rio doce*” e junto da sua identificação, como se de um prolongamento do seu nome se tratasse, pode-se ler “*Rio doce donde Acaba a Capitania do Spo’ santo. e’ começa a de Porto seguro*”. Ao norte deste se encontra o “*Rio dos Reis magos*”, ou seja, incorretamente está localizado ao norte ao invés de estar ao sul. Não temos elementos para entender que haja um propósito nesta alteração de localização.

Ao norte do “*R. Coruroípe*” se encontra o “*R. Peruípe*”. Entre este e o “*R. Das Caravelas*”, a costa está separada de outra extensão de terra, por uma linha de água que corre paralelamente à linha de costa, resultando numa extensa ilha que é cortada a meio pelo “*Rio Peçuípe*”. O grafismo da encosta sugere alguma elevação em relação à ilha que lhe corre paralelamente.

Entre o “*Rio dos Reis magos*” e o “*R. Coruroípe*” está representada a “*Serra do Rio Doce*”, que graficamente corresponde a uma linha montanhosa com 5 pontas ou serras. Toda a restante extensão é plana. Mais longinquamente, como se tratasse de um plano posterior estão representadas 4 árvores. Outro conjunto de 3 seguidas de mais 3, entre o “*R. Coruroípe*” e “*R. Peruípe*”, que com mais 4, quase arbustos, junto ao limite da praia poderão querer indicar uma zona mais fértil, com presença de madeiras. Na restante porção representada neste mapa encontram-se mais 7 indicações arbóreas dispersas.

Na descrição seguinte a este mapa, ainda referente aos Abrolhos diz, que entre a “*ponta de Agasuípe*” e o “*Rio de frades*” estão os canais dos “*Abrolhos*”, uns menores ficam mais chegados à terra, têm 10 braças de fundo, contudo não é segura a passagem por eles, por ser estreito e os recifes perigosos. O “*Canal grande*” tem fundo de 14 e 15 braças e largura suficiente para a paragem a naus da Índia, o que quer dizer às grandes naus.

Conclusivamente a análise deste mapa que integra a “*Descrição de todo o marítimo ...*” permite identificar uma concentração das atenções nos Abrolhos e baixios adjacentes, mas também nos poucos referenciais existentes na costa, como os pontos mais elevados que se destacam numa costa sem grandes acidentes, nomeadamente a “*Serra do Rio Doce*” e a “*Ponta de Agasuype*”.

A ausência do topônimo Cricaré não permite retirar informações mais específicas. Contudo não restam dúvidas, pela informação anotada no próprio mapa de que esta extensão é considerada como território de Porto Seguro e que não tem representada qualquer povoação.

Permite também concluir que até 1640 alguns aspectos sobre a navegabilidade desta região ainda seriam desconhecidos, como a localização precisa do canal aqui assinalado. Sem esta informação específica a navegabilidade desta extensão junto à costa, torna-se impraticável ou de grande risco.

Ca 1666 - “Atlas” [do Brasil]. (Figura 13)

Análise do mapa parcial identificado por “*DEMOSTRAÇÃO DA PONTA DE AGASVIPE AO RIO DOSE*”.

Este mapa tem muitas semelhanças com o de 1640, analisado anteriormente. Diferencia-se por ser mais monocromático, mais esquemático e pobre de iconografia.

Ocupa menor porção para a representação da costa, aumentando a porção de mar, no que resulta na representação de maior distância entre as ilhas de Santa Barbara e a “*Ponta de Agasuype*”, comparativamente ao mapa de 1640. No entanto, não resulta em maior detalhamento da informação, nem apresenta qualquer informação de medida para além da escala gráfica em “*legoas*”.

Os “*Abrolhos*”, as “*Ilhas de Santa Barbara*” e o “*Canal grande*” assim como as pequenas formações de recife junto à costa, são simples manchas pouco expressivas em desenho e dimensão.

Mantêm-se as mesmas localizações dos rios com poucas alterações de grafia dos mesmos topônimos de 1640.

Não apresenta alterações significativas no relevo de toda a extensão analisada, subentendendo-se que é uma constante planície, sem qualquer arborização.

A primeira povoação assinalada com iconografia a sul da região analisada é a “*Aldeia de Reys Magos*”, e a primeira a norte é Porto Seguro.

Não faz qualquer referência a limites do território.

Conclusivamente este mapa, da porção analisada entre rio Doce e rio Caravelas, parece tratar de uma extensão árida, que não precisa ser representada por qualquer informação, nem mesmo por qualquer pequena elevação ou formação arbórea, mas somente para assinalar que existe um espaço no oceano chamado de “*Grande canal*” entre as “*Ilhas de Santa Barbara*” e a “*Ponta de Agasuype*”. Mantem os topônimos da cartografia de 1640 e não registra iconografia que sinalize povoamento.

Paralelamente, também foi feita pesquisa no acervo cartográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, elaborados por outros cartógrafos europeus dentro deste recorte temporal, com o objetivo de identificar o topônimo “Cricaré” ou “São Mateus”.

A pesquisa permitiu identificar o topônimo “Cricaré” nos seguintes mapas:

- *A Descriptionis Ptolemaicae augmentum*, de 1597, de Cornelis Van Wytfliet. (Figura 14);
- *Novus Brasiliae Typus*, de ca.1631, de Willem Janszoon Blaeu, Amsterdam, Holanda. (Figura 15);
- *Brazil*, de ca.1633, de Antonio Sanches. (Figura 16);
- *Accuratissima Brasiliae tabula*, de 1635, de Willem HONDIUS. (Figura 17);

- *Le Bresil dont la coste est possedée par les portugais et divisée en quatorze capitanières le milieu du pays es habité par un très grand nombre de peuples presque tous incogneus*, de 1656, de Nicolas Sanson. Paris, França: Chez Pierre Mariette. (Figura 18);

- *Nova et accuratissima totius orbis tabula*, de 1659, de Joan Blaeu, Amsterdam, Holanda. (Figura 19);

No entanto no mapa *Brasilia: generis nobilitate armerum et litterarum...*, de 1665, de Joan Blaeu, Amsterdam, Holanda. (Figura 20) o topônimo é substituído por “*cuxare*”, sem qualquer registo gráfico de rio, entre os topônimos dos rios “*Stavera O R. Dulce*” e “*Mucua*”.

Como conclusão da pesquisa cartográfica, considera-se que a análise permite inferir que, desde 1574 até 1666:

- não existe povoamento identificado na região do rio Cricaré / São Mateus, nem nos entornos imediatos. Os mais próximos são a aldeia jesuíta dos Reis Magos, para sul e a de Porto Seguro, para norte;

- a extensão marítima da região apresenta abundância de recifes e baixios, que se encontram muito próximos da costa e também se prolongam pelo oceano atlântico. Esta recorrente informação e observação cartográfica, quer nos mapas gerais, quer nos parciais, com medidas assinaladas e topônimos de “grande canal”, transmitem que persistia interesse pelo reconhecimento do local, cujo percurso seria de grande dificuldade de navegação.

- o limite sul da capitania do Porto Seguro e norte do Espírito Santo é o Rio Doce, nos mapas de ca 1586, ca 1616 e 1640, portanto o rio Cricaré / São Mateus, cartograficamente encontra-se no território de Porto Seguro até essa data. Os mapas de 1665 e ca 1666, não confirmam, mas também não desmentem.

Conclusivamente, o rio Cricaré passa da situação de possível limite entre o governo do norte e do sul do Brasil colonial para lugar desconhecido, que dificilmente se consegue chegar por mar, no meio de grande extensão despovoada.

Curiosamente, o mesmo cartógrafo João Teixeira Albernaz, que a partir de uma cartografia riquíssima de informação, onde se lê “*Serra das Esmeraldas*”, visualiza-se o seu percurso e divulga o nome de quem chegou lá, apresenta decorridos 24 anos o mesmo local, porém como se de outro território se tratasse. Nomeadamente, um território que entre 1640 e 1666 deixa de ter as referências relativas ao rio Doce e qualquer relação com o Cricaré, que perde inclusive este topônimo. Os rios já não são extensos, agora são inexpressivos, e se antes levavam pessoas às esmeraldas, agora avistam os Abrolhos e outros impedimentos que esgotam o espaço cartográfico.

Uma questão se coloca, será esta uma realidade, ou é a realidade que se quer construir através da cartografia, pois através dela esta informação veicula, como região sem proveito algum e de grande risco? Por outras palavras, passará a cartografia de imagem simbólica próspera e rica para os espanhóis, de 1616, a imagem simbólica do território para ninguém ambicionar, após a Restauração da Independência portuguesa?

Particularmente a esta pesquisa, interessa saber qual terá sido o real efeito da cartografia como elemento transmissor da informação, que a Coroa portuguesa necessitava ter, para sobre ela, deliberar as suas políticas e estratégia para esta região.

Terá a cartografia induzido no entendimento de que era difícil a acessibilidade à região do rio Cricaré? E a partir daí, terá levado a considerar que o rio não é uma via que pode levar às minas?

Ou, terá convencido a Coroa de que a região não interessaria, porque se a acessibilidade era muito condicionada, difícil e dispendiosa para si, também seria para eventuais piratas?

Assim, a pesquisa da cartografia dos séculos XVIII e XIX, no acervo da Biblioteca Nacional do Brasil, tem por principal objetivo verificar qual o topônimo associado ao rio em estudo, qual a abrangência da sua extensão, como também identificar qualquer informação relativa à sua povoação.

São poucos os mapas do século XVIII que apresentam qualquer informação. Destaca-se nesta pesquisa o documento *mapas, estatísticas e alguns desenhos*

reunidos em um volume [entre 1750 e 1780]⁹¹. Deste faz parte na folha 5, o *Mapa da 'Capitania do Espírito Santo'* (Figura 21), que é um manuscrito com o levantamento das Minas Gerais desde a costa atlântica, concentrando as atenções no rio Doce. No entanto, para esta pesquisa interessa por ser o primeiro que apresenta o topônimo “*R. de S. Matheus*”, que se encontra isolado entre a informação da foz do Doce e Peruípe, com o apontamento que estará a meio e distante de cada um destes rios, por 3 dias. Esta representação demonstra quanto não se conhecia, ou não se queria dar a conhecer sobre S. Mateus, mas ao mesmo tempo, informando como o seu território se encontrava próximo das Serra das Esmeraldas e Serro frio, como também da Vila do Príncipe.

Destaca-se especialmente a “*Planta geografica do continente, que corre da Bahia de todos os Santos athe a Capitania do Espirito Santo, e da Costa de Mar athe o Rio de S. Francisco; em que se contem o que há mais spectavel e descuberto nas Comarcas pertencentes as Capitancias da Bahia e Minas Geraes, nella comprehendidas, para melhor intiligencia das Cartas em que dellas se trata*”⁹² (Figura 22), que constitui uma das vinte e nove cartas “*oferecidas a D. João VI e a D. Rodrigo de Souza Coutinho, e escritas entre 1798 e 1799*”,⁹³ do manuscrito, datado de 1801, de Luís de Sousa Vilhena. Esta planta resulta da reunião de vários apontamentos feitos por práticos, que o autor reuniu e registrou a partir de uma outra planta da região de Minas Gerais, cuja autoria lhe era desconhecida.

Apresenta o topônimo “*Rio de S. Matheus*”, associado a um rio que não chega ao território das Minas Gerias, revelando querer acautelar na representação as imprecisões referidas pelo próprio Luís Vilhena no texto do manuscrito:

De Propozito ommiti em todas as plantas muitos riachos de pouca conta, tanto por insignificantes, como porque o ponto em que os copiei não admite mais meudezas. Da mesma forma figurei como mutilados alguns rios pella incerteza da sua direcção; A dos principaes rios, que nascidos em Minas, e pellos certos, pello menos he verozimil, a daquelles porem que mostro entrando no rio

⁹¹**Mapa da Capitania do Espírito Santo** - mapas, estatísticas e alguns desenhos reunidos em um volume [entre 1750 e 1780]. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. [17--?].

⁹²**Planta geográfica do continente, que corre da Bahia de Todos os Santos athe a Capitania do Espírito Santo...** Coleção de plantas geograficas, ydrográficas, planos e prospectos relativos a algumas das cartas de notícias Soteropolitanas e Brasilícas, de 1801. Manuscrito nº 2544. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

⁹³NETA, Amélia Saback Alves. Filtro historiográfico: cartas de Vilhena pela leitura de Braz do Amaral. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis. 27 a 31.julho/2015.

Doce, eu não afianço de todos, pois que hum mapa tão bem informe, e sem gradação mostra alguns delles dezaguando no rio de S. Matheus, contra a aceveração de alguns praticos que consultei, me aceverarão que vão fazer barra no mencionado rio Doce.⁹⁴

As justificações de Luís Vilhena transmitem o grande desconhecimento que se tinha pela região, no início do século XIX. Este é reforçado pela inexistência da palavra “*Villa*”, junto do topônimo “*S. Matheus*”, que identifica as ocupações urbanas vizinhas, que apresentam igualmente o grafismo de igreja, representado imediatamente a seguir a um rio, que sem qualquer identificação, liga o rio S. Mateus ao rio Doce. Equivocadamente apresenta uma grande lagoa na margem esquerda do rio S. Mateus, quando provavelmente desejaria representar a Lagoa Juparanã, situada na outra margem.

Da pesquisa cartográfica do século XIX, pode-se concluir que estas e muitas outras incertezas persistem em relação à morfologia da região, como se pode observar no mapa “*República dos Estados Unidos do Brasil*”, [18--]⁹⁵, (Figura 23), onde se pode ver, incorretamente representado, o “*Rio Doce*” como sendo o braço do norte do rio “*S. Matheus*”, hoje chamado também de rio Cotaché.

E sobre estas incorreções afirmava o geógrafo Charles Hartt, em 1865 que:

O mapa de Gerber⁹⁶ [Figura 24] deste trecho do Espírito Santo entre Santa Cruz e São Mateus é muito inexato, porque os materiais com que foi compilado eram inexatos, e pouca confiança se pode ter na posição dada para os lagos e rios de menor importância. Para esta região a carta de Mouchez⁹⁷ [Figura 25], embora dando com muita minúcia a hidrografia e topografia das partes costeiras, vale menos do que nada, pois parece ter posto de lado todos os mapas previamente publicados da província.

Destaca-se por isso, o mapa “*Colombia Prima or South America*”, de 1807, em que Louis De la Rochette⁹⁸, reúne a informação de manuscritos de 1782 a 1790 (Figura

⁹⁴ VILHENA, Luís de Sousa. Manuscrito nº 2544. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1801, fl.3.

⁹⁵ **República dos Estados Unidos do Brasil**, [18--]. Ministério das Relações Exteriores, doação em Livro de Tombo: Aquisições, 3ª Secção, Cartas Geographicas, Bibliotheca Nacional, ano 1933, nº40.

⁹⁶ GERBER, Henrique. **Carta da província de Minas Geraes**: com indicação das actuaes estradas e das despesas com ellas feitas durante o decennio de 1855 e 1865. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro .1867.

⁹⁷ MOUCHEZ. **Coast of Brasil: from San Mateo to Benevente**. Estados Unidos. Hydrographic Office. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1873. (corrigido em 1873).

⁹⁸ LA ROCHETTE, Louis De. **Colombia Prima or South America**. London: William Faden. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1807. (GUEDES, Max Justo - A cartografia impressa do Brasil. Biblioteca Nacional, Brasil. Título completo: Colombia Prima or South America: in which it has been attempted to delineate the extent of our knowledge of that continent: extracted chiefly from the

26). Neste, observa-se que o topônimo do rio é “S. *Matheus*” e que há uma efetiva proximidade do rio com a Serra das Esmeraldas; apresenta um rio Cororuipe, a norte do Mocuripe.

Destaca-se também, o *Atlas zur Reise in Brasilien*, de 1823-1831, de Johann Spix e Karl Martius⁹⁹ (Figura 27), porque nele se encontram associados os topônimos “S. *Matheus*” e “*Cricaré*”.

Mas o de maior relevância pela quantidade de informação associada ao rio S. Matheus é a *Carta chorographica da provincia do Espírito Santo*,¹⁰⁰ (Figura 28) de 1861, do engenheiro civil desta província, E. de la MARTINIÈRE. Neste mapa pode-se observar a indicação dos caminhos, alguns registros de fazendas, mas também o pouco conhecimento do curso do rio, da sua sinuosidade, da sua foz, afluentes, mas sobretudo da posição da então já cidade de S. Matheus em relação à costa.

Sintetiza-se os seguintes dados recolhidos da análise cartográfica:

- o rio Cricaré foi identificado na cartografia de João Teixeira Albernaz I, de ca 1616 (Figura 9), mas suprimido nos mapas de 1640 (Figuras 11 e 12) e 1666 (Figura 13);
- o rio Cricaré consta nos mapas de 1656 (Figura 18), de 1659 (Figura 19) e de 1665 (Figura 20), feitos por europeus, no período entre 1640 e 1666;
- não há indício de povoação nos mapas analisados, com exceção do mapa *A Descriptionis Ptolemaicae augmentum*, de Cornelis Van Wytfliet, 1597 (Figura 14), que apresenta grafismo de uma aldeia no Cricaré sem representar o rio;
- o primeiro registro cartográfico do topônimo “R. de S. *Matheus*” é o *Mapa da Capitania do Espírito Santo* (Figura 21), provavelmente de 1750-1780;
- a relação do Cricaré / S. Matheus com a Serra das Esmeraldas, só se observa na cartografia de ca.1616, de Albernaz I (Figura 9) e nos mapas *República dos Estados Unidos do Brasil* [18--] (Figura 23) e *Colombia Prima or South America* de 1807, em

original manuscript maps of his excellency the late chevalier Pinto, likewise from those of João Joaquim da Rocha, João da Costa Ferreira, El Padre Francisco Manuel Sobrevida ec.and from the most authentic edited accounts of those countries).

⁹⁹ SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Atlas zur Reise in Brasilien**. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1823-1831.

¹⁰⁰ LA MARTINIÈRE, E. de. *Carta chorographica da provincia do Espírito Santo*. [S.l.]: Rio de Janeiro: Lith. Impl. de Ed. Rensbury, 1861.

que Louis De la Rochette reúne a informação de manuscritos de 1782 a 1790 (Figura 26).

- em todos os mapas há uma proximidade grande entre o rio estudado e a região dos Abrolhos, de difícil navegação;
- os mapas do século XIX revelam pouco conhecimento do curso do rio, da sua sinuosidade, da sua foz, afluentes, mas sobretudo da posição da então já cidade de S. Matheus em relação à costa.

Assim, pode-se concluir que houve alguma produção cartográfica entre os séculos XVI e XIX, em que é identificado um rio Cricaré/S. Mateus, mas com distintas representações da morfologia da região, nomeadamente, no que diz respeito ao contato das cabeceiras do rio, à sua extensão, à sua sinuosidade, e muito particularmente à sua foz e localização da povoação existente.

Acredita-se que possa ter havido alguma intencionalidade de não representar o espaço físico, tal como era observado, mas as conclusões apresentadas no ponto 2.1 deste capítulo permitem inferir que as dificuldades de se adentrar o território se sobrepunham a qualquer outra intenção.

Com esta pesquisa persistem as hipóteses:

- de que o rio tenha sido suprimido intencionalmente, nos mapas de 1640 e 1666, por não terem os cartógrafos um levantamento confiável.
- de que o rio tenha sido suprimido nestes mapas, estrategicamente, por uma questão de segurança às minas das esmeraldas, ou do ouro, pelo governo do Brasil ou pela Coroa Portuguesa.

Assim, no capítulo seguinte, objetiva-se identificar os momentos de povoamento do território reconhecido.

ANEXO A

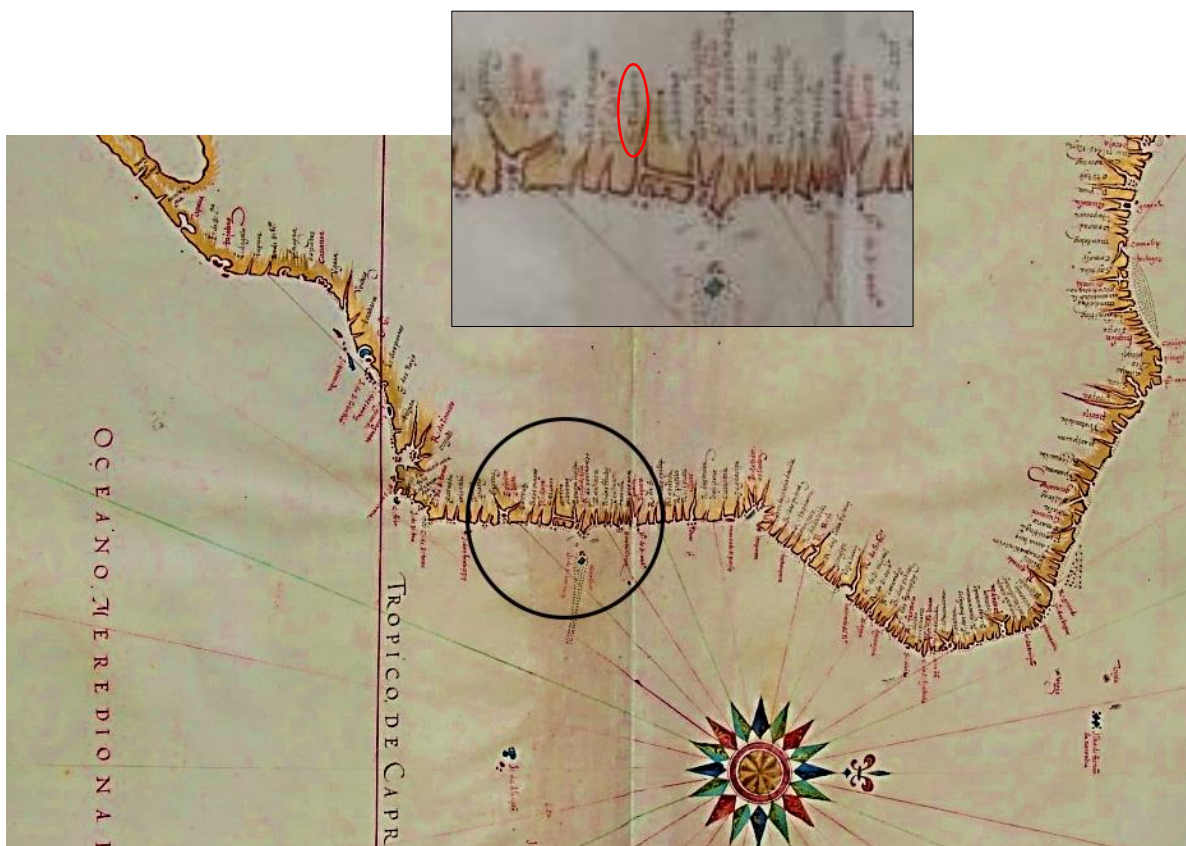
- MAPAS -

Figura 7 – Recorte do mapa geral do Brasil, do “*Roteiro de todos os sinaes...*”, para demonstração da “*Capitania de Vasco Fez Coutinho*” e “*Capitania do Duque daveiro*” (sic), ca 1586.



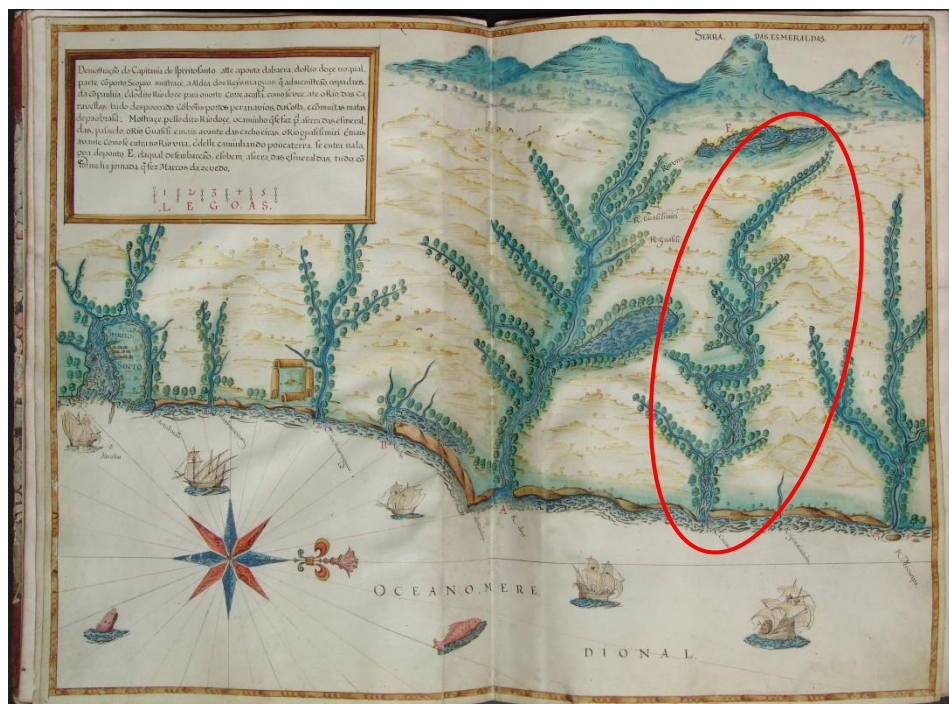
Fonte: CINTRA, Jorge Pimentel, 2015. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 8 - Recorte do mapa geral do Brasil, da “*Rezão do estado do Brasil...*”, ca 1616.



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1616. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 9 – Recorte do mapa “*Demonstração da Capitania do Spirito Santo atte...*”: da “*Rezão do estado do Brasil...*”, ca 1616.



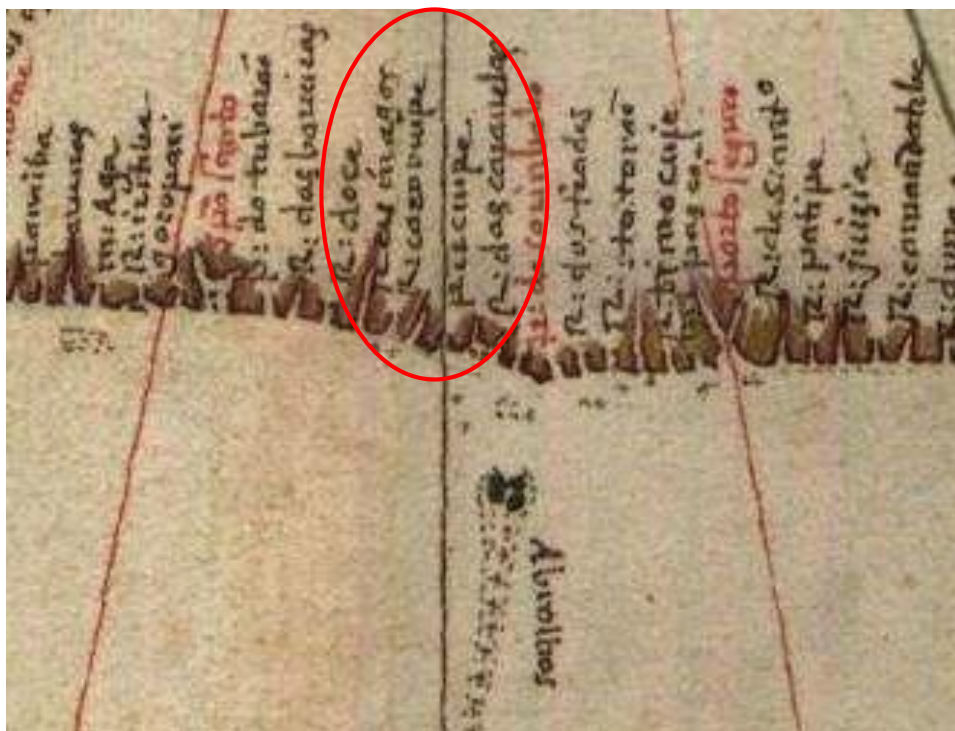
Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1616. Nota: recorte feito pelo autor

Figura 10 – Recorte do mapa “*Diligentíssima demonstração da sonda dos abrolhos...até o Rio das caravelas*”, da “*Rezão do estado do Brasil...*”, ca 1616.



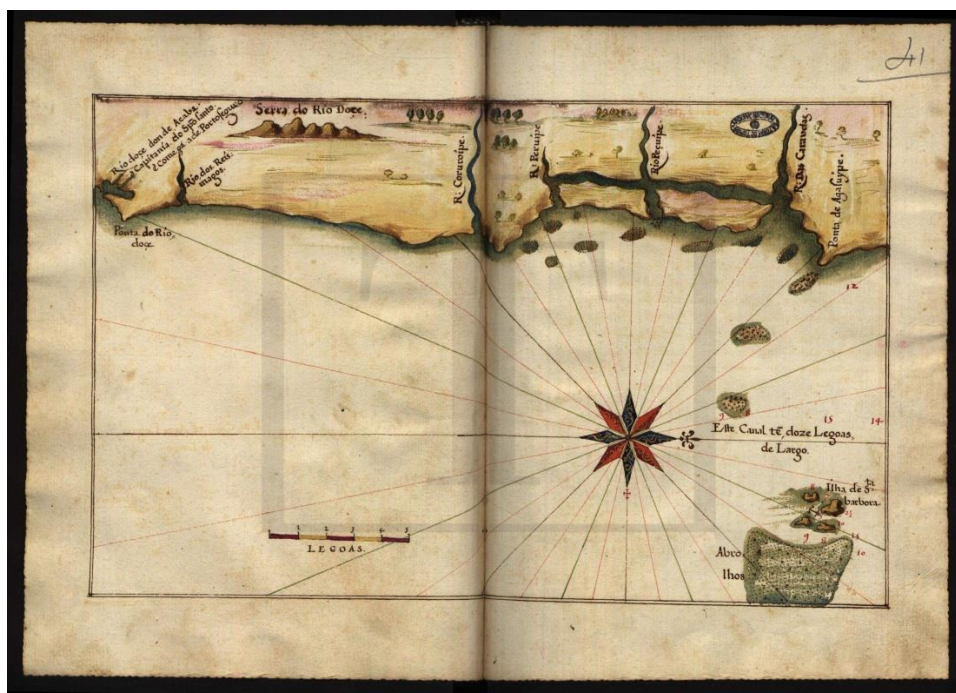
Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1616. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 11 – Recorte do mapa geral do Brasil, “***Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz Chamado vulgarmente o brazil***”, de 1640.



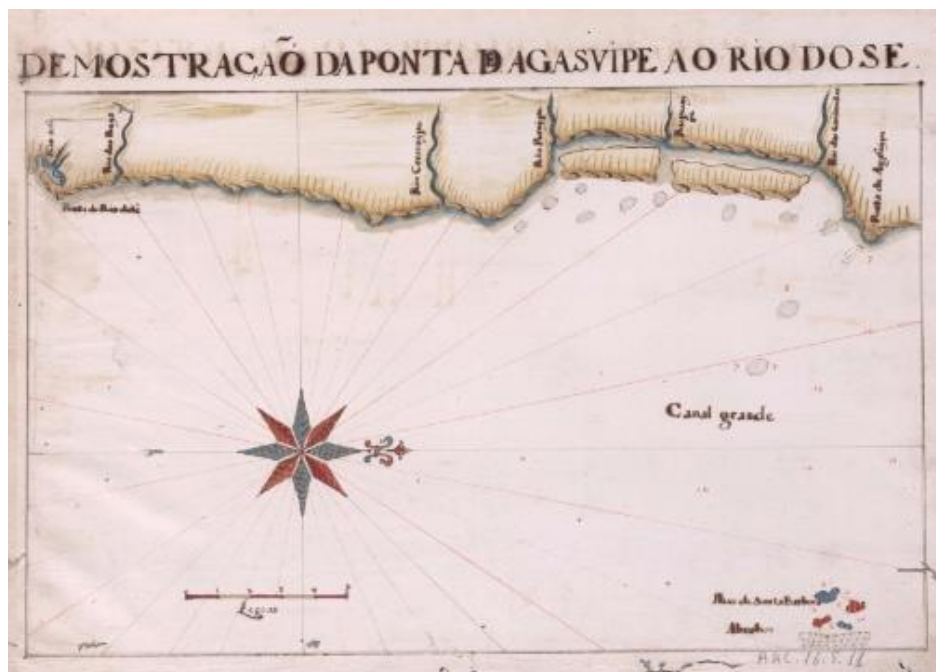
Fonte: Torre do Tombo, 1640. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 12 – Recorte do mapa “*Descrição de todo o maritimo da terra de S. Cruz Chamado vulgarmente o brazil*”, de 1640.



Fonte: Torre do Tombo, 1640. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 13 – Recorte do Mapa “*DEMOSTRAÇÃO DA PONTA DE AGASVIPE AO RIO DOSE*”, ca 1666.



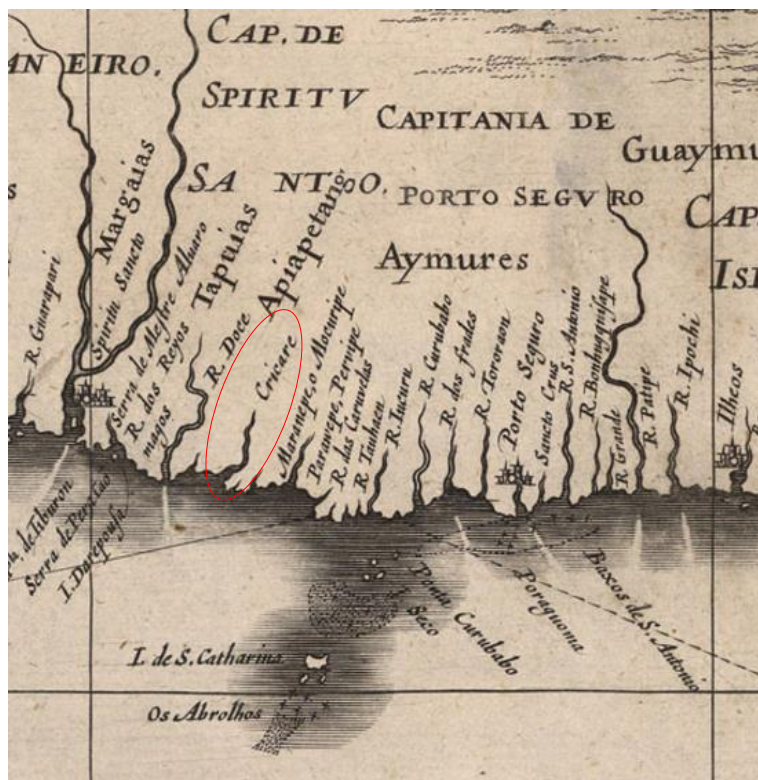
Fonte: Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, 1666. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 14 – Recorte do mapa “*Brasilica - Descriptionis Ptolemaicae augmentum*”, de Cornelis Van Wytfliet, de 1597.



Fonte: Biblioteca Nacional Rio de Janeiro,1597. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 15 – Recorte do mapa “*Novus Brasiliae Typus*”, de Willem Janszoon Blaeu, Amsterdam, Holanda, ca.1631.



Fonte: Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, 1631. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 16 – Recorte do mapa “*Brazil*”, de Antonio Sanches, ca.1633.



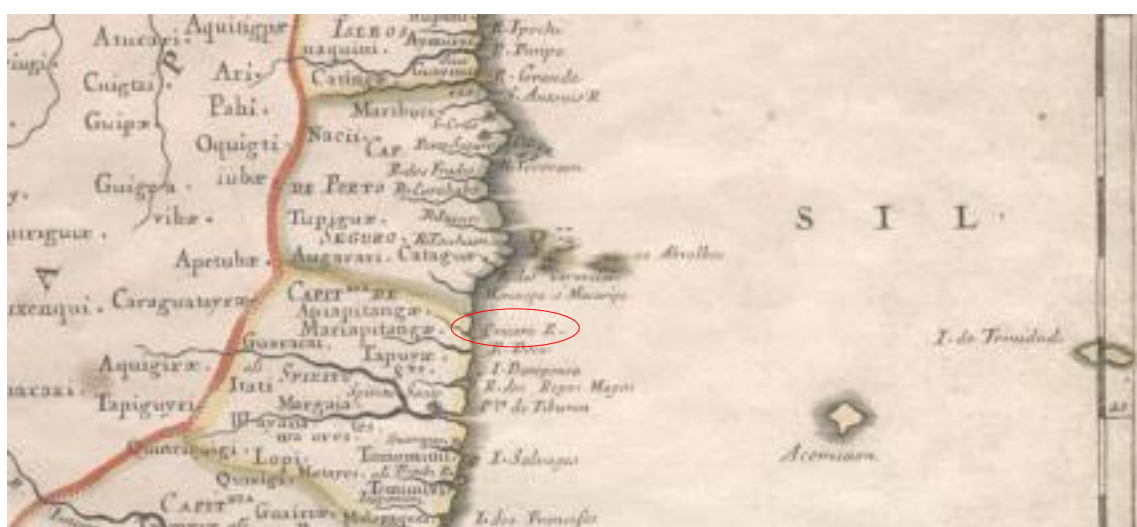
Fonte: Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, 1633. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 17 – Recorte do mapa “*Accuratissima Brasiliae tabula*”, de Willem Hondius, de 1635.



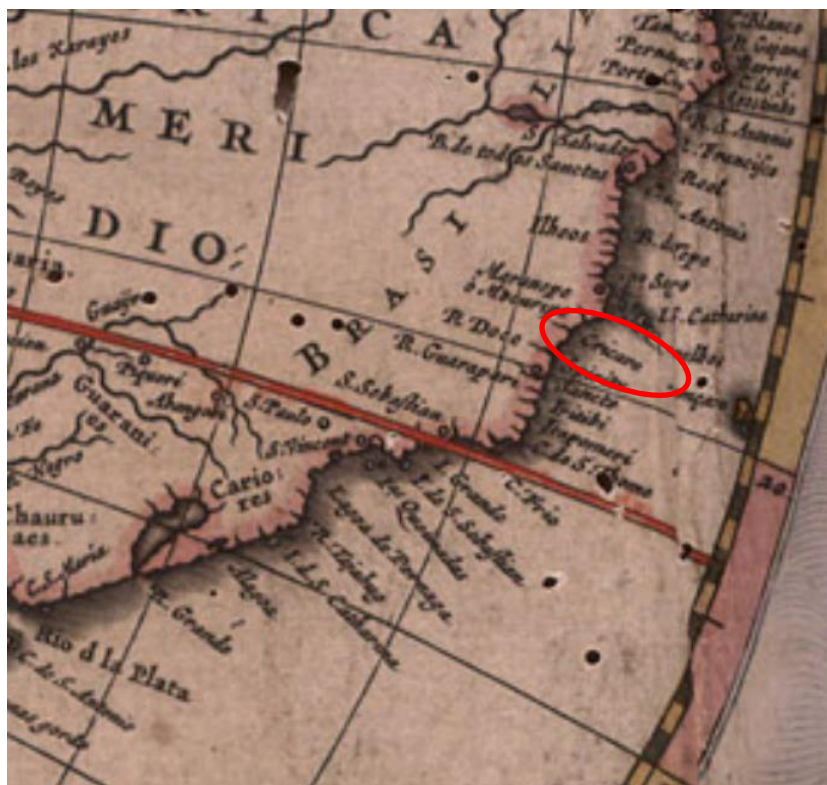
Fonte: Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, 1635. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 18 – Recorte do mapa “*Le Bresil dont la coste est possedée par les portugais et divisée en quatorze capitanières le milieu du pays es habité par un très grand nombre de peuples presque tous incogneus*”, de Nicolas Sanson, de 1656.



Fonte: Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, 1656. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 19 – Recorte do mapa “*Nova et accuratissima totius orbis tabula*”, de Joan Blaeu, de 1659.



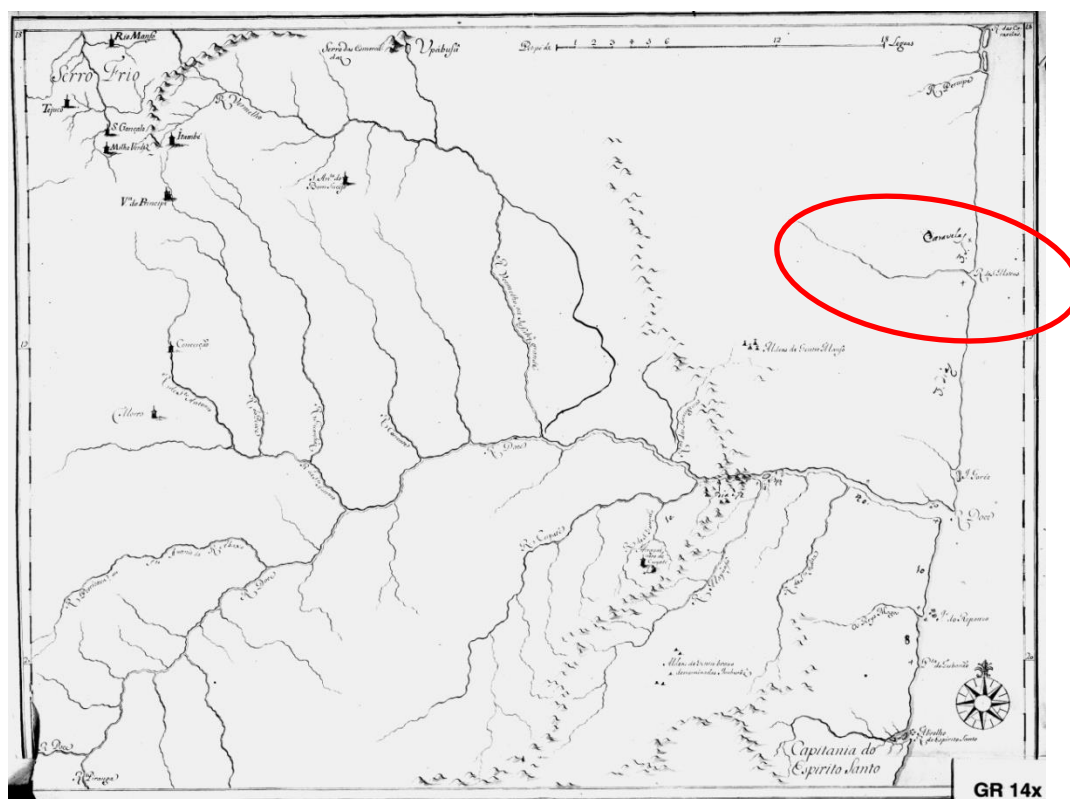
Fonte: Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, 1659. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 20 – Recorte do mapa “*Brasilia: generis nobilitate armerum et litterarum...*”, de Joan Blaeu, de 1665.



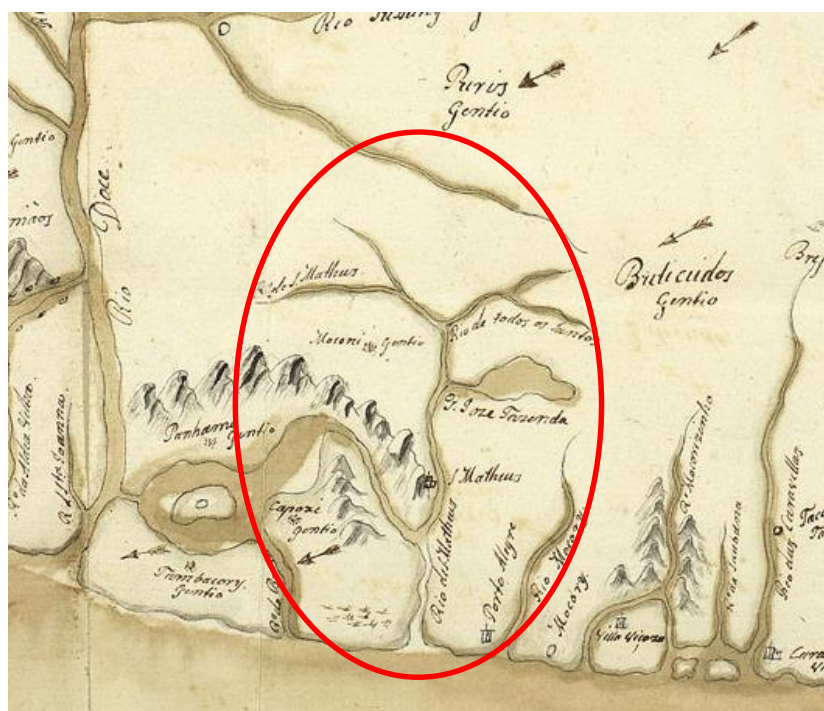
Fonte: Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, 1665. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 21 – Recorte do “Mapa da ‘Capitania do Espírito Santo’”, século XVIII.



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, [S.l.: s.n.], 1750-1780. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 22 – Recorte da “Planta geográfica do continente, que corre da Bahia de Todos os Santos athe a Capitania do Espírito Santo...”



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ca.1801. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 23 – Recorte do mapa “República dos Estados Unidos do Brasil”, [18--].



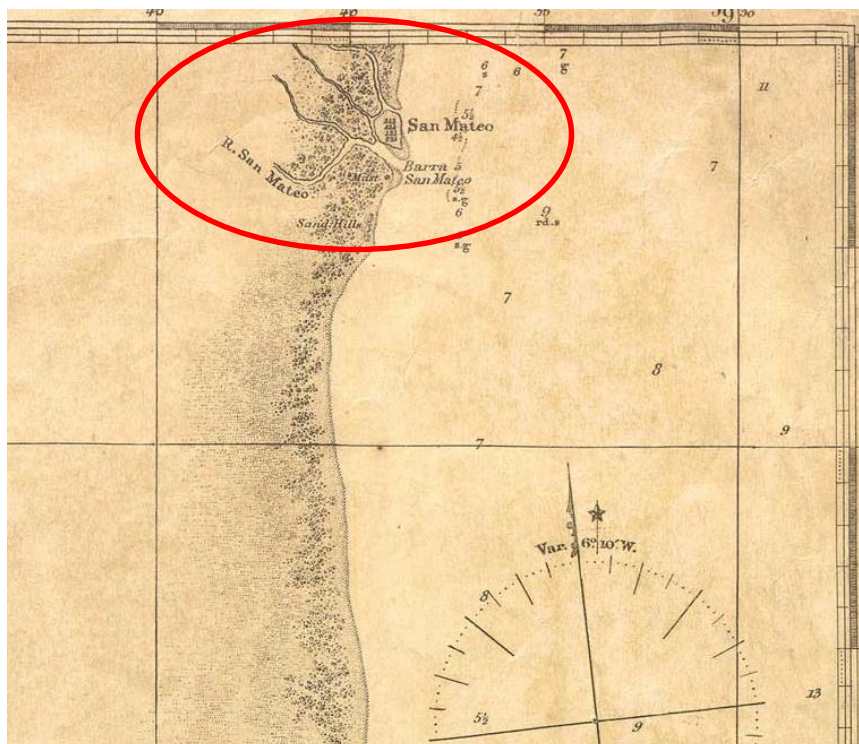
Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, [18--]. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 24 – Recorte do mapa da “Carta da província de Minas Geraes: com indicação das actuaes estradas... de 1855 e 1865”, de Henrique Gerber, de 1867.



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1867. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 25 - Recorte do mapa “Coast of Brasil: from San Mateo to Benevente”, de Capt. Mouchez, de 1873.



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1873. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 26 – Recorte do mapa “*Colombia Prima or South America*”, de Louis De la Rochette, de 1807.



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1807. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 27 – Recorte do “Atlas zur Reise in Brasilien”, de Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius, de 1823-1831.



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1823-1831. Nota: recorte feito pelo autor.

Figura 28 – Recorte do mapa da “Carta chorographica da provincia do Espírito Santo”, de E. la MARTINIÈRE, de 1861.



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1861. Nota: recorte feito pelo autor.

3. CAPÍTULO 2: **Povoamento do rio Cricaré / São Mateus:**

No capítulo anterior foi possível fazer o reconhecimento da região - *o lugar* – entre as capitanias de Porto Seguro e Espírito Santo, identificado pela representação do rio Cricaré ou S. Mateus. Também foi feito o reconhecimento do território adjacente ao rio, pela caracterização geomorfológica, que implica nas acessibilidades à região e potencialidades de povoamento.

Tendo-se concluído, no capítulo anterior, que existiam dificuldades de acessibilidade à região e que esta poderia ser vista como uma possibilidade de se contatar as terras das pedras preciosas, desenvolve-se esta parte da pesquisa, segundo a hipótese de que o reconhecimento do rio Cricaré/S. Mateus e consequentemente o seu povoamento, tenham resultado do interesse nas riquezas naturais, que desde o primeiro século de colonização do Brasil já se dissera e promovera.

Neste segundo capítulo, objetiva-se identificar princípios, estratégias e ações que resultaram em momentos de povoamento do território, com o surgimento de uma ou mais povoações.

No entanto, são inexistentes elementos iconográficos dos lugares povoados até a primeira década do século XX. Assim a análise assenta-se nas fontes primárias e secundárias, até meados do século XIX, nomeadamente, documento manuscritos coloniais, relatórios de presidência da província do Espírito Santo e roteiros de viagem.

3.1. A origem do povoamento entre os séculos XVI e XVIII:

Muitos são os escritores que relatam episódios e bandeiras pelas novas terras a explorar.

A *História Territorial do Brasil*, de Felisbello Freire, publicada em 1906, apresenta uma abordagem geográfica e histórica das entradas relacionando-as com o povoamento, sem descorar dos contextos mais vastos do território colonial como um todo. Dedicar grande parte dela, a explicar as bandeiras à procura de ouro e de índios, interceptando o território do Cricaré.

Felisbello Freire refere que já em 1550, Felipe de Guilhen, que teria vindo para o Brasil com Vasco Fernandes Coutinho em 1538, escreve carta ao rei de Portugal a partir de Porto Seguro, dando notícias das minas de esmeraldas e ouro. O autor é da opinião de que a partir desta se tenha organizado a bandeira de Francisco Braga de Spinoza, de 1553, a partir de Porto Seguro, conforme a carta escrita pelo jesuíta Navarro, de 24 junho de 1555, que acompanhou esta bandeira¹.

Esta carta de Navarro passaria a ser entendida como uma possibilidade de roteiro, apesar das imprecisões, tendo dado origem a divergências entre os estudiosos desta expedição.

Felisbello Freire apresenta a perspectiva de Capistrano de Abreu, de que a bandeira terá seguido o rio Jequitinhonha, como também a de Orville Derby, pelo rio Caravelas em direção às serras de Teófilo Otoni e até o Serro Frio, sendo que “O argumento capital do Sr. Orville é o districto das pedras verdes estar situado nas cabeceiras do Mocury e **Cricaré**, para onde convergiram expedições posteriores, como a de Fernandes Tourinho e Dias Adorno.”² (grifo nosso).

Felisbello Freire refere também a bandeira de Martins Carvalho, “[...] pelo rio Cricaré, S. Matheos [...]”³ que acontecera ainda no século XVI, sem no entanto apresentar qualquer fonte.

Mas, ainda no século XVI, no capítulo IX, da segunda parte do *Tratado da Terra do Brasil*, de Pêro de Magalhães de Gândavo, intitulado: *DA TERRA QUE CERTOS HOMENS DA CAPITANIA DE PORTO SEGURO FORÃO A DESCOBRIR, E DO*

¹ FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil**: Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Rio de Janeiro : Typ. do Jornal do Comércio, 1906, p.68.

² Ibidem, p.68.

³ Ibidem, p.69-70.

QUE ACHARÃO NELLA, se dá conhecimento desta mesma entrada, ocorrida alguns anos antes, referindo o rio Cricaré:

A esta Capitania de Porto Seguro chegarão certos índios do Sertão a dar novas dumas pedras verdes que havia numa serra muitas legoas pela terra dentro, e trazião algumas delas por amostra, as quaes erão esmeraldas, mas não de muito preço [...]fizerão-se prestes cincoenta ou sessenta portugueses com algun índios da terra e partirão pelo Sertão dentro com determinação de chegar a esta serra onde estas pedras estavam. Ia por capitão desta gente hum **Martim Carvalho**, que agora he morador da Bahia de Todos os Santos; [...] Alguns índios lhes derão noticia segundo a menção que fazião que podiam estar cem legoas da serra das pedras verdes que ião buscar, e que não havia muito dalli ao Perú, finalmente que com os imigos que recreião e pela gente que adoecia tornarão-se outra vez em almadias **por hum rio que se chama Cricaré**, onde se perdeu numa cachoeira a canoa em que vinhão os grãos douro que trazião pera mostra. Nesta viagem gastarão oito mezes, e assi desbaratados chegarão a esta Capitania de Porto Seguro.

Os que deste perigo escaparão affirmarão haver naquelas partes muito ouro, segundo as mostras e os sinais que acharão. E se la tornar gente apercebida como convem, com toda a provisão necessária, e levarem pessoas que disto conheção, dizem que se descobrirão nesta terra grandes minas.”⁴ (Grifo nosso).

Capistrano de Abreu informa-nos que do *Tratado* foram feitas pelo menos duas cópias. Uma cópia ficou em Lisboa e outra foi para Londres, sendo que só a de Lisboa contém a última página que é este capítulo IX, da segunda parte do *Tratado da Terra do Brasil*.⁵

Referindo-se à obra de Gândavo, a *Historia* publicada em Portugal em 1576, Capistrano de Abreu afirma “[...] *que seu projeto se reduz a mostrar as riquezas da terra, os recursos naturaes e sociaes nella existentes, para excitar as pessoas pobres a virem povoa-la; seus livros são uma propaganda de imigração.*”⁶

Quanto à fidedignidade das informações de Gândavo e seu reconhecimento na sociedade portuguesa informa-nos Capistrano que era pessoa reconhecida, natural de Braga, descendia de flamengos, residiu algum tempo no Brasil, e que abriu escola pública entre Douro e Minho. Da sua obra *Historia da Provincia S. Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*, foi impressa em 1576, e mais tarde em 1837, foi traduzida para francês, por Henri Ternaux-Campans. Enquanto, segundo Capistrano,

⁴ GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. História da Província de Santa Cruz / Tratado da Terra do Brasil. In: BANDECCHI, Brasil (Org.). **CADERNOS DE HISTORIA**, v.1, n. 2. São Paulo: Ed. Parma, 1979, p.94-95.

⁵ ABREU. Capistrano. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Livraria Briguier. 1930, p.160.

⁶ ABREU. Capistrano. Introdução de História. In: BANDECCHI, Brasil (Org.). **CADERNOS DE HISTORIA**, v.1, n. 2. São Paulo: Ed. Parma, 1979. Introdução a GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. História da Província de Santa Cruz / Tratado da Terra do Brasil, p.11-14, p.12.

“O *Tratado* foi escrito em primeiro lugar, antes de 1573, pois não se refere à divisão do Brasil em dois governos, de que já fala na *Historia*. Assim sua entrada em nossa terra deve ter coincidido com o governo de Men de Sá (1558-1572).”⁷ (Grifo nosso). Abreu no seu livro *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* aponta a data de 1568⁸ para este *Tratado da Terra do Brasil*.

Capistrano reconhece credibilidade na sua obra: “Na *Historia* dá uma descrição geral do paiz, e depois em ambos os livros percorre as povoações litorâneas: comquanto ligeiras, as noticias em geral são excelentes, e **revelam instinto geográfico**.”⁹ (Grifo nosso).

A projeção do que escreveu Gândavo não se sabe ao certo, mas a informação de que sua obra foi conhecida em Portugal é incontestável. Henri Ternaux-Campans no prefácio de sua tradução incluída na coleção *Voyages, relations et mémoires originaux pour servir à l’Histoire de la découverte de l’Amérique*, tomo II, Paris, em 1837¹⁰, sobre este aspecto, e sobre a consideração que tinha pela obra, diz:

Tornou-se tão excessivamente rara, que se se não encontrariam agora senão três ou quatro exemplares; [...] e é **raramente citada pelos autores portugueses que têm tratado do Brasil**. Parece até que esta obra é ignorada de muitos dêles, ainda de Vasconcelos, porque no grande número de citações, com que o autor se compraz em cobrir as margens dos seus livros, não se lê uma única vez o nome de Gândavo. Posso portanto apresentar êste livro **como uma das publicações sobre a América menos conhecidas, e mais dignas de o serem**.¹¹ (Grifo nosso).

Para esta pesquisa é de grande contributo, a obra de Gândavo, pois é a primeira fonte, onde a topônimo “*Cricaré*” surge, com a informação de que antes de 1568 já tinham descido o seu leito, relacionando-o com as entradas para as pedras preciosas e minas do ouro.

⁷ ABREU. Capistrano. Introdução de História. In: BANDECCHI, Brasil (Org.). **CADERNOS DE HISTORIA**, v.1, n. 2. São Paulo: Ed. Parma, 1979. Introdução a GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. História da Província de Santa Cruz / Tratado da Terra do Brasil, p. 11-14, p.11.

⁸ ABREU. Capistrano. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Livraria Briguier. 1930, p.159.

⁹ Ibidem, p.12.

¹⁰ Ibidem, p.11.

¹¹ Apresentada por Assis Cintra, na edição de História da Província Santa Cruz. Companhia melhoramentos de São Paulo.1921, apud BANDECCHI, Brasil. Nota preliminar. In: BANDECCHI, Brasil (Org.). **CADERNOS DE HISTORIA**, v.1, n. 2. São Paulo: Ed. Parma, 1979. Nota preliminar a GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. História da Província de Santa Cruz / Tratado da Terra do Brasil, p.7-9, p. 8.

Mais tarde, a cartografia de ca 1616 de João Teixeira Albernaz (Figura 9), ilustra bem o imaginário da Serra das Esmeraldas e a relação desta com o território do rio Cricaré / S. Mateus.

Também o manuscrito de abril de 1666, que consta da troca de correspondência entre o responsável pelos descobrimentos das esmeraldas, Agostinho Barbalho Bezerra, e a Corte, é bastante esclarecedor quanto ao conhecimento do rio, a que ele já chama de “*Sam Matheus*”, como meio de chegar às esmeraldas:

Mandei hua' das ditas [deligências] para o **Rio chamado de sam Matheus** dose legoas ao norte do Rio dosse que que he que onde se intentou [...] este descobrimento a ordem do capitão Francisco Ferreira Barffellos o qual navegando o Rio des ou dose dias, achou a sertesa das varias noticias e sinais antigos que sertificação ser pello tal Rio m^{to} facil o descobrimento da mina que se busca tendo vista das terras que se presumem ser a das esmeraldas como sertificação varios Roteiros que dizem estão as tais fora de confusão das m^{tas} que hai naquelle sertão [...].¹² (Grifo nosso).

Neste manuscrito também é referido que parte da costa ficou isolada ao comércio pelos paulistas com medo das bexigas que assolaram e despovoaram a região.

Observa-se nas fontes primárias citadas, que não há qualquer indício de povoação no rio Cricaré / S. Mateus, ou nos seus entornos.

Tal não refuta, mas também não confirma a hipótese levantada por Aires de Casal, em 1817, de que os moradores da capitania do Espírito Santo, perante as dificuldades de Vasco Fernandes Coutinho e os sucessivos ataques dos índios, por volta de 1554/1555, teriam procurado possível refúgio na região do rio Cricaré: “[...] *fizeram uma invasão tão assoladora, que reduziram a colônia ao seu antigo estado [...] de sorte que um resto para escapar da sua tirania, retirou-se para as margens do Rio Cricaré.*”¹³

Diz o *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, de 1587, que depois da morte de Jorge de Menezes e Simão de Castelo Branco, passaram os moradores do Espírito Santo para a ilha de Duarte Lemos, mas que “*muitos dos*

¹² PROPOSTA (treslado) de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas pelo rio Doce ou São Mateus. AHU_CU_007, CX.01, D.67, de 28 de abril de 1666.

¹³ AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 1817. Biblioteca Digital, p.209.

*moradores, não se havendo ali por seguros do gentio, se passaram a outras capitâneas [...].*¹⁴ (Grifos nossos).

Gabriel Soares de Sousa revela ser bastante conhecedor do rio Cricaré, destacando as suas potencialidades:

[...] pelo qual entram navios de honesto porto, e **é muito capaz para se poder povoar**, por a terra ser muito boa e de muita caça, **e o rio de muito pescado e marisco, onde se podem fazer engenhos de açúcar**, por se meterem nele muitas ribeiras de água, boas para eles. Este rio vem de muito longe, e **navega-se quatro ou cinco léguas** por ele acima; [...].¹⁵ (Grifo nosso).

É claro na descrição de Gabriel Sousa que o rio Cricaré não é povoado, nem na barra nem até cinco léguas acima desta, apesar de ter muitas capacidades para o ser. Esta informação associada à anterior – “*passaram a outras capitâneas*” - leva a acreditar que o rio Cricaré nunca tivesse sido povoado até 1587, pois do contrário, Soares de Sousa não se privaria de referi-lo como, aliás, faz em relação ao povoamento de uma ilha junto ao rio de Caravelas¹⁶ e o grande despovoamento de Porto Seguro e arredores.¹⁷

Reforça a presença dos tupiniquins na costa, até ao rio Cricaré, referindo-se ao passado. Abordando a presença das várias tribos indígenas na região e como se relacionavam, reforça a inexistência de povoado ou aldeia indígena:

Já fica dito como o gentio **tupiniquim** senhoreou e possuiu a terra da costa do Brasil, ao longo do mar, do rio de Camamu **até o rio de Cricaré**, o qual **tem agora despovoado toda esta comarca**, fugindo dos **tupinambás**, seus contrários, que os apertaram por uma banda, e aos **aimorés**, que os ofendiam por outra; pelo que se afastaram do mar, e, fugindo ao mau tratamento que lhes alguns homens brancos faziam, por serem pouco tementes a Deus. **Pelo que não vivem agora junto do mar mais que os cristãos de que já fizemos menção.**¹⁸ (Grifo nosso).

É de estranhar que sendo do mesmo ano as *Memorias para servir a Historia até ao anno de 1817*, publicadas em Lisboa em 1840, atribuídas ao governador do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim, não refira o início do povoamento de S. Mateus da

¹⁴ SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado do Descritivo do Brasil de 1587. In: VARNHAGEN, F. Adolpho. (Org). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 14, p.11-355, 1851. p.93.

¹⁵ Ibidem, p.87.

¹⁶ Ibidem, p.85-88.

¹⁷ Ibidem, p.93.

¹⁸ Ibidem, p.87.

mesma forma que Aires de Casal, preferindo concentrar a informação sobre a povoação de São Mateus no ano de 1722, que abordaremos mais à frente.

Contemporaneamente, a Francisco A. Rubim, em 1820, monsenhor Pizarro sintetiza em pouco mais de duas páginas a história de S. Mateus, sem citar fontes, datas e, por vezes, até mesmo sugerindo algum desconhecimento da situação geográfica desta região, mas vai ao encontro da descrição de Aires de Casal, quanto ao fato da povoação ter resultado do episódio de um barco que se livra de naufragar nas proximidades da foz do rio S. Mateus.

A Freguesia de S. Mateus, fundada na Provincia de Pôrto Seguro em sítio distante três a quatro léguas acima da barra do rio de S. Mateus, denominado na sua origem Cricaré, é a 2ª criada pelo prelado Bartolomeu Simões Pereira, cujo princípio conta a tradição na arribada de um barco desarvorado, que entrando a barra, livrou de naufragar os navegantes, por quem se povoou primeiro o lugar, distante dali oito léguas, [...].¹⁹

Pizarro, muito resumidamente, refere dois fatos bastante importantes para este estudo, situando cada qual num espaço físico. O primeiro fato é o da Freguesia de S. Mateus ser a segunda freguesia criada pelo prelado Bartolomeu Simões Pereira²⁰, portanto entre 1577 e 1597²¹, em “*sítio distante três a quatro léguas acima da barra do rio de S. Mateus*”. O segundo é “*cujo princípio conta a tradição na arribada de um barco desarvorado [...] por quem se povoou primeiro o lugar, distante dali oito léguas*”. Justifica assim, que a povoação resultou da circunstância resultante do acidente com um barco, onde as pessoas se terão fixado, para que o prelado considerasse a criação da freguesia.

Continua Pizarro:

Agradados portanto os novos colonos da situação, da vivenda , por acharem fartura de peixe, e dos gêneros precisos a subsistência

¹⁹ PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memorias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 8 v., 1820. Biblioteca digital do Senado. v.2, p.104.

²⁰ Foi nomeado Bartolomeu Simões Pereira para o cargo de 1º Prelado Administrador, por Carta de 11 de Maio de 1577. (Ibidem, v.2, p.55); “Com Lourenço da Veiga, governador, veio no ano de 1578, por Administrador Licenciado Bartolomeu Simões Pereira, clérigo, para residir na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, com jurisdição independente do Bispo “[...] *À sua jurisdição pertencem as quatro capitâneas do sul, scilicet: Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente*.” (ANCHIETA, José, S.J. Posfácio: Vida do Padre Joseph de Anchieta. In: **CARTAS JESUÍTICAS III: CARTAS**, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph Anchieta, S. J. (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 309-310.)

²¹ O seu óbito passou de junho de 1597, pois o padre Vasconcelos, na *Vida do Padre Jozé de Anchieta Liv.5 Cap. 14 n.7 e Cap. 15 n.5 e 6*, diz ter sido ele assistente ao ato funeral de Anchieta. PIZARRO E ARAÚJO, op. cit., v.2, p.56, nota 19.

humana, induziram a sociedade de algumas famílias da Capitania do Espírito Santo, para os ajudar no trabalho da cultura da terra, e fazê-la mais cobiçosa de habitação.²²

Poderá o autor querer justificar que a região do Cricaré poderia ser uma opção perante as circunstâncias difíceis porque passava a sede da capitania do Espírito Santo, com os ataques dos indígenas e a dificuldade de produção de alimentos, pelos anos 1554/1555, de que nos fala Aires de Casal. Pizarro prossegue, sem citar fontes, relacionando este momento com Anchieta, assim como a mudança do nome do rio Cricaré para São Mateus:

Por este modo se povoou o terreno de novos colonos que felizmente **foi visitado pelo padre José de Anchieta passados alguns anos, indo no exercício da missão;** e por chegar ali esse ministro evangélico no dia, em que a Santa Igreja soleniza o martírio do grande Apóstolo S. Mateus, **deu ao rio da sua proximidade o nome do mesmo apóstolo,** com o qual ficou também conhecido o continente da sua circunvizinhança.²³ (Grifo nosso).

Esta narrativa de Pizarro parece ter sido a que realmente serviu de base para a historiografia da região.²⁴

Daemon diz que no ano de 1612, Marcos de Azevedo levanta a “*primeira carta geográfica desta então capitania*”²⁵, onde “*são demonstrados todos os lugares povoados*”. Daemon acrescenta que esta “*só dá como povoações a Vitória e Reis Magos, quando já existia a vila do Espírito Santo, havendo grandes povoações em Guarapari, Benevente e São Mateus, [...], no entanto não refere fontes.*”²⁶ (Grifo nosso).

Mas é o documento cartográfico *Brasília*, de Cornelis Van WYtfliet, publicado no livro *Descriptionis Ptolemaicae augmentum*²⁷, datado de 1597, que melhor pode sustentar as afirmações de Pizarro e Daemon. Neste mapa (Figura 14) encontram-se registros

²² PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 8 v., 1820. Biblioteca digital do Senado. v.2, p.104.

²³ Ibidem, p.104.

²⁴ Daemon em 1879; Nery em 1901; Felisbello Freire, em 1906; Nardoto, 2001.

²⁵ Não foi possível encontrar esta carta mencionada, contudo presume-se que Daemon possa querer referir-se à cartografia de c.1616 (Figura 9) analisada no capítulo 1, ou mesmo conhecer ter sido Marcos de Azevedo a facultar o levantamento que terá sido utilizado pelo cartógrafo João Teixeira Albernaz, a quem só mais tarde foi atribuída a obra.

²⁶ DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo:** sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2.ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. 1.ed.1879, p.162.

²⁷ WYTFLIET, Cornelis Van. **Brasilica** [Descriptionis Ptolemaicae augmentum: sive Occidentis notitia brevi commentario illustrata. Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro. 1597

gráficos de aldeias ou povoações nos topônimos “*Spirit Sanct*”, a seguir a norte “*Cricare*”, “*Paruipe*”, e mais outros dois também assinalados. Estranhamente não relaciona qualquer rio com o topônimo “*Cricare*”.

Também pelos dados obtidos e apresentados no capítulo 1, no estudo cartográfico entre 1580 e 1666, não podemos afirmar que tenha existido povoamento no rio Cricaré até 1666.

O padre jesuíta Serafim Leite ao fundamentar a hipótese de que os primeiros povoamentos resultaram de uma anterior aldeia de índios, aponta o caso de São Mateus e Conceição da Barra:

[...] é comum achar-se na origem de diferentes vilas e cidades dessa região, como Santa Cruz e **S. Mateus, Conceição da Serra**, uma Aldeia Velha, ou uma Aldeia Nova. A tôdas estas povoações iam os Padres em missões periódicas, e às vêzes por terra a pé, como o P. Estanislau de Campos, indo do Espírito Santo para a Bahia, por terra em **1713**, que ao passar o **Rio de S. Mateus**, perto da foz, foi arrebatado pela correnteza para o mar, escapando a custo de morrer afogado.”²⁸ (Grifo nosso).

No entanto não utiliza qualquer fonte de registros jesuíticos, relacionando aldeias com estas duas povoações. Reforça que utilizavam por vezes o percurso a pé passando pelo norte em direção à Bahia, relatando especificamente os perigos no atravessamento do rio São Mateus, em 1713, ou seja, remete-nos já para o século XVIII.

Accioli Vasconcellos, em 1828, dá o seguinte entendimento à questão histórica do Espírito Santo:

A Historia da Provincia hé mui obscura, não só pela própria indolência dos Habitantes como por ter-se accidentalmente queimado em 1794 a Biblioteca dos extinctos Jezuitas sendo Capitão Mor Governador Ignacio João Monjardim, restando em alguns Cartorios, e Cazas das Camaras algúns livros ilegíveis apenas escapados dos estragos do tempo, e da ignorancia, tal hé a folha incluz. Não obstante transluz o seguinte com algúa probabilidade [...].²⁹

Estas poderão ser algumas das razões porque alguns quiçá, muitos dados históricos, não apresentem fontes primárias e tenham sido sucessivamente

²⁸ LEITE. Serafim, S.J. Aldeia dos Reis Magos. In: **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 8. p. 189-210. 1944. p.209-210.

²⁹ VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Estatística da Provincia do Espírito Santo escrita no anno de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – biblioteca Digital, 1978. s/p. secção T.

transmitidos com incorreções. Os dados registrados por Accioli Vasconcelos serão oportunamente apresentados mais à frente, no ponto 3.1 dedicado ao povoamento no século XIX.

Nesta pesquisa, ainda relativamente ao século XVI, também foi feita a análise das narrativas sobre a Batalha do Cricaré³⁰ de 1558, para verificar se há indícios de alguma povoação no rio ou entornos.

Em 1587, Gabriel Soares de Souza escreveu sobre esta Batalha:

[...] viveu [Vasco Fernandes Coutinho] muitos anos afrontado dele [gentio] naquela ilha, onde, a seu requerimento, o mandou socorrer Mem de Sá, [...] mandou por capitão a seu filho Fernão de Sá, que com ela foi entrar no rio de Cricaré, **onde ajuntou com ele a gente do Espírito Santo, que lhe mandou Vasco Fernandes Coutinho;** [...].³¹ (Grifo nosso).

Em 1817, escreveu o padre Aires de Casal:

Chegando Coutinho do reino com as prevenções que pôde conseguir, e achando a capitania deserta, pediu socorro a Mém de Sá, que prontamente lhe mandou ao comando de seu filho Fernando de Sá, **o qual unindo-se aos refugiados no Rio Cricaré** deu um assalto sobre os bárbaros com grande vantagem [...].³² (Grifo nosso).

Aires de Casal introduz uma questão bastante pertinente: o encontro de Fernão/Fernando de Sá **com os refugiados no** Rio Cricaré, querendo referir-se aos colonos da capitania do Espírito Santo que anos anteriores fugindo dos sucessivos ataques indígenas, teriam vindo para o rio Cricaré. Aires do Casal utiliza “**no**” Rio Cricaré, dando a entender que foi exatamente no rio que estes se encontraram. Questões se colocam como: morariam nas margens do rio desde o refúgio de anos anteriores? Ou não tendo conseguido fixar-se, ou mesmo chegar ao Rio Cricaré, permaneceram em outra parte vizinha, em terras de Porto Seguro, aguardando o momento por conquistar as terras do rio Cricaré?

Assim de todas as fontes encontradas, o *Instrumento dos serviços de Mém de Sá*, é o que poderá aproximar-se mais de uma fonte primária, pois para além de ter sido feito com base nos fatos relatados, provavelmente será o registro que reúne um

³⁰ Desta Batalha do Cricaré, resultou a morte de Fernão de Sá, filho do Governador Geral do Brasil, Mem de Sá.

³¹ SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado do Descritivo do Brasil de 1587. In: VARNHAGEN, F. Adolpho. (Org). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 14, p.11-355, 1851. p.93.

³² AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 1817, p.209.

maior número de informação, o que o governador conhecia e o que ainda não sabia sobre a situação em causa. Para além destas razões este Instrumento apresenta a confirmação dos fatos por testemunhas. Este foi o meio que o Governador Geral do Brasil entendeu ser necessário para legitimar os registros deste documento que contém as suas descrições, ações e também decisões tomadas acerca dos vários acontecimentos durante o seu governo. Por conseguinte o ponto 14 é dedicado à Batalha do Cricaré, onde o seu próprio filho perdeu a vida mal acabara de chegar ao Brasil.

Sabe-se que Mén de Sá partiu de Lisboa para Salvador no fim do mês de Abril de 1557 e tendo demorado oito meses em viagem, chegou em dezembro do mesmo ano à Bahia.³³

Relata no ponto 14 do INSTRUMENTO DE SERVIÇO:

Como me derão posee do guoverno loguo me derão cartaas de vasco fernandez coutinho capitão da capitania do espirito santo em que dezia que o gentio da sua capitania se allevantara e lhe fazia crua gerra e lhe tinha mortos muitos homens e feridos e que ho tinham serquado na villa / onde dias e noites ho combatião e que nam podia deixar de se emtergar a que o comesem se ho não socorresem com muita brevidade e por me não deixar os moradores yr em pessoa mamdei a fernão de saa meu filho com sejs vellas e perto de dozentos homens e **em chegamdo a capitania do espirito Santo entrou por conselho dos que consigo leuaua pello Rjo de cicaree e foi dar em três fortallezas muito fortes que se chamauão marerique donde o gentio fazia e tinha feito muito dano e mortos muitos cristãos** as quajs Rendeo com morte de muito gentio e elle moreo ally pellejando / dahy partio a armada pêra a villa donde estaua vasco fernandez mas jaa deserquado.³⁴ (Grifo nosso).

De destacar que Mém de Sá refere que seu filho foi dar ao rio Cricaré e não refere que tenha ido a Porto Seguro, ou que tenha encontrado, ou mesmo, se tenha juntado a qualquer refugiado ou morador do Espírito Santo.

Mais pertinente que estas questões poderá ser a afirmação “*donde o gentio fazia e tinha feito muito dano e mortos muitos cristãos*”, pois ao analisá-la, verificam-se duas hipóteses: uma que Mén de Sá tinha conhecimento de que naquele lugar do rio Cricaré, ou nas proximidades, os índios tivessem morto alguns cristãos, a outra hipótese é de que ele simplesmente extrapola os relatos do que ocorria nas duas

³³ INSTRUMENTO DOS SERVIÇOS de Mém de Sá. In: **DOCUMENTOS RELATIVOS A Mem de Sá** Governador Geral do Brasil. Annaes da Bibliotheca Nacional, v. 27. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Biblioteca Nacional, 1906, p.2.

³⁴ Ibidem, p.4-5.

capitanias, vizinhas, para este local específico, como se de uma verdade se tratasse.

O padre jesuíta Antonio Blasquez, em carta de 31 de abril de 1558, portanto passados poucos meses da Batalha ter acontecido, refere:

[...] estorvos grandes, e um d'elles foi a morte do filho do Governador, o qual, sendo mandado por seu pae a socorrer a capitania do Espírito-Santo com certos homens, foram dar onde não os mandavam e comtudo renderam duas cêrcas, onde mataram muitos gentios e prenderam boa parte d'elles; com este bom sucesso querendo o capitão seguir a victoria deu na terceira cêrca, onde se acabava tudo de vencer; nesta o deixaram todos os seus só com dez homens a pelejar e se acolheram aos navios, uns para curarem algumas feridas de pouco momento, outros para arrecadarem suas peças, o que eles mais desejavam. Estes dez, com o seu capitão, pelejaram tão bem e tinham já a cêrca rendida, si os acudissem com duas panellas de polvora, que nunca lhes quizeram levar, até que ao índios atentaram que eram tão poucos com o que cobraram animo e carregaram sobre eles e fizeram-n'os vir recolhendo até aos navios e quis a desventura que lhes havia tirado os navios e barcos de onde os haviam deixado, que foi desconcerto nunca visto, e ali, **na praia**, pelejaram um grande espaço, esperando socorro dos navios e ao cabo nunca lhes veio, e ali, mataram o capitão, filho do Governador, com cinco, porque os outros salvaram-se a nado.³⁵ (Grifo nosso).

A descrição diz que estavam a caminho do Espírito Santo e foram ter a um sítio que não lhes mandaram, ou seja, desconhecem-se as razões porque não se dirigiram diretamente à povoação do Espírito Santo. Não menciona Porto Seguro, nem rio Cricaré, nem outro rio ou lugar, mas refere “[...] e ali, *“na praia”*, *pelejaram um grande espaço [...]*”, portanto a batalha não se poderia ter dado muito longe da praia, na costa, ou melhor, não poderá ter sido em local muito dentro do rio.

Em 1627, escreve Frei Vicente Salvador, no Livro segundo capítulo sétimo:

Neste tempo estava Vasco Fernandes Coutinho em grande aperto posto pelo Gentio na sua Capitania do Espirito Santo, e mandou á Bahia requerer ao Governador Men de Sá que o socorresse, o que o Governador logo fez, mandando cinco embarcações bem providas de gente, e por Capitão Mór dela a seu filho Fernão de Sá em a galé São Simão; os outros Capitães erão Diogo Morim, o Velho, e Paulo Dias Adorno. Chegarão todos a Porto Seguro, onde lhes disseram, que no rio chamado **Bricaré** [sic] estava o mais do Gentio, que fazia guerra a Vasco Fernandes, e que ahi devião de os ir buscar, oferecendo-se pera ir com eles, como de feito forão, o Capitão Diogo Alvares, e Gaspar Barbosa em seus caravellões, e **navegarão pelo dito rio arriba quatro dias**, athé que virão **as cercas do Gentio** que

³⁵ Cartas do padre Antonio Blasquez sobre o Brasil [carta de 31 abril de 1558, Salvador da Bahia]. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo XLIX, v.1, p.28-29, 1886, p.28-29.

estavam juntas da agoa, onde pondo as proas em terra por estar a maré chei, por ellas desembarcarão, e saltarão fora os soldados, tornando-se os marinheiros com os navios ao meio do rio por não ficarem em secco na vasante, e o bombardeios, pera de la fazerem seu tiros, começou-se a travar a briga, na qual logo em o primeiro encontro puzerão o Gentio em desbarate, mas tornando-se a ajuntar, e reformar, voltou com tanta força que forçou aos nossos a desordenarem, e misturarem com os inimigos, de maneira que os tiros que tiravão das embarcações, não só os não defendião, mas antes os ferião e matavão, e retirando-se para se acolher a ellas estavam tanto ao pego, que os mas forão a nado, e os feridos em algumas jangadas, entre os quaes forão os dous Capitães Adorno, e Morim, ficando o Capitão Mór com o seu Alferes Joanne Monge na retaguarda, onde crescendo o Gentio, que de **outras aldêas** vinha de socorro, os mattarão ás frechadas; e assim acabou Fernão de Sá, depois de haver feito grandes cousas em armas contra a multidão destes Barbaros, assim neste combate, como em outros em que se achou na Bahia, e em outras partes: os mais se partirão para o Espírito Santo, onde Vasco Fernandes os recebeu com muito pesar, sabendo do seu detroço, e da morte de Fernão de Sá, e os mandou com a mais gente que poudo ajuntar a dar em outros Gentios, que o tinham quase em cerco [...].³⁶ (Grifo nosso).

Frei Vicente Salvador diz que foram a Porto Seguro e que com a informação que estes lhes deram “*que no rio chamado Bicaré [sic] estava o mais do Gentio, que fazia guerra a Vasco Fernandes, e que ahi devião de os ir buscar*”.

O seu relato é riquíssimo de informação, coerente e refere: nomes e sobrenomes; que subiram o rio por quatro dias; revela conhecer bem o rio, ao referir a possibilidade de pôr as proas junto a terra porque a maré estava cheia, mas que tinha rápida vazante; informa sobre o território habitado pelos índios: habitariam em cercas; que ficavam a uma certa distância da barra; em terra firme; beirando local do rio suficientemente largo onde os caravelões conseguissem dar a volta; outras aldeias vizinhas existiam, próximas, a montante ou distanciadas das margens do rio, mas certamente mais do que uma aldeia e em sítio não visível, porque provocaram surpresa. Não refere qualquer povoação, nem presença de colonos.

Retomando a possível relação de S. Mateus e o padre José Anchieta, referia o padre Fernão Cardim, no ano de 1583, enquanto secretário do Padre Visitador da Companhia de Jesus:

Acabada a visita dos Ilhéus, tornamos a partir aos **21 de setembro, dia do glorioso apóstolo S. Mateus: ao dia seguinte nos deitou o tempo em Porto Seguro**. E ainda que era arribadas, tudo caía em

³⁶ SALVADOR, Vicente do. História do Brasil. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, v.13.1885-1886. Rio de Janeiro, 1889, p. 67-68.

proveito, porque visitava o padre³⁷ de caminho estas casas e o tempo contrário dava lugar para tudo. Fomos recebidos de um irmão com muita caridade, porque **os outros três estavam na aldeia de S. Mateus com o Sr. Administrador**³⁸, que tinham ido à festa.³⁹ (Grifo nosso).

António de Alcântara Machado em *Vida do Padre Joseph de Anchieta*⁴⁰ refere:

Fernão Cardim não menciona o Canarino [Anchieta] entre os religiosos que na Baía receberam o visitador Cristóvão Gouvêa a 9 de maio de 1583. É provável pois que se encontrasse ele então, por deveres de seu cargo, em visita a outra residência da Companhia. **Certo é, porém, que a 18 de agosto embarcou com Cristóvão de Gouvêa, destinando-se os jesuítas a Pernambuco.** Mas no dia seguinte o navio tornou á Baía, impelido pelos ventos contrários. [...] Persistindo os ventos desfavoráveis [...] **A 21 de setembro partiram, deixando-os o vento no dia seguinte em Porto-Seguro.** Depois de visitadas as aldeias de índios e adiada para época mais favorável a ida a Pernambuco, a 2 de outubro voltaram para a Baía.⁴¹ (Grifo nosso).

Assim, Alcântara Machado dá por certo que Anchieta se encontrava com Cardim e o padre visitador, na embarcação que no dia 22 de setembro veio dar a Porto Seguro devido aos ventos e mau tempo. Também afirma que permaneceram por lá a visitar as aldeias de índios.

Confrontando a narrativa de Cardim ele acrescenta que no dia seguinte, portanto no dia 23 de setembro, juntar-se-iam aos irmãos na festa de São Mateus onde se encontravam. Não menciona se Anchieta se encontraria entre eles, ou se foi com Cardim.

Da pesquisa que foi possível realizar, não existe qualquer menção de outra aldeia com mesmo nome de São Mateus, nos arredores da região mencionada.

Nenhuma Carta de Anchieta refere a aldeia de São Mateus.

Em 1587, percorridos apenas quatro anos dos relatos de Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa, como já vimos anteriormente, dá indícios de conhecer muito bem

³⁷ O padre visitador Cristóvão de Gouvêa.

³⁸ O padre Bartolomeu Simões Pereira.

³⁹ CARDIM, Fernão SJ. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capristano de Abreu, Rodolfo Garcia. 2. ed. Brasileira, n.168. São Paulo/Rio/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. p.118.

⁴⁰ ANCHIETA, José, S.J. Posfácio: Vida do Padre Joseph de Anchieta. In: MACHADO, António Alcântara. **CARTAS JESUÍTICAS III: CARTAS**, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph Anchieta, S. J. (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 541-560.

⁴¹ Ibidem, p. 555-556.

a região e afirma não existir povoado, e não refere em qualquer momento que tenha ficado despovoado de cristãos, mas sim de tupiniquins.

Mas ainda assim, Daemon em 1879⁴² e Nery em 1901⁴³, afirmam que Anchieta aportou no rio Cricaré no dia 21 de Setembro de 1596, que encontrou naufragos a 18 quilômetros acima da foz do rio, e que fundaram uma capela que muitas vezes foi visitada por padres de Vitória.

O Bispo Nery parece não ter tido acesso às mesmas fontes do Monsenhor Pizarro, pois afirma que S. Mateus passou a freguesia em 1733, o que contradiz a informação acima já mencionada de que foi a segunda freguesia do prelado Bartolomeu Pereira⁴⁴, antes de 1597. Outro indício de que as fontes não sejam as mesmas, é dado por Nery quando informando da data em que a freguesia se tornou classe colada, põe em nota que a fonte não se encontrava legível em relação ao sobrenome Francisco, ou Ferreira, para o primeiro pároco⁴⁵. Pizarro é esclarecedor *“Por providência de 23 de março de 1751 entrou esta Igreja paroquial na Classe perpetuamente Colada, e tendo-a regido 16 Sacerdotes, entre Regulares e Seculares, desde 1736, foi dela 1.º pároco próprio o padre Vicente Ferreira.”*⁴⁶

Conclusivamente, considera-se que o rio Cricaré já tivesse sido explorado e conhecido aquando das primeiras expedições às minas, provavelmente pelo ano de 1568.

Não existem fontes que possam consubstanciar a afirmação de que Anchieta tenha ido ao rio Cricaré, como também que tenha sido este padre a alterar o nome de Cricaré para São Mateus.

O manuscrito de 28 de abril de 1666 confirma que o rio Cricaré já era identificado, na correspondência oficial, por rio *“São Matheus”*.

⁴² DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2.ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. 1. ed. 1879, p.157.

⁴³ NERY, D. João Batista Correia. **Carta pastoral despedindo-se da diocese do Espírito Santo** seguida de algumas notícias sobre a mesma diocese. Campinas: Tipografia a vapor Livro Azul, 1901, p.82.

⁴⁴ PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias históricas** do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 8 v.,1820. Biblioteca digital do Senado v.2,p.104.

⁴⁵ NERY, op.cit., p.56-57, nota 43.

⁴⁶ PIZARRO E ARAÚJO, op.cit., p.106, nota 44.

Quanto à existência de povoação não se conseguiu com esta pesquisa chegar a fontes primárias que atestem a existência de qualquer povoação com o nome de S. Mateus, no rio Cricaré. Mas o relato do padre Fernão Cardim é claro quanto à existência de uma aldeia chamada de S. Mateus, que tinha sido visitada pelos padres jesuítas, portanto em 1583, poderia existir uma aldeia de índios visitada pelos jesuítas. Contudo, Gabriel Soares de Sousa em 1587, é claro em dizer que o rio Cricaré não é povoado.

3.2. O povoamento entre o século XVIII e meados do XIX:

Pretende-se com esta pesquisa encontrar informações que possam esclarecer as motivações que levaram os colonos ao rio São Mateus e sob qual jurisdição, visto que na historiografia, só em 1722, surge um documento oficial, em que o governador do Espírito Santo diz ter tomado conhecimento de que havia povoação em S. Mateus.

Diz Felisbello Freire que *"[...] foi o governador da Bahia quem deo as sesmarias aos habitantes da capitania [do Espírito Santo], até o rio Itapimerim."*⁴⁷

Afirma Freire, que por serem capitanias de donatários, Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo, só começaram a sua colonização a partir do momento que se juntaram à capitania da Bahia, no século XVIII.⁴⁸ Vindo a constituir-se como centros de povoamento de *"segunda ordem, [...] cujas linhas se encaminhassem ao encontro das que partiam da capital da Bahia"*.⁴⁹

Em relação ao rio de S. Mateus acrescenta que

[...] colonizou-se e povoou-se em uma extensão não pequena de 1714-1727, em 18 a 20 léguas de largo e quasi 60 de comprido, indo o trabalho de colonização além do local em que está hoje a cidade de S. Matheus, chegando em 1748 ao *riacho do Campo*.⁵⁰ (Grifo de autor).

Não conseguimos encontrar a data de 1714 associada a qualquer sesmaria, deduzindo-se que poderá corresponder a um lapso, querendo na verdade registrar o ano de 1716. Admite-se poder ser a data da sesmaria de Anna da França Araujo e Azevedo, que não foi possível encontrar com esta pesquisa. Não conseguimos localizar o lugar do *"riacho do Campo"*. No entanto, a informação aqui registrada nos dá uma dimensão da vasta área colonizada neste século XVIII.

Portanto, o povoamento da região neste século é incontestável, sendo o mesmo historiador quem apresenta alguns dos alvarás das sesmarias da Bahia e do Espírito Santo do século XVIII. Relativamente a São Mateus, apresenta alvarás com datas desde o ano de 1716 até 1750.

⁴⁷ FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil: Bahia, Sergipe e Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1906, p.433.

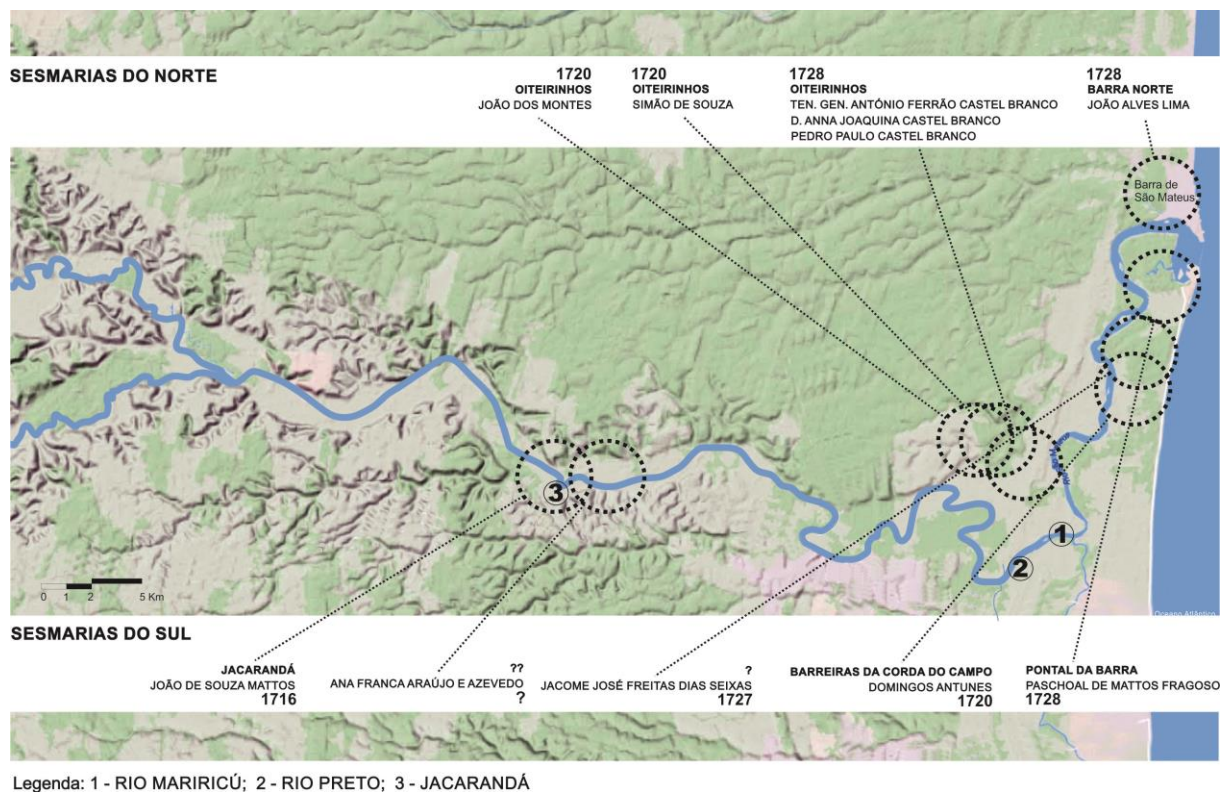
⁴⁸ Ibidem, p.135.

⁴⁹ Ibidem, p.135.

⁵⁰ Ibidem, p.381.

No entanto, nesta pesquisa só foi possível identificar alguns dos locais referidos nos alvarás, o que permitiu elaborar o esquema representativo da Figura 29, com algumas das sesmarias desde 1716 até 1728.

Figura 29 – Indicação de algumas das primeiras sesmarias do rio S. Mateus, segundo os alvarás de atribuição de sesmarias, apresentados por Felisbello Freire⁵¹.



Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Google Earth. 2016

Destaca-se, para esta pesquisa, o alvará de sesmaria de 1716, no rio São Mateus, por ser o mais antigo da relação de Freire:

João de Souza Mattos. Alvará de 10 de dezembro de 1716, uma legoa de largo, e tres de comprimento. **No rio de S. Matheus** da parte do Porto de Jacarandá, começando a demarcar-se d'onde acaba a de D. Anna da Franca de Araujo e Azevedo⁵², correndo pelo rio acima com todas as aguas, campos, pastos e mais logradouros uteis, salvo prejuizo de terceiro. Condições: As do Foral, de não as alhear sem as ter aproveitado, de se não apoderar das Aldeias, terras dos indios, e de não cortar madeira de construção etc.⁵³ (Grifo nosso).

Paralelamente o trecho do manuscrito, abaixo, confirma que foi feito o pedido de sesmaria ao Vice-rei do Brasil, por João de Souza de Mattos, Domingos Luiz Moreira

⁵¹ FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil: Bahia, Sergipe e Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1906.

⁵² Não foi possível localizar o alvará desta sesmaria.

⁵³ FREIRE, op.cit., p.108, nota 51.

e Santos de Souza, tendo obtido resposta favorável à pretensão a 19 de novembro de 1716:

A D. Pedro Antonio de Noronha Marques de Angeja Conde de Villa Verde V Rey e Capitão General de Mar e terra do Estado do Brazil representou por sua petição o d^o João de Souza de Mattos [,] Domingos Luiz Moreira e Santos de Souza q a sua noticia veyo q no Rio de São Matheus **novamente povoado há muitas terras devolutas q nunca forão dadas de sesmaria e por q os suplicantes dezejão ser tambem povoadores daquellas terras cultivandoas e metendo nellas criazoens** no q terá a fazenda de S. Mag^{de} grande utilidade pellos dizimos q lhe [apressem ?] pedindo lhes faça merce conceder e dar de sesmaria a cada hum dos suplicantes huá legoa de terra de largo, e tres de comprido da parte donde fica o **posto** de Jacarandá comessando a demarcarce donde acaba a datta de D. Anna Fransa de Araujo e Azevedo correndo pelo Rio assima e visto seu requerimento e o q respondeo o Procurador da Coroa e Fazendo a q se deu vista [...].⁵⁴ (Grifo nosso).

Neste manuscrito destaca-se a informação bastante pertinente para este estudo que é “*no Rio de São Matheus novamente povoado*”. Ou seja, em novembro de 1716, tem-se conhecimento na Bahia de que o rio foi “*novamente povoado*”. Com esta informação de fonte primária, que veiculou pelos órgãos administrativos do governo geral do Brasil e procuradoria da coroa, surge o facto histórico de povoamento no Rio São Mateus, anterior ao século XVIII.

Acrescenta a informação de que “*há muitas terras devolutas q nunca forão dadas de sesmaria*”, apontando ser esta sesmaria uma das primeiras, com a certeza de que uma já existia a “*datta de D. Anna Fransa de Araujo e Azevedo*” e solicitando especificamente o local “*correndo pelo Rio assima [...] no posto de Jacarandá*”. Identifica-se que “*os suplicantes dezejão ser tambem povoadores daquellas terras cultivandoas e metendo nellas criazoen*”.

Anterior a este manuscrito encontra-se a carta do Vice-rei, Marquês de Angeja, de 29 de agosto de 1716, que esclarece que Domingos Antunes já havia “*principiado a povoação*”, e que seguramente desde março de 1716, habitava as terras de São Mateus, com outros oito homens:

Recebi a carta de Vossa mercê de 9 de março dêste ano e nela [...] me dá conta de haver **principiado a povoação cita no rio de São Matéus em companhia de oito camaradas** [...] espero que em

⁵⁴ REQUERIMENTO do soldado pago da cidade da Bahia João de Sousa de Matos, filho de Simião de Matos e Sousa, ao rei [D. João V] solicitando remuneração dos serviços feito até o presente. AHU_ACL_CU, 005, Cx. 24, D. 2129. [ant. 1725, setembro, 03].

breve tempo se faça uma grande povoação e para que logo principie com forma de governo lhe remeto **patente de capitão dos moradores dessa povoação**, subordinado ao Capitão-mor da capitania do Espírito Santo [...]. Eu lhe ordeno socorra a Vossa Mercê com o que for possível.

Pelo que respeita aos religiosos que me diz [...] hei de escrever ao senhor Bispo do Rio de Janeiro a seu favor, e Vossa mercê lhe representará a necessidade que tem de haver nesse lugar um sacerdote, por ser da sua jurisdição aquele provimento [...].⁵⁵ (Grifo nosso).

Nesta carta é possível observar que o vice-rei, demonstra satisfação pela nova povoação, referindo que Domingos Antunes “*me dá conta de haver principiado a povoação cita no rio de São Matéus*”. Portanto, repetirá a informação dada pelo próprio Domingos Antunes e que não vai ao encontro de uma povoação anterior. O Vice-rei nomeia Domingos Antunes “*capitão dos moradores*”, esclarece que se deve reportar ao Espírito Santo, comunicando que ordenará ao capitão-mor para ajudá-lo no que for preciso. Também informa sobre como deve proceder para a atribuição de sacerdote, que lhe foi pedido, e que é da jurisdição do Rio de Janeiro.

É importante recordar que estes fatos desenrolam-se a meio de grande vulnerabilidade administrativa e política, na capitania do Espírito Santo, desde a morte de seu donatário, Francisco Gil de Araújo, em 1685, até a resolução da Relação da Bahia relativamente à legalidade da posse da capitania, que culminou na compra por parte da Coroa em 1718⁵⁶, como também do governo geral da colônia, que neste mesmo ano de 1718, passa a ser governada por sucessivas juntas provisórias até o vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, assumir em 1720.

É de 22 de agosto de 1720, o alvará de registro da sesmaria de Domingos Antunes, ou seja, quatro anos após ter comunicado ao vice-rei o início da povoação e após o registro da sesmaria do baiano João de Souza Mattos:

[...] no Rio de S. Matheus da Capitania do Espírito Santo, e sítio chamado Barreiras da Corda do Campo, com todas as águas, campos, pastos e mais logradouros uteis, salvo prejuizo de terceiro. Condições: as antecedentes. Não há extremas.⁵⁷

⁵⁵ Documentos Históricos, LXX, p.315-316. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1928.

⁵⁶ RUBIM, Francisco Alberto. **Memorias Para Servir à Historia até o Anno de 1817 e Breve Noticia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção do Reino do Brasil**, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital, p.9.

⁵⁷ FREIRE, Felisbelo. **História territorial do Brasil: Bahia, Sergipe e Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1906, p.108.

Será pela provisão do rei D. João V ao capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Antonio de Oliveira Madail, de 19 de junho de 1722, que se sabe que o Padre da freguesia de Vitória, João Alvarenga, deverá ir para a povoação de S. Mateus.⁵⁸

A partir destes dois manuscritos presume-se que muita correspondência se tenha perdido ou que nunca tenha sido efetivamente escrita. Desconhece-se ainda de que forma Antonio de Oliveira Madail terá sido comunicado da existência da povoação.

O presidente da Província Francisco Alberto Rubim⁵⁹ nas suas *Memórias para servir à Historia até o Anno de 1817*, descreve da seguinte forma:

Constando ao Capitão-mor Madail que Domingos Antunes, natural da cidade do Porto, casado na villa de Victoria, se havia com sua família estabelecido próximo do rio São Matheus, districto d'esta Capitania, e que seu terreno era fértil, por seu Bando de 3 de Outubro de 1722, concedeo faculdade a todo o morador d'esta Capitania para poder ir povoar aquelle logar com sua família; e persuadido da conveniência que resultaria ao real serviço de se povoar as margens d'este rio, mandou, para animar mais a hida dos novos colonos, aprontar embarcações pra os conduzir grátis:⁶⁰ (Grifo nosso).

Presume-se, nesta pesquisa, que Rubim tenha tido acesso à carta de 02 de março de 1801⁶¹ do governador da capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, seu antecessor, que entre outros assuntos comunica ao Conde de Linhares as vantagens de se recuperar o território da então Vila de S. Mateus, povoada em 1722:

[...] a Capitania de Porto Seguro, [...], que findão no Rio Mucuri, donde começa a terceira Capitania, que hé esta do Espírito Sancto, achando-se mais a sul e portanto muito mais proxima desta Capital a Villa de S. Matheos, a qual foi povoada, e governada por esta Capitania, em tempo do Capitão Mor Antonio de Oliveira Madaill, nos annos de 1722.⁶²

Os historiadores Basílio Daemon⁶³ e Mário Aristides Freire⁶⁴ apresentam os mesmos fatos:

⁵⁸ PROVISÃO do rei [D. João V] ao capitão- Mor da Capitania do ES, A O Madail, a concede um clérigo para administrar os sacramentos dos moradores do rio de São Mateus. AHU-ACL-CU-007, Cx.02, D.108 , de 19 junho 1722.

⁵⁹ RUBIM, Francisco Alberto. **Memorias Para Servir à Historia até o Anno de 1817 e Breve Noticia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção do Reino do Brasil**, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital, p.10

⁶⁰ Ibidem, p.10.

⁶¹ CARTA do governador da capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, ao Conde de Linhares, AHU_ES, cx. 06, doc 28, 27A, de 02 de março de 1801.

⁶² Ibidem, s/p..

⁶³ DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2.

Neste ano [1722], a 3 de outubro, manda o governador capitão-mor Antônio de Oliveira Madail publicar um bando pelas ruas da cidade e outros lugares, concedendo licença e dando garantias a **todos que se quisessem estabelecer nas margens do rio São Mateus**, e para o quê aprontou embarcações que pôs gratuitamente à disposição dos que quisessem para lá ir, nomeando também, nessa ocasião, a **Antônio Vaz da Silva capitão-mor** para dirigir os negócios públicos naquele lugar.⁶⁵ (Grifo nosso).

Mas Mário Aristides Freire utiliza um discurso que remete ao governador Madail a iniciativa, intenções e as estratégias de povoamento de São Mateus:

Nomeado capitão-mor, pretendeu Antônio de Oliveira Madail intensificar o aproveitamento das férteis terras às margens do São Mateus; e transportou gratuitamente para lá, em 1722, mais de 50 pessoas, algumas citadas nas conhecidas “*Memórias de um capixaba*”.⁶⁶ Mandou um capitão; e conseguiu que a Câmara de Vitória designasse um juiz de vintena, para a povoação. Logo surgiram pedidos de sesmarias, como as do sítio denominado Oiteirinhos e das Barreiras da Corda do Campo⁶⁷.

No entanto, a carta do Marquês de Angeja, de 29 de agosto de 1716⁶⁸, dirigida a Domingos Antunes; o alvará de sesmaria deste capitão dos moradores, de 22 de agosto de 1720⁶⁹ e a provisão do sacerdote para a povoação, de 19 de junho de 1722⁷⁰, atestam que o discurso de Mário Aristides Freire está revestido de intenções e fatos que não correspondem à verdade.

Também é esclarecedora a carta de 18 de junho de 1726, do bispo do rio de Janeiro, Frei de Guadalupe, que escreve ao rei pedindo que lhe conceda um pároco e companheiro para “*que se conserve a dita Povoação*” de S. Mateus, que brevemente apresenta ao rei D. João V:

Snõr / Haverá outo, ou des annos que em o sertão /do destricto da Capitania do Espírito Santo distante da Vila da Victoria alguães

ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 205. A 1ª edição é de 1879.

⁶⁴ FREIRE, Mário Aristides. **A capitania do Espírito Santo**: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535/1822. 2.ed. Vitória: Cultural-ES; Flor & Cultura, 2006; A 1ª edição é de 1945.

⁶⁵ DAEMON, op. cit., p. 205, nota 63.

⁶⁶ Querendo Freire referir-se às *Memórias para servir à História até ao ano de 1817*, de Francisco A. Rubim de 1840.

⁶⁷ FREIRE, Mário Aristides. A capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535/1822. 2.ed. Vitória: Cultural-ES; Flor & Cultura, 2006, p. 175.

⁶⁸ Documentos Históricos, LXX, p.315-316.

⁶⁹ FREIRE, Felisbello. História territorial do Brasil: Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1906, p.108.

⁷⁰ PROVISÃO do rei [D. João V] ao capitão- Mor da Capitania do ES, A O Madail, a conceder um clérigo para administrar os sacramentos dos moradores do rio de São Mateus. AHU-ACL-CU-007, Cx.02, D.108 , de 19 junho 1722.

sessenta léguas, **se meteo hum homem chamado Domingos Antunez**, que hoje tem o titulo de **capitão de São Matheus**, agregando alguâs pessoas summamente pobres, e / talves crimonosoz, fizerão huã povoação onde hoje assistem athé **quarenta pessoaz entre homenz, molherez, meninos e escravoz**, e **lhe derão o nome de Povoação de São Matheuz**.⁷¹ (Grifo nosso).

O bispo descreve também sobre a contínua dificuldade que a povoação tem de conseguir sacerdote, até mesmo para benzer a capela que tinham construído:

Neste tempo se valião de algunz Religiosos Capuchos para os hirem confessar, e adminiztrarlhes os Sacramentos, porem ha tres, ou quatro annos / não tiveram este beneficio e com a minha vinda recorreo a mim o mesmo capitão para que lhe mandasse Sacerdote, que lhe administrasse os Sacramentos, e juntamente lhe benzesse huã capella que tinha edificado na mesma povoação; [...].⁷²

Pode-se inferir a partir da diferença temporal dos 3 ou 4 anos (entre 1722 e 1726), que o povoação não foi provida do sacerdote que nos informa o manuscrito de 19 de junho de 1722, ou terá sido por pouco tempo, nunca superior a um ano.

Logo a seguir apresenta circunstâncias que justificaram essa falta e que poderão ser, efetivamente, as mesmas que nos tempos anteriores não permitiram a fixação de povoação no lugar, que se prendem com a difícil acessibilidade por terra ou mar, ataques do gentio e pobreza para manter o sustento do sacerdote e quiçá da própria povoação:

[...] em razão de serem os moradores muyto pobres e não lhe poderem fazer porção com que o sustentem, alem de ser preciso estas nella sem ter com quem se confesse nem aonde vá para buscar confessor, porque de mais da distancia, o caminho por mar he perigoso sem terem embarcação, e por terra he sogeyto a muytos Rios, coque mais he o gentio, que já por duas veyez veyo ao mesmo Povo, e lhe fes alguâs mortez.⁷³

Outra questão analisada neste estudo prende-se com a afirmação de Francisco A. Rubim, de que foi Madail quem “*dêo Provisão de nomeação de Capitão-mór, na conformidade de seu regimento, a Antonio Vaz da Silva*”.⁷⁴ (grifo nosso).

⁷¹ CARTA do Bispo do Rio de Janeiro, [D. Frei António de Guadalupe], ao rei [D. João V], sobre a criação da povoação de São Mateus, pelo capitão Domingos Antunes, e o pedido para que aquela povoação fosse visitada por religiosos Capuchos. AHU_ACL_CU_017,CX.16, D.1783, de 18 junho de 1726.

⁷² Ibidem, s/p.

⁷³ Ibidem, s/p.

⁷⁴ RUBIM, Francisco Alberto. **Memorias Para Servir à Historia até o Anno de 1817 e Breve Noticia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção do Reino do Brasil**, Escritas em 1818,

No entanto, através de manuscrito colonial confirma-se que António Vaz da Silva solicita a 09 de novembro de 1732, ao Vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes Cezar de Menezes, Conde de Sabugoza, o posto de capitão-mor da povoação de São Mateus, justificando a incapacidade de Domingos Antunes para tal cargo. A 29 do mesmo mês, na Cidade da Bahia, o vice-rei declara a posse do solicitador dizendo:

Porquanto Domingos Antunes Capitammor da Povoação do Ryo de Sam Matheus, senão acha confirmado por Mag.^{de} no dito posto, ehé totalmente incapaz daquele emprego pelo seu mau prodedimento de que tenho tido varias e repetidas queixas dos moradores da dita Povoação; motivos porque convem prover o dito posto em pessoa devallor, e merecimento que cuide na conservação deles: respeitando eu do bem que estas circunstancias concorrem na de **Antonio Vaz da Silva**, Cidadão desta Cidade; e'ater servido a Mag.^{de} mais de quinze anos em o posto de Capitam de Infantaria da Ordenança, [...] Hey por bem de o ellejer e nomeyar (como pela presente elejo e nomeyo) Capitammor da referida Povoação, para que [ilegível], se exerça com todas as honras, [...] que lhe tocam, podem e devem tocar aos mais Capitain's mores das Povoações deste Estado. Pelo que o hey por metido de posse, e dará o juramento.⁷⁵ (Grifo nosso).

Assim, esclarece-se como não verdadeira, a informação que a historiografia veiculou de que foi Antonio Madail a prover o lugar de capitão-mor, uma vez que foi o próprio Antonio Vaz Silva que requereu o posto para si, junto do Vice-rei, alegando incapacidade de Domingos Antunes. O Vice-rei acatou ao pedido, declarando que não se encontrava o posto de Domingos Antunes confirmado pelo rei, querendo certamente referir-se ao posto de capitão como oficial militar. Segundo Bluteau, “*officil militar entre o ajudante, e major, [que] governa huma companhia*”⁷⁶. De ressaltar que não consta informação sobre a origem de Domingos Antunes, portanto desconhecendo-se a fonte utilizada por Francisco A. Rubim para afirmar que era “*natural da cidade do Porto, casado na villa de Victoria*”⁷⁷.

Publicadas em 1840 por Hum Capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital, p.10.

⁷⁵ REQUERIMENTO do capitão António Vaz Silva ao rei [D. João V] solicitando confirmação de carta patente do posto de capitão-mor da povoação do rio de São Mateus. AHU_ACL_CU_005, Cx. 46, D. 4059.

⁷⁶ **DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA COMPOSTO PELO PADRE D. RAFAEL BLUTEAU.** Reformado, e accrescentado por Morais Silva, António de, 1755-1824; Stirling Maxwell, William, 1818-1878. fmo RPJCB; Bluteau, Rafael, 1638-1734. (1. ed, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 v.), p.230.

⁷⁷ RUBIM, Francisco Alberto. **Memorias Para Servir à Historia até o Anno de 1817 e Breve Noticia Estatística da Capitania do Espírito Santo**, Porção do Reino do Brasil, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital, p.10.

Antonio Vaz Silva, efetivamente, torna-se o capitão-mor da povoação de S. Mateus até 1737, como se pode confirmar pelo documento manuscrito, onde Manuel de Sousa Vilela pede confirmação de carta patente do posto de sargento-mor da mesma povoação.⁷⁸

Na relação de pessoas que corresponderam ao bando de 3 de outubro de 1722, do capitão-mor do Espírito Santo, Antonio Madail, encontra-se uma divergência entre o número contabilizado de 60 pessoas, a partir da citação de Francisco A. Rubim⁷⁹, repetida por Basílio Daemon, e o que Mário Aristides Freire prefere comunicar: “*mais de 50 pessoas, algumas citadas nas conhecidas 'Memórias de um capixaba'*”⁸⁰. Não sabemos, no entanto, qual o original que deu origem a estas citações, por conseguinte, não se pode esclarecer esta questão.

A historiografia do Espírito Santo tem deixado a dúvida de que tenha havido uma “vila” de S. Mateus anterior ao ano de 1764, que se sabe, por documentos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino Português, ser a data correta de elevação da Vila Nova de S. Mateus.⁸¹

Presume-se nesta pesquisa, que esta hipótese equivocada tenha surgido a partir da publicação das *Notícias Cronológicas* de Braz Rubim, publicadas em 1856, onde se encontra, “*Esta foi a criação da Villa de São Matheus*”⁸², relacionando-a com os acontecimentos do bando do capitão-mor Madail de 1722. Braz Rubim refere novamente a “*villa*” quando dá conhecimento da elevação da paróquia em 1751: “A

⁷⁸ REQUERIMENTO de Manuel de Sousa Vilela ao rei [D. João V], solicitando confirmação de carta patente do posto de sargento-mor da povoação de São Mateus. Anexo: carta patente. AHU_ACL_CU_005, Cx. 61, D. 5211, [ant. 1738, Abril, 29]

⁷⁹ RUBIM, Francisco Alberto. **Memorias Para Servir à Historia até o Anno de 1817 e Breve Noticia Estatística da Capitania do Espírito Santo**, Porção do Reino do Brasil, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital, p.10.

⁸⁰ FREIRE, Mário Aristides. **A capitania do Espírito Santo**: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535/1822. 2.ed. Vitória: Cultural-ES; Flor & Cultura, 2006, p. 175.

⁸¹ Sobre esta questão cf. AMARAL, Braz. **Limites do Estado da Bahia: Bahia- Espírito Santo**. v.2, 1917. Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1917.

⁸² RUBIM, Braz da Costa. **Noticia chronologica** dos factos mais notaveis da historia da provincia d Espírito Sancto desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisorio. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XIX, n. 22, 1856, p. 336-348, p.341.

*igreja de S. Matheus na **Villa d'este nome** foi elevada à categoria de parochia por ordem régia de 23 de Março*⁸³.

Mais tarde, em 1858, José Marcelino Pereira Vasconcelos relaciona a vila com o ano de 1755:

A camara de S. Matheus tem como seu patrimonio uma data de terras de quatro leguas em quadro, competentemente demarcadas, as quaes lhe forão concedidas em virtude da carta regia de 3 de março de 1755, como tudo consta do auto, que se lavrou por ocasião de crear-se a respectiva villa.⁸⁴

Esta informação é verdadeira, mas a falta da data do auto de criação levou à interpretação incorreta da questão, pois a carta régia de 3 de março de 1755, ou “*Diretório*”⁸⁵ regulamentou no Brasil colônia, para além de outras questões administrativas e de integração dos indígenas, também a demarcação das terras destinadas ao patrimônio das câmaras aquando da elevação das aldeias à condição de vilas e, por essa razão, estando em vigor, prevaleceu em 1764 na demarcação feita pelo ouvidor Tomé Couceiro, das terras de S. Mateus.

Felisbello Freire, em 1906, diz o mesmo por outras palavras: “A carta regia de 3 de Março de 1755 deu à camara municipal uma sesmaria de 4 leguas em quadra, como seu patrimonio.”⁸⁶ esclarecendo que não encontram o documento oficial de criação de vila.

Francisco A. Rubim não refere nada relativamente à vila, mas Pizarro, seu contemporâneo, já tem conhecimento da nova ouvidoria da capitania de Porto Seguro e sua delimitação, relacionando-a com a Vila de S. Mateus:

Na Vila da Pena, como capital da Capitania, tem a sua residência o Governador, e o Ouvidor Geral, criado pela **Carta Régia de 30 de abril de 1763** [...], a cuja correição competem as **vilas** da Pena, de **S. Mateus**, de Caravelas, de Alcobaça, do Prado, Vila Viçosa, de

⁸³ RUBIM, Braz da Costa. **Notícia chronologica** dos factos mais notaveis da historia da provincia d Espirito Sancto desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisorio. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XIX, n. 22, 1856, p. 336-348, p.342.

⁸⁴ VASCONCELOS, José Marcelino Pereira. **Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória, Tip. de P. A. d'Azeredo, 1858, p.137-138.

⁸⁵ Directório, que em 3 de Março de 1755 se fez para os Governos das Povoações dos Indios do Pará, e Maranhão e confirmado como Ley por Alvará de 17 de Agosto de 1758, como referido nas Instruções. AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11523, de 30 de abril de 1763.

⁸⁶ FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil: Bahia, Sergipe e Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1906, p.388.

Pôrto Alegre, de Santa Cruz de Pôrto Seguro, Vila Verde, de Trancoso e de Belmonte.⁸⁷ (Grifo nosso).

Daemon em 1879, na sua obra cronológica, afirma: “1751- *É elevada à categoria de paróquia, por alvará de 23 de março deste ano, a Igreja de São Mateus na então vila e hoje cidade do mesmo nome*”⁸⁸, induzindo a pensar que a povoação foi elevada a vila antes de 1751. No entanto, umas páginas mais à frente, Daemon se contradiz, referindo os fatos do ano de 1771: “*É elevada à categoria de vila a freguesia de São Mateus*.”⁸⁹

No entanto, pelo manuscrito de 1758, que é uma Carta do conselheiro Antonio de Azevedo Coutinho, para Sebastião José de Carvalho, o Marques de Pombal, dando algumas informações entre as quais referindo-se à comarca da Cidade da Bahia, encontra-se um parágrafo sobre a “*Povoação de S. Matheoz*”:

Nesta **povoação** não há mais Justiça que há Juiz que há escrivão que actualmente servem com Provizão deste Governo. Tambem há hum Capitam mor da povoação provido por este Governo. Até esta povoação se estende o destrito do Corregedor e Prov.^{or} da Comarca da B^a.⁹⁰ (Grifo nosso).

Por esta carta fica-se a saber que em 1758, São Mateus ainda era uma povoação, portanto não era vila, e que tinha juiz, escrivão e Capitão-mor da povoação providos pelo governo da Bahia. Também afirma que é esta a povoação mais a sul, provida pela Comarca da Bahia.

A provisão com data de 01 de junho de 1757, informa que é Antonio Rodrigues da Cunha o juiz ordinário da Povoação de São Mateus⁹¹, que tomou posse em 03 de dezembro de 1757, tendo sido assinada pelo capitão mór José da Costa Cardoso⁹².

⁸⁷ PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memorias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 8 v., 1820. Biblioteca digital do Senado. v.2, p.32.

⁸⁸ DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 215.

⁸⁹ Ibidem, p. 234.

⁹⁰ CARTA do conselheiro Antonio de Azevedo Coutinho para Sebastião José de Carvalho dando informações sobre o andamento que iam tendo as execuções das dividas à Fazenda Real, AHU_ACL_CU_005, CX.21, doc. 3855, de 16 de dezembro de 1758.

⁹¹ L.3 dos Registos da Secretaria do Estado do Brasil, fl. 11. Bahia, 01/06/1757 apud AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia: Bahia – Espírito Santo**. v.2. Bahia:Imprensa Official do Estado. 1917, p.180-182.

⁹² AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia: Bahia – Espírito Santo**. v.2. Bahia:Imprensa Official do Estado. 1917, p.182.

Em 17 de julho de 1760, ainda é Antonio Rodrigues da Cunha o Juiz ordinário.⁹³ Em 1769, já era Caetano de Barcellos Pereira.⁹⁴

Ainda no que concerne à questão de ser Vila ou Povoação, Francisco Alberto Rubim, pelo ano de 1817, afirmou:

Consta que em 1743, ainda esta povoação estava sujeita á jurisdição d'este governo, hoje está ao governo da Bahia, pertencendo á comarca de Porto seguro, sem que n'esta conste ordem régia⁹⁵, ou do Governador e Capitão General da Bahia para esta separação⁹⁶

No entanto, na carta régia de 15 de Janeiro de 1732, da Criação da Ouvidoria do Espírito Santo, estão referidas as vilas que lhe estão incorporadas, sem referir qualquer limite físico. Sabe-se, através do mesmo documento, que o primeiro ouvidor foi Pascoal Ferreira de Veras, só tomou posse em 4 de outubro de 1741, atendendo à resolução de 23 de março de 1739⁹⁷. Portanto a capitania do Espírito Santo deve ter permanecido sujeita à ouvidoria do Rio de Janeiro até 1741.

Pela leitura exclusiva do documento referido, pressupõe-se que a povoação de São Mateus continue sob a jurisdição do Espírito Santo, vinculado à vila de Vitória. No entanto, como já dito, não há descrição dos limites físicos da capitania sob a nova ouvidoria, apenas mencionam-se as Vilas. De reforçar que nesta data São Mateus ainda era povoação.

Por outro lado, a partir do manuscrito de 29 de novembro de 1732, sabe-se que os moradores de S. Mateus recorrem ao Vice-rei do Brasil, Conde de Sabugoza, para fazer valer a justiça na povoação, e que é o mesmo quem delibera sobre as questões:

⁹³ Carta de diligencia para as justiças da Povoação de S. Matheus. Passada a requerimento de Manuel Correa de Lemos", documentos manuscritos originais pertencentes ao **Arquivo Público da Bahia**, apud AMARAL, 1917, p.184-185.

⁹⁴ AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia: Bahia – Espírito Santo**. v.2. Bahia:Imprensa Official do Estado. 1917,p.41.

⁹⁵ Francisco Alberto Rubim revela desconhecer a "Instrucção para o Ministro, que vay criar a nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro" AHU_ACL_CU_005-01,Cx. 150, D. 11523, de abril de 1763, que engloba a região a norte do rio Doce.

⁹⁶ RUBIM, Francisco Alberto. **Memorias Para Servir à Historia até o Anno de 1817 e Breve Noticia Estatística da Capitania do Espírito Santo**, Porção do Reino do Brasil, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital, p.10.

⁹⁷ PROVISÃO ao Rei D. João V aa conceder ao Bacharel Pascoal Ferreira de veras o ofício de Ouvidor-geral da Capitania do Espírito Santo por tempo de três anos. AHU_ACL_CU_007, Cx 03, D. 17, Lisboa, 22 de novembro de 1740.

[...] de que tenho tido varias e repetidas queixas dos moradores da dita Povoação; motivos porque **convem prover o dito posto** em pessoa de vallor, e merecimento que cuide na conservação deles: **respeitando eu do bem que estas circunstancias concorrem** na de Antonio Vaz da Silva, **Cidadão desta Cidade**.⁹⁸ (Grifo nosso).

Francisco Alberto Rubim revela que a situação tenha permanecido inalterada até 1743. No entanto, não se encontrou qualquer documento que possa relacionar esta data com a questão da ouvidoria à qual estaria sujeita a povoação de S. Mateus. Mantendo-se, portanto, neste estudo o entendimento de que a povoação de S. Mateus, nesse momento, se encontrasse nos limites da comarca da Cidade da Bahia, como atesta o já referido manuscrito de 1758, do conselheiro Antonio de Azevedo Coutinho, para o Marques de Pombal.

A 02 de abril de 1763, por decreto real, é criada a nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro, com nomeação de Ouvidor, o corregedor da Comarca de Tomar, bacharel Tomé Couceiro de Abreu, que chegou à Bahia a 7 de dezembro de 1763. Neste documento lê-se:

Atendendo à importância da Capitania de Porto Seguro em que se acham já estabelecidas algumas vilas⁹⁹ além das que tenho mandado estabelecer de novo, **e a que sem governo Civil não poderão fazer os grandes progressos com que desejo beneficiar os meus vassallos da mesma Capitania**, Houve por bem erigi-la em Ouvidoria, **cujá Comarca se estenderá a todo o seu distrito**.¹⁰⁰ (Grifo nosso).

Pode-se inferir que qualquer território inserido na nova capitania é considerado, em 1763, como estando sem Governo Civil. Na sequência desta, foram preparadas e enviadas as *Instruções para a criação da nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro*, de 30 de abril de 1763,¹⁰¹ na qual está expressamente incluído o rio São Mateus.

Nestas instruções, em nome de D. José I, estão identificados os objetivos pombalinos, especificamente administrativos e religiosos, de forma a fixar pessoas

⁹⁸ REQUERIMENTO do capitão António Vaz Silva ao rei [D. João V] solicitando confirmação de carta patente do posto de capitão-mor da povoação do rio de São Mateus. AHU_ACL_CU_005, Cx. 46, D. 4059.

⁹⁹ “*Villas de porto Seguro e Rio das Caravellas, e se criaram de novo outras duas nas Povoações a que chamavão Aldeias, e herão administradas pelos chamados Jesuítas quaes são a nova Villa de Trancozo e a nova Villa Verde*”, como referido nas *Instruções*. AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11523, de 30 de abril de 1763.

¹⁰⁰ DECRETO do rei [D. José], ao Conselho Ultramarino nomeando o corregedor da Comarca de Tomar o bacharel Tomé Couceiro de Abreu para ouvidor da nova Ouvidoria da capitania de Porto Seguro. AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11510. Lisboa, de 2 de abril de 1763.

¹⁰¹ *Instruções*. AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11523, de 30 de abril de 1763.

na região, povoando-a. Também aqui, manifesta-se a política pombalina de desenvolvimento da agricultura, navegação e comércio,¹⁰² para suprir as cidades da Bahia e Rio de Janeiro.

Reforça a necessidade de ser observado “*inviolavelmente o Directório, que em 3 de Março de 1755 se fez para os Governos das Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão e confirmado como Ley por Alvará de 17 de Agosto de 1758*”¹⁰³ que “*deveria ser seguido por todas as capitanias, dados os resultados que o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado tinha conseguido*”¹⁰⁴.

O historiador Francisco Cancela afirma que:

Em menos de uma década, a execução da referida política resultou na criação de seis novas vilas que redimensionaram o ordenamento territorial da antiga capitania. Concentrando-se na região ao sul de Porto Seguro, essas novas povoações redesenharam seu mapa colonial, transformando-se nos principais núcleos demográficos da região, além de importantes polos econômicos responsáveis pela produção de farinha e extração de madeiras.¹⁰⁵

São elas: São Mateus 1764; Prado 1764; Belmonte 1765; Viçosa 1768; Porto Alegre 1769 e Alcobaça 1772¹⁰⁶

Nos dezessete parágrafos de que é constituída a *Instrução de 1763*, quatro destinam-se particularmente a *S. Matheus*.

No oitavo parágrafo se entende as atenções no “*importante Rio de S. Matheus*” pelas riquezas que ele oferece, como madeiras para construção de naus ou acesso aos cristais, como também pelos perigos resultantes destes:

¹⁰² Cf. CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial**: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro. (1763-1808). 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012; DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**: Planejamento Espacial e social no século XVIII. Brasília. 1997; SANTOS. Cesar de Almeida. **Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas**: Um estudo sobre a política urbanística pombalina. 1999. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

¹⁰³ INSTRUÇÕES. AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11523, de 30 de abril de 1763.

¹⁰⁴ FLEXOR, Maria Helena Ochi. **As vilas pombalinas do século XVIII**: estratégias de povoamento. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO - Cidades: temporalidades em confronto. Expansão Colonial e Metrópolis. v.5, n.5 (1998).p.2-3.

¹⁰⁵ CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial**: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro. (1763-1808). 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012, p.159.

¹⁰⁶ Ibidem, p.159.

8º) **Uma das partes principaes** daquela Capitania **he o importante Rio de S. Matheus** no qual, alem de se dizer, que ha **preciozas madeiras** para construção de Naus, se afirma também que **decorrendo pela Serra dos Christaes, tras o seu nascimento das Minas do Serro do Frio**. E como os novos Moradores, que se forem estabelecer nas Margens do dito rio, achando a noticia de que por ele podem hir aquellas preciozissimas terras não cuidarão em outra couza algua, senão a de se passarem a ellas, deve V. Mercê por hora vigiar com todo o cuidado que nenhum passe daquelles limites, que V. Mercê lhe assignar, athe nova ordem de S. Magestade.¹⁰⁷ (Grifo nosso).

No nono parágrafo, concentra as atenções na questão fulcral que é tornar as terras do rio *S. Matheus* produtoras de alimento para se fazer o comércio com as duas capitais, as cidades da Bahia e do Rio de Janeiro. Antevê o progresso da empreitada, que proporcionará a dilatação pelo sertão, à medida que as culturas sucessivas permitam a subida das margens do rio:

9º) Não deve a V. Mercê, nem pela imaginação passar o objecto de ir fazer o descobrimento de Minas, mas antes se deve aplicar muito seriamente, **depois dos estabelecimentos das novas Villas que puder erigir**, e da educação dos seus novos habitantes; **na cultura dos frutos para se sustentarem com abundância**, não só os Moradores das mesmas terras mas **fazerem o commercio delles para a Bahia e Rio de Janeiro**; fazendo V. Mercê comprehender aquelles novos collonos que não podem ter mayor riqueza, do que lavrarem muita qualidade de frutos e algodões, **para socorrerem as duas mayores Capitaes do Grande Império do Brazil**; porque o seu producto lhes trará dinheiro em abundância para comprarem todos os negros que lhe forem precizos para adiantarem cada anno as suas plantações e **dilatarem à mesma proporção descobrimentos a favor do mesmo Rio**; para o comercio da cultura, que houverem adiantado, para lhe fornecer os meynos de continuarem e dilatarem os descobrimentos que de outra sorte seriam, impraticáveis entranharem-se naquelles sertões desprovidos de todo necessário,[...].¹⁰⁸ (Grifo nosso).

No décimo terceiro parágrafo, destaca a importância da comunicação entre as duas capitânicas:

13º) A comunicação da nova Ouvidoria que V. Mercê vay criar com a do Espírito Santo he summamente interessante, tanto ao Serviço de Sua Magestade, como ao bem commum daquelles moradores; pelo que ordena o mesmo Senhor, que V. Mercê dê toda providência que julgar necessária, para que as duas Ouvidorias, **se façam communicáveis, visto o interesse reciproco, que a ambas se segue**.¹⁰⁹ (Grifo nosso).

¹⁰⁷ INSTRUÇÕES. AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11523, de 30 de abril de 1763.

¹⁰⁸ Ibidem, s/p.

¹⁰⁹ Ibidem, s/p.

No décimo sexto parágrafo, manifesta o grande secretismo da missão do ouvidor, que deveria comunicar por sua própria letra, com consequências graves se assim não o fizesse:

16º) Hua das averiguações que V. Mercê **deve fazer logo que chegar a dita Capitania e com o mayor segredo he examinar a largura e função dos Rios de São Matheus e das Caravellas**, vendo quantas braças de agua tem na baixamar em águas vivas, e o quanto sobem as mesmas águas na prayamar; quantas leguas de cada um dos ditos Rios se podem navegar desde as suas barras, athé onde forem praticáveis no pays descoberto; e os fundos que nelles se forem achando; pondo V. Mercê nessa diligência **o mayor cuidado**. Dando conta a Sua Magestade do que achar a esse respeito **de sua mesma Letra sem que possa expedirse por Amanuense algum**; porque tem consequências gravíssimas a relaxação desse **segredo**.¹¹⁰ (Grifo nosso).

E no último parágrafo, a forma como a povoação deveria chegar a vila:

17º) Ordena também Sua Magestade, que assim **naquellas Povoações chamadas Aldeias que já estão domesticadas, como nas que de novo se estabelecerem com índios descidos**; logo que estes se descerem no competente número, se vão estabelecendo novas villas e se vão abolindo nellas os bárbaros, e antigos nomes que tiverem; e se lhes vão impondo alguns outros novos dos das Cidades ou Villas deste Reino.¹¹¹ (Grifo nosso).

O Ouvidor Tomé Couceiro, no relatório que fez mal chegou à Vila de Porto Seguro, de 8 de janeiro de 1764, apresenta, entre outras, as informações recolhidas a respeito da região do rio de S. Mateus e sua acessibilidade, como não haver necessidade de cortar madeiras e abrir roças, pois já têm campinas descobertas onde fazem as suas plantações – confirmando já haver exploração madeireira em S. Mateus e forma de cultivo permanente; que à **povoação** descem com frequência índios em paz a fazer negócio, especialmente facões e machados; que existe a “Estrada da Praia”, que é real e que comunica desde a Bahia até o Rio de Janeiro.

Estrada da Praia – esta estrada he real e commua desde a Bahia até o Rio de Janeiro sem que ha muitos annos tenha havido noticia de morte alguma que o gentio fizesse, e estabelecidas as Villas no Rio Grande e no Jocrucú, mais seguro e defendida fica e os seus passageiros que já tem suas commodidades nas cazas dos moradores, que já ha, com muito melhores accomodações ficarão, erigidas estas Villas.¹¹² (Grifo nosso).

¹¹⁰ INSTRUÇÕES. AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11523, de 30 de abril de 1763.

¹¹¹ Ibidem, s/p.

¹¹² RELATÓRIO do ouvidor Tomé Couceiro, de 8 janeiro 1764 - AHU-ACL-CU-005, CX.34, D.6429.

Ao dar informação sobre o se fazer a “*Estrada de terra*” diz: “*todos os prácticos deste continente e o Capitão mór das conquistas julgão inútil esta estrada*”, apresentando por razões, a grande distância que esta ficará da costa onde habitam as pessoas e por isso a dificuldade de estadia de quem a percorrerá; a presença de grande número de índios não domesticados, todos da mesma língua, porém inimigos uns dos outros, e por último, a facilidade com que a vegetação volta a crescer, com o pouco uso que terá a nova estrada de terra.

Acrescenta que estes não serão problemas irresolúveis, mas sim a grande dificuldade será após a passagem do rio S. Mateus:

[...] entrando na do Espírito Santo se encontra huma dificuldade muito grande, porque me dizem que o Rio de S. Matheus e o Rio Doce ha huma Lagôa chamada de Jepuranan, mettida no matto, que dizem he demasiadamente comprida e tam cheia de tremedaes, que por ella he impraticável fazer-se esta estrada sem huma extraordinária volta.¹¹³

Continua com a descrição da grande dificuldade para se atravessar o rio Doce:

O que se necessitava para ultima comodidade da comunicação desta Capitania fizesse povoar a Barra do Rio Doce com 4 ou 5, que já teve, e os obrigasse a ter canôa prompta pelo seu tanto para os Viandantes, que por hora tem o discommodo, para passarem de huma para a outra parte, de subirem pelas margens dos dito Rio acima hum dia de viagem, fazerem no seguinte sua balsa, em que se mettem, e voltando por ele abaixo virem vencendo pouco a pouco parte da sua largura até à Barra, aonde acabão de passar; e ainda assim o não vencerião se não fossem humas Ilhas, que o dito Rio tem, e em que costumão amparar-se, segundo me informão o mesmo Capitão mór das Conquistas Ignacio do Couto e Fr. Antonio de Candelaria, Leigo do Convento do Carmo do Rio de Janeiro, que tem passado algumas vezes e he praticado no continente d'estas Capitancias até o mesmo Rio de Janeiro.¹¹⁴

Sobre a povoação do rio de S. Mateus adianta que:

[...] tem bastante numero de moradores para ser creada em Villa, assim pelo sitio em que se acha e delictos atrozes que nella costumão cometer-se, como porque havendo ali justiças impedirão as subidas e descidas a quaesquer mineiros, que pretendão subir ou descer para as minas do Serro do Frio, aonde dizem vae dar este rio, ou que delle traz o seu nascimento, não o executei athé o presente [...]¹¹⁵

Portanto, confirma-se o apurado conhecimento que se tinha em Porto Seguro sobre todas as questões pertinentes à região de S. Mateus, e que Tomé Couceiro

¹¹³ RELATORIO do ouvidor Tomé Couceiro, de 8 janeiro 1764 - AHU-ACL-CU-005, CX.34, D.6429.

¹¹⁴ Ibidem, s/p.

¹¹⁵ Ibidem, s/p.

rapidamente tomou conhecimento antes mesmo de se dirigir pessoalmente ao referido rio.

Passados seis meses e após visita ao rio S. Mateus, Tomé Couceiro escreve um segundo relatório, com data de 16 de junho de 1764, onde dá as informações do reconhecimento do rio e a localização da povoação em relação à barra do rio, descrevendo:

Corre a Costa aonde está esta Barra norte e sul e **fica a povoação acima della 7 leguas**. Corre a barra a leste e fica a lesnordeste do *Pontal do norte* e todas as vezes que quem entrar nella estiver dentro do cordão [...] e na ponta de dentro, em que acaba a praia vira o canal, buscando o Pontal do norte ou a ribanceira, que faz por dentro do dito pontal.¹¹⁶ (Grifo nosso).

Tomé couceiro necessita de muitas palavras, que por muitas linhas descrevem as particularidades da barra, quanto à sua morfologia e fundo de grande mutabilidade, como também, sobre a abundância e variabilidade dos ventos, sintetizando por fim que:

A embarcação que nella quizer entrar vindo do sul deve tomar pratico na Capitania do Espírito Santo e indo do norte o deve tomar em Porto Seguro ou no Rio das Caravellas e sem elle difficultosamente poderá vencer a barra sem perigo, mas embarções que pertenderem entrar nella não hão de demandar mais que 10 athé 11 palmos por ser barra de mar, que fundea.¹¹⁷

Portanto bastante revelador de muitas dificuldades para se adentrar o rio S. Mateus. Descreve o percurso pelo rio acima (Figura 30), que corre na direção do sul por trás do cordão litorâneo, existindo 10 paragens antes de chegar ao **Porto da Povoação**, acima do qual só é navegável de embarcações mais 3 léguas, cerca de 18 km, até ao lugar de Jacarandá. Acima deste lugar até à repartição do rio nos braços do norte e do sul, só podem navegar canoas e barcas, devido à pouca largura do rio e este fazer muitas voltas, com margens de brejos e serem raras as terras enxutas¹¹⁸.

¹¹⁶ RELATORIO do ouvidor Tomé Couceiro, de 16 junho 1764 - AHU-ACL-CU-005, CX.35, D.6508.

¹¹⁷ Ibidem, s/p.

¹¹⁸ Ibidem, s/p.

Figura 30 - Mapeamento do rio S. Mateus com identificação das paragens referidas no relatório de reconhecimento do rio, feito pelo Ouvidor Tomé Couceiro, em 1764.



Legenda: 1 - PEDRAS; 2 - BARREIRAS; 3 - POVOAÇÃO VELHA; 4 - MELEIRA; 5 - FURADO; 6 - MARARICÚ; 7 - CARREIRA DOS DOIS IRMÃOS; 8 - REGISTO; 9 - PEDRA D'AGOA; 10 - OUTEIRINHOS; 11 - PORTO DA POVOAÇÃO; 12 - JACARANDÁ.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Google Earth. 2016

Assim, a partir deste reconhecimento pode-se identificar que logo a seguir à foz do rio existe a paragem as Pedras; as Barreiras e a *Povoação Velha*:

[...] do meio do rio para o Norte tudo he pedra, que de baixamar tem de fundo 3 para 4 palmos e de preamar 11; e na mesma carreira da dita *Povoação Velha* mais para baixo, tem outra restinga de pedra pela parte do sul, que chega athé meio Rio, porém sempre fica livre o canal.¹¹⁹

Pela descrição identifica-se que há um lugar chamado *Povoação Velha*, que nos informa que em 1764 haverá outra povoação mais nova. Também informa que houve povoação neste lugar, não permitindo afirmar que ela ainda exista. Neste local o assentamento é de pedra, ou seja, terra enxuta, própria para se habitar, num entorno já descrito como de grande mutabilidade.

Outra informação que se obtém é que junto à *Povoação Velha*, no rio há possibilidade de passagem sempre franca do canal navegável e provavelmente a pé para a outra margem do norte, no baixamar. Mas claramente apresenta outra hipótese de atravessamento a pé quando descreve a sétima paragem chamada a *Carreira dos Dois Irmãos*:

[...] quem quizer navegar se encostará á mão direita, que he a parte do norte por causa de humas pedras, que de maré vazia ficão ao

¹¹⁹ RELATORIO do ouvidor Tomé Couceiro, de 16 junho 1764 - AHU-ACL-CU-005, CX.35, D.6508.

lume da agua e de maré cheia pouco cobertas e cheião até meio rio.¹²⁰

A descrição do reconhecimento do rio continua até chegar ao *Porto da Povoação*, informando que o rio tem 35 braças de largo, ou seja, tem largura suficiente para as embarcações darem a volta, condição, aliás, necessária para um porto.

De se destacar que esta observação, não foi feita pelo ouvidor desde o início do seu reconhecimento a partir da barra do rio, inferindo-se aqui que qualquer embarcação de maior porte tivesse obrigatoriamente de se dirigir até ao local aqui chamado de *Porto da Povoação* para poder dar a volta necessária para regressar ao mar.

Acrescenta que a partir da repartição dos rios, pode-se navegar pelo braço do sul por dois ou três dias até à primeira cachoeira, desde que o rio tenha abundância de água, mas que é perigoso pela violência das correntes. Pelo braço do norte, até à primeira cachoeira, se pode navegar por seis dias, não há inundações e as suas margens são mais enxutas que as do braço do sul.

O rio não tem nas suas margens madeiras para a construção de náus, por se encontrarem longe umas das outras e de difícil transporte. No entanto, desde a barra até ao lugar de Jacarandá “há bastantes páos de piqui em abundância de madeiras para tabuados e oiticas capazes de servirem para as curvas das náus”. Outras madeiras, distantes meia, ou um léguas das margens do rio, são boas para taboados. Há jacarandás e vinháticos em abundância.

Sobre a Povoação não refere mais que a sua população num total de 345 habitantes, com a observação de que “*Tem esta Povoação 98 cazaes, entrando varios, que nella assistem ha annos*”.¹²¹

Pode-se concluir a partir destes dados que houve uma primeira povoação, chamada de *Povoação Velha*. Mas nenhuma informação que confirme a hipótese apresentada pelo padre Serafim Leite de que os primeiros povoamentos resultaram de uma anterior aldeia de índios: “*é comum achar-se na origem de diferentes vilas e cidades*

¹²⁰ Ibidem, s/p.

¹²¹ Relatório do ouvidor Tomé Couceiro, de 16 junho 1764 - AHU-ACL-CU-005, Cx.35, D.6508.

dessa região, como Santa Cruz e S. Mateus, Conceição da Serra, uma Aldeia Velha, ou uma Aldeia Nova.”¹²²

Não se pode afirmar que esta *Povoação Velha* ainda existia aquando da visita do ouvidor, porque não referiu especificamente essa questão, mas indicou que estaria em local de bom assentamento, de pedra.

Perante a informação anteriormente apresentada sobre a *Estrada de Mar*, acrescentando as indicações dos possíveis lugares de atravessamento do rio S. Mateus, para a margem norte, é de se esperar que esta *Povoação Velha* permaneça, dando suporte aos passageiros deste caminho, pois Tomé Couceiro no relatório de 8 de Janeiro alertara para o grande interesse de se voltar a povoar a foz do rio Doce e da necessidade de se elevar a vila, as localidades no Rio Grande e no Jocrucú, mais a norte de S. Mateus, para tornar ainda mais segura a passagem deste caminho. Daqui se depreende que houvesse uma povoação junto à Estrada do Mar em S. Mateus, pois caso contrário também seria referido por Couceiro.

Pela indicação do alvará da sesmaria de Domingos Antunes “no Rio de S. Matheus da Capitania do Espírito Santo, e sítio chamado **Barreiras da Corda do Campo**”¹²³, presumiu-se, nesta pesquisa, que a sua sesmaria seria no lugar que Tomé couceiro chamou de *Barreiras*, e que será por trás do “cordão” litorâneo de areia formado pela ação das correntes marítimas e ventos – como já descrito no capítulo 2, ponto 2.1. *Reconhecimento pela geomorfologia do lugar* - mas também onde haja campo para cultivo, ou seja, terra que não seja de mangue. Portanto, poderá ter sido sim a primeira povoação neste local, ainda em 1716 ou 1722, referida nas várias cartas já apresentadas ao longo deste estudo. A informação “*Não há extremas*”¹²⁴, contida no alvará de sesmaria também reforça esta hipótese, por esta estar limitada pelo mar à frente e pelo rio atrás.

Presume-se nesta pesquisa que a existência de boas madeiras, sobretudo jacarandás e vinháticos terá sido a razão pela qual se pediram as primeiras sesmarias, de 1716, no lugar de mesmo nome “*Jacarandá*”, tendo Felisbello Freire referido “**porto de Jacarandá**” e o manuscrito de 1716, de confirmação de sesmaria a João de Souza de Mattos, “**posto de Jacarandá**”. Deduz-se nesta pesquisa que o

¹²² LEITE. Serafim, S.J. Aldeia dos Reis Magos. In: Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 8. p. 189-210. 1944. p.209-210.

¹²³ FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil**: Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1906, p.108.

¹²⁴ Ibidem, p.108.

interesse do referido sesmeiro seria pela exploração da madeira de jacarandá e existência de um cais para seu carregamento, “*datta de D. Anna Fransa de Araujo e Azevedo*” [...] “*correndo pelo Rio assim* [...] **no posto de Jacarandá**”.

Couceiro também confirma o perigo do interesse que se tinha por subir o rio S. Mateus. Justificando que elevar a povoação a vila impediria as subidas e descidas dos mineiros para as minas do Serro do Frio, “*aonde dizem vae dar este rio, ou que delle traz o seu nascimento*” ¹²⁵.

Cancela afirma que “*São Mateus incorporava significados estratégicos para a colonização portuguesa*”, porque para além de ser “*o posto colonial mais avançado sobre os sertões da antiga Capitania de Porto Seguro*”, ficava num território relativamente distante da costa, com acessibilidade apenas possível pelo rio e cercado de matas onde habitava o gentio e os animais ferozes. Assim S. Mateus “*atuava como uma verdadeira zona de contato entre luso-brasileiros e indígenas.*” ¹²⁶

O ouvidor Tomé Couceiro, passados três meses da visita e reconhecimento do rio S. Mateus, dirige-se à povoação para tratar da sua efectiva elevação a Vila. A primeira do projeto pombalino de colonização da capitania do Porto Seguro.

No *Termo de Ajuntamento do Povo* , o ouvidor apresenta as razões para a elevação da povoação a vila:

Aos vinte dias, do mez de Setembro de mil setecentos e secenta e quatro annos, nesta Povoação do Rio de Sam Matheus [...] e estando todos presentes pello dito Ministro, lhes foi proposto que elle, **por virtude das Reaes Ordens, que Sua Magestade** foi servido cometter-lhe, **pretendia crear em villa**, esta Povoação, assim porque achava **ter numero suficiente de moradores**, como porque havendo nella **juiz e mais officiaes de justiça, se reprimirão** os autores dos escandallosos delictos que nella se costumão cometer [...]. ¹²⁷ (Grifo nosso).

Como também apresenta os procedimentos inerentes ao ato de criação da vila e reguladores da ordem urbana:

[...] como também que o acompanhassem, **ao levantamento do Pelourinho, medição e demarcação das casas de Camara e**

¹²⁵ Relatório do ouvidor Tomé Couceiro, de 8 janeiro 1764 - AHU-ACL-CU-005, CX.34, D.6429.

¹²⁶ CANCELA, Francisco Eduardo Torres. De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro. (1763-1808). 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012, p.178.

¹²⁷ AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia: Bahia – Espírito Santo**. v.2. Bahia:Imprensa Official do Estado. 1917, p. 272.

cadea, porque sendo ouvido pellos ditos moradores, nomearão para louvados da Agulha a João da costa Bagundes e a Francisco José, para a corda Caetano Pereira e a Custodio dos Anjos, para a picada, a Bernardo Paz e Mathias Lopes, Zacharias Ribeiro e Francisco da Silva, aos quaes mandou o dito Ministro por mim escrivão, que os notificasse para virem tomar o juramento [...] e que **a dita medição e demarcação devia principiari pelo continente das casas desta Povoação**, para que , neste auto podesse o dito **Ministro declarar os citios por onde devião continuar quaesquer casas**, que de novo queiram faser estes ditos moradores e os mais que se forem aggregando a esta Povoação e para tudo constar, fize este auto em que elles ditos moradores, assignarão com o dito Ministro.¹²⁸ (Grifo nosso).

Na cerimônia de elevação, do dia 27 de setembro, após louvação “*Real, Real, Real – Viva o nosso Augusto e Fidelissimo Senhor Rey Dom José, o Primeiro de Portugal*”, o ouvidor Tomé Couceiro apresenta o nome da nova vila apresentando o que considerou por justificação:

[...] alevantando o dito Pellourinho, deo o dito Desembargador, Ouvidor geral, por nome a esta **Villa Nova do Rio de Sam Matheus**, assim porque **o primeiro povoador que neste mesmo citio se estabeleceo**, fez nelle a sua **entrada em dia deste Gloriosissimo Santo**, como porque **em outro tal se disse nelle a primeira missa**, e **agora por acaso, elle Ministro veyo criar esta villa** [...].¹²⁹ (Grifo nosso).

Não refere quem foi o primeiro povoador nem em que ano, apenas que foi no dia do Santo São Mateus que o povoador se estabeleceu neste mesmo sítio. Poderá querer dizer rio como sítio? Ou referir-se-á precisamente ao local elevado onde encontrou a povoação de S. Mateus? Refere também que noutro dia do santo São Mateus, portanto no mesmo dia 21 de setembro, mas de um ano distinto, se rezou a primeira missa. Portanto, não se sabe se o ouvidor está a referir-se aos primeiros povoadores do início do século XVIII, ou se de outros séculos anteriores. Mas afirma claramente que foi pela data do Santo que o povoador fez a entrada e por isso nomeou a povoação de São Mateus. De seguida apresenta que em outra altura mas que no mesmo dia do Santo se rezou a primeira missa. Ou seja, por estas informações, que não são de fonte primária, mas recolhidas junto da população de S. Mateus e seguramente de Porto Seguro, pelo Ouvidor que já demonstrara forte capacidade analítica e de rigor, fica-se a saber que a população não transmite a

¹²⁸ AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia: Bahia – Espírito Santo**. v.2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1917, p. 272-273.

¹²⁹ AUTO DE MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO. In: AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia: Bahia – Espírito Santo**. v.2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1917, p.278.

informação de que tenha sido o padre José Anchieta a mudar o nome de Cricaré para São Mateus ao rio, nem à população.

É demarcada a nova Villa de Sam Matheus no mesmo dia 27 de setembro de 1764. A partir do Auto de Demarcação, pode-se ter conhecimento da dimensão da povoação no ano de 1764, que já contava duas ruas paralelas e outras três perpendiculares menores, a partir da praça da igreja matriz. Nessa mesma praça foi levantado o pelourinho de madeira e demarcado o sítio e dimensão exata que deveria ter a casa de câmara e cadeia a ser construída para instalar os oficiais da nova vila e fazer-se cumprir as leis e regras de justiça, que foram proferidas pelo próprio Ouvidor. .

Todos os atos relativos à criação da vila foram registrados e por fim assinados pelos moradores presentes.

Ao verificar a eventual presença dos nomes dos sesmeiros do início do século, com as assinaturas dos moradores presentes na cerimônia, encontra-se “*Domingos Antunes de Santiago*”, não se podendo confirmar se se tratará do mesmo “*Domingos Antunes*”. Encontra-se seis moradores com o sobrenome “*Souza*”, e nenhum com sobrenome “*Mattos*”. Encontra-se “*Joam dos Montes*”, que poderá corresponder ao “*João dos Montes*”, que F. Freire apresenta com o Alvará de 22 de agosto de 1720¹³⁰ e que consta na figura 27. Assina também o morador *Antonio Rodrigues da Cunha*, já referido anteriormente, como provido em 1757¹³¹ para juiz ordinário da povoação de S. Mateus e que permaneceu pelo menos até 1760, não sendo referido nestes documentos qualquer nome associado a este posto.

Identifica-se, no manuscrito colonial, que na data de 24 de setembro de 1765 é registrado no livro Primeiro dos Registros da Câmara da Villa nova de S. Matheus, com a assinatura do escrivão Antonio José de Oliveira, a proposta e respectiva Carta Patente do Posto de Capitão mór da vila:

Os Governadores da Capitania da Bahya por ...Mag^{de} [...], q Deus g^{de} e [...] Porquanto se acha vago o pôsto de Capitão mor das Ordenanças da Villa de S. Matheus erecta p.^{lo} Dz^{or} [pelo Desembargador] Ouvidor geral da Capitania do Porto seguro, por se

¹³⁰ FREIRE, Felisbelo. **História territorial do Brasil**: Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1906, p. 109.

¹³¹ L.3 dos Registos da Secretaria do Estado do Brasil, fl. 11. Bahia, 01/06/1757, apud AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia: Bahia – Espírito Santo**. v.2. Bahia: Imprensa Official do Estado. 1917, p.180-182.

ter auzentado p^a a Capitania do Espirito S^{to} **Jose da Rocha**, estando já inutil por annos, e achaques; econvem prover em peSoa de valor, ecapacidade: respeitando ao bem, q' estes requizitos concorrem na de **Antonio Alz' Chaves**, a quem os officiaes da Camara daquela nova Villa com aSistencia do referido DZ Ouvidor propuzerão em primeiro Lugar [...] na Cid.^e do Salvador Bahia de todos os Santos aos doze de Julho de mil setecentos seSsenta e cinco.¹³² (Grifo nosso).

Por este manuscrito, identifica-se que Antonio Alvarez Chaves passou a ser capitão mor em 1765, tendo sido seu antecessor, José da Rocha, que já se encontrava ausente e por muitos anos incapacitado para o exercício do seu cargo. Provavelmente será o mesmo José da Rocha Cardoso, a quem foi passado o Alvará de 16 de setembro de 1750, “*no mesmo rio, começando a demarcar-se na volta das moendas do Rio do Campo correndo rio acima.*”¹³³ Segundo F. Freire a porção mais dentro do sertão correndo o rio S. Mateus.

Em 1767 toma posse o novo Ouvidor da Capitania de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, por ter falecido o seu antecessor, Tomé Couceiro de Abreu.

Não foi possível encontrar qualquer documento sobre a nomeação de José Xavier Machado Monteiro, no entanto pela *Relação individual do que tenho feito nesta Capitania de Porto Seguro, desde o dia 3 de Mayo de 1767 até o presente*, de 01 de abril de 1772¹³⁴, pode-se inferir que o novo Ouvidor iniciou o seu serviço a 3 de maio de 1767.

O novo ouvidor por esta *Relação* faz o ponto de situação dos cinco anos de serviço prestado, referindo que fundou duas vilas como decretava a sua Instrução, tendo lhes dado os nomes de Vila Viçosa e de Portalegre, ambas situadas na costa entre o rio S. Mateus e o rio Caravelas. Refere que neste lugar de Portalegre não havia moradores em todo o seu distrito, sendo que pela costa era um deserto de dezoito leguas.¹³⁵ Acrescentou que abriu a comunicação para a capitania do Espirito Santo

¹³² REQUERIMENTO de António Álvares Chaves ao rei [D. José], a solicitar carta de confirmação da nomeação para o posto de capitão-mor das Ordenanças da vila novamente erecta de São Mateus.

¹³³ Freire, 1905, p.117; AMARAL, 1917, p. 172. AHU_ACL_CU_005, Cx. 158, D. 12053, [ant. 1767, Março, 16].

¹³⁴ RELAÇÃO individual do que tenho feito nesta Capitania de Porto Seguro, desde o dia 3 de Mayo de 1767 até o presente . AHU-ACL-CU- 005, Cx. 46, doc. 8553.

¹³⁵ Ibidem, s/p.

e que no rio Doce e Barra de S. Mateus já havia alguns casais, portanto pequenas povoações:

Tres novos estabelecimen^{tos} tenho formado em **prayas dezertas e combatidas do gentio**, aonde pella fertilidade dos sitios se poderão ainda (havendo gente) erigir villas: a 1º e mais principal **na barra do Rio doce, pello qual abri comunicação pª a capitania do Espirito S^{to}**, e aonde se achão já hu's vinte e tantos cazais; 2º na enseada do mar de comujativa, em que ja existem outros tantos; 3º **na barra de S. Matheus**, em que **já para hu'a duzia delles [...]**.¹³⁶ (Grifo nosso).

Refere-se às quatro casas de câmara e cadeia que edificou, tendo sido a de Porto Seguro a primeira e única de pedra e cal. A terceira a de S. Matheus, porém *“ainda q de sobrado, e de bastante grandeza são de taipa grossa de madeira e barro”*.¹³⁷

Sobre as casas particulares diz que *“tem feito augmentar mto esta de Porto Seguro, cujos moradores a hião dezerando, e abandonando.”* e que fez um forno para produção de telha e tijolo, com mestres que vieram mandados da Bahia, porque não havia nenhum na capitania, e que precisará de mais fornos, mas a falta de dinheiro, de mestres e operários dificultam a pretensão.¹³⁸

Descrimina outras obras públicas como: ter feito sete barcas (uma como as do reino e as outras de canoas); onze pontes além de vários pontões, além de compor barrancos e passos dificultosos, e da limpar caminhos e fontes, assim como de várias estradas, em que a de maior extensão foi a de Caravelas para Vila Viçosa de 5 léguas e *“outra de [meia légua] de extensão de Portalegre pª S. Matheus no sitio chamado das velhas, aonde hu' alto rochedo chamado a Tromba do bode, ainda de mare vazia impede a viagem pella praya.”*¹³⁹ Contudo só poderá querer referir-se a um troço ainda distante do rio S. Mateus, porque obrigatoriamente terá de se situar antes da zona de formação quaternária que constitui as adjacências da foz deste rio. (Ver o estudo e mapa da formação terciária e quaternária, apresentados no primeiro capítulo desta pesquisa, no ponto 2.1- Reconhecimento pela geomorfologia do Lugar).

Continua a descrever os trabalhos realizados junto das povoações, o que permite auferir os cuidados que se tinha no assentamento de uma povoação nesta região:

¹³⁶ RELAÇÃO individual do que tenho feito nesta Capitania de Porto Seguro, desde o dia 3 de Mayo de 1767 até o presente. AHU-ACL-CU- 005, Cx. 46, doc. 8553

¹³⁷ Ibidem, s/p.

¹³⁸ Ibidem, s/p.

¹³⁹ Ibidem, s/p.

Nos aros de outo villas e de sinco Aldeias tenho feito de arribar e reduzir á compo em largo espaço os alterozos, e espessos matos, que as imboscavão; para livrar os seus habitantes de assaltos do gentio; para viverem menos receozos dos seus nascionais inimigos; p^a beneficio dos ares; para afugentar as onças; p^a diminuir as cobras; p^a extinguir o mosquito, q' cá morde m^{to}; e finalm^{te} p^a a criação dos gados no augmento dos pastos; e he aquella hoje maior.¹⁴⁰

[...] alem do grande augmento nas lavouras; do maior num^o de officinas; da civilidade dos Indios; e da par publica, em que conservo os seus moradores por meio da observ^a das leis do Reino, de que fiz publicar, e registra em livros as mais saudaveis ao paiz; e das Municipais, q' nas Camras lhes fiz estabelecer; e de outras particulares, e quotidianas providencias; com que me jacto, de q' ainda no meu tempo ca senão fez morte alguá, nem outro troz delicto; e ainda por acazo algu' leve ferim^{to} em rixa; e tão bem de que o gentio ainda ca não flechou mais que duas pessoas, hu'a dellas mortalmente.¹⁴¹

Na carta de 1771, o ouvidor Machado Monteiro, apresenta as dificuldades e a falta de gente como problema principal ao povoamento:

[...] he esta a mais difficultoza de cumprir, principalmente em sítio ainda despovoado ou ainda naquele em que são poucos os povoadores. Para acaricialos para hum dezerto, aonde hão de esperar 2 annos, que as terras lhes produzão mantimentos; cuidar no emtanto em provelos de farinhas para comerem vindas de outras partes e de sementes e ferramentas para abrirem lavouras; encaminhar e fazer conservar lá degradados, homens commummente viciozos, que só se lembrão ou de fugirem ou de perturbarem aos outros; prover de artificies temporaes; e zelar o provimento dos espirituais, que com tão má qualidade de gente governem a vinda do Senhor sendo nesta Capitania tanta a falta de sacerdotes, que todos excepto hum, já decrepito, estão parochiando e sem coadjutores. Fazer erigir e paramentar Egrejas sem dinheiro nem de onde se obtenha ao menos para os moveis precisos para o sacrificio; escolher para o governo temporal juizes, escrivão e mais officiaes, aonde os empregos nada rendem e aonde por acazo se acha quem saiba ler e escrever; e finalmente fazer abrir fontes, formar pontes e barcas, cortar matos, abrir caminhos e estradas, introduzir gados, descantilar e aterrplanar os terrenos, balizar ruas e praças, etc.

Todas as referidas difficultades fui vencendo para chegar a erigir aquellas novas villas. He porém invencível para formar outras o obstáculo da **falta de gente**, de que tanto precisa estas Capitania

¹⁴⁰ RELAÇÃO individual do que tenho feito nesta Capitania de Porto Seguro, desde o dia 3 de Mayo de 1767 até o prezente . AHU-ACL-CU- 005, Cx. 46, doc. 8553

¹⁴¹ Ibidem, s/p.

para se povoar e para assim ficar sendo das melhores desta costa.¹⁴²
(Grifo nosso).

Apresenta a grande dificuldade da capitania por estar sujeito ao eclesiástico do rio e Janeiro:

Padecem e todos os mais habitantes desta Capitania **grande falta de pasto espiritual**, por ser toda ella sufraganea à Cidade do Rio de Janeiro, que lhe **fica muito distante e incomunicável** não só **por terra**, mas ainda **por mar**, pelo motivo de serem quazi todas as embarcações desta mesma Capitania lanchas, que se não atrevem a nevegalo para aquella costa do sul mais brava. . He mais fácil a correspondência e mais fácil seria o recurso para Portugal pela da Bahia, para onde todas as semanas sahem, e algumas retrocedem, com menos dias de demora, do que de mezes para o Rio de Janeiro. Dentro de 5 ou 6 me chegão respostas do que escrevo para o Reino, mas, para o Rio de Janeiro commummente só passado hum anno. Este o motivo porque esta **Capitania não tem mais que 3 sacerdotes nacionais** dela e de todos servindo de parochos, **por não haver nella, ha 8 annos a esta parte, ordenando que se quisesse expor aos perigos despesas e mais incommodos de tão larga viagem**. Utilissimo e muito preciso era o desannexal-a no governo espiritual, assim como o he e sempre foi no temporal, para a bahia.¹⁴³ (Grifo nosso).

Confirma o não ter beneficiado as vilas já criadas anteriormente, no qual se insere S. Mateus, e reforça as dificuldades logísticas:

Alem das mencionadas villas **pouco ou nada tenho beneficiado as outras** mais do que em fazer-lhes desbravar e reduzir a campo os seus rocios dos alterozos matos, que as cercavão e cobrião, em abrir-lhes estradas de comunicação e humas para as outras; em estabelecer-lhes nos rios intermédios pontes e barcas; em introduzir-lhes a criação do gado porcum, que cá não havia e em fazer-lhes por algumas providencias aumentar o do vacuum, que ainda he pouco pela dificuldade de se poder para cá transportar das capitancias da Bahia e da do Espírito Santo (aonde o ha de abundancia) sem intervir algum auxilio de dinheiro, não muito, da Real Fazenda.¹⁴⁴
(Grifo nosso).

Conclui-se com as informações da carta de 1771 e da *Relação* de 1767 a 1772, que S. Matheus, entre 1716 e 1772, desenvolveu-se em meio a grande território despovoado, com grandes dificuldades de atravessamento quer para sul, quer para

¹⁴² CARTA do ouvidor de porto seguro José Xavier Machado Monteiro, dirigida ao rei, na qual relata os progresos daquela capitania durante o anno anterior. Porto Seguro, 10 de maio de 1771. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 45, D. 8446.

¹⁴³ CARTA do ouvidor de porto seguro José Xavier Machado Monteiro, dirigida ao rei, na qual relata os progresos daquela capitania durante o anno anterior. Porto Seguro, 10 de maio de 1771. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 45, D. 8446.

¹⁴⁴ Ibidem, s/p..

norte, pois a única estrada que havia, com todos os impedimentos que o novo ouvidor diz ter resolvido, com o estabelecimento de pontes, barcas e novos caminhos ou estradas por onde se fazia de grande perigo pelo mar. Estes aspectos reforçam a utilização exclusiva do rio S. Matheus como meio de locomoção, como também reforçam a grande capacidade da população em se instalar, defender, locomover, comunicar e disponibilizar o seu produto ao comércio. Outro aspecto de relevância é que desde a elevação da Vila de São Mateus, em setembro de 1764 até 1767, provavelmente não terá havido qualquer melhoria das suas condições, a avaliar pela ordem de construção da casa de câmara e cadeia, dada pelo primeiro ouvidor e que efetivamente só se vem a verificar nesta *Relação* de trabalhos levados a cabo pelo novo ouvidor, entre 1767 e 1771.

Em 1771, apresenta também como grande dificuldade a falta de fornos de telha e tijolo, porque apesar de ter construído um precisaria de “*ao menos de meia dúzia, que não posso fazer edificar sem da Bahia me virem mestres, que os saibão erigir e ensinar a cozer nelles*”.¹⁴⁵ Como também: “*He grande por aqui a falta de artificies e principalmente de pedreiros e carpinteiros que se os houvesse poderia eu ter augmentado mais a Capitania*.”¹⁴⁶

Na carta de 1773, José Xavier Machado Monteiro, já dá por impossível erigir as três vilas que referira na *Relação* apresentada no ano anterior, nas quais se incluíam as Barras do rio Doce e do rio S. Matheus, “*porque se erigil-as me he facil, o povoal-as me he muito difficil*” acrescenta q *do sertão não desce gentio manso e que a despesa de ir catequisá-los lá é muito grande. Os degregados poucos os que chegam e preguiçosos*.”¹⁴⁷

Ainda nesta carta de 1773, em relação a S. Mateus diz:

[...] que não foi possível fazer uma [estrada] muito necessária, desde a Barra do rio de S. Matheus até à vila, por se encontrar distante uma localidade da outra em 8 leguas de perigosa navegação pelo rio, e por terra ficaria reduzida a 4 léguas “he por cauza d’isso a

¹⁴⁵ CARTA do ouvidor de porto seguro José Xavier Machado Monteiro, dirigida ao rei, na qual relata os progresos daquela capitania durante o anno anterior. Porto Seguro, 10 de maio de 1771. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 45, D. 8446.

¹⁴⁶ Ibidem, s/p..

¹⁴⁷ CARTA do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, relatando fatos que demonstravam o progresso da sua capitania. **Porto Seguro**, abr. 1773. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 46, D. 8581.

menos comunicavel com as mais, e os **moradores pobres e o concelho assim como quazi todos os outros, sem rendimentos suficientes para a despeza de tão necessaria bem-feitoria.** Por todas as **villas se augmentão** á proporção das possibilidades dos habitantes, e para o que por falta de artifices **as vão fabricando por mão de curiozos.**¹⁴⁸ (Grifo nosso).

Esta informação sobre a impossibilidade de erigir as três vilas é reiterada na carta de 1775, justificando que as poucas pessoas que consegue acariciar é para aumentar as vilas existentes.¹⁴⁹

Ao descrever o estado de progresso da vila de Trancoso e Portoalegre, informa quais das reais e persistentes dificuldades em relação à falta de embarcações que pudessem trazer as telhas da Bahia, porque do Rio de Janeiro são muito mais caras, e da pouca capacidade da única olaria que erigiu na capitania de Porto Seguro, que produz pouco, para além da falta de dinheiro e de mestres para criar outras olarias.¹⁵⁰

Diz ter duplicado as lavouras de farinha de mandioca da capitania, *“de que tãobem das villas novas vão continuando a sahir para o rio de Janeiro e Bahia muitas embarcações carregadas; e outrasim de que tem grande augmento as pescarias do mar alto [...]”*¹⁵¹

Descreve as suas pessoais dificuldades de suprir a vastidão da capitania, revelando a incapacidade de chegar às mais distantes, que anteriormente dissera ser o território de S. Matheus até o rio Doce:

[...] viagens por praias adustas em parte sobresaltadas de gentio e feras e com perigozas passagens de rios, pernoitando muitas vezes ao sereno sem medicamentos, e em algumas occaziões sem os precizos mantimentos [...] no inverno do paiz e eu a marchar para a nova correição, **em que não poderei chegar ás villas mas distantes**, como em todos os annos he preciso, para se passar mostra a indios, as costumadas intrigas, que costumão entre si ter suscitado a não se praticar assim he para instruir e animar os povoadores ao bem da cultura e commercio e para lhe decapitar expol-as ao perigo de ruina do augmento que tem obtido, elo que convém muito o mandarse-me já substituto de maior vigor e

¹⁴⁸ Ibidem, s/p..

¹⁴⁹ CARTA do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, ao rei, sobre o desenvolvimento da sua capitania. Porto Seguro, 12 maio 1775, AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 47, D. 8787.

¹⁵⁰ Ibidem, s/p.

¹⁵¹ Ibidem, s/p.

actividade para poder acabar de estabelecer a capitania que fique agradável á augusta contemplação de V. M.¹⁵² (Grifo nosso).

Na carta de 1776 complementa a informação de que na agricultura a que dá mais lucro é a *“farinha em tal augmento que tão bem já de todas as villas, que de novo erigi vae sahindo **com abundância para o provimento de exercito da Colonia e das Cidades do Rio de Janeiro e da Bahia e Capitania do Espírito Santo.**”*¹⁵³ (Grifo nosso).

Afirma a contínua dificuldade de se deslocar pela capitania e a instabilidade de paz e fixação dos povoamentos:

Não posso já girar por todas as villas e povos dela, como em todos os annos fazia e ainda he precizo, para animar tanto bem publico e **pacificar gentes de 3 qualidades de nação tão diversas e opostas**, que continuamente estão suscitando intrigas, **como o perigo de vir a recahir por alguma deserção, enquanto não estão mais arraigadas, no despovoado que era.**¹⁵⁴ (Grifo nosso).

Sobre os edifícios apresenta o ponto de situação:

Antes de 6 mezes espero de todo concluhida a Igreja Matriz desta capital [Porto Seguro], excepto de tribuna e retábulos, para que não há dinheiro e he obra de pedra e cal fabricada á moderna [...] **e de dar princípio, ainda que de tijolo por falta de pedra, ás matrizes das Villas novas de Bellomonte, Prado, Alcobaça, Portalegre e S. Matheus**, em que se me desanima a falta de artificies e muito mais a nímia pobreza de seus povoadores; [...] sem ajuda nenhuma do erário régio.¹⁵⁵ (Grifo nosso).

A intenção de Machado Monteiro de construção da matriz em tijolo, em 1776, arrastou-se por muito tempo, como se pode constatar pela solicitação de 20 de julho de 1788. Nesta solicitação o padre da freguesia da vila de S. Mateus, Antonio da Veyga Barros, escreve em nome dos oficiais da câmara e demais moradores, solicitando ao rei esmola e isenção dos dízimos enquanto entender justificável para construirem a matriz da freguesia.¹⁵⁶

¹⁵² Ibidem, s/p.

¹⁵³ CARTA DO DESEMBARGADOR OUVIDOR DE PORTO SEGURO JOSÉ XAVIER MACHADO MONTEIRO (PARA Martinho de Mello e Castro), na qual.... e lhe dá novas informações relativas à Capitania de Porto seguro. 1 de julho 1776. AHU_ACL_CU_005-01, Cx.49. D. 9147.

¹⁵⁴ Ibidem, s/p.

¹⁵⁵ Ibidem, s/p.

¹⁵⁶ REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara e moradores da vila de São Mateus à rainha [D. Maria I] solicitando uma esmola para a construção da capela-mor da referida vila ou a isenção dos dízimos pelo tempo em que durar a obra. AHU_ACL_CU_005, Cx. 190, D. 13951.

Por meio deste manuscrito, pode-se saber que a população de S. Mateus diz ser pobre, ocupar-se da produção de farinha de mandioca para abastecer o mercado da Bahia e que é atacada com frequência pelo Gentio.

Da análise de 11 cartas do ouvidor, José Xavier Machado Monteiro, disponíveis no Projeto Resgate, verifica-se que concretamente a S. Mateus só refere as obras da Casa de Câmara e Cadeia e o intento de dar início à construção da matriz com tijolo, por falta de pedra.¹⁵⁷ Refere-se à existência de 10 a 12 casais na Barra do rio S. Mateus¹⁵⁸ que dista 8 léguas da vila e por duas vezes da impossibilidade de erigir vila nesta barra, por falta de pessoas. Sem justificar propriamente, mas reconhecendo ser esta a porção menos comunicável com as demais povoações da capitania, comunica que não foi feita a estrada tão necessária para ligar a barra à vila, o que poderia encurtar a distância para metade, e minimizar o perigoso atravessamento pelo rio S. Mateus.¹⁵⁹ Desde 1775, vem recorrentemente comunicando a impossibilidade de chegar pessoalmente até às povoações mais distantes, das quais S. Mateus faz parte, descrevendo a austeridade dos percursos e perigos de ataques do gentio ou feras.¹⁶⁰

Bastante revelador dessa dificuldade e esclarecedor da estratégia utilizada pelo ouvidor é a sua carta enviada à rainha, *“queixando-se do abuso praticado pelo vigário da Vila de São Mateus, que excomungou o juiz ordinário de Vila Viçosa, Manuel Nunes da Costa, que tinha ido para lá, desempenhar serviços, sob suas ordens.”*¹⁶¹ A questão concreta desta carta é a de que uma índia, que servia numa casa em Vila Viçosa, fugiu para S. Mateus e que vigário já havia tratado do seu

¹⁵⁷ CARTA do desembargador ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro (para Martinho de Mello e Castro), na qual.... e lhe dá novas informações relativas à Capitania de Porto Seguro. 1 de julho 1776. AHU_ACL_CU_005-01, Cx.49. D. 9147.

¹⁵⁸ RELAÇÃO individual do que tenho feito nesta Capitania de Porto Seguro, desde o dia 3 de Mayo de 1767 até o presente. AHU-ACL-CU- 005, Cx. 46, doc. 8553

¹⁵⁹ CARTA do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, relatando fatos que demonstravam o progresso da sua capitania. Porto Seguro, abr. 1773. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 46, D. 8581.

¹⁶⁰ CARTA do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, ao rei, sobre o desenvolvimento da sua capitania. Porto Seguro, 12 maio 1775. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 47, D. 8787.

¹⁶¹ CARTA do ouvidor da capitania de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, à rainha, queixando-se do abuso praticado pelo vigário da Vila de São Mateus, que excomungou o juiz ordinário de Vila Viçosa, Manuel Nunes da Costa, que tinha ido para lá, desempenhar serviços, sob suas ordens. Porto Seguro. 26 nov 1777. AHU_ACL_CU_005-01, Cx.51. D. 9651.

casamento nesta vila, o que passava a justificar a não devolução da Índia para a vila de origem e portanto, a perda de mão de obra. Mas a questão pertinente nesta carta é a disputa dos poderes e autoridade do ouvidor, representado pelo juiz ordinário de outra povoação e o vigário de S. Mateus. Portanto também entre os poderes da Bahia e do Rio Janeiro, uma vez que corresponde, respectivamente, ao poder civil e ao eclesiástico.

Esta carta também levanta vários questionamentos quanto à real sujeição da Vila de S. Mateus à autoridade do ouvidor Machado Monteiro, uma vez que os relatórios do primeiro ouvidor, Tomé couceiro, e os documentos manuscritos apresentados anteriormente, afirmam incontestavelmente que a povoação ter-se-á desenvolvido anteriormente à formação da capitania de Porto Seguro, portanto com alguma liberdade no que respeita ao poder civil da Bahia. Foi considerada com capacidade para ser vila aquando da primeira visita de Tomé Couceiro, por já reunir em 1764 todas as condições como: número populacional, forma de sustento na produção da farinha de mandioca, porto e centro urbano com praça, igreja e ruas constituídas. O próprio Ouvidor Machado Monteiro reforça neste sentido ao justificar recorrentemente que o seu empenho era no sentido de criar as vilas mais próximas a Porto Seguro e muito centradas na população indígena, no desenvolvimento económico e concretização do povoamento. Todas essas necessidades já teriam sido ultrapassadas pela Vila de São Mateus, antes de 1764.

A partir dos dados obtidos da análise dos relatórios dos Ouvidores Tomé Couceiro de Abreu e José Xavier Machado Monteiro e do *Auto de Demarcação da Villa Nova de Sam Matheus*, elaborou-se um mapa conjectural identificado pelo ano de 1764, que com outros dois, servirá de instrumento de estudo da evolução urbana da Vila de S. Mateus, apresentado a seguir, no capítulo 3.

No século XIX, o primeiro historiador a descrever a Vila de S. Mateus é Aires de Casal, em 1817:

A Vila de São Mateus, **situada sem regularidade em terreno pouco alto sobre a margem direita obra de três a quatro léguas** acima da barra do rio do mesmo nome, **não passa ainda de medíocre**, mas abastada de peixe com boas águas: Muitas circunstâncias concorrem para que seja grande, e florescente, depois de apaziguados os indígenas. [...] Cultivam feijão, arroz, milho, algodão, canas-de-açúcar, café, e sobretudo mandioca, de cuja farinha se

exporta grandíssima quantidade. Outros muitos ramos de agricultura podem ainda florescer no seu abençoado distrito, **cuja fertilidade é talvez sem igual**; e onde as formigas são poucas.¹⁶² (Grifo nosso).

Mas serão os *Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro*, D. José Caetano Coutinho, que visita S. Mateus em 1819, que melhor descreverão a vila:

Esta vila **está situada, elegante e alegremente, sobre uma cordilheira de montanhas que se levantam logo por trás do sítio da Pedra d'Água**, e correm ao sul do rio para a parte do oeste. Para a vila concorreram a maior parte dos roceiros [...] e por isso me pareceu muito povoada de gente alegre e faladora que enchia **todas as casas de telha de duas ruas mui compridas, com outras atravessadas, duas praças, algumas dez ou doze casas de sobrado**, bilhares, talvez lojas de bebidas, em que vivem alguns poucos [...] compatriotas [...]. Incontestavelmente, é esta a vila mais populosa e bem guarnecida, depois de Caravelas, em toda a província e decerto representa mais do que qualquer dos três bairros em que está dividida a de Porto Seguro.¹⁶³ (Grifo nosso).

Por se tratar de uma descrição bastante minuciosa da Vila, considerou-se para este estudo ser fundamental a análise pormenorizada dos *Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. É necessário esclarecer que a visita de D. José Caetano da Silva Coutinho a S. Mateus, só aconteceu em 1819, uma vez que a anterior, de 1812, não contemplou as paróquias de Porto Seguro, nas quais se incluía a freguesia de S. Mateus.

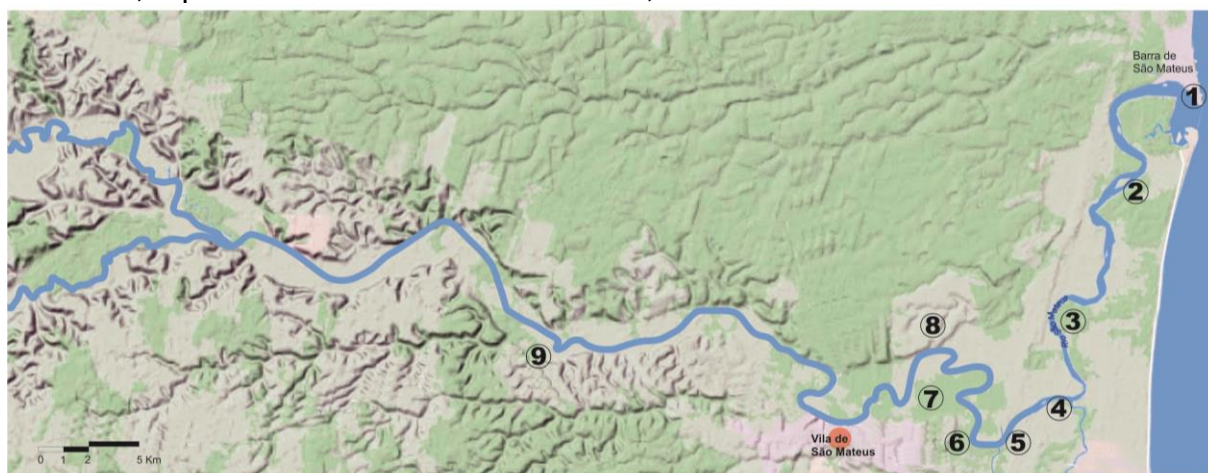
A visita do bispo de 1819 começa pelo norte, pela Vila de Porto Seguro dirigindo-se para sul, pela Estrada do mar, até o seu regresso ao Rio de Janeiro.

Com o intuito de melhor entender o povoamento no rio São Mateus no início do século XIX, elaborou-se o esquema abaixo (Figura 31), com todos os lugares citados na descrição do percurso do bispo pelo rio S. Mateus acima.

¹⁶² AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brasília**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Biblioteca Digital, p.221-222.

¹⁶³ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819**. [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002, p.63.

Figura 31 – Indicação de todos os lugares citados pelo bispo José Caetano Coutinho, aquando da visita ao rio S. Mateus, em 1819.



Legenda: 1 - CASA DO CAPITÃO DOMINGO, na Barra; 2 - CASA DO VIGÁRIO, José Joaquim dos Santos; 3 - BULHÕES; 4 - RIO MARIRICÚ; 5 - RIO PRETO; 6 - PEDRA D'AGUA; 7 - ENGENHO E FAZENDA do Constantino Gomes; 8 - FAZENDA DO CAPITÃO MOR Domingos Gomes Amorim 9 - Lugar de JACARANDÁ.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Google Earth. 2016.

A sua descrição inicia-se pela Barra de S. Mateus que apresenta uma população consolidada, mas com poucas condições urbanas, como o próprio bispo nos informa:

Da vila de Porto Alegre do Mucuri à povoação da **Barra de São Mateus** são 13 léguas [...]. Esta Barra é de areia, e mudável; agora estava no rumo de leste fazendo uma abertura quase no meio do recife ou cordão de areia que corre norte sul meia légua ao mar defronte do rio. [...] Esta povoação da Barra pareceu-me ter mais de duzentas almas de todas as castas [...] mas **não tinha sequer um oratório em que se dissesse missa.**¹⁶⁴ (Grifo nosso).

Acrescenta que deixou com o juiz vintanário da Barra, Manoel Barros, dinheiro para *“edificarem a capela que tinha delineado o visitador Menezes, e que eu marquei um pouco mais para dentro do combro do mar e mais para norte, e dei algumas providências; por onde espero que se acabe nos ditos dois anos”*.

À medida que vai percorrendo o rio S. Mateus relata os pontos onde se encontra população:

[...] que não terá menos de quinhentas almas, contando a povoação de índios do rio de Santa Ana, ou São Domingos, uma légua da barra, e outros moradores das margens do rio de São Mateus até três léguas no sítio do Bulhões.¹⁶⁵
[...] dormi na **povoação da Barra**, hospedado [...] pelo capitão [mor], Domingos Gomes Amorim, galego esperto e velho de Vila do Conde.

¹⁶⁴ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819.** [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002, p.57.

¹⁶⁵ Ibidem, p.58.

– No dia 17 vim para casa do vigário da vara José Joaquim dos Santos, légua e meia rio acima com o rumo para sudoeste; e aí, **no seu oratório de missa**, crismei muita gente, e fiz dois casamentos [...].¹⁶⁶ (Grifo nosso).

Pela sua descrição de diário é notória a necessidade de pouso na Barra de S. Mateus, até que a maré encha de forma a permitir a subida pelo rio até à Vila:

No dia 18 tornei a crismar, e de tarde na enchente da maré parti para a **vila**, [...] estava muita gente embaixo no **porto**, que me acompanhou para cima para a vila [...] mas fui para casa, porque estava muito cansado, e não pude fazer a entrada.
[...] Todo este caminho contam ordinariamente por oito léguas, que me pareceram pequenas apesar de todas as voltas do rio, que é sempre majestoso e fundão, e dá passagem às mais corpulentas sumacas.¹⁶⁷ (Grifo nosso).

Não descreve o porto da Vila, mas refere “*estava muita gente embaixo no porto*”, o que permite compreender que se trata de um local com certa dimensão e cuja população se encontrava preparada para recebê-lo com as honras de uma Entrada solene.

Descreve com precisão a igreja da Vila, sendo claro que continua a ser de pau-a-pique e, portanto, sem ter recebido os melhoramentos de reconstrução de tijolo referidos em 1776, por Machado Monteiro, ou mesmo a partir de 1780, aquando do pedido da esmola para a construção da capela mor da matriz:

Achei a igreja suficientemente espaçosa e bem proporcionada, com uma capela fechada sobre si para o batistério, que é de pau; um só altar colateral do lado da epístola de Nossa senhora do Rosário da Barra, e excelente sacrário; muito má torre; mas três excelentes sinetas, as melhores que ouvi depois que saí da Bahia; e **toda a igreja que é de pau-a-pique, rachada e em grande ruína**; mas todo o povo voluntariamente furtado em um vintém por cada alqueire de farinha que se embarcasse com autoridade da Câmara, e uma junta nomeada para a sua arrecadação e administração das obras da igreja, que confio que se fará muito boa, e paramentos melhores do que tem.¹⁶⁸ (Grifo nosso).

De destacar que provavelmente já fora construída de raiz com uma dimensão considerável, o que permite a hipótese de corresponder a uma segunda edificação, já contemplando uma população considerável. Revela preocupações notáveis numa

¹⁶⁶ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819.** [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002, p.58.

¹⁶⁷ Ibidem, p.58.

¹⁶⁸ Ibidem, p.59.

sociedade de algum requinte, como: a capela para o batistério, excelente sacrário e as melhores sinetas, comparando-as com as da cidade da Bahia.

A população revela a persistência do desejo de uma igreja nova, tendo apresentado um abaixo assinado solicitando ao bispo que lhes designasse o lugar para a edificarem. O bispo despachou o seguinte:

Designamos para a **nova igreja matriz o mesmo lugar em que existe a velha**, por nos constar dos justos motivos da economia e da religião, e que têm para assim o desejarem a maior parte dos moradores desta vila, que intentam edificá-la à sua custa.¹⁶⁹ (Grifo nosso).

Complementa que teve a oportunidade de ver toda a vila e seus contornos, examinando qual seria o melhor lugar para a nova igreja e constata que é onde já se encontra a velha por ser *“uma boa esplanada para o oeste da vila, [...] e campo largo por trás de todo o prolongo da vila”*.

Descreve o que lhe é permitido observar entre as várias cerimônias religiosas que vai fazendo, com observações pertinentes quanto à constituição social:

[...] No fim fui confessar algumas mulheres na igreja e em casa, e achei bastantes luxúrias, e também muito temor a Deus, e verdadeira devoção e piedade natural, sem ser ajudada por padre nenhum, apenas pelo missionário frei Luís de Balestrino. [...] este luxo só o pude ver naquelas mulheres, porque os homens e rapazes respiravam um não sei quê de rusticidade e costumes sérios; todos são criados e entretidos nas roças de mandioca, não há mestre algum de latim, nem de primeiras letras.¹⁷⁰

[...] era domingo, se tinha ajuntado na vila todo o povo branco e negro das roças [...], crismei logo no fim da missa umas trezentas pessoas.¹⁷¹

[...] e poucas pessoas tenho achado rústicas, teimosas, e malcriadas, porque geralmente encontro respeito e docilidade [...] Nada de arciprestado em São Mateus.¹⁷²

Transmite bem a vasta extensão das margens do rio povoadas por homens de qualidade e industriais que adentram pelo sertão para o cultivo e comércio da mandioca:

¹⁶⁹ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819.** [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002, p.65.

¹⁷⁰ Ibidem, p.60.

¹⁷¹ Ibidem, p.61.

¹⁷² Ibidem, p.63.

A maior e melhor parte dos moradores estão estabelecidos nas margens do rio até dois dias de viagem **acima da vila**; e os últimos frequentemente atacados pelos botocudos [...] É lá por cima que as terras são mais férteis e mais próprias para a **mandioca**, [...]. Há aqui muitos homens de Portugal ativos e industriais, e também brasileiros.

[...] **Na navegação e comércio desta vila** andam empregados uns 20 ou 30 barcos grandes, lanchas, e sumacas, posto que no porto da vila não se costumem juntar mais de uma dúzia deles, quando muito.¹⁷³ (Grifo nosso).

Em carta ao rei D. João VI, D. José Coutinho descreve São Mateus desta forma:

A freguesia de São Mateus já é considerável, porque já tem mais de três mil moradores, que não se ocupam senão de mandiocas, mas que exportam anualmente pela barra fora para cima de vinte mil alqueires de farinha em sumacas e lanchas próprias.¹⁷⁴

D. José também manifesta o seu espanto perante a realidade que assiste no século XIX:

Parece impossível que esta **colmeia de São Mateus** esteja **escondida no sertão** e nas solidões da [palavra ilegível] vasta e medonha mataria, infestada de selvagens cruéis.¹⁷⁵ (Grifo nosso).

Conclusivamente, da análise destes *Apontamentos* pode-se constatar que para além da vila que já contava com mais de 3000 habitantes que se espalhavam pelas margens do rio acima por dois dias, a povoação da Barra de S. Mateus já se encontrava consolidada (ao fim de 50 anos, desde as primeiras notícias dos 10 a 12 casais, do ouvidor Machado Monteiro), com cerca de 200 pessoas, capitão e juiz vintanário. Ao juntar com a povoação de índios do rio de Santa Ana ou São Domingos, e outros que se encontram junto às margens até ao sítio de Bulhões, ultrapassariam as 500 pessoas.

O bispo Caetano Coutinho descreve que a povoação da Barra se encontra sobre o cordão de areia e por isso mutável, o que o leva a alterar o local onde se deverá construir a capela da povoação, portanto não tem ainda local de culto.

Revela a abundância de produtividade das terras ao longo do rio e grande comércio de farinha de mandioca por meio de lanchas e grandes sumacas particulares, de

¹⁷³ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819.** [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002, p.63-64.

¹⁷⁴ Ibidem, p.123.

¹⁷⁵ Ibidem, p.64.

moradores “*industriosos*” quer portugueses, quer brasileiros, que apesar dos perigos das matas se encontram em grande maioria dentro dos sertões onde as terras são mais argilosas e por isso mais férteis.

Descreve que a Vila possui duas ruas extensas e outras tantas perpendiculares, preenchidas de casas com telhas, duas praças e cerca de uma dúzia de casas de sobrado, não referindo haver construções junto ao porto ou no percurso até à parte elevada onde se concentram as casas.

Caracteriza o estado de ruína da igreja de pau-a-pique, que é espaçosa, deliberando que seja construída a nova no mesmo local, por ter uma esplanada voltada para oeste e espaço no prolongo da vila.

Caracteriza o povo como respeitoso e dócil, referindo que não têm escola nem de latim, nem de primeiras letras.

A partir dos dados obtidos da análise destes *Apontamentos do Bispo José Caetano Coutinho de 1819*, elaborou-se mais um mapa conjectural, identificado pelo ano de 1819, que servirá de instrumento de estudo da evolução urbana da Vila de S. Mateus, apresentado no capítulo 3.

Em Abril de 1822 é proclamada a Independência do Brasil. No entanto a Bahia manteve-se fiel à Coroa Portuguesa até 1823. A capitania do Porto Seguro que correspondia à administração direta da Bahia e, por conseguinte, S. Mateus também, foi aderindo gradualmente ao governo do Rio de Janeiro.

Segundo José Marcellino Vasconcellos, São Mateus manifesta a sua adesão à Independência do Brasil em janeiro de 1823:

Esta villa **adherio ao governo da junta provisoria em 22 de janeiro de 1823**. Sendo chamada pelo conselho da villa da Cachoeira [BA], para mandar ali seus deputados, a camara hesitou por se achar sujeita ao Espirito Santo pela acta celebrada no mesmo dia 22 de janeiro. O governo supremo determinou por aviso de 10 de abril de 1823, que continuasse a pertencer ao governo da provincia do Espirito Santo, em quanto outra cousa não fosse determinada pelo corpo legislativo.¹⁷⁶ (Grifo nosso).

Pelo Ofício da Junta Provisória do Governo da Província da Baía, ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino Português, de 21 de fevereiro, pode-se identificar a

¹⁷⁶ VASCONCELLOS, José Marcellino. Ensaio sobre..., VASCONCELOS, José Marcelino Pereira, **Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória, Tip. de P. A. d'Azeredo, 1858, p.136.

irreparável perda da contribuição de São Mateus no fornecimento de farinha de mandioca à Cidade da Bahia:

Por uma lancha que d'aqui tinha ido carregar de farinha de mandioca na Villa do Prado na Comarca de Porto Seguro, e que já não pode entrar, soube a Junta que a dita Villa, e a de **S. Matheus**, unicas que se conservavão na obediencia desta Capital, e d'onde ainda vinhão algumas lanchas com farinha, e alguns viveres para o seu fornecimento, adherirão finalmente ao Governo do Rio de Janeiro, que tem mandado guarnecer de tropas aquella Comarca, e impedir toda a correspondencia com a Cidade, **que virá agora a ficar privada do unico recurso que lhe restava para o suprimento daquelle genero essencial para a sustentação do Povo.**¹⁷⁷ (Grifo nosso).

Este ofício revela o grande interesse do Rio de Janeiro por S. Mateus. Estrategicamente assegurava o fornecimento de alimento à sua parte, impedindo que fosse fornecido à resistente Cidade da Bahia, debilitando-a até finalmente ser rendida.

Passados três anos, através das receitas do ano de 1826, confirma-se a força econômica de S. Mateus, assente na exportação da farinha de mandioca que constituia, só por si, o ativo suficiente para equilibrar o passivo de toda a Província do Espírito Santo.

Pela comparação das Taboas parece que o Comercio hé activo, e hé verdade mas toda a actividade provem do genero farinhas da Vila de S. Matheus, por que exceptuando esta Vila, toda mais Província faz hu' Comercio passivo, e só deixou de ser menos passivo em 1826 com a exportação das farinhas para as Provincias do Norte.¹⁷⁸

Esta situação permanecerá pelo menos por 20 anos, em que a farinha de mandioca de S. Mateus constitui o principal produto de exportação, segundo nos informa o relatório de 23 maio de 1847, do Presidente da Província Luiz Coutto Ferraz.¹⁷⁹

Da análise dos quadros populacionais, entre 1824 e 1827, da mesma *Memoria Estatística*, de 1828, é possível verificar que S. Mateus perdeu 14,14% da sua população de etnia branca, com uma diminuição de 156 habitantes, quando no total

¹⁷⁷ OFÍCIO da Junta Provisória do Governo da Província da Baía ao [secretário de estado dos Negócios do Reino, Filipe Ferreira de Araújo e Castro], sobre os ataques dos insurgentes e a adesão ao governo do Rio de Janeiro por parte das vilas de Porto Seguro e São Mateus. 21fevereiro de 1823. AHU_ACL_CU_005, Cx. 276, D. 19219.

¹⁷⁸ VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Statística da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – biblioteca Digital, 1978. s/p.

¹⁷⁹ RELATÓRIO de Presidencia de Provincia Luiz Ferreira de Coutto Ferraz – 23/05/1847, p.57.

houve aumento da população de 5313 para 6346, portanto de 1033 pessoas, distribuídas entre índios pardos e negros.¹⁸⁰ Accioli Vasconcellos caracteriza a freguesia de S. Mateus, em 1828, apresentando os dados descriminados pelas três povoações:

S. Matheus situada a margem direita do rio deste nome a **5 legoas** da sua barra comprehende 20 legoas de costa do mar, e hé limitada pelo Rio Doce, e Riacho Doce seis legoas ao N. da barra de S. Matheus. Contem 5:734 Almas, 8 loges de Fazendas secas, e 14 de Molhados, e Tavernas, e 463 fogos. Esta Vila contem as **Povoações da barra** [...]; a primeira situada a esquerda da barra do mesmo Rio S. Matheus, e contem 444 Almas, 2 loges de Fazendas secas, e 3 de Molhados, e 56 Fogos; a segunda [**povoação**] situada a margem esquerda **do Rio Santa Ana** que desagoa em S. Matheus, e contem 168 Almas, nem húa loge de Fazendas secas, húa de Molhados, 28 Fogos.¹⁸¹ (Grifo nosso).

Para além da população, verifica-se um acréscimo de 49 fogos (9,84%), nestes 3 anos, chegando ao número de 547 fogos. O que é revelador de um acréscimo também urbano e possivelmente resultante do acréscimo da forte atividade comercial que se concentrava no porto de S. Mateus.

Accioli Vasconcellos comunica também que: “*S Mateus tem vigário da Vara independente do Acipreste, pertence nesta parte a Bahia, por provisão do Bispo de 15 dezembro de 1819.*”¹⁸² Ou seja, ao fim de um século de solicitações, a região deixa de fazer parte do Bispado do Rio de Janeiro, mas passados três anos, em Janeiro de 1823, sujeito administrativamente à agora Província do Espírito Santo, como comprovado pelo documento apresentado na página anterior.

Em 1848 é aberta uma estrada entre a Vila de S. Mateus e a Barra, que desde 1833 foi elevada a Vila da Barra de S. Mateus, como nos comunica o próprio Presidente da Província:

acaba de ser este municipio dotado de um importante beneficio, com a abertura de uma estrada que, partindo da villa de s. matheus a elle vem ter pelas campinas e por santo amaro. ha muitos annos que se tentava tornar mais franca a communicação de terra entre as duas villas, poe esse lugar, sendo até agora preciso para ir aquella dar uma volta mui grande por s. domingos, em procura da costa.¹⁸³

¹⁸⁰ VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Statística da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – biblioteca Digital, 1978. s/p.(K)

¹⁸¹ Ibidem, s/p.

¹⁸² Ibidem. s/p. (p.I).

¹⁸³ RELATORIO de Presidencia de Provincia Luiz Ferreira de Coutto Ferraz – 01/03/1848, p.43.

O presidente Luiz Ferreira de Coutto Ferraz esclarece com detalhe, com que recursos, propósitos e vantagens esta grande obra foi concretizada e que já vinha a ser cogitada desde o ouvidor José Xavier Machado Monteiro, no final do século anterior:

Com a minha ida a esta villa [Barra de S. Mateus] **consegui effectual-a, mediante os auxílios, que invoquei e me prestarão os fazendeiros e moradores da mesma villa e um de S. Matheus**, e os esforços e diligencias do prestante cidadão **Antonio Rodrigues Cunha, a quem incumbi a direcção d'essa obra**. Foi preciso fazer-se um aterro elevado com a extensão de 2,840 palmos [c. 285,496m] de lei com 10 a 12 de largura, além de uma ponte com 105 palmos [c. 10,668m] de comprimento, tendo sido n'ella empregada madeira de lei da melhor qualidade. **E com esta estrada, pela qual actualmente se pode viajar a qualquer hora sem o menor risco e sem que as marés embarquem o transito**, e que teria de custar á provincia alguns contos de réis apenas despendeu-se a quantia de 200\$000 rs para a conclusão da ponte.¹⁸⁴ (Grifo nosso).

Estas observações revelam a grande capacidade de engenho técnico, de António Rodrigues Cunha, e económico da população das duas Vilas. Mas, sobretudo, a resolução para o problema de navegação no rio S. Mateus entre o porto da Barra e o porto do rio em S. Mateus, durante a baixa-mar que impossibilitava o transporte em embarcações maiores.

No relatório de 11 de outubro de 1847, Luiz Coutto Ferraz refere, relativamente à Administração das Rendas Provinciais, que:

Foi esta repartição creada em 23 de fevereiro de 1836, e a seu cargo está a arrecadação, fiscalisação e distribuição das rendas provinciaes, coadjuvada pelas mezas de rendas das villas de Itapemirim e **Barra de São Matheus** além das **agencias** das villas [...] e **São Matheus**.¹⁸⁵ (Grifo nosso).

Da leitura do relatório anterior, de maio de 1847, Coutto Ferraz esclarece sobre a expansão da cultura agrícola, nas terras da Villa da Barra de S. Mateus e Itaúnas, como também da introdução do café:

A agricultura tem tido nos dois municipios, [S. Matheus e Barra] [...], **bastante desenvolvimento**, o que se collige do progressivo augmento de sua exportação, e não menos da **abertura de novas fazendas principalmente no da Barra**, onde estava ainda devoluta maior quantidade de terrenos proximos do mercado.¹⁸⁶

¹⁸⁴ RELATORIO de Presidencia de Provincia Luiz Ferreira de Coutto Ferraz – 01/03/1848, p.43.

¹⁸⁵ RELATORIO de Presidencia de Provincia Luiz Ferreira de Coutto Ferraz – 11/10/1847, p.24.

¹⁸⁶ RELATORIO de Presidencia de Provincia Luiz Ferreira de Coutto Ferraz – 23/05/1847, p.56-57.

Cultiva-se também o arroz, o milho e feijão em limitada escala, e só para consumo de ambos os municípios. Existe em cada villa um engenho de assucar, e não há muitos annos que se começou a cuidar da plantação de **café**¹⁸⁷ [...]. **Além da farinha de mandioca, é o café o genero que mais prospera, e sua cultura muito promette em - Itaunas** – principalmente, onde as terras são para elle apropriadas.¹⁸⁸ (Grifo nosso).

Acrescenta Coutto Ferraz que: “*A maior parte dos habitantes se occupão na agricultura, e alguns applicão-se ao **commercio de retalho, á navegação de cabotagem, e ao officio de carpinteiro, e excepto esta nenhuma outra indústria exercem***”¹⁸⁹. No entanto, sabe-se que a população se ocupa da preparação da farinha de mandioca, seu transporte e comércio há um século, seguramente.

Relativamente ao porto da Vila de S. Mateus, Luiz Coutto Ferraz, afirma que é:

Aquella villa, sendo, por sua posição geographica, o **porto mais frequentado de todo o litoral desde o Rio de Janeiro até a Bahia**, affluindo para ali grande numero de marinheiros, muitos desertores, e outros criminosos de varias provincias, que lá vão procurar refugio e abrigo, não póde prescindir, á bem da segurança de seus moradores, de um destacamento effectivo de 20 praças, pelo menos, commandadas por um official de confiança, [...] e auxiliar a actividade e esforços do muito digno delegado de policia da mesma villa; actualmente porêem vejo-me privado de poder, prompto, completar essa força, [...].¹⁹⁰ (Grifo nosso).

Este problema da falta de segurança e crimes na região de S. Mateus serão recorrentemente tratados nos sucessivos relatórios de Presidência de Província.

O presidente da provincia em virtude da autorização, que lhe foi conferida pela lei provincial nº 5 de 23 de março de 1835, **dividio a província em tres comarcas**, a saber – Victoria, Itapemirim e S. Matheus. [...] **A Comarca de S. Matheus comprehende a cidade, e villa da barra do mesmo nome.**¹⁹¹ (Grifo nosso).

Em 1852, no Relatório de Presidência de Província José Bonifácio d’Azambuja, pode-se observar a expectativa que se tem em relação à navegação a vapor que “*tornará mais rápida e segura a travessia do norte para sul do Imperio*”.¹⁹²

¹⁸⁷ “Em 6 de abril de 1815 forão expedidas ‘para as villas do norte as primeiras recommendações para a plantação do café’ (VASCONCELLOS, José Marcellino. Ensaio sobre..., 1858, p.58)

¹⁸⁸ RELATORIO de Presidencia de Provincia Luiz Ferreira de Coutto Ferraz – 23/05/1847, p.56-57.

¹⁸⁹ Ibidem, p.57.

¹⁹⁰ RELATORIO de Presidência de Província Luiz Ferreira de Coutto Ferraz – 01/03/1848, p.6-7.

¹⁹¹ VASCONCELLOS, José Marcellino. Ensaio sobre..., VASCONCELOS, José Marcelino Pereira, **Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória, Tip. de P. A. d’Azeredo, 1858, p.80-81.

¹⁹² RELATORIO de Presidência de Província, José Bonifácio d’Azambuja, 24/05/1852, p.57-58.

Em 1853 já há o reconhecimento da utilidade da navegação a vapor nesta província e o presidente, Dr. Evaristo Ladislau e Silva, justifica com o facto do governo imperial ter feito contrato de locação do vapor em vários portos desde Itapemirim até Mucury, nas suas viagens entre o Rio de Janeiro e Caravelas.¹⁹³

Quanto à navegação à vela, diz o mesmo Presidente de Província, Dr. Evaristo Ladislau e Silva, que no ano de 1852, o movimento no porto de S. Mateus foi de 304 viagens e 152 embarcações:

[...] **no de São Matheus** [...] acontecendo que com as **embarcações vindas** de fóra, sendo a maior parte de outras provincias se contassem ali com ellas e as do paiz **cento e cincoenta e duas**, e outras tantas sahidas [...] trezentas e quatro viagens.¹⁹⁴ (Grifo nosso).

José Marcellino Vasconcellos, em 1858, ilucida sobre as alterações político administrativas da Vila de S. Mateus e da nova Vila da Barra de S. Mateus:

Por decreto de 11 de agosto de 1831 foi elevada á parochia esta capella filial [da Barra], *por ter pia baptismal e cemiterio, abrangendo a mesma povoação todos os povos estabelecidos nas margens de leste do rio Preto e Santa Anna, dividindo-se com a freguesia de S. Matheus ao Oeste pelos referidos rios; - ao sul com a de N. S. da Conceição de Linhares pela Barra'Seca; _ e ao norte com a de S. José de Porto Alegre de Mucury pelas Itaunas*, e em resolução do conselho do governo de 2 de abril de 1833 se lhe deu o predicamento de villa, de que goza actualmente. A divisão do seu territorio [foi alterada], [...] com o município de S. Matheus que he feita pelo riacho da Pedra d'Agua debaixo pela Resolução presidencial do 1º de fevereiro de 1836.¹⁹⁵ (Grifo do autor).

José Marcellino Vasconcellos informa que a Vila de S. Mateus *“foi elevada á cathegoria de cidade por lei provincial nº1 de 1848, conservando a mesma denominação e limites”* ¹⁹⁶

Em 1859, Pedro Leão Velloso, Presidência da Província do Espírito Santo, resume a economia da Cidade de S. Mateus e Vila da Barra:

No municipio existem cerca de **203 estabelecimentos agricolas, e industriaes**, sendo 152 fabricas de fazer farinha de mandioca, 48 de manipular caffè, suas **serrarias**, uma fabrica de fazer assuçar e aguardente, e **duas olarias de tijolo, e telhas**, sendo nove fabricas movidas por agua, e todas as mais por animaes. Nesses

¹⁹³ RELATORIO de Presidência de Província, Dr. Evaristo Ladislau e Silva, 23/05/1853, p.34.

¹⁹⁴ Ibidem, p.34.

¹⁹⁵ VASCONCELLOS, José Marcellino. Ensaio sobre..., VASCONCELOS, José Marcelino Pereira, **Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória, Tip. de P. A. d'Azeredo, 1858,, p.139.

¹⁹⁶ Ibidem, p.137.

estabelecimentos empregão-se perto de 2:800 individuos livres e escravos.[...] Os **principaes ramos de producção e esportação são a farinha de mandioca, e o caffè**; - e o Rio de Janeiro o principal centro das relações commerciaes [...] como também a Bahia.¹⁹⁷ (Grifo nosso).

Pedro Leão Velloso resume o comércio feito pelos portos desta forma:

Não temos commercio directo com portos estrangeiros: mercado pequeno entre dous grandes mercados da Bahia e Rio de Janeiro, por elles é o nosso absorvido, principalmente pelo ultimo, que está mais próximo, **para a Bahia, quasi que sómente S. Matheus faz commercio, levando farinha de mandioca, e trazendo em retorno fazendas.**¹⁹⁸ (Grifos nossos).

As duas companhias – *Mucury e Espirito Santo* -, vão marchando regularmente; tendo sido, de fevereiro para cá, constantes nas viagens de seus **dous vapores**, sahindo do Rio de Janeiro o *Mucury*, sempre no primeiro de cada mez, e o **S. Matheus** á 12.¹⁹⁹ (Grifos nossos).²⁰⁰

A provincia já entrou com 2:000\$rs., pela prestação das acções, que segundo autorisastes por lei de 24 de julho do anno p.p.[1858], a presidencia subscreveo, da companhia - *S. Matheus*.²⁰¹ (Grifo do autor).

Pode-se observar que o movimento no porto de S. Mateus é maioritariamente com barcos à vela, mas que já há regularidade de dois vapores e investimentos na companhia S. Mateus.

Brás Rubim, descrevendo a Cidade de S. Mateus, no Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo, de 1862, volta a referir a cultura do café e da mandioca, acrescentando haver olarias e uma serraria:

Cidade sobre a margem direita do rio do seu nome, a **8 léguas** do mar e da vila da Barra de São Mateus, [...]. **Situada grande parte sobre um morro**, rodeada de pântanos e paús. **Divide-se do distrito da Barra de São Mateus** pelo riacho da Pedra d'Água para o território que fica a oeste do dito riacho; [...] Tem 524 fogos e 3.602 habitantes que cultivam café, cana-de-açúcar, mantimentos. A principal cultura é a da mandioca, de que fabricam grande quantidade de farinha. Tem uma aula de latim e escolas de primeiras letras para ambos os sexos, três olarias de telha e tijolo, uma

¹⁹⁷ RELATORIO de Presidência de Província Pedro Leão Velloso – 25/05/1859, Appenso M – Camara de S. Matheus, p.1.

¹⁹⁸ Ibidem, p.30.

¹⁹⁹ Ibidem, p.33.

²⁰⁰ Ibidem, p.37.

²⁰¹ Ibidem, p.37.

serraria²⁰² movida por água, uma igreja matriz e uma capela da invocação de São Benedito.²⁰³ (Grifo nosso).

Será Brás Rubim o primeiro a indicar que parte da cidade de S. Mateus, também poderá desenvolver-se para além do “morro”, ou seja, ao longo da encosta até ao cais do porto.

Mas será pela visão apurada do geógrafo Hartt, que visita a cidade de S. Mateus em 1865, e pela sua descrição da paisagem da região, que saberemos que a cidade tanto se desenvolve pela escarpa quanto na porção mais elevada:

A cidade de São Mateus não pode estar a mais de sete ou oito milhas em linha reta do mar, e **é muito incorretamente localizada nos mapas**. Segundo a minha observação, está situada a oeste-sudoeste da barra.²⁰⁴ (Grifo nosso).

São Mateus [...] **é construída parte na borda das escarpas, parte no sopé da mesma, do lado do rio**, no ponto onde essas escarpas deixam o rio e correm para o sul em direção ao Doce. Tem cerca de dois mil habitantes, e é **uma localidade de certa importância, podendo ser avistada por vapores costeiros e pequenas escunas**.²⁰⁵ (Grifo nosso).

O mesmo geógrafo descreve também a Vila da Barra do São Mateus:

[...] está situada numa **elevação arenosa**, apenas à distância de uma pedra até o mar, mas está aproximadamente a duas milhas da foz, pois o rio corre para o sul, por detrás da linha da praia, antes de atingir o mar.²⁰⁶ (Grifo nosso).

Recolhemos para análise os seguintes dados dos relatórios de Presidência da Província do Espírito Santo (1828-1859) e Dicionário Topográfico (1862):

1) há cerca de um século que é forte o comércio de farinha de mandioca em São Mateus;

2) entre 1826 e 1828, é a farinha de mandioca de S. Mateus o produto de exportação responsável pela ativo da Província do Espírito Santo;

²⁰² Possivelmente esta serraria será anterior a 1852, porque “*para as obras da edificação da Presidência serão usados os taboados que virão de São Matheus*.”- como se pode ler no Relatório de Presidência de Província José Bonifácio d’Azambuja, 24/05/1852, p.54.

²⁰³ RUBIM, Brás da Costa. Dicionário topográfico da província do Espírito Santo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1862, tomo XXV, p. 597-648.

²⁰⁴ HARTT, Charles Frederick. **Geografia e geologia física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 1. ed. 1870, p.149.

²⁰⁵ Ibidem, p.149.

²⁰⁶ Ibidem, p.150.

3) entre 1824 e 1827, tem um aumento de 49 fogos (9,84%).

4) em 1848, a agricultura com próspero desenvolvimento devido ao maior incremento das exportações; o porto de S. Mateus é o mais frequentado entre o Rio de Janeiro e a Bahia;

6) em 1852, o porto de S. Mateus tem um movimento de 304 viagens e 152 embarcações;

7) em 1859, introdução do barco a vapor.

8) em 1859, 203 estabelecimentos, dos quais 152 fábricas de farinha e 42 de manipular café; 1 de açúcar e aguardente; duas olarias de telha e tijolo e serrarias;

9) em 1862, três olarias de telha e tijolo; 1 serraria.

Perante estes dados podemos afirmar que a economia na região de S. Mateus, no início do século XIX, já era crescente e que se manteve em ascensão seguramente até meados deste século. Essa prosperidade econômica, o aumento do número de estabelecimentos, sobretudo de olarias e serrações, revelam um contínuo crescimento do número de construções na primeira metade do século XIX (ver Gráfico 1 - *Evolução de Habitantes e fogos em S. Mateus*, no capítulo seguinte, p.152). Este crescendo de edificação, concentrar-se-ia em torno do centro religioso e cívico, mas também junto ao porto de S. Mateus, uma vez que se tornava no porto de maior movimento entre as duas grandes cidades do Rio de Janeiro e Bahia. Um porto com grande movimento necessita de local e serviços com grande emprego de mão-de-obra para descarga, armanezamento, acondicionamento, transporte e também algum comércio anexo, o que inevitavelmente exigiu a construção de edificação em torno do espaço de cais, portanto, provavelmente da Praça do Porto.

Confirma-se esta hipótese pela descrição de 1865, do geógrafo Hartt, de que a cidade: “*é construída parte na borda das escarpas, parte no sopé da mesma, do lado do rio*” e “*é uma localidade de certa importância, podendo ser avistada por vapores costeiros e pequenas escunas.*” Portanto, confirma-se que em meados do século XIX, já existe significativa construção na parte alta, onde se concentra a edificação do século XVIII, e também junto ao rio, portanto no Porto. Ou seja, Hartt

pela descrição da paisagem da cidade, informa que se observam dois centros urbanos, possivelmente consolidados em 1865.

4. CAPÍTULO 3: **Evolução urbana da Vila Nova de São Mateus:**

Como foi apresentado no capítulo anterior, o ouvidor Tomé Couceiro, quando visitou S. Mateus, em 16 de junho de 1764, incumbido por ordens reais de fazer o reconhecimento da região, considera que a povoação já reúne condições para ser elevada a vila. Transcorridos três meses, a 27 de setembro, passa a chamar-se *Villa Nova de Sam Matheus*.

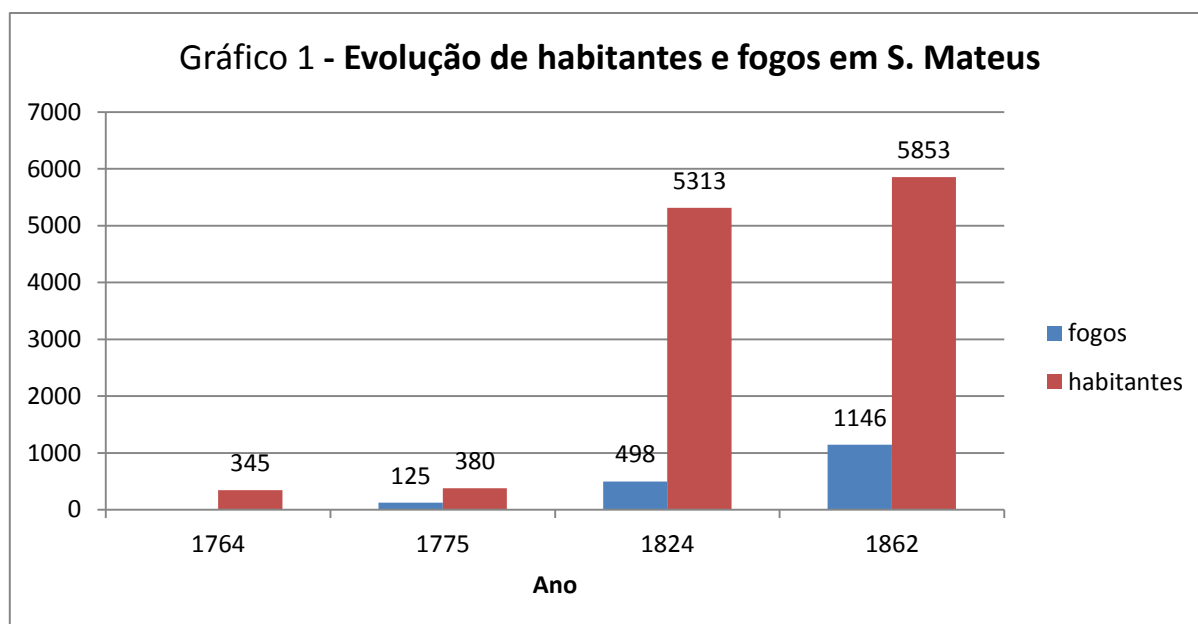
Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa de mestrado, registraram-se os dados relativos à população e ao número de fogos, contidos nos documentos analisados. Produziram-se gráficos de análise da evolução destas duas categorias.

Especificamente para a análise que se pretende fazer e apresentar neste capítulo produziu-se o Gráfico 1- *Evolução de habitantes e fogos em S. Mateus*. Utilizou-se por referência o ano de elevação da Vila, 1764, por se saber o número de habitantes nesta data específica. No entanto, desconhece-se o número de fogos existentes neste ano, por isso, para a seleção de outras datas a constar no gráfico, definiram-se os seguintes critérios:

- deveriam ser datas que apresentassem o número de *habitantes* e de *fogos*;
- deveriam ser datas que se relacionem diretamente com os períodos escolhidos para a análise de consolidação do núcleo urbano.
- deveriam ser datas que abrangessem o período de 100 anos em que a Vila de S. Mateus se desenvolveu;

Assim, para além de 1764, foram selecionadas as seguintes datas: 1775, passados 10 anos; 1824, passados 60 anos, e por último, 1862, após 98 anos da elevação da Vila de S. Mateus.

Constrói-se o Gráfico 1 abaixo, com base nos dados obtidos nas fontes, que permite observar a evolução de habitantes ou/e de fogos ao longo destes quase 100 anos de história da Vila de São Mateus:



Fonte: OFÍCIO do ouvidor de Porto Seguro, Tomé Couceiro de Abreu a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Porto Seguro, AHU_CU_005-01, Cx. 35, D. 6508-6541-A, de 1764; o MAPA de todas as Freguezias que pertencem [...] BA [...] 9 janeiro 1775". doc 8750 anexo ao manuscrito AHU-ACL-CU-005, cx.47, doc 8745; VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no anno de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito, 1978. s/p; e RUBIM, Braz da Costa. Dicionário topográfico da província do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 1862, tomo XXV, p. 597-648. Elaborado pelo autor. 2015-2016.

A análise do gráfico acima permite observar um crescimento populacional muito acentuado nos primeiros 60 anos da Vila de S. Mateus. Entre os anos de 1824 e 1862 o crescimento populacional é pouco significativo (14,21 h/ano).

Quanto ao número de fogos, não temos dados para o ano 1764. No intervalo 1775-1824, observa-se um acréscimo de 373 fogos (298%); entre 1824-1862, um acréscimo de 748 fogos (130%), e ao fim de 98 anos, um total de 1.146 fogos construídos.

Conclui-se, para este estudo, que houve um grande e constante crescimento do número de fogos ao longo deste período, que corresponde também a um grande crescimento populacional, sobretudo nos primeiros 60 anos da Vila de S. Mateus.

No capítulo 2, foi feita a análise dos dados econômicos apresentados nos relatórios de Presidência de Província e relatos de viagem do Bispo do Rio de Janeiro e do geógrafo Hartt, até meados do século XIX, assim como, de manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, o que permitiu obter resultados bastante fidedignos quanto à

prosperidade econômica que existia em S. Mateus. Sobretudo o aumento do número de estabelecimentos, a existência de olarias e serrações, revelava um contínuo crescimento do número de construções na primeira metade do século XIX, o que reforça os resultados obtidos nesta análise do gráfico acima. Esta construção, concentrar-se-ia em torno do centro religioso e cívico, como também provavelmente na Praça do Porto de S. Mateus, uma vez que em 1848, como nos informa o presidente de província Coutto Ferraz, era o porto de maior movimento entre as duas grandes cidades do Rio de Janeiro e Bahia.

Confirma-se esta hipótese pela descrição de 1865, do geógrafo Hartt, de que a cidade “*é construída parte na borda das escarpas, parte no sopé da mesma, do lado do rio*”¹ e que “*é uma localidade de certa importância, podendo ser avistada por vapores costeiros e pequenas escunas*”². Portanto, confirma-se que em meados do século XIX, já existiam dois centros urbanos em S. Mateus – a baixa e a alta.

Num espaço de pouco mais de um século, observa-se que o desenvolvimento urbano em S. Mateus permitiu-lhe a passagem do seu estatuto político-administrativo de povoação, que se inicia em 1716, para Vila em 1764, e Município em 1848.

Neste capítulo, com os resultados já obtidos nesta pesquisa, pretende-se construir mapas conjecturais, representativos de consolidação urbana na Vila de S. Mateus, com o objetivo de analisar a sua evolução urbana. Para confirmar se houve consolidação urbana na Vila de S. Mateus e em que medida terá permitido a evolução deste núcleo, analisa-se também a primeira iconografia fotográfica de S. Mateus, que se tem conhecimento e que é de 1908.

A materialização destes dados nos mapas conjecturais passa a constituir base de análise para os princípios, estratégias e ações, que possam ser determinantes e reguladores da ocupação do território de São Mateus.

Assim, são elaborados três mapas conjecturais:

Mapa M I - 1764 – data em que a povoação de São Mateus passa a Vila (Figura 32);

¹ HARTT, Charles Frederick. **Geografia e geologia física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 1. ed. 1870. p.149.

² Ibidem, p.149.

Mapa M II - 1819 – data da visita do Bispo do Rio de Janeiro à freguesia e Vila de S. Mateus (Figura 33);

Mapa M III – fim do século XIX (Figura 34).

Para a elaboração do primeiro mapa, *M I – 1764* (Figura 32) é fundamental a informação contida no *Auto de Medição e Demarcação da Praça e Ruas da Villa Nova de Sam Matheus*³, por ser descritivo, reconhecida a sua validade pelo Ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, seu escrivão, e todos os moradores presentes nos momentos das cerimônias e demarcações. Faz também parte deste conjunto de análise os relatórios de 8 de Janeiro e 16 de Junho do mesmo ano, produzidos pelo mesmo Ouvidor.⁴

Para a elaboração do segundo mapa, *M II – 1819* (Figura 33) é crucial a informação dos *Apontamentos feitos pelo Bispo do Rio de Janeiro*, D. José Caetano Coutinho, em 1819,⁵ quando passou quatro dias na região do rio S. Mateus e descreveu a Vila com olhar apurado e senso crítico. Este documento ganha importância também, por ter registrado o momento e o local que impeliu o Bispo à tomada de decisão de passar a freguesia de S. Mateus ao Bispado da Bahia. Esta alteração vinha a ser solicitada desde o início do século XVIII. Outra circunstância é a proximidade temporal da Independência do Brasil que no caso de S. Mateus teve implicações diretas em janeiro de 1823⁶, quando a população decidiu aderir ao governo independente do Rio de Janeiro,⁷ e ainda por ser o momento intermédio entre a data de 1764, de elevação da povoação a Vila, e a elevação da Vila a Cidade, 1848.

Para a elaboração do terceiro e último mapa desta pesquisa, *M III – fim do século XIX* (Figura 34) são os resultados apresentados no capítulo 2, sobretudo a descrição

³ AUTO DE MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO. In: AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia: Bahia-Espírito Santo**. v. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1927, p. 272-278.

⁴ RELATÓRIO do ouvidor Tomé Couceiro. AHU-ACL-CU-005, Cx.34, D.6429, 8 de janeiro de 1764; RELATÓRIO do ouvidor Tomé Couceiro. AHU-ACL-CU-005, CX.35, D.6508, 16 de junho de 1764.

⁵ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819**. [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002, p.63.

⁶ VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira, **Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória, Tip. de P. A. d'Azeredo, 1858, p.136.

⁷ OFÍCIO da Junta Provisória do Governo da Província da Baía ao [secretário de estado dos Negócios do Reino, Filipe Ferreira de Araújo e Castro], sobre os ataques dos insurgentes e a adesão ao governo do Rio de Janeiro por parte das vilas de Porto Seguro e São Mateus. AHU_ACL_CU_005, Cx. 276, D. 19219, de 21 de fevereiro de 1823.

da visita a S. Mateus em 1865, do geógrafo Hartt, que permitem inferir que em meados do século XIX, existiam dois centros urbanos em S. Mateus. Mas para confirmar se houve consolidação destes, na Vila de S. Mateus e em que medida terá permitido a evolução do núcleo urbano, recorreremos às primeiras fotografias de S. Mateus de que se tem conhecimento, de 1908, de Eutychio d'Oliver.⁸

Sobre o fotógrafo Eutychio d'Oliver Vasconcellos (1880-1949), afirma o pesquisador Paulo de Barros, que ele foi o:

[...] protagonista da realização do “Álbum do Espírito Santo”, que pode ser considerada a maior empreitada relacionada com o trabalho de fotografia do início século XX realizada no Estado do Espírito Santo. O álbum foi produzido para **divulgar as cidades, vilas, negócios, belezas naturais, produtos econômicos entre outras coisas**, na histórica Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro. O conjunto de fotografias de Eutychio d'Oliver Vasconcellos se consolida como um dos principais documentos iconográficos do Estado, raro pelo número de imagens que contém e pelo fato de que escassos fotógrafos deixaram registros significativos sobre o Espírito Santo tanto no século XIX como no início do século XX.⁹ (Grifo nosso).

Por estas razões, entendemos ser fundamental a análise desta iconografia que nos foi possibilitada para acrescentar a esta pesquisa.

⁸ NARDOTO, Eliezer Ortolani. **História, Geografia & Economia de S. Mateus**. São Mateus. 2016.

⁹ BARROS, Paulo. Casa de Cultura em Colatina expõe fotos antigas do ES. **Jornal Tempo de Notícias**. Guilherme Moraes. 10 Março, 2016.

4.1. Mapa conjectural M I -1764 (ver Figura 32):

A *Villa Nova de Sam Matheus* é demarcada no dia 27 de setembro de 1764.

A partir do *Auto de Medição e Demarcação da Praça e Ruas da Villa Nova de Sam Matheus*¹⁰, foi elaborado um mapa conjectural da provável mancha urbana encontrada pelo ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, aquando da sua primeira visita à povoação em 16 de junho de 1764¹¹.

A partir deste Auto se tem o real conhecimento da dimensão da povoação no ano de 1764, que já conta com igreja matriz (1), praça em frente à igreja (2), duas ruas que passam lateralmente à igreja e que confluem em direção ao oeste. A rua mais extensa tem configuração curvilínea, acompanhando o relevo da encosta e recebendo o maior número de edificações que se debruçam sobre o rio com as frentes voltadas para a praça da igreja. Esta rua mais extensa é a Rua Direita (5) que se inicia perpendicularmente à *Entrada da Vila* (9), que vem do porto. Neste mesmo ponto se inicia a Rua da Aldeia (4) que segue o sentido oposto da Rua Direita, portanto segue para leste, ou no sentido do lugar da Pedra d'Água.

A configuração curvilínea da Rua Direita, que tangenciando a lateral esquerda da igreja, provoca um estrangulamento da porção oeste da praça, que nunca chega a ser delimitada ou fechada nesse ponto, usufruindo das vistas para o rio que se encontra a noroeste, ou mais precisamente para o sertão.

A medição da vila começou pela praça da igreja, o que indica que já havia casas na rua que tangencia a lateral direita da igreja, seguida da medição da rua principal. O Ouvidor determinou a medida que deveria prevalecer em relação à esquina norte da igreja, a partir da qual se delimitou o retângulo que deverá receber a Casa de Câmara e Cadeia (3) que voltada sobre a praça se debruça sobre o rio. Seguidamente foi levantado e fixado o pelourinho de "*Páo de Massaranduba, por ser páo tão forte que pode durar muitos annos*"¹², no ponto médio da largura da Praça da Igreja Matriz, mas já suficientemente distante da fachada da igreja de forma a determinar a escala da praça, como também bem próximo da fachada principal da

¹⁰ AUTO DE MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO. In: AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia:** Bahia-Espírito Santo. v. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1927, p.278.

¹¹ RELATÓRIO do ouvidor Tomé Couceiro. AHU-ACL-CU-005, CX.35, D.6508, 16 de junho de 1764.

¹² AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia:** Bahia-Espírito Santo. v. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1927, p.278.

Casa de Câmara e Cadeia que se virá a erigir. Logo de imediato determina o prolongamento da rua que já estava iniciada pela lateral direita da igreja e que passa a chamar-se de Rua Nova (6), com a informação que a partir desta e no limite da Barreira do Corgo (7), numa área quadrangular delimitada, se deverão distribuir as datas para quem quiser edificar, tendo o Ouvidor distribuído, nesse mesmo dia, 15 ou 14 aos moradores que lhe pediram. Esta informação confirma que seriam poucas as casas construídas nesta Rua Nova.

Não há qualquer informação sobre o lugar onde se abasteciam de água. Possivelmente a população se servia dela na Barreira do Corgo (córrego) (7).

Sabe-se que o cais do porto é no ponto (8), pela informação contida no reconhecimento do rio S. Mateus que o Ouvidor registrou no relatório de 16 de Junho de 1764, como "*Porto da Povoação*". Por este também se sabe que a população é constituída de 98 casais, com 98 filhos; 12 viúvos, com 17 filhos e 7 viúvas com 15 filhos. Num total de 345 habitantes, que se considerar 5/6 pessoas por habitação, resultando num valor estimado de 57/69 casas. Admite-se que houvesse algumas casas de comerciantes e escravos, junto ao porto, em virtude dos serviços necessários ao armazenamento e transporte de cargas.

Da análise deste mapa é possível verificar que a implantação da povoação de S. Mateus correspondeu às características das primeiras formações portuguesas de colonização do território brasileiro.¹³

Como afirma o arquiteto português José Manuel Correia Fernandes: já se fazia presente um modelo urbanístico português:

¹³ FERNANDES, José Manuel. A cidade portuguesa: um modo característico de espaço urbano. In: **A arquitetura**. Lisboa: Imprensa Nacional; Comissariado para a Europália 91, 1991; AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e Cidades do Brasil Colonial**: ensaio de geografia urbana retrospectiva. Boletim nº 208. São Paulo. 1956; SANTOS, Paulo. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro. 2001; REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil- 1500/1720**. São Paulo: Livraria Pioneira. Editora da Universidade de São Paulo, 1968; DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**: Planejamento Espacial e social no século XVIII. Brasília. 1997; SILVEIRA, Luís da. **Ensaio da Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar**. Lisboa: Ministério do Ultramar. 4v; CHICÓ, Mário Tavares. A Cidade Ideal do Renascimento e as Cidades Portuguesas da Índia. **Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar**, Número especial. Lisboa. 1956; RIBEIRO, Nélson Pôrto; SOUZA, Luciene Pessotti de. (Org.). **A Construção da Cidade Portuguesa na América**. Rio de Janeiro: POD editora, 2011; RIBEIRO, Nélson Pôrto; SOUZA, Luciene Pessotti de. (Org.). **Urbanismo Colonial**: Vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: POD editora, 2009.

[...] o centro de vocação residencial é altaneiro, associando-se à elevação que guarda a memória do local de defesa colectiva; o centro de negócios e das trocas portuárias preenche o espaço de transição para o rio ou mar, em baixa e rasa superfície de aterros e praias. [...]

Estas características básicas da cidade portuguesa - o pendor litoral e comercial, o sentido marítimo e trópico e a bipolaridade - tal como surgem pelos sécs. XIV-XV são adaptativas e vão enriquecer-se, sem se perderem, pelos contactos com novos ambientes, adquirindo se se quiser diferentes qualidades como mutações dentro do seu sentido inicial.¹⁴

Com este estudo verifica-se que a povoação de S. Mateus se desenvolve junto ao rio, situa-se no ponto mais elevado da região, rochoso em torno de zonas alagadiças, estrategicamente protegido com o controle de guarda tanto para a foz do rio como para as suas nascentes, donde era frequente a vinda do “*Gentio*”. Um único ponto de acesso à vila, de forma a ser mais fácil o controle ao invasor, com a Rua Direita muito comprida que liga a “*Entrada*” ao local chamado “*Barreira do Corgo*”. Ao meio da extensão da Rua Direita, tangenciando-a, encontra-se a Praça da Igreja. A Igreja, por sua vez, confronta com a Rua Direita, situa-se na extremidade leste da praça central, paralelamente à linha da encosta e voltada para o vale que se desenvolve por trás da “*Barreira do Corgo*”, portanto na posição cimeira da vila, estrategicamente formosa, ordenadora e vigilante.

Esta estrutura remete para uma das tipologias que Jorge Gaspar apresenta quando analisa a adaptação das vilas de D. Dinis, séculos XIII-XIV, às exigências militares e administrativas, quer civil ou religiosa, e que Paulo Ormindo de Azevedo dá a conhecer desta forma:

[...] existe somente uma porta, com uma rua central que a liga ao castelo, situado na outra extremidade. À margem desta rua está, geralmente, o largo, ponto de reunião social, mas sem as proporções das praças renascentistas.¹⁵

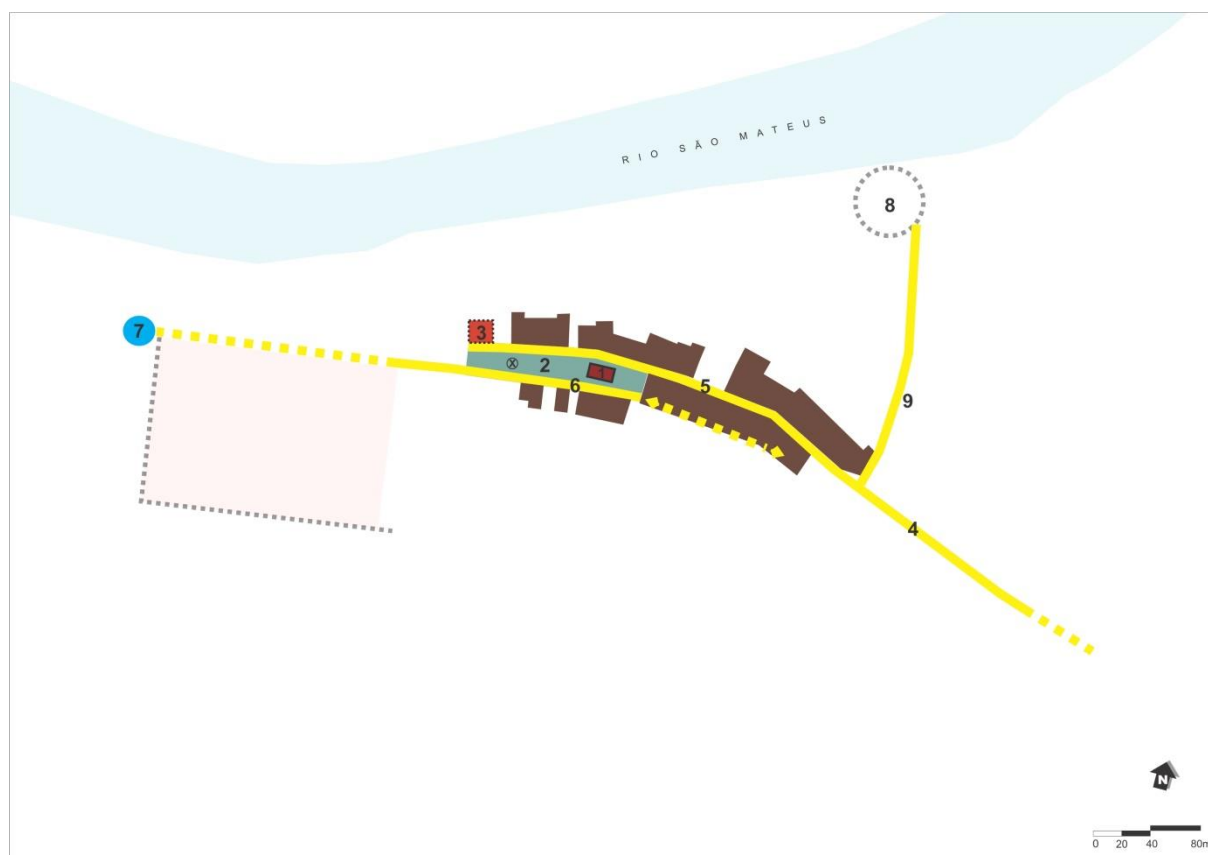
¹⁴ FERNANDES, José Manuel. A cidade portuguesa: um modo característico de espaço urbano. In: **A arquitetura**. Lisboa: Imprensa Nacional; Comissariado para a Europália 91, 1991, p.101-102.

¹⁵ AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos de colonização brasileira: origens. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata Malcher de. (Coord.). **Universo Urbanístico Português 1415-1822: Coletânea de Estudos**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 39-70, p. 47.

Neste caso específico, não há elementos que permitam esclarecer do que concretamente se trata a “*Barreira do Corgo*”. Presume-se nesta pesquisa que possa ser o mesmo que “barreiro”- local onde se recolhe o barro para confecção de utensílios ou telhas para as habitações; podendo ser também o lugar para onde se drenam ou recolhem as águas e daí “*Barreira do Corgo*”, onde corgo é o mesmo que córrego. Mas também poderá querer significar o local de barreira à passagem, visto que apresenta grande declive e até poderia ter qualquer estrutura semelhante a um muro.

A Igreja Matriz é o elemento aglutinador e que definiu o centro urbano inicial da povoação e agora Vila, em torno da qual se vai consolidando a construção das casas, segundo um vetor prioritário de defesa da encosta e de ligação (como também de expansão) à porção leste, cujo nome da Rua da Aldeia nos sugere a existência de uma aldeia. Não há qualquer informação quanto às medidas da igreja e se existe algum espaço livre nas suas traseiras, mas dados recolhidos dos relatórios de presidência de Província do início do século XIX, indicando que o cemitério deveria sair das terras anexas à igreja, permitem inferir que no início da formação urbana existiria espaço livre, já reservado para o cemitério ou para outro fim.

Figura 32 - Mapa conjectural M I -1764.



LEGENDA

- 1- IGREJA MATRIZ
- 2- PRAÇA DA IGREJA
- 3- CASA DE CÂMARA E CADEIA
- 4- RUA DA ALDEIA
- 5- RUA DIREITA
- 6- RUA NOVA DA IGREJA
- 7- BARREIRA DO CORGO (CÓRREGO)
- 8- PORTO
- 9- RUA DE ENTRADA NA VILA

- DEMARCAÇÃO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA
- IGREJA
- PRAÇA
- CASARIO CONSOLIDADO 1764
- ÁREA DELIMITADA PARA EXPANSÃO DO CASARIO
- PELOURINHO

- DELIMITAÇÃO DE ÁREAS
- RUAS CONSOLIDADAS 1764

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Google Earth. 2016-2017.

4.2. Mapa Conjectural M II – 1819 (ver Figura 33):

No mapa conjectural anterior, *M I -1764*, (Figura 32) identifica-se a Igreja Matriz na praça central em torno da qual se consolida a construção das casas, segundo um vetor prioritário de defesa da encosta e de ligação à porção leste. É a Matriz, o elemento aglutinador, e que define o centro urbano da Vila, que virá a reforçar o seu papel de centro também cívico, quando seguramente em 1772, já tem Casa de Câmara e Cadeia. Esta é a informação do Ouvidor José Xavier Machado Monteiro, de que já estaria construída, acrescentando que *“ainda q’ de sobrado, e de bastante grandeza são de taipa grossa de madeira e barro”*.¹⁶

Pelos *Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro*, D. José Caetano Coutinho, que visita S. Mateus em 1819, pode-se saber que este enviou carta ao rei D. João VI descrevendo São Mateus desta forma:

A freguesia de São Mateus já é considerável, porque já tem mais de **três mil moradores**, [...] que **exportam anualmente** pela barra fora para cima de **vinte mil alqueires de farinha em sumacas e lanchas próprias**.¹⁷ (Grifo nosso).

A partir desta informação pode-se estimar a população da Vila, pela descrição que faz da subida do rio S. Mateus, desde a barra com a contagem dos moradores¹⁸, que é de aproximadamente 500 habitantes, como ainda que a *“A maior e melhor parte dos moradores estão estabelecidos nas margens do rio até dois dias de viagem acima da vila”*.¹⁹ Por esta informação poderemos considerar que a população urbana será aproximadamente de 1000 habitantes.

Especificamente acerca da Vila de S. Mateus afirma:

¹⁶ RELAÇÃO individual do que tenho feito nesta Capitania de Porto Seguro, desde o dia 3 de Mayo de 1767 até o presente [1772] - AHU-ACL-CU- 005, Cx. 46, doc. 8553. de 01 de abril de 1772.

¹⁷ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819.** [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002, p.123.

¹⁸ Ibidem, p.58.

¹⁹ Ibidem, p.63-64.

Afirmção 1: “Esta vila está **situada, elegante e alegremente, sobre uma cordilheira de montanhas que se levantam logo por trás do sítio da Pedra d’Água**, e correm ao sul do rio para a parte do oeste.”²⁰ (Grifo nosso).

D. José Caetano, não refere a existência de construções no porto, nem na encosta que forçosamente percorreu para chegar ao ponto alto da Vila.

Afirmção 2: “[...] **todas as casas de telha de duas ruas mui compridas, com outras atravessadas, duas praças, algumas dez ou doze casas de sobrado, bilhares, talvez lojas de bebidas**, [...]”²¹.(Grifo nosso).

Uma das ruas muito compridas será certamente a Rua Direita/Rua da Aldeia. Presume-se que a segunda seja a Rua Nova da Igreja, demarcada e nomeada pelo Ouvidor em setembro de 1764, e que possa continuar para além das traseiras da igreja. Parte-se deste princípio, mas com muitas restrições, porque se desconhecem as medidas da igreja. Por este motivo a opção foi apontar a possibilidade de continuidade da Rua Nova da Igreja em direção a leste. D. José Caetano refere que a vila tem duas praças, mas não relaciona a segunda com qualquer espaço. Onde ficaria a segunda praça referida? Pode-se tratar da Praça do Porto, ou outro largo que se comesçasse a constituir no prolongamento da vila no sentido do leste.

Relativamente à existência de construções nas perpendiculares é inquestionável. Mas quantas? Com certeza duas ou mais. Mas quais delas? Optamos por registrar as quatro ruas que existem seguramente na primeira década do século XX (ver M III, Figura 34). Indicando isoladamente algumas construções em apenas duas dessas perpendiculares, por serem as que efetivamente se ocuparão mais tardiamente (ver M III, Figura 34).

Afirmção 3: “[...] é esta a vila mais populosa e bem guarnecida, depois de Caravelas, em toda a província e decerto representa mais do que qualquer dos três bairros em que está dividida a de Porto Seguro.”²²

Quanto ao número de moradores na Vila de S. Mateus, em 1819, consideraram-se os 1000 habitantes, pelas justificações já acima apresentadas. Para a estimativa do

²⁰ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819.** [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002, p.63.

²¹ Ibidem, p.63.

²² Ibidem, p.63.

número de fogos na Vila, a partir dos dados do Gráfico 1- “*Evolução dos habitantes e fogos da Vila de S. Mateus*”, calculamos as médias relativas aos anos 1775 (3,04 h/f); 1824 (10,66 h/f) e 1862 (5,10 h/f). Admitindo-se a média de 10,66 h/f, por ser 1824 o ano mais próximo de 1819, temos o número de 93/94 fogos estimados para o ano de 1819.

Considerando que para o mapa *M I -1764* (Figura 32) a estimativa era de 57 a 69 fogos, a mancha de ocupação urbana deste mapa *M II -1819* (Figura 33), teria de ocupar claramente o dobro da área do mapa anterior, pois a estimativa é de haver 93/94 fogos em 1819.

Outra questão bastante pertinente para este estudo é se haveria já em 1819 construções junto ao porto.

O bispo não descreve propriamente o porto da Vila. Refere que “*estava muita gente embaixo no porto*”, o que permite compreender que se trata de um local com certa dimensão e com condições para reunir a população que se encontrava preparada para recebê-lo com as honras de uma *Entrada* solene. Aliás, reforça esta informação quando diz que “*Na navegação e comércio desta vila andam empregados uns 20 ou 30 barcos grandes [...] lanchas, e sumacas*” e que no porto da Vila podem-se juntar até “*uma dúzia deles, quando muito*”.²³

Portanto, o movimento do porto é muito grande e edificações para os vários serviços existirão com certeza, pois se trata de acondicionar grandes quantidades de farinha, produto que exige acondicionamento sem humidades, e mão-de-obra para os respectivos serviços. Por outro lado, as condicionantes de navegabilidade do rio obrigam ao armazenamento de grandes quantidades de farinha, para poderem ser escoadas nos poucos dias de maré favorável, (ver análise no capítulo 1). Mas qual a dimensão destas construções? Com que afastamento em relação às margens? Haveria habitação associada ao equipamento construído no porto?

Perante estes questionamentos, a opção tomada na representação do mapa *M II-1819* (Figura 33), foi a de sinalizar a mancha que corresponde ao espaço da “*Praça do Porto*” (8), sem representar os contornos propriamente ditos.

²³ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819.** [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002, p.64.

Quanto à Igreja Matriz, D. José Caetano Coutinho, diz que é de pau-a-pique, não apresenta medidas, mas dá uma clara ideia de ser bem adequada à população existente, referindo: “*Achei a igreja **suficientemente espaçosa e bem proporcionada**, com uma capela fechada sobre si para o batistério, que é de pau; um só altar colateral do lado da epístola de Nossa senhora do Rosário da Barra, e excelente sacrário; muito má torre; mas três excelentes sinetas.*”²⁴ (Grifo nosso).

Designou para a nova Matriz, que a população queria construir, o mesmo lugar onde se encontra a igreja velha. Complementa que teve a oportunidade de ver toda a Vila e seus contornos, examinando qual seria o melhor lugar para a sua construção, constatando ser o mesmo onde já se encontra a igreja velha por ser “*uma boa esplanada para o oeste da vila, [...] e campo largo por trás de todo o prolongo da vila*”.²⁵ (Grifo nosso).

O Bispo José Caetano sobre a Confraria de São Benedito refere:

[...] acabo de despachar dois requerimentos dos pretinhos confrades de São Benedito indeferindo ambos porque me pediam sepulturas gratuitas na matriz; e isenção do vintém das farinhas para as obras da mesma; e ainda me **não pediram licença para fazer a sua capela na praça da aldeia.**²⁶ (Grifo nosso).

Com esta informação obtém-se o primeiro dado sobre a capela de S. Benedito que se pretendia construir na “*praça da aldeia*”. Será esta uma das duas praças²⁷ que o bispo dissera existir? A resposta positiva a este questionamento pressupõe que existia uma aldeia muito próxima do centro da Vila, que já se sabe ter acesso pela Rua da Aldeia (4) e que não seria de índios, como se presumiu no *M I – 1764* (Figura 32), mas sim dos “*pretinhos confrades de São Benedito*” (10). Esta informação exige pesquisa mais aprofundada, no entanto, não se incluindo no âmbito desta, referem-se aqui apenas estes aspectos relevantes para serem retomados mais à frente, na análise para a elaboração do mapa *M III – fim do século XIX*. (Figura 34).

²⁴ COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819.** [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002, p.59.

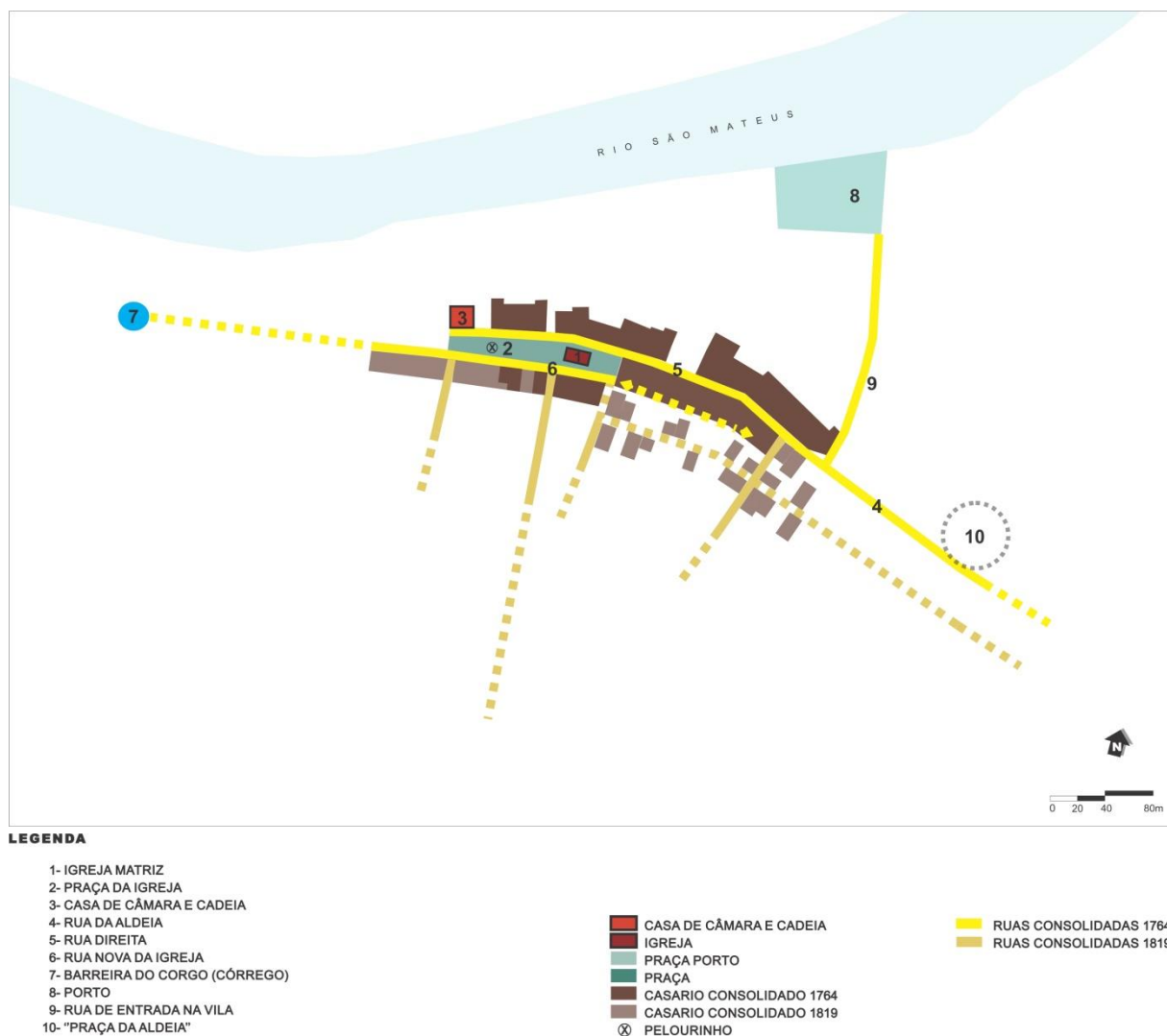
²⁵ Ibidem, p.65.

²⁶ Ibidem, p.66.

²⁷ Ibidem, p.63.

Nos *Apontamentos do bispo D. José Caetano Coutinho* não se encontra qualquer menção sobre a Casa de Câmara e Cadeia (3), que terá sido construída até ao ano de 1772, como já referido anteriormente.

Figura 33 - Mapa Conjectural M II- 1819:



Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Google Earth. 2016-2017

4.3. Mapa Conjectural M III – fim do século XIX (ver Figura 34):

A partir da análise do mapa conjectural *M I -1764* (Figura 32), pode-se afirmar que neste momento já estava consolidado o centro religioso da povoação ou Vila de S. Mateus, como também, pela análise de *M II – 1819* (Figura 33), que ao centro religioso foi reunido efetivamente o cívico, uma vez que a Casa de Câmara e Cadeia (3) foi construída.

Em torno da praça (2) se vai consolidando a construção das casas, reforçando o vetor prioritário ao longo da encosta, de defesa e de ligação/dilatação para a porção leste, no prolongamento da Rua Direita (5), que a partir da *Entrada* na Vila recebe o nome de Rua da Aldeia (4). É possível observar na análise dos documentos, que o espaço junto ao cais do porto (8) já teria uma dimensão e dinamismo que reunia as condições de vir a ser um centro de armazenamento e comércio de uma escala considerável. Com certeza já teria alguma construção, mas não temos dados que nos permitam representar formalmente no mapa *M II – 1819* (Figura 33), os contornos propriamente ditos destes resultados obtidos.

Assim, para a elaboração deste mapa conjectural, *M III – fim do século XIX* (Figura 34), parte-se da hipótese de que, para além do centro religioso e cívico, consolidado no ponto alto da Vila, já haveria o centro de comércio no porto, que reunia os interesses dos vários produtores rurais da vasta região do rio S. Mateus e que se ligava à Vila pela íngreme rua de “*Entrada na Vila*” (9).

Os resultados da pesquisa apresentados, no capítulo anterior, e sobretudo, com base na descrição de 1865, do geógrafo Hartt, de que a cidade: “*é construída parte na borda das escarpas, parte no sopé da mesma, do lado do rio*”, permitem inferir que em meados do século XIX, existiam dois centros urbanos em S. Mateus. Mas para confirmar se houve consolidação destes, sobretudo no porto da Vila e, em que medida, terá permitido a evolução do núcleo urbano, recorreremos às primeiras fotografias de S. Mateus de que se tem conhecimento, datadas de 1908, de Eutychio d’Oliver.²⁸ É um conjunto de quatro fotos (ver Anexo II - Fotografias 1, 2, 3 e 4). Duas fotos da parte alta da cidade - Rua Direita (5) e da Rua de Baixo (11); outra foto da

²⁸ Fotografias de São Mateus de Eutychio d’Oliver, de 1908, apud NARDOTO, Eliezer Ortolani. **História, Geografia & Economia de S. Mateus**. São Mateus. 2016, p.231-232.

Rua do Comércio (10) e por último a vista de quem chega à cidade pelo rio, visualizando-se a encosta desde o porto até à zona alta.

Dos resultados da análise fotográfica, resulta a proposta de mancha consolidada que se representa do mapa *M III – fim do século XIX* abaixo (Figura 34), onde se pode verificar um afloramento acentuado de edificação no entorno da Praça do Porto (8), e ao longo da Rua Direita (5) / Rua da Aldeia (4), entre as duas praças das igrejas Matriz (2) e de S. Benedito (13), resultando no adensamento e surgimento de uma nova rua paralela e a sul desta, chamada Rua de Baixo (11). Observa-se também, a consolidação do quarteirão que se desenvolve imediatamente atrás da Praça do Porto e ao longo da Rua do Comércio (10) que revela primazia em relação à Rua da Entrada da Vila (9), provavelmente pelo fato de vencer a encosta de forma mais suave em relação ao acesso anterior, que era feito em parte por escadas e cujos percursos se cruzam a meio da encosta. É possível verificar na foto da Rua do Comércio, seis casas com um piso e outras seis com dois pisos; na Rua Direita, uma casa com três pisos, outra com dois pisos e a restante maioria com apenas um piso; Na Rua de Baixo, todas as casas com um piso e a predominância das casas de dois pisos na Praça do Porto, voltadas para o rio e na lateral direita de quem avista a cidade pelo rio. Toda a fachada esquerda desta praça configura-se num conjunto único, de um piso, cujas aberturas são todas iguais e de portas de arco, como se de local de armazenamento se tratasse.

Sabe-se que em 1859 a Câmara de vereadores de S. Mateus informava da necessidade de calçamento da Praça do Porto, o que revela a consolidação do espaço com clara vivência de Praça.

Também foi feita pesquisa, junto dos relatórios de Presidência da Província do Espírito Santo, de dados relativamente às construções da Vila, a partir de 1848, Cidade de S. Mateus. Dessa pesquisa e relativamente às igrejas de S. Mateus, no relatório de 1838, encontra-se que:

Na Villa de São Matheus, desde o anno de 1834, não há Matriz, servindo de Parochia a Capella Filial de São Benedicto, ainda por concluir. Antes da extincção da antiga Matriz, existião duas principiadas: huma no lugar designado pelo falecido Bispo Diocesano D. José Caetano da Silva Coitinho, em visita no anno de 1819, tendo paredes de pedra e cal, Capella Mór e Consistorio; outra começada depois com o producto de vinte réis de cada hum alqueire de farinha de mandioca que se exporta. O Paracho informa que há pouco se principiou a dar andamento á Capella Mór e Consistorio d'aquella

primeira, com o socorro de algumas esmolas dos fregueses, que na verdade não chegam para a sua conclusão.²⁹

Portanto, em 1834, já existia a capela da Igreja de S. Benedito (14), que servia de paróquia enquanto duas igrejas estavam em obras, a Matriz (1) e presume-se que a outra seria a igreja em frente ao cemitério, e que viria a extinguir a Matriz situada na praça da cidade. A igreja em frente ao cemitério nunca chegou a ser concluída e suas paredes inacabadas, em ruínas, conferiram-lhe a atribuição de “Igreja Velha de S. Mateus” (16). Para esclarecer melhor esta questão acrescenta-se a informação da ata da 24ª sessão da Câmara dos Vereadores, de 6 de agosto de 1843, que informa que nesta data ainda as duas igrejas precisavam de obras, tendo a Câmara decidido a favor da conclusão da Matriz (1) por ser no centro da cidade, oferecer maior comodidade à população, para além de que as suas obras estavam mais adiantadas e era de menor porte em relação à outra, o que acarretaria menores custos.

O relatório de Presidência de Província de 1852 informa que estava em construção a “*Matriz da cidade de S. Mateus*”.³⁰

O relatório Presidência de Província de 1853 informa que:

Em 28 do mez indicado de fevereiro [1853] a camara da cidade de São Matheus me participou ter despendido a quantia de 3:718\$340 rs com o cemiterio que está concluído, e que já havia empregado em pedras a importância de 936\$945 para a **obra da igreja á que se ia dar principio** tendo-se feito para fora a encomenda de cal de que se necessita.³¹ (Grifo nosso).

Esta informação associada à notícia de conclusão das obras do cemitério parece querer remeter para a igreja que se situa à sua frente, no entanto “*a obra da igreja á que se ia dar principio*”, deixa dúvidas se se trataria de uma igreja que se irá dar início, ou se é do início de obras de uma igreja. Portanto não temos elementos para poder confirmar se é do princípio da construção da Igreja de S. Benedito, que já se falara em 1834, da *Capella Filial de São Benedicto*, ou se é efetivamente o início de obras de uma igreja, e assim poderá referir-se a qualquer uma das três igrejas existentes.

²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. João Lopes da Silva Coito. 08/09/1838.

³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. José Bonifácio d’Azambuja. 24/05/1852, p.32.

³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Dr. Evaristo Ladislau e Silva. 23/05/1853, p.23.

O relatório de Presidência de Província, de 1859, informa que “A *matriz oferece segurança e duração por mais de vinte annos.*”³² Como também informa que existe uma igreja pertencente às irmandades de N. S. do Rosario, e de S. Benedicto.³³ Deduz-se que a Matriz (1) da Praça foi concluída, assim como a Igreja de S. Benedicto (14).

Sobre o cemitério de S. Mateus informa Luiz Ferreira de Coutto Ferraz, em 1848:

Com parte da quantia arrecadada [...], autorizei a camara municipal da villa de S. Matheus para formar um cemitério, convenientemente murado, em logar adequado, [...]. O actual, no centro de uns muros velhos da antiga matriz, no coração do povoado, offerece graves inconvenientes á salubridade publica e á decencia que exige o seu objecto.³⁴

Em 1853, a câmara da cidade de São Matheus comunicou que o cemitério estava concluído.³⁵ o relatório de 1859 confirma que existe cemitério caracterizando-o: “*Existe um cemitério com 100 palmos de frente, e 220 de fundo, murado em roda com paredes de pedra e cal; tendo dos lados corredores cobertos de telha.*”³⁶

Sobre a Casa de Câmara e Cadeia, que temos conhecimento de que tenha sido construída pela “*Relação ... do que tenho feito desde o dia 3 de Mayo de 1767 até o presente [1772]*”³⁷, do então Ouvidor José Xavier Machado Monteiro, dá conhecimento o relatório de 1859:

Há um predio regular, que serve de cadeia e casa de camara; porém desabando um dos oitões, corre grande risco de arruinar-se todo elle, se não for logo acudido. [...] já se tenha dado algum auxilio para a obra, que se está fazendo, convinha auxilia-la com maior quantia.³⁸

³² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Pedro Leão Velloso, 25/05/1859, APENSO – Igrejas matrizes, p.6.

³³ Ibidem, p.6.

³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Luiz Ferreira de Coutto Ferraz. 01/03/1848, p.14.

³⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Dr. Evaristo Ladislau e Silva, 23/05/1853, p.23.

³⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Pedro Leão Velloso, 25/05/1859, Appenso – Igrejas matrizes, p.6.

³⁷ RELAÇÃO individual do que tenho feito nesta Capitania de Porto Seguro, desde o dia 3 de Mayo de 1767 até o presente [1772]. AHU-ACL-CU- 005, Cx. 46, doc. 8553. de 01 de abril de 1772.

³⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Pedro Leão Velloso, 25/05/1859, Appenso A, p.7.

Diz ainda este relatório que a Câmara de S. Mateus informa que é muito importante entre outras obras a “*conclusão da cadeia*” e o “*calçamento da praça do porto*”³⁹, o que permite inferir que o porto não tivesse calçamento até o ano de 1859.

Conclui-se, relativamente à edificação, que a Igreja Matriz do século XVIII, referida em 1819 pelo bispo José Caetano, como sendo de pau-a-pique e com uma torre em estado de ruína, sofreu sucessivas obras; em 1834 já tem “*paredes de pedra e cal, Capella Mór e Consistorio*”⁴⁰ e em 1859, é considerada como segura e de duração prolongada. A chamada hoje de “Igreja Velha” que se situa à frente do cemitério teria iniciado as suas obras depois da visita do bispo em 1819 e antes de 1834, segundo nos informa o relatório de Presidência de Província de 1838⁴¹; em 1843 a Câmara de S. Mateus decide interromper as suas obras, priorizando a conclusão das obras da Matriz da Praça. A Igreja Velha permaneceu inacabada até à atualidade. Sobre a “Igreja de S. Benedito” temos a notícia, do bispo José Caetano, em 1819, sobre a capela que “*os pretinhos confrades de São Benedito*” pretendiam construir na Praça da Aldeia; em 1834, a informação de que servia de “*Parochia a Capella Filial de São Benedicto, ainda por concluir*”⁴²; pelo relatório de 1853⁴³ poderá querer referir-se também ao início das obras da Igreja de S. Benedito e, por último, o relatório de 1859 que informa que existe uma igreja pertencente às irmandades de N. S. do Rosario, e de S. Benedicto.⁴⁴

Assim, na primeira metade do século XIX, a população de S. Mateus ocupava-se na construção de três igrejas de considerável porte, cemitério e reparação da casa de câmara e cadeia, para atender à população que se sabe em 1862, ser de 5.853 habitantes, residindo em 1.146 fogos. Existem claramente três espaços de praça, duas praças religiosas e a do porto, que é comercial, mas sobretudo a *Porta de Entrada* na cidade de S. Mateus, que apresenta contato direto com o rio que continua a ser o principal meio de comunicação e de transporte da região e único meio de contacto com outras cidades ou províncias. Também é pelo rio que a cidade

³⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Pedro Leão Velloso, 25/05/1859, Camara de S. Matheus, p.1.

⁴⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. João Lopes da Silva Coito.08/09/1838.

⁴¹ Ibidem, s/p.

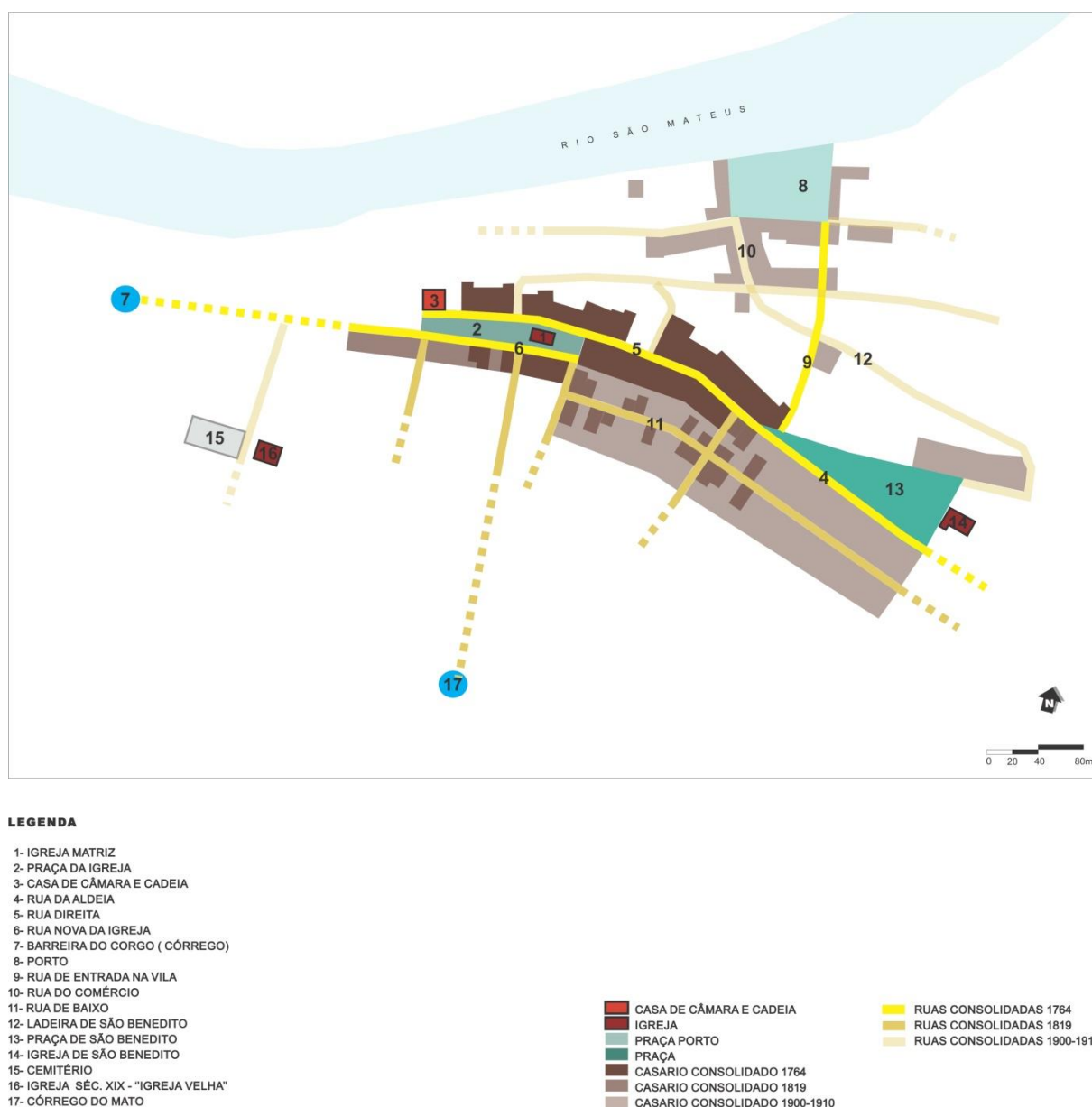
⁴² Ibidem, s/p.

⁴³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Dr. Evaristo Ladislau e Silva, 23/05/1853, p.23.

⁴⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Pedro Leão Velloso, 25/05/1859, APENSO – Igrejas matrizes, p.6.

de S. Mateus é avistada desenvolvendo-se ao longo da encosta, em que no cume se encontra a maior parte das habitações que se debruçam sobre o rio.

Figura 34 – Mapa Conjectural M III – fim do século XIX



Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Google Earth. 2016-2017.

ANEXO B

- FOTOGRAFIAS -

Fotografia 1 - Rua Direita (Rua Barão de Aymorés). 1908.



Fonte: autoria de Eutychio d'Oliver. 1908.

Fotografia 2 - Rua de Baixo de S. Mateus. 1908.



Fonte: autoria de Eutychio d'Oliver. 1908.

Fotografia 3 - Rua do Comércio – Porto de S. Mateus. 1908.



Fonte: autoria de Eutychio d'Oliver. 1908.

Fotografia 4 - Vista do Porto e Cidade de S. Mateus. 1908.



Fonte: autoria de Eutychio d'Oliver. 1908.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No capítulo 1, intitulado *Reconhecimento do Lugar – Cricaré / São Mateus*, fez-se a análise do reconhecimento geográfico-histórico, através de manuscritos coloniais e da iconografia cartográfica, com o objetivo de identificar as continuidades e/ou mudanças na apropriação do espaço, que possam ter sido materializadas no território.

Conclui-se que houve alguma produção cartográfica entre os séculos XVI e XIX, em que é identificado um rio Cricaré / S. Mateus, mas com distintas representações da morfologia da região, nomeadamente, no que diz respeito ao contato das cabeceiras do rio, à sua extensão, à sua sinuosidade, e muito particularmente à sua foz e localização da povoação existente.

No capítulo 2 dedicado ao povoamento, objetivou-se identificar os momentos de povoamento do território, segundo a hipótese de que o reconhecimento do rio Cricaré/S. Mateus tenha resultado do interesse nas riquezas naturais, que desde o primeiro século de colonização do Brasil já se dissera e promovera.

Cartograficamente, não há indício de povoação nos mapas analisados, uma vez que a exceção encontrada é do mapa “*Brasilica, Descriptionis Ptolemaicae augmentum*”, de Cornelis Van Wytfliet, 1597, que apresenta grafismo de uma aldeia associado ao topônimo “*Cricare*”, sem qualquer representação gráfica do rio, ou outras referências que possam associar o topônimo com a região propriamente dita.

O manuscrito de 1666, do responsável pelos descobrimentos das esmeraldas, Agostinho Bezerra, refere-se ao “*Rio chamado de Sam Matheus*” e comprova a hipótese de que muitas diligências já tinham sido feitas no sentido de utilizar o rio S. Mateus como meio de comunicação às minas, o que torna inquestionável o povoamento, no sentido de presença de colonos no rio, mas não dá qualquer indício de povoação.

No entanto, este manuscrito também não refuta a afirmação de Aires de Casal, em 1817, de que os moradores da capitania do Espírito Santo, perante os sucessivos ataques dos índios, por volta de 1554/1555, teriam ocupado as margens do rio

Cricaré, ou a informação do Monsenhor Pizarro, de 1820, de que a povoação resultou da permanência de algumas pessoas que se livraram de um naufrágio, dando origem à Freguesia de S. Mateus, que foi a segunda criada pelo prelado Bartolomeu Simões Pereira, no final do século XVI, cerca de três ou quatro léguas acima da barra do referido rio, que com a visita do padre José Anchieta, mudou o nome da povoação e do rio Cricaré para São Mateus.

Foram estas informações dos padres Aires de Casal e Pizarro, sem citação de fontes, que constituíram as fontes dos historiadores do estado do Espírito Santo.

Conclusivamente, com este estudo considera-se que:

- não existem fontes primárias que possam consubstanciar a afirmação de que Anchieta tenha ido ao rio Cricaré, como também que tenha sido este padre a alterar o nome de Cricaré para São Mateus.
- o manuscrito de 28 de abril de 1666 confirma que neste ano o rio Cricaré já era identificado, na correspondência oficial, por rio “*Rio chamado de Sam Matheus*”.
- quanto à existência de povoação não se conseguiu com esta pesquisa chegar a fontes primárias que atestem a existência de qualquer povoação até ao século XVIII.

Com a análise dos alvarás das sesmarias do século XVIII, apresentados pelos historiadores Felibelo Freire e Braz do Amaral, pode-se afirmar que o povoamento da região neste século é incontestável, e que se deve aos baianos a oficialização do mesmo, entre 1716 e 1750, com sesmarias distribuídas pelas duas margens do rio S. Mateus, desde a barra até ao lugar do Riacho do Campo, em direção ao sertão.

O primeiro alvará que se tem conhecimento de sesmaria no rio S. Mateus é de dezembro de 1716, no “*posto do Jacarandá*”. No entanto, este apresenta como referência outra sesmaria, o que confirma ter havido concessão de sesmarias anteriores às de 1716.

Também, pela análise dos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino encontra-se a carta do Vice-rei, Marquês de Angeja, de 29 de agosto de 1716, que esclarece que Domingos Antunes já havia “*princiado a povoação*”, e que seguramente desde março de 1716, habitava as terras de São Mateus, com outros oito homens.

A esta informação acrescenta-se a do manuscrito de solicitação da concessão de sesmaria já referida, de 19 de novembro de 1716, no “*posto do Jacarandá*”, onde o

próprio solicitador refere o rio S. Mateus como tendo sido “*novamente povoado*”. Com esta informação de fonte primária, que veiculou pelos órgãos administrativos do governo geral do Brasil e procuradoria da coroa, confirma-se o povoamento no Rio São Mateus anterior ao século XVIII.

Por esta carta o vice-rei, Marquês de Angeja, nomeia Domingos Antunes capitão da povoação de S. Mateus e esclarece quanto à jurisdição civil, ser pela Capitania do Espírito Santo e a religiosa pelo Rio de Janeiro.

A pesquisa leva a presumir que muitos documentos se tenham perdido ou que nunca tenham sido efetivamente escritos, desconhecendo-se ainda como Antonio de Oliveira Madail, capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, terá sido comunicado da existência da povoação de S. Mateus, ou porque somente em 22 de agosto de 1720 se tenha registrado a sesmaria do capitão dos moradores da povoação, Domingos Antunes.

Presume-se também, com esta pesquisa, que o presidente da Província do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim, para escrever as *Memorias Para Servir à Historia até o Anno de 1817*, tenha tido acesso à carta de 02 de março de 1801 do seu antecessor, onde comunica ao Conde de Linhares, as vantagens de se recuperar o território da então Vila de S. Mateus, que fora povoada em 1722. Assim é esta data de 1722 e António de Oliveira Madail que comunica na sua obra publicada em 1840, e que passam a estar vinculados ao momento de início do povoamento de S. Mateus, para a historiografia do Espírito Santo.

Na historiografia do Espírito Santo também são muito divergentes as datas da elevação de S. Mateus a vila. Francisco Rubim não refere nada relativamente à vila, mas esta pesquisa presume que tenha sido o seu filho Braz Rubim, nas *Notícias Cronológicas* de 1856, que tenha equivocadamente transmitido a informação de uma “*vila*” de S. Mateus, relacionando-a com os acontecimentos do bando publicado pelo capitão-mor Madail de 1722, e da elevação da paróquia em 1751.

Mais tarde, em 1858, José Marcelino Pereira Vasconcelos, o presidente da Província do Espírito Santo, relaciona a Vila de S. Mateus com o ano de 1755, mas trata-se claramente de um equívoco, pois 1755 é a data da carta régia, que consta nos documentos da demarcação do patrimônio da Vila de S. Mateus que é de 1764.

A carta de 1758, do conselheiro ultramarino Antonio de Azevedo Coutinho, para Sebastião José de Carvalho, onde se encontra um parágrafo especificamente sobre

a “*Povoação de S. Matheoz*”, não deixa qualquer dúvida de que S. Mateus ainda era uma povoação e estava provida pela Comarca da Bahia.

A 02 de abril de 1763, por decreto real, é criada a nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro, nomeando seu ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, com conhecimento das *Instruções para a criação da nova Ouvidoria*, na qual está expressamente incluído o rio São Mateus.

Nestas *Instruções*, em nome de D. José I, estão identificados os objetivos pombalinos, especificamente administrativos e religiosos, de forma a fixar pessoas na região, povoando-a. Nos dezessete parágrafos de que é constituída a *Instrução de 1763*, quatro destinam-se particularmente a “*S. Matheus*”, entendendo-se as atenções no “*importante Rio de S. Matheus*” pelas riquezas que ele oferece como madeiras para construção de naus ou acesso aos cristais, como também pelos perigos resultantes destes; por isso manifesta a necessidade de tornar as terras do rio *S. Matheus* produtoras de alimento para se fazer o comércio com as cidades da Bahia e do Rio de Janeiro; o progresso que proporcionará a dilatação pelo sertão; destaca a importância da comunicação entre as duas capitanias, Porto Seguro e Espírito Santo; manifesta o grande secretismo da missão do ouvidor, que deveria comunicar por sua própria letra os avanços da empreitada; e por último a forma como a povoação deveria chegar a vila.

Esta *Instrução* confirma o conhecimento que se tinha em Lisboa da povoação de S. Mateus, suas potencialidades quanto às riquezas que continha e perigos quanto à comunicação fácil às minas ou fuga de ouro. Mas o projeto pombalino era tornar a região produtora de alimento para as cidades principais.

O Ouvidor Tomé Couceiro, no relatório de visita à região, identifica as dificuldades para se adentrar o rio S. Mateus e o lugar chamado *Povoação Velha*, não mencionando se possui moradores. Apresenta uma hipótese de atravessamento a pé quando descreve a paragem da *Carreira dos Dois Irmãos*. Estas informações remetem para a forte possibilidade de ter sido neste local a primeira povoação do rio S. Mateus. O topônimo “*Povoação*” não deixa dúvidas que seria uma concentração de colonos e próxima da passagem que forçosamente teria de existir na *Estrada do Mar* entre a Bahia e o Rio de Janeiro. O complemento “*Velha*” pressupõe uma alteração do lugar da povoação, mas não se excluiu a possibilidade de continuar a

haver moradores nesta, em menor número, que pudessem dar apoio ao atravessamento do rio. A análise permitiu considerar que esta *Povoação Velha* possa ser a primeira povoação de 1716 ou 1722.

Presume-se nesta pesquisa que a existência de boas madeiras, sobretudo jacarandás e vinháticos terá sido a razão pela qual se pediram as primeiras sesmarias, de 1716, no lugar do “*Posto do Jacarandá*”. Mas Tomé Couceiro também confirma o perigo de se chegar às minas, com a subida pelo rio S. Mateus, até às suas cabeceiras, no Serro do Frio.

O ouvidor Tomé Couceiro, em setembro de 1764, eleva a primeira vila do projeto pombalino de colonização da capitania do Porto Seguro, justificando que o seu nome será “***Villa Nova do Rio de Sam Matheus***”, porque foi no dia do Santo São Mateus que o povoador se estabeleceu neste mesmo sítio; se rezou a primeira missa e que por coincidência na mesma data se eleva a vila. Na falta de mais elementos para análise, assume-se a suposição de que a informação possa ter sido veiculada pela própria população e sem vínculo histórico com o padre Anchieta.

A partir do Auto de Demarcação, pode-se ter conhecimento da dimensão da povoação no ano de 1764, que já contava duas ruas paralelas e outras três perpendiculares menores, a partir da praça da igreja matriz. Nessa mesma praça foi levantado o pelourinho de madeira e demarcado o sítio e dimensão exata que deveria ter a casa de câmara e cadeia a ser construída para instalar os oficiais da nova vila e fazer-se cumprir as leis e regras de justiça.

Com a morte de Tomé Couceiro, José Xavier Machado Monteiro assume a ouvidoria em 1767. Da análise das onze cartas enviadas à coroa pelo Ouvidor, disponíveis no Projeto Resgate, conclui-se que S. Matheus, entre 1716 e 1772 desenvolveu-se em meio a grande território despovoado, com grandes dificuldades de atravessamento quer para sul, quer para norte, pois só havia a *Estrada do Mar*, com todos os impedimentos que o novo ouvidor vai dando conhecimento.

Concretamente à Vila de S. Mateus, pode-se inferir que dificilmente tenha havido melhoria das suas condições, desde 1764, a avaliar pela ordem de construção da casa de câmara e cadeia, que efetivamente só se vem a verificar na sua *Relação* de trabalhos entre 1767 e 1771.

Refere-se à existência de 10 a 12 casais na Barra do rio S. Mateus que dista 8 léguas da vila e, por duas vezes, da impossibilidade de erigir vila nesta barra, por falta de pessoas; reconhecendo ser esta a porção menos comunicável com as demais povoações da capitania, comunica que não foi feita a estrada tão necessária para ligar a barra à vila, o que poderia encurtar a distância para metade, e minimizar o perigoso atravessamento pelo rio S. Mateus. Desde 1775, vem recorrentemente comunicando a impossibilidade de chegar pessoalmente até às povoações mais distantes, das quais S. Mateus faz parte, descrevendo a austeridade dos percursos e perigos de ataques do gentio ou feras.

Estes aspectos reforçam a conclusão da difícil acessibilidade à região de S. Mateus, já apresentada com o estudo do *Reconhecimento do Lugar*, apresentado no capítulo 1, como também a importância do rio S. Matheus como meio de comunicação, ou ainda a grande capacidade da população em se instalar, defender, locomover, comunicar e disponibilizar o seu produto, a farinha de mandioca, ao comércio. Também é claro que a Vila de S. Mateus é o único centro urbano para onde se dirige a população da envolvente, inclusive da barra do seu rio.

A análise dos resultados obtidos nesta pesquisa permite-nos afirmar que a Vila de S. Mateus usufruiria de um estatuto diferenciado dentro da capitania de Porto Seguro, uma vez que, incontestavelmente, a povoação ter-se-á desenvolvido anteriormente à formação da capitania de Porto Seguro, reportando-se diretamente ao poder civil da Bahia. Tal situação foi reforçada pelo próprio ouvidor, Tomé Couceiro, quando apresentou as razões porque a povoação seria de imediato elevada a Vila como: número populacional, forma de sustento na produção da farinha de mandioca, porto e centro urbano com praça, igreja e ruas constituídas. O ouvidor seguinte, José Xavier Machado Monteiro, reforça nesse mesmo sentido ao justificar, recorrentemente, que o seu empenho era de criar as vilas mais próximas a Porto Seguro e muito centrado na população indígena, no desenvolvimento económico e concretização do povoamento. Ora, todas essas necessidades já tinham sido ultrapassadas pela povoação de São Mateus, antes de 1764, como se pôde verificar com a elaboração do mapa conjectural, *MI – 1764*, no capítulo 3, intitulado *Evolução Urbana da Vila Nova de São Mateus*. Pode-se afirmar que neste momento já estava consolidado o centro religioso em torno do qual se desenvolvia a povoação que se tornou Vila de S. Mateus. Como também, que a sua implantação correspondeu às

características das primeiras formações portuguesas de colonização do território brasileiro, por se encontrar ao longo do rio, no ponto mais elevado da região, estrategicamente protegido, com o controle de guarda para a foz e nascentes do rio, onde a Igreja Matriz é o elemento aglutinador e que define o centro urbano inicial da povoação, em torno da qual se consolidará a construção das demais edificações.

A análise dos *Apontamentos do Bispo José Caetano Coutinho de 1819*, permitiu concluir que era vasta a porção povoada da região do rio S. Mateus, que já contava com mais de 3000 habitantes, sendo que cerca de metade se repartia pela Vila de S. Mateus, povoação da Barra de S. Mateus e povoação de índios do rio de Santa Ana ou São Domingos. A outra metade de moradores, nas suas roças de farinha de mandioca, se espalhava pelas margens do rio acima, podendo demorar dois dias para atingir o lugar mais longínquo, dentro dos sertões, onde as terras são mais férteis. Os dados permitiram elaborar o mapa conjectural, *M II - 1819*, concluindo-se que o desenvolvimento da vila se fazia na parte cimeira da encosta, na direção leste-oeste, mantendo-se o centro em torno da Igreja Matriz e da Casa de Câmara e Cadeia.

Perante a análise dos dados apresentados, podemos afirmar que a economia na região de S. Mateus, no início do século XIX já era crescente e que se manteve em ascensão seguramente até meados desse século. Essa prosperidade econômica, o aumento do número de estabelecimentos, revelam um contínuo crescimento do número de construções na primeira metade do século XIX. Este crescendo de edificação, concentrar-se-ia em torno do centro religioso e cívico, mas também junto ao porto de S. Mateus, uma vez que se tornava no porto de maior movimento entre as duas grandes cidades do Rio de Janeiro e Bahia. Um porto com grande movimento, o que inevitavelmente exigiu a construção de edificação em torno do espaço de cais, e provavelmente da Praça do Porto.

Confirma-se pela descrição do geógrafo Hartt, que em meados do século XIX, já existe significativa construção na parte alta, onde se concentra a edificação do século XVIII, e também junto ao rio. A informação da Câmara de vereadores de S. Mateus da necessidade de calçamento da Praça do Porto revela a consolidação do espaço com clara vivência de praça, o que permite afirmar que nessa altura já existiam dois centros urbanos, o religioso altaneiro e o comercial na Praça do Porto de S. Mateus, que se ligavam pela íngreme *Rua de Entrada na Vila*.

Assim, com o aporte das fotografias de S. Mateus, de 1908, de Eutychio d'Oliver, resulta a proposta de mancha consolidada que se representa do mapa *M III – fim do século XIX*, onde se verifica o afloramento acentuado de edificação no entorno da *Praça do Porto*, e ao longo da *Rua Direita / Rua da Aldeia*, entre as duas praças das igrejas Matriz e de S. Benedito, resultando no adensamento e surgimento de uma nova rua paralela e a sul desta, chamada *Rua de Baixo*. Observa-se também, a consolidação do quarteirão que se desenvolve imediatamente atrás da *Praça do Porto* e ao longo da *Rua do Comércio*, que revela primazia em relação à *Rua da Entrada da Vila*, cujos percursos se cruzam a meio da encosta. É possível verificar nas fotos analisadas a existência de um número significativo de casas com dois pisos e uma com três pisos e a restante maioria com apenas um piso. Na *Praça do Porto*, há um equilíbrio numérico entre as casas de sobrado e as de um piso, sendo que toda a fachada esquerda desta praça configura-se num conjunto único, de um piso, cujas aberturas são todas iguais e com portas de arco, como se de local de armazenamento se tratasse, mas as outras duas fachadas que encerram a praça abrindo-a para o rio são predominantemente de dois pisos.

Assim, na primeira metade do século XIX, a população de S. Mateus ocupava-se na construção de três igrejas de considerável porte, nas obras do cemitério e na reparação da Casa de Câmara e Cadeia, para atender à população que se sabe em 1862, ser de 5.853 habitantes, residindo em 1.146 fogos. Existem claramente três espaços de praça, duas praças religiosas e a do porto, que é comercial, mas sobretudo a *Porta de Entrada* na cidade de S. Mateus, que apresenta contato direto com o rio que continua a ser o principal meio de comunicação e de transporte da região e único meio de contacto com outras províncias e sobretudo com as praças das Cidades do Rio de Janeiro e da Bahia. Seguramente na primeira década do século XX, a paisagem de quem percorre o rio S. Mateus é a de uma encosta com algumas casas de um ou dois pisos que encaminha para o cume onde se encontra a maior parte das habitações que se debruçam sobre o rio.

Concluiu-se concretamente com esta pesquisa, que:

- há indícios de ter havido povoação no rio S. Mateus antes do século XVIII, mas não se encontraram fontes primárias que o possam confirmar.

- O primeiro momento de fixação de população no rio S. Mateus, comprovado por fonte primária, é do início do século XVIII, seguramente anterior a março de 1716, promovido por Domingos Antunes, oficializado pelo Vice-rei do Brasil. Esta pesquisa apresenta dados que levam à conclusão de que esta povoação se fixou junto à barra, na margem sul do rio.

- Não há fontes que indiquem o momento em que a Povoação de S. Mateus se fixou no local mais elevado, onde o ouvidor Tomé Couceiro, em 1764 a encontrou com o seu centro urbano constituído e a elevou a Vila, em resposta à ordem régia que trazia da Coroa.

- Uma vez elevada a vila, S. Mateus, manteve-se sob jurisdição de Porto Seguro, até o ano de 1823, prosperando economicamente com a produção e comercialização da farinha de mandioca para os mercados da Bahia e Rio de Janeiro.

- Esse progresso econômico, com grande movimento no seu porto, refletiu-se na evolução urbana da vila, no fim do século XVIII, consolidando-se como núcleo urbano, e por isso, elevada a Cidade em 1848.

- Em 1908, a Cidade de S. Mateus apresenta um expressivo conjunto arquitetônico consolidado ao longo do porto, encosta e na parte alta da encosta, como confirmado pelas fotografias de Eutychio d'Oliver.

À medida que se aproxima do porto, que é a *Entrada da Cidade*, são os sobrados que delimitam a *Praça do Porto* que predominam na paisagem da Cidade de S. Mateus.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS:

ABREU. Capistrano. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Livraria Briguiet, 1930.

ABREU. Capistrano. Introdução de História. In: BANDECCHI, Brasil (Org.). **CADERNOS DE HISTORIA**, v.1, n. 2. São Paulo: Ed. Parma, 1979. p.11-14.

ABREU. Capistrano. Introdução de História do Brasil. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, v.13.1885-1886. Rio de Janeiro, 1889, p.I-XIX.

ACHIAMÉ, Fernando. O sistema colonial e a "boa tradição". In FREIRE, **Mário Aristides**. **A capitania do Espírito Santo**: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535-1822. 2.ed. Vitória: Cultural-ES; Flor e Cultura, 2006. p.15-17.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 21, D. 3855, de 16 de dezembro de 1758 – CARTA do conselheiro Antonio de Azevedo Coutinho para Sebastião José de Carvalho dando informações sobre o andamento que iam tendo as execuções das dividas à Fazenda Real.

AHU_ACL_CU, 005, Cx. 24, D. 2129. [ant. 1725, setembro, 03] - REQUERIMENTO do soldado pago da cidade da Bahia João de Sousa de Matos, filho de Simião de Matos e Sousa, ao rei [D. João V] solicitando remuneração dos serviços feito até o presente.

AHU-ACL-CU-005, Cx.34, D. 6429, de 8 janeiro 1764 - RELATÓRIO do ouvidor Tomé Couceiro.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 46, D. 4059 - REQUERIMENTO do capitão António Vaz Silva ao rei [D. João V] solicitando confirmação de carta patente do posto de capitão-mor da povoação do rio de São Mateus.

AHU-ACL-CU- 005, Cx. 46, D. 8553, de 01 de abril de 1772 - RELAÇÃO individual do que tenho feito nesta Capitania de Porto Seguro, desde o dia 3 de Mayo de 1767 até o presente [1772].

AHU_ACL_CU_005, Cx. 61, D. 5211, [ant. 1738, Abril, 29] - REQUERIMENTO de Manuel de Sousa Vilela ao rei [D. João V], solicitando confirmação de carta patente do posto de sargento-mor da povoação de São Mateus.

AHU_ACL_CU_005. Cx. 72, D. 13858. Vitória, 1790 - INFORMAÇÃO do capitão-mor Inácio João Mongiardino ao governador da Bahia sobre a capitania do Espírito Santo.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11510. Lisboa, de 2 de abril de 1763 - DECRETO do rei [D. José], ao Conselho Ultramarino nomeando o corregedor da Comarca de Tomar o bacharel Tomé Couceiro de Abreu para ouvidor da nova Ouvidoria da capitania de Porto Seguro.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11523. Lisboa, de 28 de abril de 1763 - AVISO do [secretário de estado dos negócios do reino, ...] aos governadores do estado do Brasil, referente à criação da ouvidoria do Porto Seguro, nomeando para ela, o bacharel Tomé Couceiro de Abreu.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, D. 11523, de 30 de abril de 1763 - INSTRUÇÕES para a criação da nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 158, D. 12053, [ant. 1767, Março, 16] - REQUERIMENTO de António Álvares Chaves ao rei [D. José], a solicitar carta de confirmação da nomeação para o posto de capitão-mor das Ordenanças da vila novamente erecta de São Mateus.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 190, D. 13951 - REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara e moradores da vila de São Mateus à rainha [D. Maria I] solicitando uma esmola para a construção da capela-mor da referida vila ou a isenção dos dízimos pelo tempo em que durar a obra.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 276, D. 19219, de 21 de fevereiro de 1823 - OFÍCIO da Junta Provisória do Governo da Província da Baía ao [secretário de estado dos Negócios do Reino, Filipe Ferreira de Araújo e Castro], sobre os ataques dos insurgentes e a adesão ao governo do Rio de Janeiro por parte das vilas de Porto Seguro e São Mateus.

AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 35, D. 6508-6541-A, Porto Seguro, de 1764 - OFÍCIO do ouvidor de Porto Seguro, Tomé Couceiro de Abreu a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 45, D. 8446. Porto Seguro, 10 de maio de 1771 - CARTA do ouvidor de Porto seguro José Xavier Machado Monteiro, dirigida ao rei, na qual relata os progresos daquela capitania durante o anno anterior.

AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 46, D. 8581. Porto Seguro, abr. 1773 - CARTA do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, relatando fatos que demonstravam o progresso da sua capitania.

AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 47, D. 8787. Porto Seguro, 12 maio 1775 - CARTA do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, ao rei, sobre o desenvolvimento da sua capitania.

AHU_ACL_CU_005-01, Cx.49. D. 9147. Porto Seguro, 01 de julho 1776 – CARTA do ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, (para Martinho de Mello e Castro), na qual [...] e lhe dá novas informações relativas à Capitania de Porto seguro.

AHU_ACL_CU_005-01, Cx.51. D. 9651. Porto Seguro, 26 novembro de 1777 - CARTA do ouvidor da capitania de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, à rainha, queixando-se do abuso praticado pelo vigário da Vila de São Mateus, que excomungou o juiz ordinário de Vila Viçosa, Manuel Nunes da Costa, que tinha ido para lá, desempenhar serviços, sob suas ordens.

AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 150, D. 11523. Lisboa, de 28 de abril de 1763 - AVISO do [secretário de estado dos Negócios do Reino] aos governadores do Estado do Brasil, referente à criação da Ouvidoria do Porto Seguro, nomeando para ela, o bacharel Tomé Couceiro de Abreu.

AHU_ACL_CU_007, Cx.01, D.06 – Espírito Santo [ant 1618, julho, 24] - AUTO de deligência sobre o contrabando do pau-brasil no rio Cricaré.

AHU_ACL_CU_007, Cx.01, D. 67 - 1666, Abril, 28 - PROPOSTA de Agostinho Barbalho Bezerra sobre haver de descobrir a Serra das Esmeraldas pelo rio Doce ou São Mateus.

AHU_ACL_CU_007, Cx. 02, D.108, de 19 de junho de 1722. - PROVISÃO do rei [D. João V] ao capitão-mor da Capitania do Espirito Santo, Antonio Oliveira Madail, a conceder um clérigo para administrar os sacramentos dos moradores do rio de São Mateus.

AHU_ACL_CU_007, Cx 03, D.17, Lisboa, 22 de novembro de 1740 - PROVISÃO ao Rei D. João V aa conceder ao Bacharel Pascoal Ferreira de veras o ofício de Ouvidor-geral da Capitania do Espírito Santo por tempo de três anos.

AHU_ACL_CU_007, Cx.06, D.460, de 02 de março de 1801 - CARTA do governador da capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, ao secretário interino de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar da necessidade de anexar a Vila de São Mateus à Capitania do Espírito Santo.

AHU_ACL_CU_017, Cx.16, D.1783, de 18 junho de 1726 - CARTA do Bispo do Rio de Janeiro, [D. Frei António de Guadalupe], ao rei [D. João V], sobre a criação da povoação de São Mateus, pelo capitão Domingos Antunes, e o pedido para que aquela povoação fosse visitada por religiosos Capuchos.

AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brasilica**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Biblioteca Digital.

ALBINO, Jacqueline. et al. Geomorfologia, tipologia, vulnerabilidade erosiva e ocupação urbana das praias do litoral do Espírito Santo, Brasil. In: **Geografares**, Vitória, n. 2, p.63-69, jun. 2001.

ALBINO, Jacqueline. et al. Erosão e Progradação do litoral do Espírito Santo. In: Dieter Muehe. (org.). **Erosão e Progradação do Litoral do Brasil**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, v. 1, p.226-264, 2006.

ALBINO, J. & SUGUIO, K. Distribuição, composição e granulometria das areias bioclásticas da plataforma continental interna adjacente ao litoral centro-norte do Espírito Santo. **Anais em CD do VII Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário e Reunião sobre o Quaternário da América do Sul**. Porto Seguro, 1999.

ASMUS, H.E., GOMES, J.B. e PEREIRA, A.C.B., Integração geológica regional da bacia do Espírito Santo. **Anais do XXV Congresso Brasileiro Geologia 3**. p. 235-254, 1971.

AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia**: Bahia-Espírito Santo. v. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1927.

ANCHIETA, José, S.J. Posfácio: Vida do Padre Joseph de Anchieta. In: MACHADO, António Alcântara. **CARTAS JESUÍTICAS III: CARTAS**, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph Anchieta, S. J. (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 541-560.

ARAÚJO, Renata Malcher de. Os Mapas do Mato Grosso: O Território como Projeto. **Terra Brasilis**, 4, 12 fev. 2015.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.

ARAÚJO, Renata Malcher de. Património de Origem Portuguesa na América do Sul: Arquitetura e Urbanismo. In: _____. (Org.). **América do Sul. Património de Origem Portuguesa no Mundo** - Arquitetura e Urbanismo. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. p.20-45.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA - CARTA de diligencia para as justiças da Povoação de S. Matheus. Passada a requerimento de Manuel Correa de Lemos. Documentos manuscritos.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Dr. Evaristo Ladislau e Silva, 23/05/1853.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. João Lopes da Silva Coito, 08/09/1838.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. José Bonifácio d'Azambuja, 24/05/1852.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Luiz Ferreira de Coutto Ferraz, 23/05/1847.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Luiz Ferreira de Coutto Ferraz, 01/10/1847.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Luiz Ferreira de Coutto Ferraz, 01/03/1848.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de Presidência de Província do Espírito Santo**. Pedro Leão Velloso, 25/05/1859.

ASMUS, H.E., GOMES, J.B. e PEREIRA, A.C.B., Integração geológica regional da bacia do Espírito Santo. **Anais do XXV Congresso Brasileiro Geologia**. 3. p.235-254, 1971.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e Cidades do Brasil Colonial**: ensaio de geografia urbana retrospectiva. Boletim nº 208. São Paulo. 1956.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos de colonização brasileira: origens. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata Malcher de. (Coord.). **Universo Urbanístico Português 1415-1822**: Coletânea de Estudos. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 39-70.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. **Urbanismo de trazado regular en los primeros siglos de la colonización brasileña**. Estudos sobre o urbanismo Iberoamericano: siglos XVI al XVIII. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 1990.

BITTENCOURT, Gabriel A. de Mello. A pesquisa de fontes primárias e a produção historiográfica do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, 1981. v. 332, p. 5-13.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio**: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos. vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.17.n.2. p.251-294. jul-dez.2009.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De Projeto a Processo Colonial**: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARDIM, Fernão SJ. **Tratados da Terra e da Gente do Brasil**. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capristano de Abreu, Rodolfo Garcia. 2. ed. Brasileira, n. 168. São Paulo/ Rio/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

CARITA, Helder e ARAÚJO, Renata Malcher de. (Coord.). **Universo Urbanístico Português 1415-1822**: Coletânea de Estudos. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CARITA, Helder. **Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época moderna (1495-1521)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CARTAS DO PADRE ANTONIO BLASQUEZ SOBRE O BRASIL [carta de 31 abril de 1558, Salvador da Bahia]. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo XLIX, v.1, p.28-29, 1886.

CHICÓ, Mário Tavares. A Cidade Ideal do Renascimento e as Cidades Portuguesas da Índia. **Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar**, Número especial. Lisboa. 1956.

CÔGO, Anna Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus**. 2007. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CORTESÃO, Jaime. **Cabral e as origens do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1944. Tomo I.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965. Tomo I.

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819**. [Vitória]: Estação Capixaba e cultural, 2002.

CUNHA, Francisco Manoel da. Ofício dirigido em 1811 por Francisco Manoel da Cunha ao conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, 1849. v.12, p.511-518.

DAEMON, B. C. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Coord. Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2ª ed. Secretaria do Estado e da Cultura. Arquivo público do estado do ES, coleção Canaã . v. 12. Vitória. 2010.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e social no século XVIII**. Editora Alva-Ciord. Brasília, 1997.

DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA COMPOSTO PELO PADRE D. RAFAEL BLUTEAU. Reformado, e accrescentado por Moraes Silva, António de, 1755-1824; Stirling Maxwell, William, 1818-1878. fmo RPJCB; Bluteau, Rafael, 1638-1734. (1. ed, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 v.).

Documentos Históricos, LXX, p.315-316 - CARTA do Marques de Angeja a Domingos Antunes, capitão dos moradores de São Mateus.

FREIRE, Mário Aristides. **A capitania do Espírito Santo:** crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535/1822. 2.ed. Vitória: Cultural-ES; Flor & Cultura, 2006.

FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil:** Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Rio de Janeiro : Typ. do Jornal do Comércio, 1906.

FERNANDES, José Manuel. A cidade portuguesa: um modo característico de espaço urbano. In: **A arquitetura.** Lisboa: Imprensa Nacional; Comissariado para a Europália 91, 1991.

FERRÃO, Bernardo José. **Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás – 1758/1813.** Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1997.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. As vilas pombalinas do século XVIII: estratégias de povoamento. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO - Cidades: temporalidades em confronto. Expansão Colonial e Metrópolis. v.5, n.5 (1998).

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural.** 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Urbana)) – Programa de Pós-graduação do Instituto de Geociência, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Do Arraial à cidade: a trajetória de Mariana no contexto do Urbanismo Colonial Português. In: CARITA, Helder e ARAÚJO, Renata Malcher de. (Coord.). **Universo Urbanístico Português 1415-1822:** Coletânea de Estudos. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p.267-297.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. História da Província de Santa Cruz / Tratado da Terra do Brasil. In: BANDECCHI, Brasil (Org.). **CADERNOS DE HISTORIA**, v.1, n. 2. São Paulo: Ed. Parma, 1979.

HARTT, Charles Frederick. **Geografia e geologia física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 1. ed. 1870.

HORTA CORREIA, José Eduardo. **Vila Real de Santo António**: Urbanismo e Poder na Polítca Pombalina. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1997.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. Doações e forais das capitanias do Brasil 1534-1536. [Apresentação, transcrição paleográfica e notas de Maria José Mexia Bigote Chorão]. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1999. p.7. Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil. AHU_ código 112, fls. 1-9. Lisboa, de 17 de dezembro de 1548.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. Doações e forais das capitanias do Brasil 1534-1536. [Apresentação, transcrição paleográfica e notas de Maria José Mexia Bigote Chorão]. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1999, p. 74. Foral de doação da capitania a Vasco Fernandes Coutinho.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Documentos Capixabas. v.1 e v.2. (Org.) LEAL, João Eurípedes Franklin. Vitória: FJSN, 1978.

Instrumento dos Serviços de Mém de Sá. In: Documentos Relativos a Mem de Sá Governador Geral do Brasil. **Annaes da Bibliotheca Nacional**. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Biblioteca Nacional, 1906. v. 27.

MARANHO, Milena Fernandes. Retratos da colonização: Os mapas dos Teixeira Albernáz e a construção dos sentidos da América portuguesa seiscentista. **3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia**, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MARQUES, César Augusto, **Diccionario Historico, Geografico e Estatistico da Provincia do Espirito Santo**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878, Vitória, Arquivo Público Estadual, 2003, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital.

MARTIN, L., SUGUIO, K., DOMINGUEZ, J.M.L, FLEXOR, J.M. **Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo**.

Serviço Geológico do Brasil e Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo. São Paulo, 1997.

MARTIN, L., SUGUIO, K., FLEXOR, J.M., ARCHANJO, J.D. Coastal Quaternary formations of the southern part of the State of Espírito Santo. **Anais Academia Brasileira Ciencias** 68(3). 1996. p. 389-404.

MORENO, Diogo de Campos. **Razão do Estado do Brasil**. Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1616.

MOTA, Avelino Teixeira; CORTESÃO, Armando. **Portugaliae monumenta cartographica**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1960.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. O Livro que dá "Rezão do Estado do Brasil" e o Povoamento do Território Brasileiro nos Séculos XVI e XVII. **CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÔNIO**, Porto, 2003, v. 2. p. 591-613.

NARDOTO, Eliezer Ortolani. **História, Geografia & Economia de S. Mateus**. São Mateus, 2016.

NARDOTO, Eliezer Ortolani e LIMA, Herinéa. **História de São Mateus**. 2.ed. São Mateus: Edal Editora, 2001.

NERY, João Batista Correia. **Carta pastoral despedindo-se da diocese do Espírito Santo seguida de algumas notícias sobre a mesma diocese**. Campinas: Tipografia a vapor Livro Azul, 1901.

NETA, Amélia Saback Alves. Filtro historiográfico: cartas de Vilhena pela leitura de Braz do Amaral. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis. 27 a 31.julho/2015.

NEVES, Getúlio Marcus Pereira, Brás da Costa Rubim e a historiografia do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, a. 173, n. 457, p.99-107, 1981.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro Geografia e Estatística, 1951.

PACHECO, Renato José Costa. Os primeiros anos: conflitos nas colônias agrícolas espírito - santenses. 1847-1882). In: **Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978.

PENA, Misael Ferreira. **História da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia. de Moreira, Maximo &C., 1878.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 8 v. 1820. Biblioteca digital do Senado.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil- 1500/1720**. São Paulo: Livraria Pioneira. Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo Brasil - SEC.XVI-XVIII. 30º **Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social: crises sociais**, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

RIBEIRO, Nélon Pôrto; SOUZA, Luciene Pessotti de. (Org.). **A Construção da Cidade Portuguesa na América**. Rio de Janeiro: POD editora, 2011.

RIBEIRO, Nélon Pôrto; SOUZA, Luciene Pessotti de. (Org.). **Urbanismo Colonial: Vilas e cidades de matriz portuguesa**. Rio de Janeiro: POD editora, 2009.

RIBEIRO, Orlando. "Cidade", **Dicionário de História de Portugal**. v.2. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, p.60-66.

RIBEIRO, Orlando. **Geográficos: Temas urbanos**. v.5. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

ROCHA, Levy. **Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo**. 3ª ed. Col. Canaã. n. 7. Vitória: Secretaria da Educação, Secretaria da Cultura, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. 1. ed. 1960, Rio de Janeiro.

ROCHA PITTA, Sebastião. **História da América Portuguesa, desde o ano mil quinhentos, do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro**. Lisboa: Officina Joseph Antonio da Silva, 1730.

ROSSA, Walter. **A Urbe e o Traço**: Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Almedina, 2002.

RUBIM, Francisco Alberto, **Memorias Para Servir à Historia até o Anno de 1817 e Breve Noticia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção do Reino do Brasil, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba**. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003.

RUBIM, Braz da Costa. Dicionário topográfico da província do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 1862, tomo XXV, p. 597-648.

RUBIM, Braz da Costa. NOTICIA chronologica dos factos mais notaveis da historia da provincia d Espirito Sancto desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisorio. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo XIX, n. 22, 1856, p. 336-348.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A escravidão em São Mateus: ECONOMIA E DEMOGRAFIA (1848-1888)**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SALVADOR, Vicente do. História do Brasil. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, v.13, 1885-1886. Rio de Janeiro, 1889.

SANTOS, Paulo. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem ao interior do Brasil, Espírito Santo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SECRETARIA DO ESTADO DO BRASIL, L.3 dos Registos, fl. 11. Bahia, 01/06/1757.

SILVEIRA, Luís da. **Ensaio da Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar**. Lisboa: Ministério do Ultramar. 4v. [1956].

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil**. (Org.) VARNHAGEN, F. Adolpho. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Tradução de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e notas de Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: Livraria B. L. Garnier, 1862. 6v.

SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. London, Longman, Hurst, Rees, Ormne and Brown, 1819. 3 v.

TEIXEIRA, Manuel e VALLA, Margarida. **O urbanismo português, séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil**. Livros Horizonte. Lisboa, 1999.

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no anno de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital, 1978, s/p.

VASCONCELOS, José Marcelino Pereira, **Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória, Tip. de P. A. d'Azeredo, 1858.

VASCONCELOS, Pedro Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, vol. 5, n. 2, p.147-157, dez. 2009.

VILHENA, Luís de Sousa. Manuscrito n° 2544. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1801, fl.3.

WIED-NEUWIED. **Viagem ao Brasil**. Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1989.

FONTES ICONOGRÁFICAS:

ALBERNAZ I, João Teixeira. **Do Porto do espírito Santo à Ponta do Rio Doce**. In: Descrição de todo o marítimo da terra de S. Crvz. Chamado vulgarmente o Brazil. Feito por João Teixeira cosmographo de Sua Magestade. Anno de 1640. – 1640. – Fol. 38. - João Teixeira Albernás, o Velho. Torre do Tombo. Lisboa.

ALBERNAZ I, João Teixeira. **Do rio Doce até à Ilha de Santa Bárbara**. 1640. In: Descrição de todo o marítimo da terra de S. Crvz. Chamado vulgarmente o Brazil. Feito por João Teixeira cosmographo de Sua Magestade. Anno de 1640. – 1640. – Fol. 41. - João Teixeira Albernás, o Velho. Torre do Tombo, Lisboa.

ALBERNAZ II, João Teixeira. **[Atlas do Brasil]**. [S.l.: s.n.], [1666]. 1 atlas ms. Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro.

BLAEU, Joan. **Brasilia: generis nobilitate armerum et litterarum...** Amsterdam, Holanda. Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro. 1665.

BLAEU, Joan. **Nova et accuratissima totius orbis tabula**. Amsterdam, Holanda. Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro. 1659.

BLAEU, Willem Janszoon. **Novus Brasiliae Typus**. Amsterdam, Holanda. Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro. ca.1631.

CLUBE DE ENGENHARIA. **Carta Geographica S. D. Technica** – Carta internacional do mundo: quadro de união das folhas brasileiras, carta nº41. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 1922.

D'OLIVER, Eutychio. Fotografias da cidade de S. Mateus: Rua Direita; Rua de Baixo; Rua do Comércio e vista da cidade de S. Mateus pelo rio. 1908, apud NARDOTO, Eliezer Ortolani. **História, Geografia & Economia de S. Mateus**. São Mateus. 2016.

GERBER, Henrique. **Carta da província de Minas Geraes**: com indicação das actuaes estradas e das despesas com ellas feitas durante o decennio de 1855 e 1865. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro .1867.

HONDIUS, Willem. **Accuratissima Brasiliae tabula**. Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro. 1635.

LA MARTINIÈRE, E. **Carta chorographica da provincia do Espírito Santo** [S.l.]: Rio de Janeiro: Lith. Impl. de Ed. Rensbury, 1861. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1861.

LA ROCHETTE, Louis De. **Colombia Prima or South America**. London: William Faden. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 1807.

Mapa da Capitania do Espírito Santo - mapas, estatísticas e alguns desenhos reunidos em um volume [entre 1750 e 1780]. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. [17--?]

Mouchez. **Coast of Brasil**: from San Mateo to Benevente. Estados Unidos. Hydrographic Office. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 1873.

Planta geográfica do continente, que corre da Bahia de Todos os Santos athe a Capitania do Espírito Santo... Colecção de plantas geograficas, ydrográficas, planos e prospectos relativos a algumas das cartas de notícias Soteropolitanas e Brasília, de 1801. Manuscrito n° 2544. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

República dos Estados Unidos do Brasil, [18--]. Ministério das Relações Exteriores, doação em Livro de Tombo: Acquisições, 3ª Secção, Cartas Geographicas, Bibliotheca Nacional, ano 1933, nº40.

REZÃO DO ESTADO DO BRASIL NO GOVERNO DO NORTE SOMETE ASI COMO O TEVE DÕ DIOGO DE MENESES ATÉ O ANNO DE 1612 [MANUSCRITO] - [c. 1616]. Biblioteca Pública Municipal do Porto. 1616.

SANCHES, Antonio. **Brazil**. Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro. ca.1633.

SANSON, Nicolas. **Le Bresil dont la coste est possedée par les portugais et divisée en quatorze capitanieres le milieu du pays es habité par un très grand nombre de peuples presque tous incogneus**. Paris, França. Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro. 1656.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Atlas zur Reise in Brasilien**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 1823-1831.

TEIXEIRA, Luís. Roteiro de todos os sinaes, conheçim.tos, fundos, alturas e derrotas, que há costa do Brasil desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de

Fernão de Magalhães. ca 1586. In: CINTRA, Jorge Pimentel. As capitâneas hereditárias no mapa de Luís Teixeira. **Anais Museu Paulista**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 11-42, Dec. 2015.

WYTFLIET, Cornelis Van. **Brasilica** [Descriptionis Ptolemaicae augmentum: sive Occidentis notitia brevi commentario illustrata. Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro. 1597.

FONTES DIGITAIS:

BARROS, Paulo. Casa de Cultura em Colatina expõe fotos antigas do ES. **Jornal Tempo de Notícias**. Guilherme. 10 Março, 2016. Disponível em: <<http://jornaltempodenoticias.com.br/casa-de-cultura-em-colatina-expoe-fotos-antigas-do-es/>>. Acesso em: 28 dez.2016.

CINTRA, Jorge Pimentel. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. **Anais Museu Paulista**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 11-42, Dec. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672015v23n0201>>. Acesso em: 21/01/2016.

FIALHO, João. G. Ramalho. TEIXEIRA, Família. In: DOMINGUES, Francisco Contente (Org.). **Navegações Portuguesas: Biografias**. Instituto Camões, 2002. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/b15.html>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

SOUSA, Augusto O. Quirino de. ALBERNAZ, Família. In: DOMINGUES, Francisco Contente (Org.). **Navegações Portuguesas: Biografias**. Instituto Camões, 2002. Disponível em: < <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/b00.html>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

APÊNDICE

OUTRAS FONTES CONSULTADAS:

ABREU, Capistrano. **Capítulos da história colonial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

AGUIRRE, Araújo. São Mateus. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo**, Vitória, v.4, n.4, p.9-19, 1925.

ATHAYDE, Antonio. Os três vultos notáveis da História Colonial do Brasil, com relação à Capitania do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo**, Vitória, v.8, n.2, p.13-21, 1926.

BANDECCHI, Brasil. Nota preliminar. In: BANDECCHI, Brasil (Org.). **CADERNOS DE HISTORIA**, v.1, n. 2. São Paulo: Ed. Parma, 1979. Nota preliminar a GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. História da Província de Santa Cruz / Tratado da Terra do Brasil, p. 7-9.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. O café na formação da infra-estrutura capixaba (1870/1889). In: **O café no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro Café, p.151-180, 1978.

CALMON, Pedro. Independência do Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, T. 94, v. 148 (2º de 1923), p. 105-340, 1927.

CARTA DE VARNHAGEN À REDAÇÃO, acerca da reimpressão do Diário de Pero Lopes, e que lhe servirá de prologo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 3-8, 1861.

CENTRO CULTURAL DO PORTO DE SÃO MATEUS. Projeto de Resgatamento, Restauração, Preservação e Revitalização do Sítio Histórico do Porto de São Mateus. Vitória, Fundação Jones dos Santos Neves.1983.

CUNHA, Maria José dos Santos. **Os jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: contatos, confrontos e encontros**. 2014. Tese (Doutorado em Teoria Jurídico Política e Relações Internacionais) Programa de Pós-graduação da Universidade de Évora, Portugal, 2014.

CUNHA, Maria José dos Santos. Maracaiaguaçu, o Gato Grande, aliás, Vasco Fernandes, ou o elogio do discurso evangelizador. **REVISTA ÁGORA**, Vitória, n.20, p.24-40, 2014.

DIÁRIO DE NAVEGAÇÃO DE PERO LOPES DE SOUSA (de 1530 a 1532).
In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 9-112, 1861.

FLEXOR, M. H. O. E o ouvidor da comarca também planeja. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6. Natal. Anais ... Natal: UFRN, 2000.
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. Programa de Valorização do Patrimônio Histórico Capixaba. Vitória, Fundação Jones dos Santos Neves, 1978.

História das mais importantes minas de ouro do estado do Espírito Santo.
In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo LV, n.86, p. 35-59, 1892.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade, 1963. 4 ed.

Itinerário da viagem que fez por terra, da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do Príncipe Regente, em 1808, o Desembargador Luiz Thomaz de Navarro.
In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, tomo VII, p. 433-464, 1845.

JUCÁ NETO, C. R. **A urbanização do Ceará Setecentista. As vilas de Nossa Senhora da expectativa do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LEAL, João Eurípedes Franklin. Capitania do Espírito Santo na segunda metade do século XVI. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, n.35. Vitória: IHGES. 1984.

LEITE. Serafim, S.J. Aldeia dos Reis Magos. In: **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 8. p. 189-210. 1944.

MARQUES, César Augusto. **Diccionario Historico, Geografico e Estatistico da Provincia do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. Vitória: Arquivo Público Estadual. 2003. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital.

MATTOSO, José (Org.). **América do Sul. Patrimônio de Origem Portuguesa no Mundo - Arquitetura e Urbanismo**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

Memória Histórica e documentada da Província do Espírito Santo por Braz da Costa Rubim. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, RJ, v. 24, p.171-332, 1861.

MORAES, Paulo Stuck. “**Notícias do Século XVII: Missiva de um Súdito Capixaba a seu Rei**”. In: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, n. 63, p.9-15, 2009.

NEVES, Getúlio Marcus Pereira. Brás da Costa Rubim e a historiografia do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 173, n. 457, p.99-107, 1981.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. 1. ed. São Paulo: EDUSP / Imprensa oficial, 2000.

ROCHA Levy. **De Vasco Fernandes Coutinho aos Contemporâneos**. Vitória: Terra Capixaba, 1977.

ROCHA Levy. **Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo**. 3ª ed. Col. Canaã, n.7. Vitória: Secretaria da Educação, Secretaria da Cultura, Arquivo Público, 2008.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A Escravidão em São Mateus**: economia e demografia (1848-1888). 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS. Cesar de Almeida. **Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas**: Um estudo sobre a política urbanística pombalina.1999. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. A morte de Vasco Fernandes Coutinho: Uma controvérsia Histórica. In: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO**. Vitória, n.63:99-118, 2009.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Estudo Introdutório. In: DAEMON, Basílio Carvalho; NEVES, Maria Clara Medeiros Santos. (Coord.). **PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. 2ª ed. Secretaria do Estado e da Cultura. Arquivo público do estado do ES, coleção Canaã. v. 12. Vitória, 2010. p.17-52.

SMITH, Robert. **Arquitetura Colonial Baiana**: alguns aspectos de sua história. Salvador: EDUFBA. 2010.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado do Descritivo do Brasil de 1587. In: VARNHAGEN, F. Adolpho. (Org). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 14, p.11-355, 1851.

SOUZA, Pero Lopes de. **Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Afonso de Souza**. Francisco Adolfo de Varnhagen (Ed.). Lisboa. Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimento Úteis, 1839, p. 23.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.